



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

DANIEL ALBINO DA SILVA

**A DIALÉTICA DE DOUTRINAS
FRANCESAS E NORTE-AMERICANAS
NO EXÉRCITO BRASILEIRO: O
CASO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA
BRASILEIRA**

2015

Daniel Albino da Silva

**A DIALÉTICA DE DOCTRINAS FRANCESA E NORTE-AMERICANA NO
EXÉRCITO BRASILEIRO:**

O Caso da Força Expedicionária Brasileira

Trabalho realizado em exigência do curso de História Social, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Doutor Paulo André Leira Parente

Rio de Janeiro

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

ALBINO, Daniel.

A Dialética de doutrinas francesa e norte-americana no Exército Brasileiro: O caso da Força Expedicionária Brasileira / Daniel Albino. – Rio de Janeiro, 2015.

205 folhas

Orientador: Prof. Dr. Paulo André Leira Parente

Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Pós-Graduação em História.

1.Força Expedicionária Brasileira 2.Brasil 3.Segunda Guerra Mundial 4. Doutrina Militar.

**A DIALÉTICA DE DOCTRINAS FRANCESA E NORTE-AMERICANA NO
EXÉRCITO BRASILEIRO:
O CASO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**

DANIEL ALBINO DA SILVA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada em ____/____/____

Prof. Doutor Paulo André Leira Parente
PROFESSOR ORIENTADOR

Prof. Doutor Luis Edmundo de Souza Moraes
(PPHR/UFRRJ)

Prof. Doutor Ricardo Henrique Salles
(PPGH/UNIRIO)

Prof. Doutor Rodrigo Turin
(PPGH/UNIRIO)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu avô Albino, que não teve muitas oportunidades de educação formal, mas que não se deixou limitar por isso, buscando conhecimento por conta própria. E que, já no final da vida, teve a paciência de estimular seu jovem neto a fazer o mesmo. E a minha mãe e minha avó, que nunca me deixaram satisfazer-me com menos do que o meu melhor.

E também aos professores que tive a sorte de ter ao longo da vida, que fizeram o possível para tornar a História mais interessante do que repetição de fatos e datas. Laercy, Joselito, Alessandra, esse trabalho não existiria sem a dedicação de vocês. Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, pelo apoio e a paciência não só durante os dois anos deste mestrado, mas também em toda a minha vida, mesmo quando minhas decisões nem sempre pareciam as melhores, ou quando parecia que eu não estava tomando decisão alguma.

Ao professor Paulo André, que é o principal “culpado” pela materialização deste trabalho, agradeço não apenas por sua orientação, mas também por me estimular a fazer o Mestrado em primeiro lugar, no dia em que defendi a monografia de Especialização.

Ao Coronel Carneiro, um mentor na pura definição da palavra, que me ensinou o significado da expressão *essayons*, a filosofia do engenheiro militar, e o sentido em Don Quixote.

Aos professores Ricardo Salles e Rodrigo Turin, pela colaboração, como membros da mesa avaliadora deste trabalho, desde o início; e ao professor Luis Edmundo Moraes, por ter muito gentilmente aceitado, de última hora, se unir à mesa.

Aos amigos, meus “poucos felizes”, também devo agradecimentos, pelo apoio e por me acompanharem nessa jornada, acreditando em mim, até quando eu mesmo não acreditava: Ana Cláudia, Luana, Andrei, Douglas, Virginia, Gustavo, Paloma, Thaís, Ronaldo, Gabriel, e todos os outros amigos que eu fiz quando eu me meti a ser historiador; Rodrigo, Daniel, Diego, Rafael, Lorena, Cândida, Júlia, e os outros amigos de longa data; Geilza, Suzana e Suelen, colegas de trabalho que se tornaram amigas.

À Bruna Bonfeld e Mateus Rodrigues, que tiveram a paciência de ler trechos deste trabalho e oferecer suas opiniões, um agradecimento especial.

Um agradecimento especial também à Natasha, por estar *online* nas muitas madrugadas em que perdi o sono por causa desse mestrado.

Na mesma época em que comecei o mestrado, por razões diversas, procurei uma atividade que me ajudasse a controlar a ansiedade e a me focar nos meus objetivos. Encontrei na arquearia essa atividade, e portanto devo agradecer também aos meus instrutores e amigos que fiz no processo: Rafael, Júlia, Jonatan, Carlos Frascari, Bruno e André, para citar alguns.

E por último, mas não menos importante, um agradecimento a você que está lendo isso agora. Espero que este trabalho lhe seja informativo e esclarecedor. Ou, falhando nisso, que pelo menos o entretenha durante algumas horas!

Por estes dias cheios de amargura.

Pelas noites de espanto e terror,

Pelo cansaço, pela atroz tortura

Nos hospitais, pelo último estertor

De um companheiro, pela sepultura

Que lá ficou na neve, pela dor

De nossas mães, pela existência obscura

De nossas noivas, sem o nosso amor

Pelo momento que precede a luta,

Pela incerteza, pela vida bruta,

Por tudo o que confrange o coração.

Pelos anos perdidos sem remédio,

Pelas angústias, pelo eterno tédio...

Ó Deus, que isto não tenha sido em vão!

- Prece de um soldado anônimo da FEB

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar o impacto causado pela mudança doutrinária a que foi submetida o Exército Brasileiro quando da sua entrada na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Até então, o Exército Brasileiro se organizava pelos padrões franceses, reflexo da atuação no país de uma Missão Militar Francesa nos anos anteriores à guerra. Porém, com a declaração de guerra aos países do Eixo, em 1942, o Brasil passa a receber o apoio norte-americano, que possuía um modelo doutrinário diferente do francês. A decisão de se enviar uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Europa implicou em adaptação ao modelo doutrinário norte-americano. A proposta deste trabalho é, através do estudo de caso de duas batalhas da FEB, comparar as duas doutrinas e confirmar quais reais mudanças, se houve alguma, essa “dialética de doutrinas” causou no Exército Brasileiro, e qual o real grau de dificuldade que gerou para a organização e treinamento da FEB.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Força Expedicionária Brasileira, Doutrina Militar.

ABSTRACT

This work aims to study the impact of doctrinal change that the Brazilian Army underwent upon its entry into World War II (1939-1945). Until then, the Brazilian Army was organized by French standards, reflecting the activity in the country of a French Military Mission in the pre-war years. However, with the declaration of war against the Axis powers in 1942, Brazil began to receive US support, which had a different doctrinal model of the French. The decision to send a Brazilian Expeditionary Force (BEF) to fight in Europe involved its adaptation to the US doctrinal model. The purpose of this work is, through the case study of two battles of the FEB, compare the two doctrines and confirm which real changes, if any, this "dialectic of doctrines" caused the Brazilian Army, and what was the actual degree of difficulty generated for the organization and training of the FEB.

Keywords: Second World War, Brazilian Expeditionary Force, Military Doctrine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 3.1: Divisão de Infantaria Brasileira, 1940	128
Figura 3.2: Linhas de Defesa Alemãs no Norte da Itália, 1944.	146
Figura 3.3: Conceito da Operação <i>Olive</i>	149
Figura 3.4: Ataques a Monte Castelo, Nov/1944 a Fev/1945.	156
Figura 3.5: Região de Montese-Zocca.....	163
Figura 3.6: Ataque à Montese, com os objetivos da FEB demarcados	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1: Profissão dos pais dos alunos da Academia Militar do Realengo, 1941-43 (%)	44
Tabela 3.1: Folha de Serviço da 232 ^a Divisão de Infantaria Alemã.....	143
Tabela 3.2: Folha de Serviço da 114 ^a Divisão de Infantaria Ligeira Alemã	144

LISTA DE ABREVIATURAS

BE – Batalhão de Engenharia
Btl – Batalhão
Cia – Companhia
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
D.I.E. – Divisão de Infantaria Expedicionária
DMB – Doutrina Militar Brasileira
DMF – Doutrina Militar Francesa
DMN – Doutrina Militar Norte-americana
FEB – Força Expedicionária Brasileira
GC – Grupo de combate
MCF – Modelo de Combate Francês
MMF – Missão Militar Francesa
OGO – Ordem Geral de Operações
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC – Posto de Comando
Pel – Pelotão
RI- Regimento de Infantaria

SUMÁRIO

_Toc416344662

Introdução	14
1. O Exército brasileiro, 1889-1945	26
1.1. as primeiras décadas da República (1889-1920)	26
1.2. As primeiras duas décadas (1900-1920)	39
1.3. O Exército na virada do Século XX.....	42
1.4. Tentativas de Reforma e a Defesa da Profissionalização	45
1.5. O Período da Missão Militar Francesa (1920-1940)	61
1.6. O período de influência norte-americano (1940-1945)	80
2. Doutrinas Militares brasileira, francesa e norte-americana	88
2.1. A formação de uma Doutrina Militar.....	88
2.2. As características de uma Doutrina Militar	91
2.2.1. Ênfase Estratégica	92
2.2.2. Aspectos Organizacionais e de Comando.....	93
2.2.3. Divisão de Infantaria	94
2.2.4. Combinação de Armas	95
2.3. A Doutrina Brasileira, pré-1920	95
2.4. Doutrina Francesa	98
2.4.1. Fatores de Formulação da Doutrina Francesa.....	99
2.4.2. Ênfase Estratégica	103
2.4.3. Divisão de Infantaria	104
2.4.4. Combinação de Armas	106
2.4.5. Aspectos Organizacionais e de Comando	110
2.5. Doutrina Militar Norte-americana	111
2.5.1. Histórico e Fatores de Formulação	111
2.5.2. Ênfase Estratégica	116

2.5.3.	Aspectos Organizacionais e de Comando.....	117
2.5.4.	Divisão de Infantaria.....	119
2.5.5.	Combinação de Armas.....	121
3.	A FEB em Campanha.....	126
3.1.	A Força Expedicionária Brasileira.....	126
3.1.1.	O Exército Brasileiro na década de 1940.....	127
3.1.2.	O Brasil vai à guerra.....	131
3.1.3.	A viagem e a Chegada à Itália.....	135
3.1.4.	O caminho até Monte Castelo.....	136
3.2.	O Outro Lado da Colina.....	137
3.2.1.	A 232ª Divisão de Infantaria.....	140
3.2.2.	A 114ª Divisão de Infantaria Ligeira.....	143
3.3.	Monte Castelo, 21 de fevereiro de 1945.....	145
3.3.1.	A situação.....	146
3.3.2.	As Primeiras Tentativas contra Monte Castelo.....	149
3.3.3.	ENCORE e a tomada de Monte Castelo.....	154
3.4.	Montese, 14 de abril de 1945.....	160
3.5.	A Doutrina em campo de batalha.....	169
3.6.	A FEB como microcosmo social.....	172
	Conclusão.....	183
	Bibliografia.....	193
	ANEXO A – Currículo da Escola Militar da Praia Vermelha, 1874.....	202
	ANEXO B – Divisão de infantaria alemã, Modelo padrão.....	203
	ANEXO C – Divisão de infantaria alemã, Modelo 1944.....	204

INTRODUÇÃO

O estudioso, ao se aprofundar no estudo da Força Expedicionária Brasileira (FEB), acaba por se deparar, naquela amplitude de fontes, documentos, relatos, descrições e testemunhos, além de conversas com seus pares, com uma série de “fatos”, “afirmações” ou “anedotas históricas”. Os próprios veteranos se converteram, nas décadas que se seguiram ao conflito, em fonte de relatos e informações para os estudiosos. Ao longo dos anos, esses livros, relatos, depoimentos e estudos formaram o que podemos chamar de “Mitologia da FEB”: informações que são citadas e repetidas como fatos, mas que em verdade nunca passaram pelo processo de verificação científica da historiografia. Algumas são meras curiosidades: por exemplo, o porquê dos pracinhas chamarem a metralhadora alemã MG-42 de “Lurdinha”¹; outras já têm maior peso na forma como estudamos o episódio histórico da Força Expedicionária Brasileira: como no caso da chamada genialidade do General Mascarenhas de Moraes na manobra de perseguição no Vale do Rio Pó² ou as diversas versões do porquê da FEB ter sido dissolvida ao retornar ao Brasil, por exemplo.

Um desses “mitos” é a questão da “mudança de modelo da FEB”: o Exército Brasileiro, até sua entrada na Segunda Guerra Mundial, se organizara pelo chamado “modelo francês”, fruto de uma missão militar deste país que atuou no Brasil entre 1920 e 1940. Em 1942, com a entrada do Brasil na guerra, e em 1943-45, com a formação e atuação da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália, foi necessária a adoção de um novo modelo organizacional, o norte-americano. Este seria muito diferente do modelo francês, o que causou toda uma série de dificuldades extras ao já tortuoso processo que foi a preparação da FEB para sua missão na Europa, e também a atuação dos pracinhas em campanha.

Este trabalho objetiva estudar a questão da mudança de modelo, ou melhor dizendo, de doutrina na Força Expedicionária Brasileira. Buscaremos analisar e identificar a influência das doutrinas francesa e norte-americana na doutrina brasileira, e, por conseguinte, na FEB, sua organização e atuação. Começaremos por um estudo do

¹ A explicação mais conhecida é de que o som da metralhadora disparando seria parecido ao de uma máquina de costurar, o que levou ao apelido de “Lurdinha”, nome da namorada de um dos pracinhas, que era costureira.

² Durante a Campanha de Primavera (abril de 1945), o General Mascarenhas, para dar perseguição aos alemães que recuavam pelo vale do Rio Pó, ordenou que todos os veículos disponíveis, incluindo os da Artilharia Divisionária, fossem liberados para transportar os regimentos de infantaria.

Exército Brasileiro na primeira metade do século XX: como ele se organizava, o perfil dos seus integrantes e suas relações com o governo e a sociedade brasileiras. A seguir, realizaremos um estudo da doutrina brasileira pré-1920 e das doutrinas francesa e norte-americana no período entre as guerras mundiais e na segunda guerra mundial, suas características, quais elementos influenciaram sua formulação e como elas influenciaram a doutrina brasileira. Finalmente, como objetivamos levar a análise para além do aspecto teórico da doutrina, realizaremos dois estudos de caso, de duas batalhas da FEB na campanha da Itália (a batalha final de Monte Castelo e Montese), buscando aqui perceber a aplicação da doutrina em uma situação de combate real.

Para que possamos entender a relevância de estudar a questão doutrinária da FEB, convém primeiro nos aprofundarmos no que seria uma doutrina militar, e qual sua importância para as forças militares.

Segundo a definição da OTAN, uma doutrina militar é o conjunto dos “Princípios fundamentais pelos quais as forças militares guiam suas ações em apoio a objetivos. Ela é autorizativa, mas requer julgamento em sua aplicação”³. Podemos encontrar uma postulação mais detalhada nos manuais de conduta de operações do Exército Canadense, que afirma o seguinte:

Doutrina militar é uma expressão do conhecimento e pensamento militares, que o exército aceita como sendo de relevância em determinado momento, e que cobre a natureza do conflito, a preparação do exército para o conflito, e o método de se engajar no conflito para atingir o sucesso. É descritiva ao invés de prescritiva, requerendo julgamento em sua aplicação. Ela não provê dogma ou estabelece uma lista de procedimentos; ao invés, é um guia autorizativo, descrevendo como o exército pensa a respeito do ato da luta, mas não como lutar. Assim, busca ser definitivo o suficiente para guiar as atividades militares, e ainda versátil o suficiente para acomodar uma ampla variedade de situações.⁴

É importante não confundir *doutrina* com *estratégia*; esta última define o que fazer, dentro da situação de guerra, para atingir os objetivos determinados. A doutrina define o *como* fazer; determina as bases, de que forma, através de qual combinação de meios as forças armadas irão atuar para atingir aqueles objetivos definidos pela estratégia. E, ao mesmo tempo, a doutrina irá influenciar a estratégia, pois o planejamento estratégico deve levar em consideração o que é prescrito pela doutrina.

³ OTAN. **AAP-6, NATO GLOSSARY OF TERMS AND DEFINITIONS (2012)**. Disponível em: <http://migre.me/oAKrV>. Acessado em: 13/02/2015. p. 2-D-9. Tradução nossa.

⁴ CANADA. Department of National Defense. **The Conduct of Land Operations**. Canada: 1998. p. 4-5. Tradução nossa.

A doutrina é um construto conceitual sobre a qual as forças militares irão se apoiar, fornecendo o guia para uma série de questões-base para a operação de um exército: como o exército se percebe enquanto instituição e sua relação com a sociedade, qual é a sua missão, como essa missão deve ser executada, como o exército tem se incumbido dessa missão ao longo de sua existência, etc.

Podemos refinar essa definição para o nosso objeto de estudo, afirmando que a Doutrina Militar Brasileira é o conjunto de princípios pelos quais as forças militares brasileiras guiam suas atividades, definem suas funções e estrutura, e refletem a percepção de si mesmos enquanto instituição e seu papel dentro da sociedade brasileira contemporânea.

É fruto de reflexão sobre suas características e seu papel dentro da sociedade. Entretanto, não é puramente uma construção intelectual do grupo dentro da Força que recebe a missão de elaborá-la: ela é, mesmo que inconscientemente, fundamentada em características que aquele grupo já traz, e também da sociedade da qual faz parte. Segundo Bellintani,

Reflete o pensamento da época, as preocupações, os interesses, a organização administrativa do exército, a mobilização, a disponibilização dos meios, a compra de material, a instrução, as conferências, os cursos, enfim, todo envolvimento diário da força.⁵

Menezes classifica quatro dentre esses fatores, considerando-os os que mais influenciam a formulação da doutrina:

Econômico: traduzindo as possibilidades econômico-financeiras, particularmente do parque industrial, das reservas de minerais estratégicos, etc.

Psicossocial: especialmente no que se refere à população apta para o serviço militar, padrão de vida, habilitações profissionais, nível de educação, etc.

Político: basicamente no que concerne aos antagonismos externos e internos (estes também fruto do fator psicossocial), tendo como manifestações mais palpáveis as hipóteses de guerra e os Teatros de Operações prováveis de atuação.

Militar: tradição militar, cultura e tendências dos cidadãos fardados, etc.⁶

Segundo Rodrigues, a Doutrina Militar dispõe de *bases estáveis*, um “esqueleto”, baseada nos chamados Princípios de Guerra⁷, que é imutável. Sobre ela,

⁵ BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 2009. 700 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília: 2009. p. 88.

⁶ MENEZES, Mário José Sotero de. Doutrina Norte-Americana, espírito alemão e tradição brasileira. **Revista Militar Brasileira**. Rio de Janeiro, ano LII, nº 2, p. 123-144, Abr/Mai/Jun 1966. p. 132-133.

⁷ Os princípios de guerra são preceitos ou normas básicas de conduta, que se aplicam na guerra e que têm afetado, com regularidade, a decisão nos conflitos passados.

continua a analogia, iria um revestimento de “carne”, esse sim mutável e de caráter evolutivo, alterando-se conforme as conjunturas daquele momento histórico; este seria o *corpo* da doutrina.⁸

O processo de formulação de uma doutrina, portanto, leva em conta essas bases estáveis, assim como os determinantes temporais. Para Rodrigues, o estudo de casos histórico-científicos se faz essencial, pois

Proporciona os ensinamentos necessários para a formulação da doutrina militar. Naturalmente que as “bases estáveis” da doutrina não necessitam de mudanças continuadas; o “corpo” da doutrina sim, deve-se ajustar o ensinamento sugerido pelo caso histórico às novas condicionantes ambientais.⁹

E, como reforça Castelo Branco:

A elaboração de uma doutrina exige um trabalho contínuo de pesquisas, avaliações e conclusões, tudo dentro de uma intransigente objetividade. Para fazê-lo, além de se tornar por base uma realidade inelutável, os seus organizadores têm que empreender uma luta incessante contra o conservantismo e contra a visão simplista de problemas complexos e difíceis.¹⁰

Considerando o acima exposto, em particular os fatores listados como influências na formulação da doutrina, podemos entender a doutrina militar dentro dos conceitos de *campo* e *habitus*, como formulados por Pierre Bourdieu.

Segundo Bourdieu, um *campo* é um universo onde estão inseridos agentes e instituições de determinada atividade humana, e que obedecem a leis em maior ou menor grau próprias. Por exemplo, o campo artístico (podendo aí ser subdividido em subcampos para cada modalidade individual de atividade artística), campo científico, político, econômico, etc. Ele o considera um “microcosmo autônomo, dotado de leis próprias” e que “Se jamais escapa às imposições do macrocosmo [a sociedade], ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada”.¹¹

Assim sendo, podemos falar também de um campo militar, um microcosmo formado pelos agentes (o militar) e instituições (as Forças Armadas), que obedecem a regras próprias, e que existem em variável grau de autonomia da sociedade. E a

⁸ RODRIGUES, Nilton Moreira. A História, o Chefe e a Doutrina Militar. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 690, p. 25-46, Jul/Ago 1980.

⁹ Ibidem, p. 36.

¹⁰ CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. **Marechal Castelo Branco: seu pensamento militar (1946-1964)**. Rio de Janeiro: ECEME, 1968. p. 250.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 21.

formulação dessas regras próprias pode ser encontrada na doutrina militar das forças armadas. A questão da autonomia do campo em relação à sociedade é apontada como de especial interesse por Bourdieu, e também um dos mais complexos, quando afirma:

Um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas.¹²

Considerando-se a natureza da atividade militar, e sua importância dentro da sociedade, pode-se afirmar que a questão da autonomia dentro do campo militar é especialmente importante, pois irá influir diretamente na forma como os agentes e instituições do campo executam sua missão, expressa na doutrina.

Fazendo par ao conceito de campo, temos o conceito de *habitus*. Bourdieu define o *habitus* como “um sistema de disposições duráveis que atua como princípio gerador e organizador das práticas e representações sociais”¹³. Ou seja, um conjunto de estruturas sociais que regem a relação entre o indivíduo e a sociedade, ou no caso presente, entre o indivíduo e o campo. Trata-se de estruturais sociais pré-existentes, que o indivíduo, ao se tornar parte daquele campo, irá absorver, transformando-as primeiro em estruturais mentais, que irão moldar a forma como o indivíduo vê o mundo, exteriorizadas através do *ethos* (o conjunto de valores ou princípios que regem sua conduta diária), e na *héxis* (conjunto de posturais corporais adquiridas).¹⁴

Assim, da mesma forma que podemos identificar um campo militar, também podemos falar de um *habitus militar*, que Mello define como

A forma de se interpretar o mundo com os olhos da instituição – o que engloba tudo aquilo relacionado à **doutrina** de uma força armada em questão: o porte e a missão do soldado, sua disciplina, sua missão e compromisso para e com a instituição e sua pátria, comportamento e tudo aquilo que o identifica e o torna membro de um grupo específico do seguimento social, no caso, o militar.¹⁵

¹² BOURDIEU, Op. Cit., p. 21.

¹³ BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 76.

¹⁴ ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José. “Corpo e Alma” nas Organizações: um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba: v. 14, n. 2, art. 1, pp.194-211, Mar./Abr. 2010. p. 197.

¹⁵ MELLO, Ana Cláudia de Rezende Costa Dutra e. **Voluntárias da Pátria: As dificuldades de mobilização, treinamento e a atuação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. 2012. 94 f. Monografia (Especialização em História Militar Brasileira) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, 2012. p. 38, grifo nosso.

Podemos ver novamente o papel central da doutrina dentro do microcosmo social militar, não só em como ele se caracteriza, organiza e atua como instituição, mas também no modo como seus agentes, o soldado e o oficial, se percebem como membros desse universo, seu comportamento e ações enquanto indivíduos e membros do campo, e como veem o restante da sociedade dentro da qual estão inseridos. E, considerando-se a função básica de uma força armada dentro da sociedade, que é a proteção da mesma, Bellintani afirma, “Um exército sem doutrina é um peso morto, improdutivo e oneroso para o país, pois não possui função, planejamento e estratégia para colocar em ação, no caso de operações militares”.¹⁶

Para falar do funcionamento interno do campo, partamos desta primeira definição de Bourdieu: “um campo de forças, e um campo de lutas, para conservar e transformar esse campo de forças”.¹⁷ A natureza do campo é não somente mutável, de acordo com a atuação dos seus agentes (“o campo é um jogo em que as próprias regras do jogo estão elas próprias em jogo”), mas sua própria existência em primeiro lugar depende desses agentes e das relações entre eles. A *estrutura das relações objetivas*, e a posição que determinado agente nela ocupa, é que define e orienta suas ações. Assim,

Só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado em um campo, se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos “de onde ele fala”; o que supõe que pudemos e soubemos fazer, previamente, o trabalho necessário para construir as relações objetivas que são constitutivas da estrutura do campo em questão.¹⁸

A posição dos agentes dentro dessa estrutura, sua capacidade de influenciar essa estrutura, assim como a estrutura em si, são determinados pela distribuição de capital específico desse campo. Assim, como Bourdieu, em *Os Usos Sociais da Ciência*, trata do campo científico, com seu capital científico próprio (na verdade, dois tipos de capital, como veremos a seguir), podemos falar aqui de um capital militar, específico do nosso campo de estudo. O capital militar de cada agente individual (soldado, oficial) ou institucional (as Forças Armadas, diferentes armas¹⁹, subgrupos dentro dos anteriores) determina sua posição dentro da estrutura, mas ao mesmo tempo a soma dos capitais de todos os agentes do campo forma a própria estrutura; é ao mesmo tempo “estruturado e estruturante”.²⁰

¹⁶ BELLITANI, Op. Cit., p. 91.

¹⁷ BOURDIEU, Op. Cit., p. 22.

¹⁸ Ibidem, p. 23.

¹⁹ “Arma” usada aqui no sentido de tipo de tropa, como infantaria, artilharia, engenharia, etc.

²⁰ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2007. p. 7-16.

E o que seria esse capital militar, especificamente? Assim como no caso do capital científico, o capital militar é uma espécie de capital simbólico, que é definido como “reconhecimento atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo”²¹. Esse capital, portanto, não é suficiente em si para que sua posse signifique maior ou menor poder para aqueles que o possuem. É preciso que ele seja reconhecido como tal pelos agentes dentro do campo:

Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force”, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença.²²

Contudo, Bourdieu identifica não um, mais dois tipos de capital científico: um primeiro, temporal ou político, ligado às instituições, mais especificamente, a ocupação de cargos importantes nessas instituições, que traz ao indivíduo prestígio, controle sobre os meios de produção (contratos, verbas, bolsas de pesquisa, etc.) e reprodução (nomeações para cargos), e que ele denomina *capital científico institucional*; e um segundo, baseado no reconhecimento pessoal do indivíduo pelo conjunto de membros do campo, ou pelo menos da parcela “consagrada” deles, pelas suas contribuições ao mesmo. Este tipo de capital científico Bourdieu classifica como “puro”.²³

Ora, podemos aplicar também esse conceito dual ao nosso objeto de estudo; logo, teremos um *capital militar institucional* e um capital militar “puro”, e já que este se baseia nas realizações pessoais do indivíduo, iremos chama-lo de *capital militar pessoal*. Tomando como exemplo as Forças Armadas contemporâneas, de qualquer nação, podemos ver os dois tipos de capital em ação: de um lado, aquele tipo de oficial que seus próprios pares chamam pejorativamente “generais de gabinete”, que ocupam posições de autoridade e prestígio dentro da organização militar da qual fazem parte, mais pela sua capacidade de articular apoio e construir relações de mútuo benefício (em outras palavras, “fazer política”), do que por uma alguma contribuição especial à organização ou destacada proficiência no seu ofício; e do outro, toda uma gama de soldados e oficiais, que, apesar de possuírem a experiência, a proficiência, e o reconhecimento dos seus pares, nunca ocupam cargos de destaque, e nem ascendem aos níveis mais altos da hierarquia militar.

²¹ BOURDIEU, 2004, p. 26.

²² Idem, 2007, p. 14.

²³ Idem, 2004, p. 35-43.

Agora que sabemos o que é uma doutrina militar e sua importância, podemos nos focar em buscar a “Origem do Mito”, quais autores fazem referência à questão doutrinária, quando o fazem, e quais são suas qualificações para tratar do tema. Para isso, se faz necessária uma revisão da extensa bibliografia sobre a FEB.

Analisar cada obra já lançada sobre a FEB, que numa contagem recente figura em mais de uma centena²⁴, foge ao escopo e objetivos deste trabalho. Uma pequena seleção das obras mais conhecidas, porém, nos servirá para demonstrar como essa ideia da mudança de modelo está presente na bibliografia do tema. Também vale notar que muitas dessas obras são do tipo memorialista, escritas anos depois do episódio da participação da FEB, tanto pelos próprios combatentes quanto por seus parentes, amigos, e estudiosos.

A questão da dificuldade criada pela mudança de modelo na formação e treinamento da FEB parece ter sido primeiramente levantada pelo seu comandante, o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, em seu *A FEB pelo seu comandante*, cuja primeira edição é de 1947:

Há longos anos o Exército Brasileiro vinha sendo instruído por uma operosa missão militar francesa.

Sua organização, seus regulamentos e seus processos de combate eram baseados na chamada “escola francesa”. De repente, quase da noite para o dia, dentro da antiga moldagem e no quadro da doutrina gaulesa, surgia a tarefa de constituir uma divisão de infantaria, com a organização norte-americana. E, além disso, instruí-la e adestrá-la segundo os métodos, processos e meios norte-americanos.²⁵

A FEB por seu Comandante foi a primeira síntese sobre a participação brasileira na guerra, escrita pelo próprio marechal, e tornou-se a primeira, e ainda maior, grande referência no estudo do tema. Toda a bibliografia sobre a FEB vai citá-la como fonte ou criticá-la, portanto encontraremos seu eco nas palavras de todos os autores aqui citados. Mas que isso, o livro foi baseado, ao ponto de poder ser considerado um resumo, do *Relatório Sigiloso da Força Expedicionária Brasileira*, documento redigido por Mascarenhas e um grupo de oficiais selecionados ao final da campanha da FEB na

²⁴ Rigone usa como referência um levantamento feito em 1994, pelo pesquisador João Evangelista de Souza, patrocinado pelo Clube Militar do Rio de Janeiro, e fala em “mais de cem títulos (entre livros, ensaios, poemas e crônicas)”. Ver RIGONE, Carmen Lúcia. **Nas trilhas da 2ª Guerra Mundial**. Curitiba: Editora Torre de Papel, 2001.

²⁵ MORAES, Mascarenhas de. **A FEB por seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005. p. 27-28.

Itália, e entregue ao Ministério da Guerra. Portanto, podemos dizer que o *A FEB por seu Comandante* é a “história oficial” da aventura expedicionária brasileira.

O livro de Joaquim Xavier da Silveira, *A FEB por um soldado*, de 1989, exemplifica muito bem os fundamentos narrativos que o livro do Marechal Mascarenhas de Moraes criou. Lançado em 1989, não faz alusão à questão do modelo, mas se concentra nas dificuldades políticas, como o antagonismo de autoridades brasileiras à criação da FEB, além das dificuldades técnicas e materiais, citando o Marechal Mascarenhas constantemente. Silveira, que serviu à FEB como pracinha, escreveu seu livro baseado não apenas nas suas memórias, mas também em extensa pesquisa bibliográfica e documental, com o conforto historiográfico de estar escrevendo mais de quarenta anos depois dos fatos. *A FEB por um Soldado*, como o título sugere, foi escrito para ser o complemento ao *A FEB por seu Comandante*, e se tornou a segunda síntese mais conhecida sobre o tema.

O Marechal Floriano de Lima Brayner, que serviu como Chefe de Estado-maior da FEB, lançou em 1968 o seu *A Verdade sobre a FEB*, livro-denúncia com reputação de “maldito”, repudiado nos círculos militares. Dos livros-sínteses desta seleção bibliográfica, ele é o que mais se aprofunda na questão do modelo, o que seria de se esperar, considerando que ele esteve envolvido desde o início na organização da Força Expedicionária e escreveu com o objetivo de denunciar as dificuldades enfrentadas.

Além desses livros, cujos autores buscaram sintetizar o tema extenso que é a Força Expedicionária Brasileira, existe um sem-número de memórias, de oficiais e praças, de praticamente todas as unidades e serviços que compuseram a FEB. Seus autores tinham a limitação de escopo, pois escreviam da sua restrita experiência pessoal, dentro de suas unidades. Porém, o que falta em “visão global” é compensado pela profundidade de suas reflexões sobre atividades do dia-a-dia da guerra e das dificuldades práticas enfrentadas pela FEB, fazendo um contraponto à “visão de alto-nível” das sínteses. Portanto, é neles que encontraremos o maior número e o maior detalhamento, de referências à questão do modelo.

Esses livros serão esmiuçados nos próximos capítulos, então vamos nos limitar aqui a citar os títulos de alguns: *Montese: Marco Glorioso de uma trajetória*, do Coronel Adhemar Rivermar de Almeida (1985); *Quebra-canela: A Engenharia Brasileira na Campanha da Itália*, de Raul da Cruz Lima Júnior (1982); e *Um Capitão de Infantaria da FEB*, de Ruy Leal Campello (1999).

Porém, em nenhuma dessas obras o tema é explorado além da menção e alusão à dificuldade criada, como Frank McCann critica, ao dizer que “O clichê de que organizar uma divisão no modelo norte-americano a partir de um estilo francês causava grandes problemas não elucida a situação”.²⁶ Ele, em seu *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937/1945*, foca sua análise das dificuldades da FEB nas questões políticas, os desentendimentos entre autoridades brasileiras e norte-americanas no que se refere à formação, treinamento e emprego das tropas brasileiras; questões de saúde, tecnológicas, em que o Brasil era muito deficiente; e nas dificuldades de comunicação entre os oficiais e praças brasileiros e os instrutores norte-americanos.

Realizada a revisão bibliográfica, podemos passar aos aspectos práticos deste trabalho: definir alguns conceitos secundários que serão abordados no trabalho, apresentar a problemática que o guia, as fontes que utilizaremos e, concluindo, a divisão de capítulos.

Três conceitos-chave para qualquer estudo de forças militares em ação são a *Estratégia Militar*, a *Liberdade de Ação*, e a *Economia de Forças*. A definição clássica de *Estratégia Militar* é a “arte de empregar forças militares para atingir resultados fixados pela política”.²⁷ Elaborando sobre essa formulação simples, podemos afirmar que a estratégia militar é a arte de se planejar através de quais ações podemos alcançar determinados objetivos fixados pela política, levando-se em consideração os próprios meios e os do inimigo, assim como uma série de outros fatores, como doutrinários, logísticos, geográficos, etc., ao mesmo tempo em que impedimos o inimigo de alcançar os seus próprios. Trata-se de uma dialética de vontades entre os adversários, buscando a decisão. A decisão é um “acontecimento de ordem psicológica, que se quer produzir no adversário: convencê-lo de que engajar-se ou prosseguir na luta é inútil”. Logo, unindo os dois elementos, podemos dizer que o objetivo da estratégia é “obter a decisão, criando e explorando uma situação que leve a uma desintegração moral do adversário, suficiente para fazê-lo aceitar as condições que se lhe quer impor”.²⁸

A elaboração do plano estratégico deve levar em conta as possíveis reações do adversário a cada uma das ações que se esperar executar, e ser capaz de fazer frente a cada uma dessas reações. Na elaboração do plano, devem-se levar em conta dois fatores:

²⁶ MCCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995. p. 293.

²⁷ BEAUFRE, André. *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 26.

²⁸ *Ibidem*, p. 28.

1. A escolha do ponto decisivo que se quer atingir;
2. A escolha da manobra preparatória, permitindo alcançar o ponto decisivo.

No entanto, como cada adversário faz o mesmo, vitorioso será aquele dos dois oponentes que souber impedir a manobra adversária e conduzir a sua até o seu objetivo. A estratégia clássica chama isso de *liberdade de ação*. Quando se possui recursos muito maiores em relação ao adversário, a liberdade de ação é facilmente obtida, bastando empregar tantas forças quanto forem necessárias para paralisar a manobra inimiga, ao mesmo tempo conservando os meios necessários para executar a própria manobra. Mas esse caso é extremamente raro: normalmente, devem-se repartir racionalmente os meios, entre a proteção contra a manobra preparatória inimiga, sua própria manobra preparatória e a ação decisiva. Essa repartição é o que a estratégia clássica chama *economia de forças*. Concluindo, uma boa manobra estratégia deve “atingir o ponto decisivo, graças à liberdade de ação, obtida por uma boa economia de forças”.²⁹

A problemática que guia esse trabalho é a seguinte: Durante vinte anos, entre 1920-1940, o Exército Brasileiro foi moldado em termos de doutrina por uma Missão Militar Francesa que aqui atuou. Com a derrocada francesa na guerra, que pode ser vista também como uma derrocada da sua doutrina militar, e a entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro, principalmente no que compete a organização da Força Expedicionária que iria lutar na Europa, viu-se obrigado a adaptar-se a um novo modelo doutrinário, norte-americano. Essa necessidade criou uma dificuldade adicional ao já complexo processo de organização, formação e treinamento da Força Expedicionária Brasileira, assim como na sua atuação na campanha da Itália.

As fontes primárias utilizadas neste trabalho são as seguintes:

- Documentos sobre a doutrina francesa: ou melhor, o material doutrinário produzido pela Missão Militar Francesa durante sua atuação junto ao Exército Brasileiro, especialmente o *Regulamento para a conduta das grandes unidades*. Encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo Histórico do Exército (AHEx).
- Documentos sobre a doutrina Norte-americana: principalmente os chamados *Field Manuals* (FM); manuais, expedidos pelo departamento de guerra norte-americano (hoje Departamento de Defesa), que fazem a

²⁹ BEAUFRE, Op. Cit., p. 46.

formulação da doutrina militar norte-americana. O acervo encontra-se em quase sua totalidade digitalizado e disponível on-line.

- Acervo documental da Força Expedicionária Brasileira: incluem-se aqui relatórios diversos acerca da formação, treinamento, equipagem, assim como suas operações no front italiano; o principal deles é o *Relatório Sigiloso da FEB*, além dos Relatórios de cada unidade que compôs a FEB; encontram-se disponíveis no AHEx.

Concluindo, este trabalho está dividido em três capítulos:

O Exército Brasileiro é o tema do capítulo 1. Para que seja possível entender a doutrina brasileira, precisamos estudar a trajetória da instituição durante um período de 70 anos, começando com a Proclamação da República, em 1889, e indo até 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial. Devido ao extenso recorte temporal estudado, o dividiremos em três períodos: o primeiro, da Proclamação da República até 1919; o segundo, de 1920 a 1940, caracterizado pela atuação da Missão Militar Francesa; e o último, de 1941 a 1945, quando o Exército Brasileiro sofre a influência norte-americana e envia a FEB para a Europa.

O capítulo 2 irá tratar das doutrinas francesa e norte-americana. Buscaremos aqui não apenas detalhar essas doutrinas em suas características, mas também procurar entender, dentro da ideia de formulação de uma doutrina, como elas foram desenvolvidas.

No capítulo 3 serão feitos os dois estudos de caso, aplicando os conceitos desenvolvidos nos capítulos anteriores a duas batalhas da Força Expedicionária Brasileira. A primeira é a batalha final da tomada de Monte Castelo, no dia 21 de fevereiro de 1945. A segunda é a Batalha de Montese, entre dias 14 a 17 de abril de 1945.

1. O EXÉRCITO BRASILEIRO, 1889-1945

Neste capítulo, estudaremos a trajetória do exército brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Para estruturar nosso estudo, dividiremos esse período de quase sessenta anos em três fases. A primeira, da virada do século até 1919, com um breve comentário sobre o final do século XIX; a segunda, entre 1920-1940, em que a Missão Militar Francesa atuou junto ao Exército Brasileiro; e o terceiro e último, entre 1941 e 1945, da influência norte-americana, incluindo a participação da FEB na Itália.

1.1. AS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA (1889-1920)

Em verdade, é impossível falar do exército neste período sem um comentário sobre as duas décadas finais do século XIX. Após a Guerra da Tríplice Aliança, sucessivas reduções de efetivo e orçamento haviam reduzido o Exército Brasileiro, nas últimas décadas do século XIX, a uma fração da sua força durante a guerra. Magalhães indica cerca de 19.000, em 1871, para 15.000 em 1880, e entre 11.300 e 13.000, entre os anos de 1881 e 1889, e afirma que a causa principal dessas reduções foram dificuldades financeiras¹. De fato, essas reduções foram agudas; Coelho demonstra que as despesas do Ministério da Guerra representaram impressionantes 50% do orçamento total do governo durante o período do conflito no Paraguai, nível mais alto em todo o período monárquico, e que caíram para 8% do orçamento do governo, após o término do conflito, nível mais baixo durante o período monárquico². E, de fato, a crise econômica é uma explicação possível para essa redução. Mas também podemos perceber aqui um movimento comum ao final de um conflito armado, que é a redução dos efetivos e a desmobilização das tropas. Para usar um exemplo contemporâneo à Guerra da Tríplice Aliança, ao término da Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865), o governo federal norte-americano desmobilizou mais de um milhão de soldados dos exércitos da União. Contudo, vale notar que há uma diferença entre o efetivo real, e o efetivo necessário para suprir o complemento máximo de soldados nas unidades militares. Segundo o

¹ MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998. p. 296.

² COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Record, 2000. p. 61-62.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra do ano de 1889, para completar todos os 51 corpos que compunham o Exército³, seria necessário um total de 16.616 praças, mas a lei nº 3366 de 21 de agosto de 1889 fixara o orçamento para o número máximo de 13.500 soldados⁴.

Embora a redução de efetivos não possa ser automaticamente atribuída ao descaso governamental com os assuntos militares, o exército brasileiro enfrentava outra questão, que foi o progressivo distanciamento das elites civis e do governo imperial, e o isolamento da classe militar. Segundo McCann:

Na década de 1880, o governo imperial mostrara preocupação crescente com a lealdade do Exército. Nos campos filosófico, emocional e material, a distância entre ambos aumentara constantemente. (...) Os escalões superiores incluíam uma profusão de veteranos da Guerra do Paraguai que se sentiam depreciados pelo regime e pela sociedade — até os alunos das escolas militares e os oficiais subalternos ridicularizavam suas medalhas de guerra. A maioria dos oficiais vivia do soldo, e por isso seu bem-estar econômico e seu orgulho profissional ressentiam-se da morosidade do sistema de promoções. Não tinham nada em comum com os grandes proprietários de terras que produziam o açúcar e o café exibidos no brasão do Império.⁵

Já Motta divide a insatisfação do Exército com o governo imperial em “dois campos: o técnico-profissional e o filosófico-político”⁶. O primeiro vinha da insatisfação de um grupo de oficiais, em sua maioria os mais jovens, com questões como a organização do Exército, sua Doutrina, tática e estratégia, contingente e armamento, em suma, questões práticas do ofício militar. Segundo Motta, esse grupo crescente de insatisfeitos via o Exército como abandonado pelo governo Imperial, que reduzira as verbas do Gabinete da Guerra e era surdo a qualquer proposta de reforma dentro do Exército; e viam que, como resultado de tal descaso, este se encontrava defasado, com suas fileiras ignorantes das técnicas modernas de combate e dos últimos avanços nas ciências militares. A doutrina brasileira (ou o que era entendido como doutrina) de então, calcada na tradição portuguesa, era alvo de profundas críticas por estes oficiais, que consideravam a doutrina alemã como a ideal a ser seguida. Para dar

³ A saber: 02 batalhões de engenheiros, 04 regimentos de artilharia de campanha, 04 batalhões de artilharia de posição, 10 regimentos de artilharia, 30 batalhões de infantaria e 01 corpo de transporte.

⁴ BRASIL. Repartição dos Negócios da Guerra. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, 1889**. Disponível em: <http://migre.me/JG6PV>. Acessado em: 16/08/2014.

⁵ MCCAAN, Frank. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. p. 28-29.

⁶ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 147.

voz às suas opiniões, esses oficiais descontentes fundaram, em 1882, a *Revista do Exército Brasileiro*.⁷

Os oficiais do período final da monarquia também diferiam da elite imperial em suas origens. José Murilo de Carvalho demonstra que o quadro de oficiais, entre 1860 e 1889, se compunha quase totalmente de filhos de oficiais, com muito poucos soldados advindos do que ele chama “nobreza civil”, aqueles que possuem títulos de nobreza por nascimento e não por serviço⁸. Ou seja, o exército se tornara, ao final do período imperial, uma instituição predominantemente endógena:

A organização militar começava a fechar-se sobre si mesma, gerando às vezes verdadeiras dinastias como as dos Lima e Silva no Império e a dos Fonseca na República. A elite civil passou a preferir, para o serviço militar, a Guarda Nacional que exigia menos esforço e interferia pouco nas atividades particulares.⁹

Já os praças continuaram a vir das classes pobres da população. O recrutamento foi uma constante no século XIX e início do XX, voluntário ou, quando falhava-se em cumprir a cota anual de novos recrutas, feito à força, mirando-se principalmente nos muito pobres e iletrados, nos desocupados, e nos criminosos, que a polícia entregava ao Exército ainda em ferros. Tal arranjo não era do agrado dos oficiais do Exército, e segundo Carvalho,

Os Relatórios do Ministério da Guerra estão cheios de queixas contra o sistema de recrutamento e de pedidos ao Congresso de leis mais adequadas. Falam na “geral repugnância da população para a carreira de armas” e na impossibilidade de manter os recrutas nas fileiras. Os voluntários eram obrigados a servir seis anos e os recrutados, nove anos, mas as constantes deserções, as doenças, a incapacidade física e as mortes desfalcavam o contingente em proporção calculada pelo ministro no Relatório de 1862 em um terço anualmente.¹⁰

A aprovação da lei de recrutamento de 1874¹¹, que estabeleceu o alistamento universal e definiu um sorteio para cobrir as vagas não preenchidas, não alterou muito esse quadro, pois abria um sem-número de exceções para diversas categorias

⁷ *Ibidem*, p. 148-151.

⁸ Até o fim da Monarquia, o oficialato estava aberto apenas aqueles com título de nobreza; entretanto, para que pudesse funcionar no Brasil, progressivamente se facilitou a obtenção de tais títulos. Por exemplo, o título de cadete passou em certo momento a ser outorgado a todo ingresso nas academias militares, independentemente de sua situação anterior.

⁹ CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006. p. 16-17.

¹⁰ *Ibidem*, p. 19.

¹¹ Lei nº 2.556, de 26 de Setembro de 1874.

profissionais¹², e mais que isso, oferecia a isenção da obrigação de servir em troca do pagamento de uma taxa ou a apresentação de um substituto. A nova lei também falhou em corrigir aquele que talvez fosse o problema maior do processo de recrutamento, e provavelmente o grande fator para que a lei de nada servisse: a responsabilidade em organizar e gerenciar o recrutamento continuou nas mãos das autoridades locais, como o juiz de paz, o delegado e o pároco. O recrutamento, então, se tornava instrumento nas mãos dos chefes locais, que o usavam de acordo com seus fins políticos.

A vida nos quartéis era pontuada pela violência, seja ela entre os próprios praças ou institucional: os castigos físicos, supostamente abolidos na lei, continuaram a ser prática disciplinar comum tanto no Exército, quanto na Marinha, e o estopim de um número de revoltas na caserna¹³. A visão da sociedade brasileira do século XIX era de que o serviço militar era degradante, violento, e apropriado somente àqueles indivíduos considerados “indesejáveis”. Kraay, em seu estudo da guarnição da Bahia entre os anos de 1850 e 1889, traça o perfil dos soldados rasos como sendo predominantemente da cor parda (56.6% dos 620 praças estudados) e negra (23,1%), e pouco mais da metade recrutada à força (56,5%). Embora não apresente dados numéricos, infere que a maioria era analfabeta¹⁴.

Portanto, as origens distanciavam o oficialato dos praças. Porém, mesmo entre os oficiais havia um distanciamento geracional, entre os mais velhos, em sua maioria veteranos da Guerra do Paraguai, e os jovens, recém-formados da Escola Militar da Praia Vermelha¹⁵ e da Escola de Porto Alegre¹⁶.

O currículo das escolas militares, ocupado com o estudo das ciências humanas e com muito pouco ou nada das ciências técnicas e militares, evidência também a discrepância entre a missão declarada do Exército, e a preparação recebida pelos

¹² “Bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastoris, caixeiros de lojas de comércio, etc.”. CARVALHO, Op. Cit., p. 20.

¹³ Das quais a Revolta da Chibata de 1910 foi a maior e mais conhecida. Também vale notar que a violência contra o soldado é uma questão problemática entre as forças armadas até a atualidade, embora sua justificativa tenha mudado, em geral, de uma punição para uma parte do processo de adestramento do recruta.

¹⁴ KRAAY, Hendrik. O Cotidiano dos Soldados na Guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 241-244.

¹⁵ Na reforma de 1874, o ensino dos oficiais na capital foi centralizado na Escola Militar da Praia Vermelha. Anteriormente, entre 1863 até 1874, os oficiais do corpo de engenheiros tinham que cursar primeiro a Escola Central, e mais tarde ingressar na Escola da Praia Vermelha. Antes de 1863, oficiais de todas as armas faziam o mesmo.

¹⁶ Esta teve inúmeros nomes durante sua existência. Em nosso recorte temporal, ela foi nomeada Escola Militar do Rio Grande do Sul (até 1889), Escola Militar de Porto Alegre (1889-1898) e Escola de Guerra de Porto Alegre (1905-1911).

cadetes. Por exemplo, o currículo de 1874 (ver ANEXO A) para o curso de Oficial de Infantaria ou Cavalaria da Escola Militar da Praia Vermelha prescrevia apenas uma cadeira em cinco anos de curso para as ciências militares (estratégia, tática), ocupando o restante do currículo com ciências humanas, línguas, e noções de ciências exatas aplicadas.

Sem surpresa, esses jovens oficiais, que saíam do curso com o título de bacharéis, preferiam ser chamados de “doutores” e ocupar seu tempo com a filosofia, a sociologia e a política ao invés da caserna, e desprezavam os oficiais comandantes mais antigos, que chamavam pejorativamente “tarimbeiros”.

O único ponto em que os dois grupos convergiam era a percebida falta de respeito das autoridades civis, e todos os escalões, em relação aos militares e seus assuntos.

A chamada Questão Militar é o exemplo mais conhecido desse processo de distanciamento e estranhamento entre civis e militares. Tratou-se de uma série de episódios, entre 1884 e 1887, de embates entre os militares e o governo imperial. O primeiro episódio começou com declarações públicas do Tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, se colocando contra projeto de lei do Visconde de Paranaguá que obrigava a contribuição ao montepio¹⁷ dos militares, que lhe gerou punição por parte do governo. O segundo episódio, também protagonizado por Sena Madureira, foi seu convite ao abolicionista Francisco José do Nascimento para visitar a Escola de Tiro do Rio de Janeiro, então sob seu comando; novamente punido, foi transferido para a Escola Preparatória do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.

O terceiro episódio foi causado pela polêmica que a punição de Sena Madureira gerou entre os militares, o que levou o Ministro da Guerra, Alfredo Chaves, a proibir os oficiais de travar discussões através da imprensa. Posteriormente esta proibição foi revogada, mas só aumentou a insatisfação entre os militares. O quarto episódio envolveu o coronel Ernesto Augusto de Cunha Matos e sua investigação em um quartel da província do Piauí, em que constatou corrupção por parte do oficial comandante. Ao pedir o afastamento deste oficial, teve sua conduta e sua reputação profissional atacadas pelos políticos conservadores na Câmara dos Deputados e na imprensa (Cunha Matos era membro do Partido Liberal). O crescente embate na imprensa, a adesão do General

¹⁷ Montepio é a pensão paga pelo governo ou por algum fundo de previdência privada à família do contribuinte ou associado, em caso de incapacidade para o trabalho, invalidez ou morte. Fonte: Montepio. In: BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009. p. 614.

Deodoro da Fonseca e dos cadetes da Escola da Praia Vermelha à defesa de Sena Madureira e Cunha Matos, além do silencioso, porém perceptível, apoio da maior parte do Exército fez o governo recuar, e D. Pedro II, em maio de 1887, demitiu Alfredo Chaves do Ministério da Guerra e perdoou os três oficiais.

Para Coelho, que estudou a perspectiva militar desses acontecimentos, existiram três fatores que serviram para agravar os incidentes da Questão Militar. O primeiro, como foi já observado, foi a queda brusca dos gastos do governo com os militares, que estes interpretaram como um descaso pela segurança nacional e um golpe contra a instituição que trouxera a vitória brasileira no Paraguai, e não como decorrente da debilidade econômica geral. A segunda foi a ausência de uma liderança forte, carismática, personificada na figura do falecido Duque de Caxias, que não teria permitido os percebidos golpes contra a classe militar por parte da Monarquia. Deodoro, alçado ao status de “novo Caxias” tanto pelo governo quanto pelos oficiais “tarimbeiros”, não tinha a mesma capacidade de liderança carismática que o Duque de Ferro, nem o capital político. E a terceira foi uma “democratização” do Exército, no sentido de que, talvez pela primeira vez até então, os oficiais subalternos tinham livre acesso aos oficiais gerais, o que lhes permitiu expressar sua insatisfação e influenciar suas ações. Foi o caso de Benjamin Constant que, apesar de ser o líder em volta do qual a geração mais nova de oficiais se agrupava, ainda tinha o acesso e a atenção do velho Marechal; não por acaso foi o tenente-coronel que visitou Deodoro nas vésperas do 15 de Novembro, para lhe pedir que liderasse o golpe.¹⁸

Da Questão Militar, o principal mas não o único exemplo do distanciamento entre os militares e o governo, se tiram duas consequências: a primeira é o aumento do apoio militar às questões abolicionistas¹⁹ e republicanas. A segunda é a fundação do Clube Militar, em junho de 1887, instituição visando a livre troca de ideias no seio militar. Como veremos adiante, o Clube Militar e seus membros foram atores principais no processo decisório de contratar uma Missão Militar de Instrução, como também nos debates sobre a qual nação recorrer.

Portanto, é nesse quadro duplo, de uma classe de oficiais comandantes, veteranos da Guerra do Paraguai, insatisfeitos com o tratamento recebido do governo, e de uma classe de oficiais subalternos educados e politizados nas ideias positivistas e

¹⁸ COELHO, Op. Cit., p. 61-72.

¹⁹ Menos conhecida que a Questão Militar, a chamada Questão Servil transcorreu durante o mesmo período. Tratou-se da aberta e crescente recusa dos oficiais e praças militares em cumprir missões de captura de escravos fugidos, influências das ideias abolicionistas nos quartéis e escolas militares.

republicanas, que devemos perceber a ação do 15 de novembro de 1889 e a Proclamação da República. Contudo, deve-se notar também que a proclamação da república não foi apenas uma ação de militares contra o governo civil do qual a instituição se via distante; inúmeros grupos defendiam diferentes versões dos ideais republicanos:

Homens como Lopes Trovão, signatário do manifesto republicano de 1870, e Silva Jardim – este já nos últimos anos do Império – eram defensores de uma revolução popular como caminho para se chegar à República. Mas a grande maioria seguia a opinião de Quintino Bocaiúva, partidário de uma transição pacífica de um regime para o outro, aguardando-se, se possível, a morte de Dom Pedro II.²⁰

Outro destes grupos são as oligarquias regionais, especialmente a de São Paulo. Os barões cafeeiros, apesar de possuírem os títulos de nobreza e frequentarem a corte, estavam tão distantes da monarquia quanto os militares. Os paulistas, organizados no Partido Republicano Paulista, fundado em 1873, viam a monarquia como incompatível com seu desejo de autonomia provincial, autonomia esta que lhe garantiria o direito de instituir sua própria política fiscal, econômica e migratória.²¹

Os militares, ou melhor, o grupo de jovens alferes, tenentes e capitães, liderados por Benjamin Constant, optaram por tomar a iniciativa, convencendo o Marechal Deodoro da Fonseca a ocupar o Campo do Santana e declarar o fim do Império. Nas palavras de Lincoln Penna, os militares se tornaram os protagonistas da proclamação e dos anos iniciais do novo regime porque “num primeiro momento, vão valer-se de sua organização e disciplina orgânicas, para se impor diante das pressões julgadas por eles como ilegítimas”.²²

A derrubada da monarquia brasileira pelos militares costuma ser descrita como uma ação sem violência ou resistência, além de unânime dentro da instituição militar, mas Celso Castro demonstrou como uma série de pequenas e semiesquecidas rebeliões ocorreram imediatamente após a proclamação da República:

- Revolta de 43 praças do 25º Batalhão de Infantaria, em Desterro (SC), em 18/11/1889;
- Revolta de cerca de 80 praças do 2º Regimento de Artilharia de Campanha, no Rio de Janeiro, em 18/12/1889;

²⁰ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p. 227.

²¹ *Ibidem*, p. 228.

²² PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 37.

- Revolta de aproximadamente 25 praças do 2º Batalhão de Artilharia, que compunham do destacamento militar da Foz do Rio Apa (Mato Grosso), em 20/12/1889.²³

Além destes, Celso Castro elenca duas revoltas civis contra a República, ambas ocorrendo nos dias seguintes à proclamação, e ambas protagonizadas por negros ou pardos: a primeira em Salvador (BA), na noite do dia 16 para 17 de novembro, e a segunda em São Luís (MA), no dia 17. Nesta última, os revoltosos foram violentamente reprimidos pelas autoridades, com pelos menos 14 feridos à bala, dos quais quatro morreram²⁴. Todos esses episódios foram espontâneos, em sua maior parte iniciativa de soldados rasos e não oficiais, entre os militares, e de trabalhadores braçais, entre os civis. Embora de pequeno vulto, essas revoltas militares e civis demonstram que a proclamação da República esteve longe de ser a unanimidade que geralmente se acredita, até mesmo entre seus protagonistas, os militares.

Já a década de 1890 foi marcada com uma série de conflitos de grande porte, com rebeliões no seio dos próprios militares (As Revoltas da Armada, 1891 e 1893-94), conflitos de cunho separatista, como a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1895, e culminando no conflito de Canudos.

As Revoltas da Armada são ilustrativas do desacordo entre os militares do exército e a marinha e a forma como a república brasileira estava sendo implementada, nos governos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, período que ficou conhecido como “República da Espada”. A Marinha foi muito mais resistente às ideias republicanas e de intervenção no governo civil do que o Exército; segundo Carvalho:

Por suas características organizacionais, recrutamento aristocrático dos oficiais, isolamento e treinamento mais profissional, a Marinha era uma força menos sensível a pressões políticas e menos hostil às elites políticas civis. Suas intervenções se resumiram à disputa com o Exército pelo domínio político nos primeiros anos da República.²⁵

A Primeira Revolta ocorreu no início do mandato eleito de Deodoro da Fonseca, em 1891. Foi resultado da insatisfação da Marinha, personificada pelo almirante Custódio de Melo, com seu papel no novo regime, da concentração de poderes nas mãos

²³ CASTRO, Celso. **Exército e Nação: Estudos sobre a história do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 15-22.

²⁴ *Ibidem*, p. 25.

²⁵ CARVALHO, Op. Cit., p. 52.

do Exército, e do tratamento desigual dado às duas forças. Custódio de Melo, e por conseguinte a armada, apoiara o adversário do Marechal, o paulista Prudente de Moraes. Mais do que um possível alinhamento ideológico com as oligarquias políticas de São Paulo, o mais provável é que Custódio e a Marinha vinham a eleição de Prudente como a necessária quebra do domínio sobre o Poder Executivo pelo Exército. Portanto, a eleição de Deodoro, por uma margem estreita, 129 contra 74, foi um golpe contra os anseios da Marinha, e o início da disputa que se transformaria em revolta.

Deodoro e o Exército, por sua vez, enfrentavam dificuldades cada vez maiores em manter o poder e estabelecer seu projeto político. A uma crise econômica desencadeada pelo chamado Encilhamento²⁶, somou-se a crise política, oriunda do domínio do poder Legislativo nas mãos das oligarquias regionais. A Assembleia Constituinte e a primeira constituição republicana o evidenciam muito bem. Enquanto os militares defendiam um poder executivo federal forte, a Assembleia Constituinte aprovou, em fevereiro de 1891, uma Constituição claramente inspirada no federalismo norte-americano, que dava aos governos provinciais pronunciado grau de autonomia, incluindo o direito de conduzir uma política econômica independente (incluindo contrair empréstimos internacionais e tarifar produtos), manter seus próprios tribunais de justiça, assim como forças militares próprias, as chamadas Forças Públicas Estaduais.²⁷ Ainda assim, Deodoro a promulgou, o que pode explicar sua eleição em um Congresso que lhe era tão contrário; podemos mais uma vez ver certo pragmatismo político, da parte dos representantes das oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que optaram por votar pela continuidade do governo militar ao invés de colocar um paulista na presidência. Porém, os conflitos entre Deodoro e o Congresso prosseguiram, e em 03 de novembro de 1891, ele ordenou o seu fechamento, com a promessa de novas eleições e uma nova Constituição. O Almirante Custódio imediatamente declarou a sublevação da Armada e ameaçou bombardear o Rio de Janeiro. Segundo Fausto:

O êxito dos planos de Deodoro dependia da unidade das Forças Armadas. Isso, como, sabemos, não ocorria. Ante a reação dos florianistas, da oposição civil, e de setores da Marinha, Deodoro acabou renunciando, a 23 de novembro de 1891. Subiu ao poder o vice-presidente Floriano Peixoto.²⁸

²⁶ A Crise do Encilhamento foi causada pela política econômica do governo provisório (1889-1891) e seus Ministros da Fazenda, Visconde de Ouro Preto e Ruy Barbosa. Numa tentativa de estimular a industrialização da recém-nascida república, estabeleceu-se uma política de créditos livres garantidos por farta emissão monetária. Essa política gerou especulação e alta inflacionária, evoluindo para uma crise que perdurou até 1892.

²⁷ FAUSTO, Op. Cit., p. 249.

²⁸ *Ibidem*, p. 254.

Já a segunda e mais conhecida Revolta da Armada, a de 1893-1894, foi resposta aos atos do sucessor de Deodoro, o Marechal Floriano Peixoto. Floriano reuniu em torno de si aqueles oficiais que se chamavam “doutores”, jovens e positivistas, críticos de Deodoro e seus tarimbeiros. Novamente foi motivada pela concentração dos poderes nas mãos do Exército e de Floriano, que na visão dos revoltosos se revelara um ditador pior do que Deodoro esteve em vias de se tornar. Em particular, a forma brutal como se portaram as tropas federais enviadas por Floriano para intervir na Revolta Federalista do Rio Grande do Sul acentuou a insatisfação da Marinha. Novamente sob o comando do Almirante Custódio de Melo, ao qual se uniria posteriormente o diretor da Academia da Marinha, Almirante Saldanha da Gama, a Armada se sublevou em 13 de setembro de 1893. Até março de 1894, a Baía de Guanabara e as cidades do Rio de Janeiro e Niterói se transformaram num campo de conflito entre governistas e os revoltosos, que se desdobrou tanto na troca de tiros de artilharia entre os navios revoltosos e os fortes, sob domínio do Exército, e em combates entre a infantaria da Marinha e tropas do Exército, da Força Estadual e da Guarda Nacional, no Rio e em Niterói. A situação do governo, sem meios de responder aos revoltosos, levou ao curioso episódio da intervenção das Marinhas Estrangeiras, em que a pedido do governo brasileiro, os navios estrangeiros que se encontravam ancorados na Baía se uniram para dar combate aos revoltosos²⁹. Somados aos estrangeiros, Floriano comprou junto ao banqueiro norte-americano Charles Flint uma esquadra composta de uma mistura de navios de guerra obsoletos e embarcações comerciais armadas às pressas. Tripulados por mercenários norte-americanos, essa esquadra auxiliou as forças legalistas a romperem o cerco da Marinha ao Rio de Janeiro, em março de 1894. Os revoltosos sobreviventes fugiram para o sul, onde se uniram aos Federalistas. Estes continuariam sua revolta até 1895, quando após sofrerem sucessivas derrotas, decidiram assinar um tratado de paz, mediado pelo então presidente da república Prudente de Moraes.

Mal sucedidas, estas duas revoltas tiveram sucesso em enfraquecer o domínio militar sobre o Executivo, com um número maior de ministros de origem civil sendo nomeados, ao invés dos oficiais que haviam até então predominado:

No Ministério da Fazenda estava Rodrigues Alves, de uma família paulista do Vale do Paraíba, antigo conselheiro do Império convertido à República. A

²⁹ Segundo Nabuco, eram seis os navios de guerra estrangeiros presentes no Rio quando do estourar da Revolta: o cruzador francês *Aréthuse*; o cruzador inglês *Sirius* e duas pequenas canhoneiras, também inglesas, o *Racere* e o *Beagle*; o cruzador italiano *Bausan* e a corveta portuguesa *Mindelo*. NABUCO, Joaquim. **A Intervenção Estrangeira durante a revolta de 1893**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. p. 17.

presidência da Câmara e do Senado encontrava-se também em mãos do PRP.³⁰

Florianópolis, que mantivera a governabilidade na sua presidência através de uma aliança de interesses com o Partido Republicano Paulista, se viu, no final de seu mandato, sem o apoio político deste; os paulistas haviam conseguido aumentar a sua influência no Congresso e no governo ao ponto de já não precisarem da aliança com os militares, e nomearam candidato próprio, o adversário derrotado de Deodoro, Prudente de Moraes. Com sua eleição em 1º de março de 1894, tinha fim a “República das Espadas”, e o projeto de república positivista dos militares. Iniciava-se a “República dos Fazendeiros”, que perduraria até a Revolução de 1930.

Se a Revolta Federalista e da Armada podem ser vistas como a derrocada do poder político do Exército, a Guerra de Canudos (1896-1897) pode ser vista como a demonstração maior do estado de desarranjo em que se encontrava o Exército Brasileiro, e também como o golpe final na instituição. O conflito contra os sertanejos de Antônio Conselheiro expôs as deficiências do exército: a completa falta de logística, com as unidades participantes ficando em inúmeros momentos sem munições, víveres ou até água, no meio do sertão nordestino; e a ausência de uma doutrina, ou pelo menos de uma doutrina unificada de combate, disseminada através de treinamento tanto entre oficiais quanto praças.

Entre os especialistas oriundos das instituições militares, costuma-se defender a posição de que os sucessivos fracassos nas três primeiras expedições contra Canudos foram causados pela interferência das autoridades civis na organização e comando dessas expedições. Esta posição nos parece estar mais fundamentada no corporativismo do que na análise dos fatos. Por exemplo, a terceira expedição foi comandada pelo Coronel Antônio Moreira César, oficial tido em alta conta pelo governo, tendo comandado com sucesso as forças governamentais nos episódios da Revolta da Armada e na Revolução Federalista; além disso, segundo McCann, era especialista em táticas de infantaria e seu livro era usado como base da doutrina do Exército desde 1894³¹. Apelidado de “corta-cabeça”, pela violência com a qual lidava com o inimigo, Moreira César foi nomeado para comandar a terceira expedição por sua reputação de brilhantismo tático e invencibilidade; porém, seu comando da expedição foi um exemplo escolar do oposto, cometendo uma série de erros táticos e logísticos,

³⁰ FAUSTO, Op. Cit., p. 256.

³¹ O livro em questão é referido por MCAAN, Op. Cit., p. 73, mas sem dizer seu nome.

subestimando um inimigo que já vencera duas expedições anteriores e que tinha a vantagem de lutar em um terreno inóspito que conhecia muito bem. Litrento oferece uma síntese que nos parece muito precisa do Coronel, quando afirma que:

Impetuoso, ainda que valoroso combatente, militar inflexível, sem nenhum temor à morte, faltava a Moreira César, contudo, para uma profissionalização completa da arte do comando, o que se impunha numa campanha, como aquela de Canudos, de consequências imprevisíveis, detida reflexão sobre a arte do abastecimento, devidamente planejado para que sua utilização fosse feita no devido tempo e lugar quando necessário à Expedição.³²

Ou seja, Litrento aponta como causa número um do fracasso de Moreira César o fato de que descuidou da questão logística; tanto quanto ao abastecimento de munições e víveres, quanto de algo mais fundamental e muito mais escasso naqueles sertões: água. Os únicos poços na região de Canudos permaneceram nas mãos dos sertanejos durante as três primeiras expedições, enquanto seus inimigos, dependentes da logística praticamente inexistente, passavam privações. E Moreira César, de acordo com o perfil traçado por Litrento, desprezou esse fator, assim como desprezou as úteis fontes de informações que seriam os sobreviventes das expedições anteriores. Estes, além da questão da água, poderiam tê-lo informado sobre os métodos de combate dos sertanejos, que usavam de táticas de guerrilha, muito diferente da técnica de combate de grandes unidades à que o Exército estava habituado. De fato, Moreira César, no comando da terceira expedição, parece ter se desligado da realidade do terreno aonde conduzia sua tropa.³³ Sem pressa, percorreu todo o caminho de Salvador, de onde saiu a 07 de janeiro de 1897, até Queimadas, e de lá até o Rancho do Vigário, distante 19 quilômetros de Canudos, aonde chegou em 03 de março. Já no caminho entre Queimadas e o Rancho começaram os ataques dos jagunços, que realizam golpes rápidos e fugiam. Ainda que em termos numéricos tais ataques fossem ineficientes, psicologicamente causavam grande tensão aos mal equipados e mal preparados soldados que Moreira César arrastara para o sertão. A partir do Rancho, as tropas federais lançaram um único ataque no dia 04 de março, um avanço direto da infantaria contra o povoamento, precedido de uma

³² LITRENTO, Oliveiros. **Canudos – Visões e Revisões**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998. p. 123.

³³ A Doutora em Neurologia Elza Márcia Targas Yacubian publicou artigo em 2003 em que apresenta a hipótese de que as decisões equivocadas que Moreira César tomou no comando da terceira expedição podem ter sido causadas pela epilepsia, condição da qual o coronel sofria desde os trinta anos de idade; efetivamente, as fontes relatam que Moreira César sofreu pelo menos dois ataques, na marcha em direção à Canudos. Esta hipótese pode redimir a reputação profissional do Coronel, mas não a dos seus subordinados, que não souberam continuar a operação quando este foi incapacitado. YACUBIAN, Elza Márcia Targas. When epilepsy may have changed history: Antônio Moreira César as the commander of the third expedition in the war of Canudos. **Arq. Neuro-Psiquiatr.** São Paulo, v. 61, n. 2B, Jun. 2003. Disponível em: <http://migre.me/pgkvJ>. Acessado em: 15/08/2014.

breve barragem de artilharia. Os praças adentraram pelo emaranhado de casas característico do arraial de Canudos, mas logo se viram sob o ataque dos seguidores de conselheiro:

As tropas que entraram nos primeiros perímetros de Canudos, apesar da bravura dos invasores, não conseguiram mais do que a conquista de parte mínima do emaranhado e inextricável arraial, que confundia os soldados, possibilitando o desaparecimento da ordem e, conseqüentemente, a destruição da disciplina, vital para a manutenção do terreno conquistado pelas Colunas invasoras. Envolvidos por jagunços que, ao invés de armas de fogo, empunhavam facões, punhais e porretes, os soldados eram dizimados ferozmente, de tal maneira que a Expedição invasora, praticamente acuada dentro do povoado que ingenuamente pensava haver conquistado, veio logo a recuar, tendo o próprio Moreira César recebido um tiro no ventre, que o feriu mortalmente.³⁴

Moreira César veio a falecer na noite do dia 04. Seu substituto hierárquico, o Coronel Tamarindo, não tinha a sua energia nem o seu carisma, e não foi capaz de restaurar a ordem na Expedição, que agora estava sendo atacada de maneira contínua pelos sertanejos. A tropa debandou; alguns conseguiram chegar às cidades vizinhas ao arraial; a maioria, porém, foi morta, seus corpos abandonados nos caminhos que levavam à Canudos, como um alerta aos que tentassem atacar Conselheiro e seus seguidores.

Apenas 19 dias depois do fracasso de Moreira César, foi organizada e enviada a quarta e última expedição, liderada pelo general Arthur Oscar de Andrade Magalhães. Nessa altura, a questão de Canudos, e os sucessivos fracassos do Exército em neutralizá-la, já havia se tornado assunto de interesse nacional. A Expedição do general Arthur Oscar contou com três brigadas, oito batalhões de infantaria e dois batalhões de artilharia, totalizando cerca de 4.000 soldados, e equipadas com o melhor armamento de que dispunha o Exército, incluindo metralhadoras. Esse contingente foi dividido em duas colunas; a primeira, comandada pelo próprio Arthur Oscar, partiu de Salvador, e a segunda, do Sergipe, comandada pelo General Cláudio Savaget. O objetivo final era cercar Canudos por duas direções diferentes. As duas colunas chegaram à região de Canudos em junho de 1897, e nos dois meses seguintes os combates prosseguiram, enquanto a quarta expedição continuou a sofrer os mesmos problemas de abastecimento das expedições anteriores. Em agosto, o ministro da guerra, Marechal Carlos Machado de Bittencourt, viajou ao sertão, ocupando a localidade de Monte Santo, de onde organizou o abastecimento das tropas. Sanado estes problemas, o Exército fechou o

³⁴ LITRENTO, Op. Cit., p. 124.

cercos sobre Canudos. Na altura de setembro, a maior parte dos sertanejos ou estava morta ou prisioneira; os últimos defensores de Canudos apenas foram neutralizados em outubro. O arraial foi destruído, e os prisioneiros restantes, degolados; ou, no caso das mulheres, enviadas para prostíbulos de Salvador.³⁵

A Quarta Expedição contra Canudos demonstrou o despreparo do Exército para uma campanha de qualquer duração em terreno inóspito. São inúmeros os episódios dos primeiros dois meses de combates, em que os soldados federais se viam isolados em suas posições no sertão, sofrendo com a falta de munições, alimentos e água, se tornando vítimas fáceis dos jagunços. Na apreciação de Litrento, foi fundamental a intervenção do Ministro da Guerra, Marechal Bitencourt, para a vitória em Canudos:

O Marechal Bitencourt, naquele momento decisivo, veio a ser o verdadeiro comandante da situação, no comando à distância, embora o fosse de direito o General Arthur Oscar. O marechal estava moldado para aquele grande empreendimento, ou seja, sitiá-lo Canudos, retirando-lhes as possibilidades de abastecimento através de suas estradas principais. Por outro lado, desenvolvendo também compreensão extraordinária do abastecimento permanente, sem o que se lhe-ia também arrebatada a que se avizinhava como a grande vitória daquela última expedição a Canudos.³⁶

1.2. AS PRIMEIRAS DUAS DÉCADAS (1900-1920)

O Exército Brasileiro entra no século XX em um estado que McCann descreve sem floreios:

Depois de Canudos o Exército ficou em ruínas. Os relatórios queixosos de seus líderes mencionavam problemas e deploravam a falta de dinheiro até para reparos simples. A sociedade civil parecia desinteressada, pouco se importando se o Exército decaísse.³⁷

Percebemos aqui um caso específico de relação entre o campo militar e o seu macrocosmo, a sociedade brasileira: esta última não tem nenhuma demanda para a atuação da primeira, e tal se reflete no recrutamento quase totalmente endógeno, na falta de verbas, no desinteresse geral pelo Exército. Para entender essa falta de interesse, e perceber o lugar do exército dentro do macrocosmo da sociedade brasileira, formemos um quadro político, econômico e social do país nestas primeiras décadas.

Politicamente, o país é dominado pelas oligarquias agropecuárias regionais: nordeste (Bahia principalmente, com a produção de cacau e açúcar, este último em

³⁵ FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos Anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000. p. 533-534.

³⁶ LITRENTO, Op. Cit., p. 137.

³⁷ MCCAAN, Op. Cit., p. 102.

franca decadência), sudeste (café, em São Paulo e Minas Gerais), norte (Amazonas e o recém-anexado Acre, produtores de borracha), e sul (carne e erva-mate, no Rio Grande do Sul em especial). Segundo Penna:

Esvaziado o ideário republicano pelo progressivo afastamento dos ideólogos, a República, que não tivera tempo de se popularizar, nem razões para a conquista de prestígio junto ao povo, foi tragada pelos que dela fizeram apenas um expediente continuísta para os interesses econômicos e políticos estabelecidos.³⁸

Aos senhores agrários que mandavam na oligarquia brasileira, pouco interessava a integração nacional, ou o crescimento industrial. Sua visão era de um Brasil agrícola e regionalizado, isso é, em que os estados têm o máximo de autonomia possível do governo central, cuja única função deveria ser a de apoiar os agronegócios regionais e intervir o mínimo possível. A população pobre, em especial os imigrantes, era vista pelas elites regionais como suprimento de mão-de-obra para as grandes propriedades agropecuárias:

Na sociedade moldada por essa economia, as elites viam a maioria da população tão-somente como fonte de trabalho barato para a agricultura. Seu interesse pela imigração advinha, sobretudo, do objetivo de assegurar a abundância e o baixo custo da mão-de-obra, mas também, em segundo lugar, do desejo de “embranquecer” a população.³⁹

Com a exceção dos estados do Sul, cujos produtos eram direcionados ao mercado nacional e ao restante da América do Sul, as outras regiões produtores exportavam a quase totalidade dos seus produtos agropecuários para a América do Norte e a Europa. Basta lembrar que, nesse período da primeira década do século XX, o café brasileiro supre 75% do mercado mundial; ou a borracha brasileira, que até 1912 têm o monopólio do mercado mundial. No cenário nacional, contudo, a hegemonia do poder federal permaneceu nas mãos das elites agropecuárias de São Paulo e Minas Gerais, que revezaram presidentes no período conhecido como República do Café-com-Leite: no período entre 1894 e 1930, com apenas três exceções⁴⁰, a presidência da república foi ocupada por paulistas e mineiros, em alternância:

Com a consagração do sistema federalista, a República brasileira viria a conhecer um longo período comandado pela ação e pelos interesses da política dos estados. Descartada a ameaça do florianismo e sua versão popular, na qual o regime tenderia a adotar uma direção unitária e fortemente

³⁸ PENNA, Op. Cit., p. 88.

³⁹ MCCAAN, Op. Cit., p. 104.

⁴⁰ Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro, que assumiu a presidência com a morte de Afonso Pena, entre 1909 e 1910; Hermes da Fonseca, do Rio Grande do Sul, entre 1910 e 1914; e Epitácio Pessoa, da Paraíba, entre 1919 e 1922.

centralizada na figura presidencial, foi possível o governo descentralizado dos múltiplos apetites oligárquicos.⁴¹

A satisfação desses “apetites oligárquicos” gerou a máquina política da República Velha, uma rede de acordos e compromissos, alguns sigilosos e outros nem tanto, entre os atores políticos, do qual a combinação Mineiro-Paulista para a escolha do candidato a presidente em cada eleição era apenas o mais óbvio. McCann fala em um sistema político em dois níveis, um aparente, e outro real:

Havia a constituição de 1891, com suas cláusulas sobre um presidente, uma legislação, equilíbrio dos poderes etc., mas o sistema real baseava-se em acordos tácitos que permitiam a autonomia dos estados em troca do apoio às políticas nacionais do presidente. O que parecia ser uma democracia representativa constitucional era, na verdade, o governo por uma aliança oligárquica.⁴²

O domínio político das oligarquias causou uma profunda crise na economia brasileira nestas primeiras décadas. A partir de 1891, com a autonomia dos estados para gerir sua própria política econômica, ocorreu a abertura de dezenas de novos bancos autorizados a emitir papel moeda, assim como um contínuo aumento na oferta de crédito. Além disso, prosseguiu-se a prática, que teve início na Independência e perduraria pelo Império, de se obter empréstimos estrangeiros para financiar as atividades econômicas nacionais e regionais: “Eles se destinam, na República, à manutenção do Estado, ao financiamento da infraestrutura de portos e ferrovias, à valorização do café ou simplesmente a cobrir a dívida crescente”.⁴³ De fato, a depreciação cambial através da emissão de papel moeda foi ferramenta muito usada pelo governo brasileiro para manter os preços do café nacional competitivos, assim como a compra e destruição dos estoques para manter o preço artificialmente alto; a consequência era aumentar o custo dos produtos manufaturados e gêneros alimentícios importados, além de prejudicar as rendas do próprio governo federal, que tinha como principal receita os impostos sobre importações.

Sucessivas crises se sucederão, encerrando os grandes ciclos econômicos brasileiros, baseados na produção agropecuária e extrativismo: a borracha permanecerá forte até 1912, quando o monopólio brasileiro será quebrado pelos seringais britânicos na Malásia, Ceilão (atual Sri Lanka) e África; mais que isso, a produção britânica será muito mais eficiente que a nacional, consequentemente reduzindo os custos, e tornando

⁴¹ PENNA, Op. Cit., p. 88.

⁴² MCCAAN, Op. Cit., p. 104.

⁴³ FAUSTO, Op. Cit., p. 293.

a borracha brasileira proibitivamente cara para manter qualquer competitividade no mercado internacional.⁴⁴ Caso semelhante foi o do cacau brasileiro, produzido principalmente na Bahia, que teve seu domínio do mercado tomado pelo cacau plantado no Caribe e na África, usando técnicas mais modernas e barateando seu custo. O café se manteve como carro-chefe das exportações brasileiras até 1930, com as consequências de desvalorização da moeda, crescimento da dívida externa em decorrência da tomada de empréstimos, e aumento dos custos de vida para os habitantes das cidades e dos setores não envolvidos com a economia cafeeira.

Desnecessário dizer que essa configuração socioeconômica, e as crises por ela causadas, não agradavam àquelas parcelas da população não ligadas às oligarquias, as populações urbanas, que viam seu custo de vida subir, devido à alta de preços das manufaturas e alimentos importados, e se ressentiam da incapacidade do governo central de corrigir esta situação:

A classe média brasileira via o país controlado pelos coronéis rurais, os quais, com seus seguidores armados, constituíam forças armadas irregulares que limitava a capacidade do governo central para impor a lei nacional. E o pior, do ponto de vista da classe média, era que esses coronéis, graças a um elaborado sistema de alianças, na prática controlavam o governo central.⁴⁵

Essa situação, em especial, não agradava aos militares. Em primeiro lugar, porque a política de autonomia regional se refletia para as forças armadas, braço armado do governo federal, em orçamentos reduzidos e interferência política local na instituição; em segundo lugar, porque os militares se ressentiam de seu envolvimento em rebeliões e outras ações policiais, quando em sua visão, o papel das forças armadas era a de defesa contra o inimigo externo, e porque acabavam desempenhando o papel de capangas armados para as oligarquias que criticavam em primeiro lugar. E, em terceiro lugar, essa configuração da república brasileira era contrária ao ideal positivista que havia motivado o golpe militar em primeiro lugar, e que ainda sobrevivia nas Escolas Militares e era ensinado aos jovens oficiais.

1.3. O EXÉRCITO NA VIRADA DO SÉCULO XX

⁴⁴ Como veremos adiante, a borracha brasileira passou por um breve período de prosperidade renovada, durante a Segunda Guerra, com o interesse das nações Aliadas no produto ocasionada pela perda das zonas produtoras asiáticas, sobre domínio japonês.

⁴⁵ MCCAAN, Op. Cit., p. 131.

Numericamente, o Exército de 1900 está substancialmente maior que o de 1889: 28.160, divididos em 62 corpos: 40 batalhões de infantaria, 14 regimentos de cavalaria, 6 regimentos de artilharia de campanha, 6 batalhões de artilharia de posição, e 2 batalhões de engenharia⁴⁶. Tal incremento se deu, possivelmente, pelo número de conflitos em que o Exército se viu envolvido na década anterior. Porém, da mesma forma que em 1889, na prática as unidades do Exército operavam com um número menor de homens que o indicado na documentação. Segundo o Relatório do Ministério da Guerra para o ano de 1900, em maio deste ano o Exército encontrava-se com apenas 14.983 homens em suas fileiras, ou seja, 53,2% do total.⁴⁷

Segundo José Murilo de Carvalho, o perfil do soldado raso nesse momento não é diferente daquele da época imperial, e que na verdade será essencialmente o mesmo durante o período de estudo deste trabalho: os “indesejáveis da sociedade”, os pardos e negros, pobres e iletrados. Embora tenha sido proibido, o recrutamento “no laço” continuou acontecendo:

Em 1913, 24 anos após o final do Império, Leitão de Carvalho ainda dizia que as principais fontes de recrutamento do Exército eram: a) os nordestinos afugentados pelas secas; b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela polícia; d) os inaptos para o trabalho.⁴⁸

Mas, como veremos a seguir, ainda que o perfil do soldado raso não mude, as condições de recrutamento e a visão da sociedade sobre o Exército começaram a mudar durante a década de 1910.

Sobre o perfil do oficial, parece existir uma lacuna de fontes que nos permita traçar o perfil com alguma precisão. Carvalho tenta seguir por dois caminhos distintos, primeiro estudando as biografias dos líderes tenentistas, de onde afirma que

Mas, das várias biografias e autobiografias publicadas, pode-se perceber que a quase totalidade dos líderes tenentistas, por exemplo, era proveniente de famílias pobres. Estão nessa situação os dois Távora, Luís Carlos Prestes, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos, João Alberto. Alguns, como os Távora, confessadamente entraram para o Exército como o único caminho disponível para continuarem os estudos, dada a insuficiência das rendas familiares. Quando Leitão de Carvalho manifestou intenção de ingressar no Exército, seu professor lhe perguntou logo se o motivo era a falta de dinheiro.⁴⁹

⁴⁶ MAGALHÃES, Op. Cit., p. 318.

⁴⁷ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1900**. Anexo A. Disponível em: <http://migre.me/IG6PV>. Acessado em: 20/09/2014.

⁴⁸ CARVALHO, Op. Cit., p. 20.

⁴⁹ Ibidem, p. 17.

Em seguida, Carvalho recorre ao levantamento de Alfred Stepan da origem dos alunos da Academia Militar do Realengo, entre 1941-1943. Embora seja de período posterior, Carvalho argumenta que o perfil dificilmente teria se modificado muito daquele da primeira república. A filiação dos alunos da Academia Militar neste período é a seguinte:

Tabela 1.1: Profissão dos pais dos alunos da Academia Militar do Realengo, 1941-43 (%)

Classe Alta Tradicional		Classe Média		Classe baixa qualificada		Classe baixa não-qualificada	
Fazendeiro	3,8	Industrial	3,1	Artesão	0,8	Operário	0,7
Profissional liberal	14,5	Comerciante	25,7	Outras	0,7	Camponês	0,3
Outras	1,5	Servidor público	15,8			Empregado doméstico	1,3
		Militar	21,2				
		Outras	10,6				
Total	19,8 (N=204)	Total	76,4 (N=788)	Total	1,5 (N=15)	Total	2,3 (N=24)

Fonte: STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: As Mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro, Artenova, 1975, p.28.

Portanto, levando estas duas fontes em consideração, podemos tirar algumas conclusões. É clara a mudança do perfil de origem do cadete, que deixa de vir predominantemente da classe militar (embora esta permaneça em segundo lugar como origem dos novos cadetes) e sim da classe média urbana, dos filhos de comerciantes e comerciários. Essa mudança pode ser vista como fruto direto do fim da Monarquia: com a abolição do sistema de títulos nobiliárquicos, abriram-se as portas das Academias Militares para grupos antes excluídos pela exigência de títulos, e que viam no oficialato a oportunidade de uma carreira estável e de obter uma formação superior que muitos deles não tinham condições de pagar de outro modo. Além disso, era uma carreira em que não teriam que disputar com a elite civil, que por ela pouco se interessava.

1.4. TENTATIVAS DE REFORMA E A DEFESA DA PROFISSIONALIZAÇÃO

Conforme já foi dito, o Exército entra o século XX defasado, mal equipado e mal preparado. Era formado por soldados rasos com pouca ou nenhuma educação formal. A maioria servia contra sua vontade ou por absoluta falta de opção, em um ambiente insalubre, de poucos confortos e muitos castigos, e mal vistos pela sociedade e por seus oficiais. Estes, por sua vez, eram em sua maioria melhor qualificados como políticos, intelectuais ou filósofos, do que militares. O descaso da sociedade e do governo para com o Exército se refletiu na falta de interesse político e este, somado à crise econômica que o Brasil enfrentava naquele momento, significou a falta de verbas para as reformas mais básicas, e mesmo para a manutenção regular.

Ainda assim, estas primeiras duas décadas viram tentativas de reformas, algumas mudanças, a formação de um novo pensamento sobre o papel do Exército na sociedade, e de uma nova visão sobre o que é ser militar.

A primeira se dará sobre a égide de João Nepomuceno de Medeiros Mallet, durante seu período à frente do Ministério da Guerra do governo de Campos Sales (1898-1902). Mallet foi militar de carreira, veterano da Guerra do Paraguai. Supervisionou a formação do novo Estado-maior do exército, em 1896, e do novo Serviço de Quartel-mestre, no mesmo ano; portanto, estava já envolvido no incipiente processo de modernização do Exército desde o seu início. Além disso, segundo McCann, por não ter tido envolvimento direto com a Revolução Federalista e o conflito de Canudos, seu ministério trazia a ideia de um novo começo.⁵⁰

Mallet foi responsável pelo grande ímpeto reformista inicial, pela sua visão clara de como a natureza da guerra estava mudando, por causa dos avanços tecnológicos, e de como o Exército brasileiro estava defasado. Os seus Relatórios de 1900 e 1901 são a síntese de suas observações sobre a natureza da guerra moderna, as lições aprendidas nas experiências anteriores do Exército, e de suas propostas para a reforma da instituição. Ele escreve:

Quaisquer que sejam as consequências dos sucessivos aperfeiçoamentos introduzidos no armamento, nas munições, no material de guerra, enfim, é bem exato que tenha resultado certa revolução na arte da tática, mas não tão grande que afete os princípios sobre que apoiam-se suas regras, consideradas fundamentais e ainda com bastante elasticidade para ceder sem deformar, sem alterar a essência, a novas exigências que porventura sobrevenham. (...) Em síntese, podem ser esses princípios reduzidos às duas regras seguintes:

⁵⁰ MCCAAN, Op. Cit., p. 106.

- 1- Ver sem ser visto, para melhor atirar sem se expor;
- 2- Empenhar na luta a máxima intensidade de ação, só apresentando ao fogo do inimigo a menor parte possível das forças necessárias à realização do objetivo pretendido.⁵¹

O Ministro da Guerra baseia suas observações não apenas no estudo dos conflitos e exércitos a ele contemporâneos (por exemplo, cita repetidamente a Guerra dos Bôeres na África do Sul), mas também bebe da experiência da Guerra de Canudos, onde os sertanejos de Antônio Conselheiro, apesar da falta de qualquer ensino formal de combate, souberam usar os princípios da guerra, não apenas os dois que Mallet cita em seu relatório⁵², e arrancar vitórias das tropas governamentais:

Mesmo entre nós, fatos de ontem, Canudos, provam quanto é respeitável e de temer a eficácia do tiro, as pontarias seguras, ainda que partidas de grupos alheios às mais simples noções de balística, a todas as sutilezas da tática. As baixas que na ocasião sofreram nossas tropas falam com eloquência irresponsável.⁵³

Portanto, Mallet dá especial ênfase à importância de uma boa educação militar e na prática de campo, em exercícios e manobras, como formar e adestrar o soldado para os desafios do campo de batalha. Ele retorna com especial insistência ao ponto de que a educação do soldado deve ser essencialmente prática, com exercícios contínuos onde ele pode aplicar os conhecimentos aprendidos na sala de aula:

Os cursos completos sobre cada uma das especialidades, feitos com todo o método e aproveitamento; o ensino teórico, ainda que simples e limitado às atribuições que serão confiadas aos diversos comandos de maiores ou menores unidades; — não são suficientes para obter todos os benéficos resultados que podem ser colhidos da aplicação prática dos princípios e regras da tática e da estratégia, por mais racionais e lógicos que sejam. É necessária que o indivíduo tenha ocasião de observar, de aplicar, *de fazer*, por iniciativa própria, acertando, melhorando, cometendo erros e corrigindo-os, para que, voltando aos estudos de gabinete, compare o que executou e ordenou, o que viu enfim, com o que devia ter executado e ordenado. Da reflexão, da meditação, surgirão outras ideias, uteis e valiosas, que gravas firmemente em sua memória, formarão o verdadeiro contingente de conhecimentos, o cabedal técnico-prático de que disporá eficazmente nos momentos difíceis da ação.⁵⁴

⁵¹ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1900**. p. 4-5. Disponível em: <http://migre.me/IG6PV>. Acessado em: 20/09/2014.

⁵² Segundo Trompowsky, "Os princípios de guerra são preceitos ou normas básica de conduta, que se aplicam na guerra e que têm afetado, com regularidade, a decisão nos conflitos passados". TROMPOWSKY, Affonso Von. Princípios de Guerra: Para que servem, afinal? **Revista Militar Brasileira**. Rio de Janeiro, ano LII, nº 2, p. 123-144, Abr/Mai/Jun 1966.

⁵³ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1901**. p. 35. Disponível em: <http://migre.me/IG6PV>. Acessado em: 20/09/2014.

⁵⁴ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1900**. p. 6. Disponível em: <http://migre.me/IG6PV>. Acessado em: 20/09/2014. Grifo do autor.

E, e aqui é que começa a verdadeira mudança no pensamento militar de como o Exército e seus membros devem ser organizados, Mallet afirma que os militares são como engrenagens na máquina da instituição militar, e portanto cada engrenagem, seja ela praça ou oficial, deve estar bem moldada, para cumprir sua função no todo:

Não é bastante, porém, que somente os elementos diretores tenham o preparo suficiente para garantir a vitória: o conjunto de qualidades e conhecimentos que deve possuir o oficial ou soldado, proporcionalmente distribuído, como sejam calma, coragem, abnegação, disciplina, educação militar e instrução teórica e prática, exige algum tempo de tirocínio nas fileiras, aplicado à formação do homem de guerra, qualquer que seja sua graduação.⁵⁵

É um pensamento diverso daquele predominante até então, em que o adestramento do soldado tinha maior intuito em ensiná-lo a ordem, a obediência, o respeito aos superiores e à instituição, e a ritualística militar (saudações, heráldica), do que os conhecimentos necessários ao campo de batalha. Estes, acreditava-se, eram a província do oficial. E, como Mallet também critica em seu relatório, nem os oficiais recebiam esse aprendizado, nas escolas militares em que predominavam o ensino das ciências humanas, alguma coisa das ciências físicas, e quase nada das ciências militares.

Além da mudança dos currículos, da recomendação da prática constante, e da extensão do ensino militar de qualidade aos praças, a outra grande bandeira que Mallet levantou em seus relatórios foi a questão do recrutamento. Citando o exemplo das nações “mais avançadas em assuntos militares”, como Inglaterra, França e Alemanha, que nas décadas anteriores haviam adotado o conceito do soldado-cidadão reservista, que após cumprir seu período de serviço obrigatório, permanecia ligado ao seu regimento por laços de camaradagem aos seus companheiros de armas. Anualmente, esta massa de reservistas era convocada a se apresentar em suas unidades e participar de exercícios. Na verdade, a educação militar começava já na juventude e na sociedade civil, com noções de treinamento militar nas escolas primárias e secundárias e nos clubes de tiro. Argumentava Mallet que apenas adotando medidas semelhantes, o Exército brasileiro teria condições de manter um corpo de soldados educados, experimentados e competentes, do tipo necessário à prática do tipo de guerra moderna que visionava como a realidade dos conflitos vindouros do novo século:

Como quer que seja, avulta presentemente em todos os países a preocupação em aperfeiçoar no tiro, não já o soldado que se acha no serviço ativo ou o reservista; visa-se mais alto, opina-se e reclama-se, com insistências, medidas

⁵⁵ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1900**. p. 7. Disponível em: <http://migre.me/IG6PV>. Acessado em: 20/09/2014. Grifo do autor.

tendentes a despertar o gosto pelo manejo do fuzil a toda a população válida, e os meios práticos de executá-lo.⁵⁶

Outra reforma defendida por Mallet era a concentração das unidades do Exército, que, em sua avaliação, se encontravam fragmentadas pelo país. O ministro via essa fragmentação como um obstáculo ao seu projeto de exercícios práticos com as unidades, que seriam irrealizáveis com a tropa dispersa pelo vasto território brasileiro. A concentração de unidades também tinha outro benefício, o de tirar estas guarnições isoladas da esfera de influência dos coronéis locais, o braço municipal do sistema oligárquico que governava o país e que era contrário à renovação do Exército.

Embora McCann sintetize que a “Provavelmente a maior contribuição de Mallet para o pensamento militar brasileiro tenha sido sua insistência na necessidade de constantes manobras de treinamento para criar um verdadeiro exército”⁵⁷, devemos também considerar a importância de suas declarações sobre a necessidade de alterações no recrutamento dos praças, e na educação militar adequada para todos os níveis da instituição. Entretanto, é verdade que a falta de verbas e de interesse político o impossibilitou de colocar em prática suas reformas; e que também ele, tendo mostrado um pensamento muito nítido das muitas necessidades do Exército brasileiro, falhou em considerar apropriadamente a questão da logística e seu peso nas operações militares. Ainda assim, seu ministério foi fundamental para dar início às mudanças, mesmo que apenas no plano teórico.

É necessário destacar os eventos que transpiraram em 1904, a Revolta da Vacina, no âmbito civil, e a Revolta da Escola da Praia Vermelha, no âmbito militar, e como esta última representa a insatisfação da classe militar com o governo civil, e o sistema oligárquico que o dominava. A primeira começou com a insatisfação geral da população pelas reformas sanitárias e de urbanização que estavam em andamento na capital, sob a égide do presidente recém-eleito Rodrigues Alves, que atingiram principalmente o operariado urbano. Até então, moravam nas casas e cortiços que agora a prefeitura demolia para a construção das novas ruas do centro do Rio de Janeiro. Sem opções, os despejados “eram espremidos em habitações ainda menos desejáveis com aluguéis mais altos, ou forçados a procurar abrigo em lugares mais distantes de seus

⁵⁶ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1901**. p. 35. Disponível em: <http://migre.me/IG6PV>. Acessado em: 20/09/2014.

⁵⁷ MCCAAN, Op. Cit., p. 110.

locais de trabalho no centro ou na região portuária⁵⁸. Soma-se a essa causa imediata razões mais profundas, como a elevação do custo de vida, os juros altos, que já haviam causado uma crise do comércio em maio, e que engrossara as fileiras dos insatisfeitos com a adesão dos comerciantes prejudicados e outros setores das classes médias e baixa urbanas.

Além disso, a política sanitária do sanitarista Oswaldo Cruz, que buscava erradicar uma série de doenças e melhorar as condições gerais de higiene da capital da república, foi recebida com hostilidade pela população geral, que as via como abusivas. De fato, várias delas afetavam a vida econômica dos cidadãos das classes populares, como a proibição da criação de animais domésticos, a plantação de hortas e capinais, e a venda de bilhetes de loteria; outras eram tidas como invasivas, como as inspeções das brigadas sanitárias, que,

Compostas de um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários da limpeza pública, percorriam ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos preferidos das visitas eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica.⁵⁹

O estopim da revolta foi a decisão de reforçar a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola. A vacinação, introduzida no Brasil em 1803, já era obrigatória por lei para todos desde 1884, mas essa obrigatoriedade ficou no papel. O governo Rodrigues Alves decidiu renovar a lei a pedido de Oswaldo Cruz, que determinara a Varíola como a terceira enfermidade que ambicionava eliminar da capital federal. A lei, aprovada em 31 de outubro, determinava a vacinação de todos os cidadãos, incluindo oficiais e praças das Forças Armadas; a responsabilidade pela inoculação destes caía sobre seus oficiais comandantes⁶⁰. Na alínea e do artigo 2º da lei, lê-se que as autoridades, para cumprimento desta lei, lançariam mão das medidas determinadas no decreto nº 1.151, de 05 de janeiro de 1904, letra f do inciso 3, artigo 1:

Quanto aos prédios:
1º Serem eles desocupados amigável ou judicialmente pelos inquilinos dentro de um a oito dias, conforme a urgência;
2º Serem reparados ou demolidos pelos seus proprietários no prazo que lhes for assignado. Si estes se recusarem fazê-lo, as reparações ou demolições serão feitas à sua custa, ficando em um ou outro caso o prédio ou terreno por

⁵⁸ Ibidem, p. 134.

⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 94.

⁶⁰ BRASIL. Lei nº 1261, de 31 de Outubro de 1904. Torna obrigatória a vacinação e a revacinação contra a varíola em todo o território nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 02/11/1904, p. 5158. Disponível em: <http://migre.me/p3Eid>. Acessado em: 15/02/15.

ele ocupado legalmente hipotecado para garantia da despesa feita, classe o dia da declaração da interdição.⁶¹

Portanto, novamente o governo dava amplos poderes às brigadas de saúde. O projeto, apesar de aprovado, encontrou resistência no Congresso, por parte de dois militares: o senador Lauro Sodré (tenente-coronel licenciado, ex-aluno e ex-professor da Escola Militar da Praia Vermelha), e o deputado Barbosa Lima (Major do Exército), ambos positivistas, antigos partidários de Floriano Peixoto, e críticos do governo federal dominado pelas oligarquias. Mesmo com a aprovação da lei, os dois prosseguiram com sua campanha contra a vacinação obrigatória, junto a um terceiro personagem, o deputado Alfredo Varela, ex-aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, e fundador do jornal *O Commercio do Brazil*, periódico que usava para criticar o governo e suas medidas.

Enquanto, para as classes populares, a razão pela revolta era a percebida ofensa à sua privacidade, somado pelos prejuízos e incômodos causados pelas reformas e a crise econômica, para estes homens as razões eram científicas e filosóficas. Segundo Carvalho:

Pelo primeiro, interpretavam o pensamento de Comte como tendo sido contrário à teoria microbiana das doenças. Pelo segundo, não aceitavam qualquer intromissão do governo, poder material, no domínio da saúde pública, reservado ao poder espiritual. Irritava-os particularmente o monopólio exercido pelos médicos sobre a saúde pública e privada. Para eles, a intromissão do governo não passava de um “despotismo sanitário”, expressão que passou a ser largamente utilizada pelos inimigos da vacina e do governo.⁶²

Seria reducionista afirmar que a Revolta foi fruto apenas da ação desses homens, mas sem dúvida eles tiveram responsabilidade em estimular a insatisfação popular através de reuniões com sindicatos, palestras e pelos jornais. Nas semanas seguintes à promulgação da lei, o governo buscou elaborar um regulamento que permitisse a execução da lei sem alimentar a insatisfação daqueles que eram contrários à vacinação. Porém, no dia 10 de novembro o jornal *A Notícia* publicou o projeto de regulamento elaborado por Oswaldo Cruz:

O projeto de regulamento mantinha a opção de vacinação por médico particular, mas o atestado teria de ter firma reconhecida. Pelo resto, cercava de tal modo o cidadão que dificilmente alguém poderia escapar. O atestado de vacina era exigido para tudo: matrícula em escolas, emprego público, emprego doméstico, emprego nas fábricas, hospedagem em hotéis e casas de

⁶¹ BRASIL. Decreto nº 1.151, de 05 de Janeiro de 1904. Reorganiza os serviços de saúde pública da União. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 09/1/1904, p. 159. Disponível em: <http://migre.me/p3EIK>. Acessado em: 15/02/15.

⁶² CARVALHO, Op. Cit., p. 98.

cômodos, viagem, casamento, voto, etc. Multas eram previstas para os recalcitrantes.⁶³

Apesar de repetidas declarações no sentido de que o projeto vazado era apenas sugestões de Oswaldo Cruz e que o governo jamais o aceitaria, ele foi o estopim que levou os revoltosos às ruas, e durante sete dias, entre 10 e 16 de novembro, a capital federal presenciou atos de violência, combates urbanos, saques e depredações. Os revoltosos tomaram delegacias, se armaram, construíram barricadas e enfrentaram a polícia.

Nesse ínterim, os cadetes da Escola da Praia Vermelha também decidiram se unir ao movimento revoltoso, e no dia 14 a quase totalidade dos alunos, cerca de 300, pegaram em armas e foram às ruas, liderados pelo general de brigada Silvestre da Silva Rodrigues Travassos, além de Lauro Sodré e Alfredo Varela. O golpe seria maior em escopo, envolvendo também alunos da Escola Preparatória do Realengo; apenas a ação rápida do comandante da escola, general Hermes da Fonseca, impediu que os alunos desta escola se sublevassem.

A princípio, as razões para tal decisão parecem semelhantes às dos civis, lembrando que os cadetes eram, em sua maioria, oriundos de alguns dos grupos populares que agora se revoltavam. Entretanto, na verdade os líderes dos revoltosos do dia 14 apenas aproveitaram a turbulência reinante como pretexto para desferir sua tentativa de golpe, que visava derrubar a presidência de Rodrigues Alves e instaurar uma nova ditadura militar com moldes positivistas; foi resultado de uma conspiração que já o vinha planejando pelo menos desde o mês anterior⁶⁴. Klajman vai mais além, e em seu estudo conclui que a própria Revolta da Vacina não teria eclodido se não fosse pela ação de Sodré, Lima e Varela, homens com passado militar antes de se dedicar à política, e que usaram de sua influência para levar tantos civis quanto cadetes à insurreição⁶⁵. Como já afirmamos, reconhecemos o papel destes homens nos acontecimentos de novembro de 1904, mas preferimos exercer a cautela em transformá-los nos principais responsáveis; os civis das classes populares, e até a classe média, já se encontravam insatisfeitos com as ações do governo, e o vazamento do projeto de Oswaldo Cruz foi um estopim poderoso para a revolta.

⁶³ Ibidem, p. 99.

⁶⁴ CASTRO, Op. Cit., p. 32.

⁶⁵ KLAJMAN, Charles. **Revolta da Vacina (Novembro de 1904): “Um Enfoque Militar”**. 2007. 114 f. Monografia (Especialização em História Militar Brasileira) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, 2007. p. 106.

Após marchar da Escola até o bairro de Botafogo, aonde chegaram à noite, os revoltosos chocaram-se com tropas legalistas enviadas pelo presidente para debelar a rebelião; após um curto, intenso e confuso combate⁶⁶, recuaram de volta à Praia Vermelha. Sem líderes⁶⁷, cercados pelas forças legalistas, e sob bombardeio de navios da marinha, os revoltosos se renderam no dia seguinte.

A Revolta da Escola da Praia Vermelha merece destaque por uma série de razões. A primeira é que foi, desde o golpe que fundou a República, o primeiro movimento organizado de oposição armada ao governo, vindo da classe militar. Foi fruto do pensamento positivista e republicano que dominava a educação militar até então; foi planejada e tinha objetivos definidos, ao contrário das pequenas revoltas de caserna que eclodiram imediatamente à proclamação da República:

Os militares que se lançaram na fracassada tentativa de golpe em 1904 defendiam o retorno ao ideal republicano, que, em sua visão, havia sido imaginado pelos adeptos de Benjamin Constant em 1889, continuado na década seguinte por Floriano Peixoto e pelos políticos *jacobinos*, porém traído e finalmente derrotado pelo conluio das oligarquias tradicionais.⁶⁸

De fato, a figura de Floriano e o projeto político que ele representava era profundamente admirado pelos cadetes que se revoltaram em 1904, como atesta o depoimento de Lobato Filho, que era um cadete do 1º ano em 1904, reproduzido por Klajman:

Empolgou de tal forma a mocidade militar com aquela sua serenidade e energia, com seus rasgos de bravura, sua sabedoria e tino político, sua capacidade de estadista e sua coragem, prudência e firmeza, que essa mocidade passou a servi-lhe de apoio incondicional.⁶⁹

Portanto, assim como aconteceu com a geração de Benjamin Constant e do próprio Floriano Peixoto, em relação ao Duque de Caxias, os jovens de cadetes de 1904 viram na figura de um líder militar já falecido a inspiração para seu próprio movimento intervencionista nos rumos do governo civil.

Em segundo lugar, a Revolta de 1904 também é a primeira expressão pós-1889 daquilo que Carvalho chama do ideal da “intervenção-moderadora” dos militares na sociedade brasileira, ou seja, de que o papel do Exército como instituição, do “soldado-

⁶⁶ O combate ocorreu nas ruas do bairro carioca, à noite e na escuridão total, pois a iluminação pública tinha sido destruída pelos civis revoltosos. Para uma descrição detalhada dos acontecimentos, ver KLAJMAN, Op. Cit., p. 66-77.

⁶⁷ O General Travassos fora ferido durante o combate, e foi levado para a casa do filho. Já Lauro Sodré, na retirada, se separou do grupo, e passou os próximos dias escondido, até se render à polícia.

⁶⁸ CASTRO, Op. Cit., p. 51.

⁶⁹ KLAJMAN, Op. Cit., p. 61.

corporação” é também o de, quando necessário, intervir na sociedade e no governo, reforma-la de acordo com orientação do estado-maior, seu órgão planejador. Carvalho inclusive denomina essas duas revoltas militares, a de 1889 e a de 1904, de “Primeiro-Tenentismo”, invocando o espírito reformista do movimento mais conhecido, na década de 1920.⁷⁰

Por último, a Revolta de 1904 marcou o fim de um ciclo na educação militar brasileira. Debelada a rebelião, a Escola da Praia Vermelha foi definitivamente fechada, e com ela, encerrou-se a era dos “soldados doutores” ou “oficiais científicos”. Suas substitutas, em Porto Alegre e no Realengo, já passariam a adotar o currículo determinado no novo regulamento para os Institutos Militares de Ensino, assinado pelo Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo em outubro de 1905, e sobre o qual Motta diz:

O regulamento de 1905 foi concebido, já o dissemos, como o instrumento capaz de colocar o ensino prático, profissional, no devido lugar dentro do plano de estudos de candidato a oficial. Seu objetivo central era a formação do *troupiér* dotado de forte espírito militar, adestrado no curso das armas, na prática do tiro, na evolução tática, nas regras do serviço em campanha. Segundo seus idealizadores isto seria conseguido mediante: a) um regime disciplinar e um enquadramento severos, exercidos sobre um corpo de alunos composto exclusivamente de praças de pré; b) um currículo em que as disciplinas profissionais predominassem sobre as acadêmicas ou teóricas, e estas tivessem programas modestos, circunscritos àquelas noções diretamente relacionadas com às necessidades da carreira militar; c) uma complementação de estudos em escolas de aplicação, para adestramento final.⁷¹

Portanto, um regulamento seguindo as ideias de profissionalização do militar em linhas técnicas e práticas, em voga dentro do Exército e defendidas pelo Ministro Mallet em seus Relatórios desde antes da virada do século. Porém, a prática do regulamento não se concretizou, e os professores das escolas militares continuaram a ministrar suas aulas como sempre o fizeram, enfatizando a teoria, com a pouca prática defasada, usando de exercícios e táticas da Guerra do Paraguai.

O próximo impulso reformista vem a seguir, com Hermes da Fonseca. Por seu papel em abortar a revolta na Escola do Realengo em 1904, o general foi recompensado pelo presidente Rodrigues Alves com o comando do 4º Distrito Militar, que incluía a capital federal. Em 1906, promovido a Marechal, foi Ministro da Guerra de Afonso Pena até 1909. Aceitou, no final de 1908, o convite do amigo Pinheiro Machado para se candidatar à presidência da República, em um momento em que desacordo entre as

⁷⁰ CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006. p. 41-46.

⁷¹ MOTTA, Op. Cit., p. 239.

oligarquias mineira e paulista inviabilizou o arranjo estabelecido da política do café-com-leite. Ganhou a disputa em 1910, contra o senador Rui Barbosa, candidato apoiado pelo então presidente Nilo Peçanha, e governou até 1914.

Sobrinho de Deodoro da Fonseca, Hermes esteve do lado do velho marechal quando da proclamação da República. Ocupou diversos cargos e comandos de importância antes de 1904, e esteve envolvido com a reformulação do Estado-Maior do Exército, em 1898, sofrendo influência direta das ideias reformistas de Mallet. Foi, segundo McCann, o protótipo do oficial brasileiro do século XX:

Como capitão, conspirou para derrubar a monarquia, e como marechal reformado conspiraria contra o presidente Epitácio Pessoa. Andou sempre fardado durante sua presidência (1910-14), até para as reuniões ministeriais, o que indica que sua autoimagem essencial era como oficial. Sua carreira combinou a vida militar, a política e a reforma institucional e social. Sua preocupação com a proficiência militar e a disposição para ver os oficiais individualmente e o Exército como um todo envolvidos na política seriam um exemplo influente nos anos vindouros. E, como se pode dizer de todos os outros oficiais no século XX, exceto os que serviram na Segunda Guerra Mundial, sua experiência de combate foi contra brasileiros.⁷²

O ímpeto reformista de Hermes da Fonseca já se fazia sentir quando este assume o comando do 4º Distrito Militar. No final de setembro de 1905, com grande algazarra popular e cobertura da imprensa, o general levou a guarnição do Rio de Janeiro para os campos de Santa Cruz, onde durante dezoito dias acamparam, realizaram treinamentos, manobras e combates simulados. Eram as primeiras manobras militares em larga escala desde o início da República, e mostraram as deficiências do Exército: os praças, e mesmo os oficiais, tinham pouco conhecimento teórico que servisse no campo e, obviamente, nenhuma prática. O problema de logística, para o qual Mallet dera pouca atenção em seus relatórios, se fez sentir, assim como a má qualidade do equipamento:

Mesmo tendo recebido botas novas pouco antes da marcha, elas eram tão malfeitas que “a maioria dos soldados (...) chegou descalça a Santa Cruz”. Atingindo seu destino, tiveram que haver-se com barracas exíguas, escassez de víveres devido a problemas de transporte, armas velhas e ineficazes, mochilas pesadas demais cujas alças impediam a circulação nos braços, cintos que não paravam fechados, cartucheiras de couro que rebentavam nas costuras com o peso das balas. A cavalaria queixou-se da qualidade das selas e arreios e a falta de carroções para transportar forragem. Claramente, o Exército brasileiro não estava preparado para uma campanha. Embora as manobras de 1905 despertassem o entusiasmo nos civis, demonstraram ao Alto-Comando do Exército que a reforma teria de ser completa.⁷³

⁷² MCCANN, Op. Cit., p. 139.

⁷³ *Ibidem*.

Vale notar que, se as manobras causaram preocupação e uma dose de vergonha institucional no alto-comando, tiveram o efeito contrário na população civil, especialmente as classes média e alta urbanas: a excitação das manobras, somada sem dúvida ao sentimento nacionalista que começava a surgir entre a população, levou à fundação de tiros-de-guerra (então conhecidos como “Linhas de Tiro”), à um aumento no voluntariado, e ao apoio à lei do serviço militar obrigatório, em tramitação no senado.

Em 1906, já Ministro, Hermes da Fonseca deu continuidade às suas reformas. Com seu apoio, os Tiros-de-guerra se espalharam pela capital e o país, formando batalhões entusiasmados, que tinham seus próprios comandantes e uniformes, e que realizavam atos públicos e desfiles. Os Tiros foram o início da concretização do ideal do “soldado-cidadão”, nas palavras dos positivistas e Mallet, ou da “Nação Armada” que o ministro das relações exteriores, Barão do Rio Branco, defendia. Em 1917, os Tiros passam a ser subordinados à Diretoria Nacional do Tiro de Guerra, administrada por um coronel da ativa do Exército brasileiro, e são militarizadas. Em 1920, a Diretoria por sua vez passa a ser subordinada ao Estado-Maior do Exército; em 1945, passam a fazer parte da estrutura oficial de preparação de reservistas; finalmente, em 1964, deixam de aceitar sócios, se tornando então organizações 100% militares.⁷⁴

O próximo passo lógico era o almejado serviço militar obrigatório, e também as reformas gerais de que o Exército necessitava e as manobras haviam exposto. Em seu primeiro Relatório como Ministro da Guerra, Fonseca, sem rodeios, coloca os dois problemas em pauta, logo na primeira página:

Apesar dos esforços dos governos passados e dos sacrifícios feitos com seu custeio, o estado do exército não é lisonjeiro; carece de pessoal e de material bélico, de organização e de comando.

A lei de 1874 sobre recrutamento ainda não foi cumprida, nem vale a pena cogitar em revigora-la alterando algumas de suas disposições e dando-lhe novo regulamento, porque são tantas as suas incompatibilidades com o regime republicano e com o princípio básico da constituição dos exércitos modernos, que a emendar convenientemente equivaleria a fazer outro inteiramente novo.⁷⁵

O Marechal preconizava reformas profundas em todas as camadas do Exército: novos quartéis, visando a melhora das condições de vida dos soldados; a construção de áreas de treinamento em todos os estados; renovação dos arsenais militares e das

⁷⁴ Fonte: **História dos Tiros de Guerra no Brasil**. Disponível em: <http://migre.me/p3Our>. Acessado em: 18/01/15.

⁷⁵ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1907**. p. 3. Disponível em: <http://migre.me/IG6PV>. Acessado em: 29/10/2014. p. 3.

fábricas de pólvora; melhor distribuição do material bélico, visando suprir as guarnições espalhadas pelo país, já que todas sofriam com carência de equipamentos, incluindo armas e munições. Na esfera administrativa, Fonseca recomendava a diminuição dos quadros administrativos dos serviços como saúde, artilharia, engenharia e contabilidade, que estavam inchadas, e sua anexação ao secretariado de guerra, que passaria a cuidar da maior parte das funções administrativas, liberando o Estado-maior para suas funções de planejamento. O Estado-maior era uma preocupação permanente para Fonseca, por sua indiscutível importância para o funcionamento e eficiência do Exército, e muitas de suas recomendações diziam respeito à reforma desse quadro de oficiais. O preocupava o fato de que o estado-maior era ocupado em grande parte por oficiais burocratas, mais interessados nas repetitivas e maçantes, porém tranquilas, funções administrativas do dia-a-dia, do que em planejar exercícios e desenvolver a doutrina militar brasileira.

Infelizmente, mais uma vez, a falta de verbas e vontade política, além da resistência daqueles que já se encontravam no sistema, impediu a maioria das reformas de Hermes da Fonseca. É verdade que durante seu Ministério, foi aprovada afinal a nova lei do Serviço Militar Obrigatório, em 1908; e que ele conseguiu realizar muitas das suas reformas administrativas e no estado-maior, liberando os oficiais para cumprir suas funções educacionais e planejadoras. Mas também é verdade que essas reformas, como já acontecera com Mallet e Argolo, não iam além da existência no papel da lei ou do regulamento. Só a partir de 1916 é que a lei do Serviço Militar Obrigatório passa a funcionar na prática, e as reformas administrativas acabam esbarrando nos interesses dos oficiais, que as seguiam ou não de acordo com suas predileções pessoais. Mesmo a construção da primeira Vila Militar, uma conquista indiscutível das tentativas de reforma do Marechal, só teve início em 1915.

O último ator pela reforma do Exército brasileiro de que falaremos aqui é um grupo de jovens oficiais brasileiros que estagiaram no Exército alemão, e que ao retornar tomaram para si a luta por mudanças no Exército, e que pela sua retórica nacionalista e reformista, ficou conhecido como os *Jovens Turcos*.

O envio de oficiais brasileiros ao exterior já era previsto desde 1825, com as “Instruções para a ida de oficiais à Europa”, além de facilidades adicionais ao oficial para estagiar no exterior, criadas em 1887. Porém, é a partir de 1906, com a adição ao Orçamento da Guerra de uma emenda autorizando licença para estágio no exterior, por dois anos e com vencimentos, é que oficiais brasileiros passam a estagiar de maneira

sistemática no exterior⁷⁶. A convite do Imperador alemão Guilherme II, com o apoio do Barão do Rio Branco, turmas de oficiais são enviadas para estagiar no exército alemão em 1906, 1908 e 1910. Esta última é a turma da qual provem os Jovens Turcos.

Retornando ao Brasil, os oficiais da turma de 1910 começam a pregar novas reformas no Exército, exaltando os exércitos europeus, em especial o alemão, defendendo-o como o modelo que o Exército brasileiro deveria adotar. Para difundir suas ideias, traduziram manuais do exército alemão para o português, tornaram-se professores na Escola Militar do Realengo, e fundaram a revista *A Defesa Nacional*, cujo primeiro número saiu em 10 de outubro de 1913. O sumário da primeira edição nos mostra a preocupação dos seus fundadores com o estudo das artes militares, especialmente os últimos avanços e as experiências de exércitos estrangeiros:

PARTE JORNALÍSTICA: O efetivo e a organização do exército. — Subsídios táticos. — A instrução de nossa infantaria em face dos atuais efetivos. — Carros de munição para a infantaria e metralhadoras. — Comando do grupo de artilharia em combate. — A máquina automática de carregar cartuchos. — Correntes táticas na artilharia francesa. NOTICIÁRIO: A parada de 7 de setembro. — *Raid* hípico. — O desenvolvimento progressivo do Exército Alemão. — Reorganização da Guarda Nacional. — Equipamento aligeirado pelo abandono da mochila. — Esterofotogramética. — Arreio para a cavalaria. — O abaloamento do “Guarani”. — Questões à margem. — A Defesa Nacional. — O ensinamento da guerra dos Balcãs sobre artilharia. — A infantaria japonesa. Colaboração. BIBLIOGRAFIA: Os intermediários elásticos e a tração animal. — Exercícios de quadros e sobre a carta para a arma de infantaria. — Livros franceses e alemães.⁷⁷

Já o edital desta primeira edição expressava a outra preocupação dos Jovens Turcos, as reformas que defendiam como necessárias no quadro político-social brasileiro, e o papel de educador e organizador do Exército dentro da sociedade:

Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, mas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, — o Exército — única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente — vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social.

[...]

E de balde que os espíritos liberais, numa justificada ânsia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento, e que só num

⁷⁶ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1907**. p. 3. Disponível em: <http://migre.me/JG6PV>. Acessado em: 29/10/2014. p. 17.

⁷⁷ Editorial. **A Defesa Nacional: Revista de assuntos militares**. Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, p. 1-2, 10 Out. 1913.

grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função.

[...]

O Exército, num país como o Brasil, não é somente o primeiro fator de transformação político-social, nem o principal elemento de defesa exterior: ele tem igualmente uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral dos cidadãos.⁷⁸

Podemos perceber aqui a influência das ideias positivistas de progresso e evolução em estágios de uma sociedade, que esses oficiais sem dúvida absorveram em seu tempo de cadetes na Escola Militar da Praia Vermelha, assim como a continuidade da ideia do “poder moderador” do Exército. A instituição militar se restringiria ao seu papel de defensor da sociedade contra ameaças externas, exceto em dois casos: nos estágios iniciais do desenvolvimento de uma sociedade, e no caso de ameaças internas à ordem sócio-política estabelecida.

A campanha dos Jovens Turcos não se resumiu ao Exército, contudo, mas também em reformas na educação civil, e na relação e visão da sociedade sobre as forças armadas e os militares. Durante a presidência de Wenceslau Braz (1914-1918), a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a Campanha do Contestado trazem de volta aos assuntos do dia a questão da renovação e a ampliação do Exército, auxiliada pela campanha dos Jovens Turcos na revista *A Defesa Nacional*. Um dos membros do grupo, o tenente Estevão Leitão de Carvalho, é nomeado como ajudante-de-ordem do Ministro da Guerra de Braz, José Caetano de Faria, que era simpático à campanha de renovação. Segundo Carvalho, também foi instrumental o apoio do poeta Olavo Bilac:

Bilac era filho de militar e poeta de renome, plenamente aceito nos meios civis. Sua campanha dirigiu-se exatamente aos locais de concentração dos filhos das elites civis, às faculdades de direito e medicina, sobretudo do centro e sul do país. Ele pregou o fim do “divórcio monstruoso” entre Exército e povo. Pelo sorteio, argumentava, “teremos o exército que devemos possuir: não uma casta militar, nem uma profissão militar, nem uma milícia assoldada, nem um regime militarista, oprimindo o país: mas um Exército nacional, democrático, livre, civil, de defesa e coesão, que seja o próprio povo e a própria essência da nacionalidade”.⁷⁹

A combinação da defesa apaixonada de Bilac e dos Jovens Turcos, somada ao interesse renovado pela guerra no papel e nas condições do Exército, geram algumas reformas: em 1916, a Liga da Defesa Nacional, com o objetivo de defender as ideias do Serviço Militar Obrigatório, do Exército como escola de civismo e cidadania, e do “cidadão-soldado”. A Liga, ao contrário do Clube Militar e da revista *A Defesa*

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ CARVALHO, 2006, p. 23.

Nacional, foi uma organização civil, fundada por um grupo de intelectuais, que, embora tivessem em sua maioria laços com o Exército (especialmente filiais), nele nunca haviam servido.

Também em 1916 é realizado o primeiro sorteio de recrutas, cumprindo-se pela primeira vez a lei de 1908; em 1918, tornou-se obrigatória à apresentação da carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos; também em 1918 foram reorganizados os Tiros de Guerra, sob controle do Exército, que passou a absorver os alistados não incorporados. A instrução militar nas escolas civis também cresceu, e chegaram a contabilizar 226, em 1926.⁸⁰ A Guarda Nacional, que desde o Império competia com o Exército pelo material humano, foi extinta também em 1918, acabando com o que Carvalho chama a “dualidade do serviço militar, um destinado às classes baixas, outro às classes altas”.⁸¹

Finalmente, em 1919, ocorre a chamada “Missão Indígena”, quando o Alto Comando do Exército decide modernizar o ensino na Escola Militar do Realengo, com a realização de concurso para a substituição da totalidade do quadro de instrutores. O concurso seguiu diretrizes que direcionavam o currículo e a seleção do corpo docente seguindo critérios baseados nas necessidades reais da instituição: formar novos oficiais com conhecimentos militares sólidos, e que privilegiasse a experiência prática em campo. Embora apenas dois membros do grupo dos Turcos fizessem parte deste quadro de instrutores⁸², todos os docentes estavam fortemente influenciados pelas ideias propagadas nas páginas da *A Defesa Nacional*.

Concluindo, é importante lembrar o último conflito interno ocorrido nesta fase, a chamada Guerra do Contestado (1912-1916). O Contestado divide algumas características em comum com o conflito de Canudos, pouco mais de uma década antes: o viés religioso somado à insatisfação política (no caso, a política local dos coronéis) que levou os revoltosos à tomar em armas e enfrentar as tropas governamentais; e os sucessos iniciais dos revoltos contra estas. Moura afirma que os sucessos iniciais dos caboclos contra as tropas do governo estadual e central foram devido à repetição dos erros de Canudos:

Repetindo Canudos, ao invés de serem tomadas as providências necessárias para o emprego da força pacificadora, bem-dimensionada para poder fazer frente ao ocorrido, criaram-se expedições subdimensionadas. Tropas de efetivos reduzidos, sem um mínimo de recursos operacionais ou logísticos,

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ CARVALHO, 2006, p. 24.

⁸² Os capitães Euclides Figueiredo e Epaminondas de Lima e Silva.

que serviram apenas para evidenciar as deficiências e vulnerabilidades do Exército, pelas quais o Governo era responsável.⁸³

Após essa fase inicial, em abril de 1914, o ministro da guerra, general Vespasiano d'Albuquerque, aponta como novo comandante do esforço federal no Contestado o General Fernando Setembrino de Carvalho. Setembrino havia retornado há pouco tempo do Ceará, onde tivera papel principal em pacificar a chamada Sedição do Juazeiro⁸⁴. Ao chegar à região do Contestado, em setembro do mesmo ano, demonstrou maior competência e atenção à doutrina e à estratégia do que seus equivalentes no conflito de Canudos: a primeira ação de Setembrino foi assegurar as linhas ferroviárias que lhe permitiram, posteriormente, manter suas tropas bem-supridas na frente de batalha. Também soube analisar o inimigo que enfrentava⁸⁵, aprender com os erros iniciais, e mudar sua estratégia de enfrentamento direto para uma de terra devastada e cerco⁸⁶, deixando que os revoltosos fossem enfraquecidos pela fome e a sede, e começassem a lutar entre si, antes de desferir o ataque definitivo.⁸⁷

Em síntese, estas duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma onda de insatisfação, da sociedade e do Exército. Em ambas, havia o sentimento de desagrado e rejeição à configuração político-econômica, em que as oligarquias regionais haviam subjugado o governo republicano ao seu projeto de Brasil regionalizado, agropecuário, monocultor e exportador. Esta insatisfação civil vai se expressar nas revoltas, como a da Vacina e a do Contestado. Já no Exército em particular havia a insatisfação com o estado da própria instituição e com a subjugação desta à política do café-com-leite, transformada, na visão dos descontentes, em mero braço armado das oligarquias. E, mesclada à essa insatisfação, a ideia, presente desde os últimos anos do Império, do Exército como poder moderador e reformador da sociedade brasileira. A Revolta da Escola da Praia Vermelha vai ser o ápice dessa insatisfação, e também a última, até o movimento tenentista, em 1922. Talvez o isolamento físico dos cadetes na nova Escola Militar, no Realengo, tenha contribuído para esse arrefecer de ânimos; mas

⁸³ MOURA, Aureliano Pinto de. **Contestado: A Guerra Cabocla**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2003. p. 236.

⁸⁴ A Revolta ou Sedição de Juazeiro foi um confronto ocorrido em 1914 entre as oligarquias cearenses e o governo federal provocado pela interferência do poder central na política estadual.

⁸⁵ Análise feita inclusive com o uso de informações colhidas por um novo instrumento de reconhecimento, o avião, que o Exército brasileiro empregou pela primeira vez no Contestado.

⁸⁶ A estratégia de Terra Devastada consiste em negar ao inimigo, através da captura e/ou destruição, o uso e a posse de recursos estratégicos, como munições, alimentos ou mesmo água, e também de abrigos e instalações, como ferrovias e habitações. Foi utilizada pelos exércitos russos durante a Campanha da Rússia de Napoleão (1812) e da Alemanha Nazista (1941).

⁸⁷ MOURA, Op. Cit., p. 138.

as reformas, ainda que esporádicas e em sua maioria pouco aplicadas, também contribuíram para a relativa calma da década de 1910, em que os apelos de mudança se restringiram às páginas da *A Defesa Nacional* e à prosa de Olavo Bilac.

1.5. O PERÍODO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA (1920-1940)

Desde os primeiros anos do século XX, existiu o interesse de setores do governo brasileiro e do Exército em aprender com as forças armadas das grandes potências europeias. A modernização das forças armadas era fruto de preocupação não só para os militares, como já vimos, mas também para a diplomacia, que se preocupava com os desafios para a soberania nacional em um período de consolidação territorial brasileiro, e na série de conflitos, regionais e internacionais, culminando na Primeira Guerra Mundial. De fato, um dos grandes defensores da modernização foi o Barão do Rio Branco⁸⁸ que, “nas funções por dez anos desempenhada de Ministro das Relações Exteriores, às voltas particularmente com litígios fronteiriços, bem sentia a imprescindível necessidade, por ele sempre proclamada, do respaldo das Forças Armadas”.⁸⁹

Em primeiro lugar, devemos conceituar uma missão militar. Existem diversos tipos de missão militar, como uma missão militar de observação, de armistício, de compras, etc., da qual a missão de instrução é apenas um tipo. Malan a define como:

A missão de instrução é organizada em um país, por solicitação de outro para neste último e mediante um acordo ou contrato firmado entre dois governos, prestar assistência e transmitir ensinamentos visando, através de organização adequada, doutrina conveniente e eficiente preparo, tudo devidamente adaptado às finalidades conjunturais e aos recursos disponíveis, a tornar o mais objetivo possível, o organismo bélico do país assistido.⁹⁰

O Exército Brasileiro já acumulava à época da Missão Francesa, um histórico de troca de conhecimentos com as forças armadas de outras nações, através da contratação de missões estrangeiras, o envio de missões brasileiras, oficiais brasileiros estagiando no exterior, e oficiais estrangeiros estagiando no Brasil. De fato, curiosamente, a primeira experiência brasileira com missões de instrução foi o envio de uma missão para o Paraguai, no ano de 1851. Essa missão, além de material (fuzis, pólvora, espadas

⁸⁸ José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco (1845-1912), diplomata brasileiro, Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912.

⁸⁹ MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988. p. 39.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 10.

e peças de artilharia foram fornecidos ao governo paraguaio), foi também de instrução, com o envio de quatro oficiais, dois do exército e dois da marinha, que lá permaneceram durante 15 meses. Uma segunda missão seria enviada ao Paraguai quase um século depois, em 1948.⁹¹

No início do século XX, o Exército enviou turmas de oficiais para estagiar no Exército Alemão, em 1906, 1908 e 1910; desta última turma viriam os oficiais que formaram o grupo dos Jovens Turcos, como já vimos anteriormente. A contratação de uma Missão Militar estrangeira, com o objetivo de instruir o exército nas técnicas correntes de guerra, somado à compra de material bélico moderno, era assunto amplamente debatido nas esferas governamentais e militares.

A primeira MMI no Brasil foi francesa, contratada pelo governo de Estado de São Paulo para instruir sua Força Pública. Ela atuou entre 1905 e 1914, quando seus integrantes foram chamados de volta à França em consequência da Primeira Guerra. A Missão retornaria ao estado em 1918, logo a seguir sendo absorvida pela Missão Militar Francesa junto ao Exército Brasileiro.

Entretanto, se era certo o interesse em se contratar uma Missão de Instrução estrangeira, e apesar das bem-sucedidas experiências com as Missões francesas, ainda havia discordância sobre para qual potência europeia o governo brasileiro iria entregar a responsabilidade de instruir o Exército, e por conseguinte, qual seria o modelo doutrinário que guiaria as bases da defesa nacional.

De fato, o final do século XIX até o fim da Primeira Guerra Mundial viu uma disputa entre França e Alemanha por influência como modelos doutrinários para as forças armadas de outras nações. Vê-se aí um interesse em espalhar as ideias e a cultura de suas respectivas nações, buscando assim formar laços de amizade, em um momento histórico caracterizado pela busca de alianças em um clima de belicosidade que acabaria por irromper na guerra de 1914. É o que se caracteriza, no campo das relações internacionais, no chamado *soft power*, e dentro do nosso modelo teórico, é a busca por obter maior capital simbólico dentro do campo militar internacional.

Além disso, era uma maneira de se garantir um mercado consumidor para a indústria bélica nacional, em um período de enorme expansão industrial das potências europeias.

⁹¹ Missão que perdura até hoje, com o nome de “Cooperação Militar Brasileira no Paraguai”.

Nos anos imediatamente anteriores a guerra, houve intensos debates entre defensores brasileiros de cada Modelo doutrinário, alemão e francês. Os principais defensores germanófilos foram o Barão do Rio Branco, admirador do modelo germânico pelos três anos em que serviu como representante brasileiro na corte do kaiser Guilherme II⁹², o Marechal Hermes da Fonseca, e os oficiais que haviam estagiado no exército alemão, que usavam a revista *A Defesa Nacional* como veículo de suas ideias do exército reformado em bases germânicas:

Em seu número 3, de 10 de dezembro de 1913, é publicado um artigo da redação, contrabatendo o escrito no jornal “O País”, sobre a maior afinidade nossa com a França. E no Editorial do número seguinte, de 10 de fevereiro de 1914, a propósito da declaração feita por um dos candidatos à Presidência da República sobre o apelo às missões estrangeiras, termina por inquirir o editoralista, por que não aplicar o mesmo princípio ao ensino militar. Mas, incisivamente, o editorial do número 8, de 10 de maio de 1914, antes pois do início da 1ª Guerra Mundial, afirma no título “Missão Militar para o Brasil tem que ser alemã.”⁹³

O próprio governo brasileiro parecia favorecer uma missão alemã, evidenciado no envio dos oficiais brasileiros para estagiarem no exército alemão. Inclusive, em 1910, comitiva oficial foi à Alemanha por do convite do *Kaiser* Guilherme II, com esse objetivo, composta pelo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, pelo general de divisão Luiz Mondez de Moraes, pelo Major Tasso Fragoso, e pelo capitão Deschamp Cavalcanti.

Os partidários da Missão Alemã tinham como principal argumento a percebida superioridade militar alemã. O Exército Alemão⁹⁴ obtivera esmagadora vitória contra o Exército francês, em 1871, capturando o Imperador Napoleão III e obtendo assim o reconhecimento para o recém-unificado Império Alemão. Este se tornou uma potência em tempo recorde nas décadas seguintes, com uma marinha capaz de rivalizar com a até então hegemônica Marinha Real Britânica. Por sua vez, o Exército francês, diziam os Jovens Turcos em repetidos editoriais dedicados ao tema no *A Defesa Nacional*, ainda estava para se modernizar para alcançar o patamar dos seus vizinhos germânicos:

A organização militar na França tem sofrido inúmeras reformas nenhuma das quais obedece a um plano contínuo e nenhuma das quais, mesmo a mais recente, oferece a menor garantia de estabilidade. É difícil pois emitir com

⁹² Frederico Guilherme Victor Alberto de Hohenzollern, Guilherme II (1859-1941), terceiro e último rei da Alemanha. Foi deposto em 1918, quando a monarquia alemã foi abolida e fundada a República de Weimar.

⁹³ MALAN, Op. Cit., p. 40

⁹⁴ Embora usemos esta expressão, é importante salientar que o Exército Alemão como tal só existirá com o III Reich de Adolf Hitler, na década de 1930. Mesmo durante a Primeira Guerra Mundial, o que se chamava “exército alemão” eram na verdade quatro forças com identidades distintas: Exércitos da Prússia, Saxônia, Baviera e Württemberg.

segurança uma opinião a respeito do exército francês cujo valor é extremamente variável. Em 1891 sob a presidência Carnot ele atingiu o “sumum de as valeur morale” mas a partir daí segundo o general Langlois, de quem são aquelas palavras, não obstante certos progressos táticos e técnicos, começou a decair, através dos desastres da questão Dreyfus, para chegar em 1910 a um estado de reconhecida inferioridade em face do seu rival.⁹⁵

E, além disso, afirmam que o Exército Francês, em sua tentativa de se reorganizar e modernizar, acabou por adotar técnicas germânicas, e portanto, fazia mais sentido contratar a Missão Alemã, já que era em sua doutrina militar que a francesa buscava agora se inspirar:

Em matéria de tática o exército francês apenas agora começa a perfilhar princípios, que foram em parte causa das vitórias alemãs de 1870 e que um simples fahnrich alemão não desconhece, quanto mais qualquer um dos oficiais do grande exército em que temos ido beber os mais fecundos ensinamentos. É digna de menção a esse respeito a recente transformação do regulamento de manobras da artilharia de campanha francesa que representa um triunfo das ideias alemãs sobre o emprego técnico e tático dessa arma e em outro lugar desta revista os nossos leitores encontrarão um resumo do novo regulamento “Conduite des grandes unités” que é por sua vez uma consagração das doutrinas alemãs sobre o emprego tático das tropas para a batalha. A evolução atual das ideias táticas em França pode ser caracterizada por estas palavras, *o exército francês se germaniza*. Não sabemos pois porque ainda se hesita entre a fonte original dos maiores progressos militares e a sua cópia tímida e indecisa, quando se pensa na escolha dos oficiais estrangeiros para virem nos ensinar a moderna arte da guerra.⁹⁶

Já os partidários de uma Missão Francesa tinham como principais elementos o adido militar francês no Brasil, Capitão Alphonse Fanneau de la Horie, e a sua contraparte brasileira na França, Major Alfredo Malan d’Angrogne.

O cap. De la Horie já atuara como instrutor na Missão de Instrução Francesa junto a Força Pública de São Paulo, de 1911 a 1913. Ao retornar ao país como adido, em 1917, imediatamente propõe o intercâmbio entre os dois exércitos, em estudo intitulado “Do envio de uma Missão Militar Brasileira à França e de uma Missão Militar Francesa ao Brasil”, apresentado em 18 de novembro de 1917, mas datado de 26 de setembro do mesmo ano (portanto, anterior em um mês à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial). Segundo Malan, o adido militar francês

Pensava na vinda de uma missão fornecida pela França, sem pressa e tendo por objetivo, naturalmente, o prestígio de seu país e por base, uma certa afinidade cultural mas, também, como já foi mostrado em outro capítulo, o interesse econômico. Para que resultasse em completo êxito, imaginava que fosse precedida, sua vinda, do regresso da missão brasileira a ser enviada à

⁹⁵ Editorial. **A Defesa Nacional: Revista de assuntos militares**. Rio de Janeiro, Ano I, nº 8, p. 243-244, 10 Maio 1914.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 244, grifo no original.

França, de uma correta preparação dos oficiais que a constituíssem e deveria ser contemporizada por não haver perigo iminente para o Brasil, não poderem contar os aliados com sua participação, e não estarem em condições de fornecer material bélico no momento, e sim mais tarde quando se tornaria excedente.⁹⁷

Em suma, o capitão De la Horie prescrevia uma missão de longa duração, visando a reformulação por completo do exército brasileiro, e não o adestramento de uma força a ser enviada para lutar na Europa, conceito fundamentalmente oposto ao dos instrutores norte-americanos que, em 1942-1944, atuaram junto a FEB. Vale notar também a preocupação com a questão do fornecimento de material bélico, a ser feito apenas quando ele se “tornasse excedente”, o que só aconteceria com o final da guerra.

São dois os argumentos principais dos partidários da Missão Francesa. A primeira é a proximidade cultural entre o Brasil e a França, que existia desde o início do século XIX, com a vinda do que a historiografia convencionou chamar de Missão Artística Francesa, em 1816, durante o reinado de D. João VI.⁹⁸ Basta lembrar que o prefeito Pereira Passos, que declarou, ao início de suas reformas radicais na capital federal em 1906, o seu desejo de transformar o Rio de Janeiro na “Paris dos Trópicos”. Essa influência francesa na sociedade e cultura brasileiras iria permanecer constante até a década de 1930, quando os EUA iniciam sua política de boa-vizinhança, buscando trazer os países das Américas Central e do Sul para sua influência política e cultural.⁹⁹

Curiosamente, é até mesmo irônico, se lembrarmos dos argumentos dos defensores pró-Alemanha, que os defensores da Missão Francesa também professavam a superioridade do seu modelo de organização, e acusavam os alemães de copiarem a doutrina francesa. Em artigo publicado na edição de 06 de novembro de 1913 do jornal *O País*, Liberato Bitencourt, oficial de carreira do Exército, expõe seus argumentos em favor da Missão Francesa, ao mesmo tempo que explica as razões da derrota para a Alemanha em 1871:

Nestes últimos tempos temos mandado à Europa, sem destino certo, um sem número de jovens e distintos oficiais. E quase todos, ao chegarem entusiasmados ao velho continente, esquecem erradamente a França, preferindo observar de perto o grande e complicado instrumento de guerra da Alemanha.

Por que?

⁹⁷ MALAN, 1988, p. 46.

⁹⁸ Para mais detalhes sobre o grupo de artistas franceses que desembarcou no Rio de Janeiro em 1816, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. **O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁹⁹ Ver FERRAZ, Francisco César. Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 28-30; e FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **O Rio de Janeiro que Hollywood inventou**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 9-10.

Certo não é pela superioridade, que não existe, da tática alemã; nem pelas vantagens reais da sua estratégia, toda ela napoleônica; nem tampouco pela excelência dos armamentos, ou pela rigidez da disciplina; mas, pura e simplesmente, pelos feitos, desastrosos ou brilhantes, de 1870 e 1871.

No ponto de vista histórico militar, nenhuma nação é mais gloriosa que a França. Ela é a mestra da estratégia, da ciência do general em chefe. Dormiu descuidadamente à sombra dos louros conquistados, e foi batida em 1870. Mas batida única e exclusivamente por Napoleão.

O vencido sempre guarda ódio. O vencedor por isso mesmo precisa de ser muito prudente e precavido. A França foi imprudente; e os alemães, à sombra de Moltke, o mecanismo das batalhas, assimilaram perfeitamente as doutrinas napoleônicas, empregando-as depois com toda a segurança técnica à primeira oportunidade.

Eis tudo.¹⁰⁰

Portanto, ambos os lados defendiam que sua doutrina de preferência era superior, e que o outro lado a copiava. Os argumentos, a princípio, parecem equilibrados, mas o campo pró-Alemanha tinha o fato indiscutível da vitória alemã em 1871 a seu favor. E o governo alemão havia saído na frente no propósito de vender uma Missão germânica ao governo brasileiro, com os estágios de oficiais brasileiros e com a visita oficial da comitiva presidencial de Marechal Hermes, em 1910.

O governo francês, vendo a influência alemã no governo brasileiro, tomou medidas no sentido de contrabalancear essa preponderância. A mais significativa foi permitir o ingresso de oficiais estrangeiros nas escolas militares francesas, cujo acesso até então era restrito a alunos franceses. Em carta do Ministro das Relações Exteriores da França, Raymond Poincaré, ao seu ministro plenipotenciário no Brasil, Lavalande, datada de 22 de janeiro de 1912, pode-se ler:

Nós estamos dispostos a acolher toda a demanda do governo federal com intuito de nos fazer participar de alguma forma na educação do exército brasileiro. (...) O Ministro da Guerra decidiu admitir em grande escala em nosso exército os oficiais brasileiros que seu governo possa nos enviar.¹⁰¹

Com o deflagrar da guerra na Europa, ambas as potências ficam impossibilitadas de enviar missões militares à América latina, e o assunto ficou em suspenso até o final do conflito e a declaração de paz. Com a subsequente derrota, desarmamento e isolamento da Alemanha nos termos do tratado de Versalhes, a opção por uma Missão Militar Alemã evidentemente deixou de existir.

¹⁰⁰ BITENCOURT, Liberato. Sobre a Escola de Saumur. **O País**. Rio de Janeiro, ano 23, nº 10.622, p. 02, 06 nov. 1913.

¹⁰¹ **Correspondência do ministro das Relações Exteriores da França para Lavalande, ministro plenipotenciário da França no Brasil, Paris, 22.01.1912**. Nantes: Arquivo MRE, série A, apud BELLINTANI, 2009, p. 249.

Já em outubro de 1918 é contratada uma missão de aviação francesa para instruir pilotos do corpo de aviação militar, fundando, em 29 de janeiro de 1919, a Escola de Aviação Militar, com sede no Campo dos Afonsos (Rio de Janeiro, RJ). A Missão de Aviação funcionou de maneira independente até 1924, quando foi incorporada à MMF.

McCann chama a atenção para um personagem, em geral ignorado na bibliografia tradicional sobre o tema, e que em sua opinião desempenha papel importante neste processo de escolha: o ministro da guerra do governo Delfim Moreira (1918-1919), general-de-brigada Alberto Cardoso de Aguiar. Cardoso de Aguiar é um bom exemplo do tipo de oficial militar de que falamos na introdução deste trabalho, aquele que não possui grande capital militar institucional, mas bom capital militar pessoal. Segundo McCann, “no Exército, era considerado ‘simpático’, inteligente, honesto, trabalhador e reformista”.¹⁰² Sua escolha para ministro teria se devido à uma combinação de alguns bons contatos entre os militares, como os generais Bernardo Faria e Bento Ribeiro, e o apoio de políticos paulistas, em especial o senador Álvaro de Carvalho; os paulistas desejavam um ministro da guerra simpático aos franceses, como Cardoso de Aguiar declaradamente era, para estar à frente dos debates sobre a missão estrangeira, que estava em seu auge.¹⁰³ Assim,

Nas semanas seguintes à posse do novo governo em 15 de novembro de 1918, enquanto o Congresso deliberava sobre a autorização para a missão estrangeira, o general Cardoso de Aguiar empenhou-se em favor dos franceses. Já em 29 de novembro dissera ao general Tasso Fragoso que contrataria oficiais franceses. Pouco depois, em 04 de dezembro, telegrafou a Malan avisando que a decisão estava tomada e pediu-lhe que sugerisse um general para chefiar a missão.¹⁰⁴

Em 07 de janeiro de 1919, foi aprovada a lei autorizando a contratação de uma Missão Militar, e outra lei, datada de 28 de maio do mesmo bano, determinou que a missão seria proveniente da França. Finalmente, em 08 de setembro, é assinado o contrato de serviços da Missão, estipulando objetivos, condições, prazos e custos.

A reação do grupo partidário da Missão Alemã à contratação da Missão Francesa parece ter sido ditada pelo pragmatismo técnico e profissional, especialmente os Jovens Turcos. Ao invés de protestar ou se colocarem contra a vindoura MMF, os jovens oficiais parecem ter dado seu apoio à contratação. Estevão Leitão de Carvalho,

¹⁰² MCCANN, Op. Cit. p. 258.

¹⁰³ Ibidem. McCann teoriza que o interesse paulista pela Missão Francesa se deve por “estranha afinidade cultural” entre a oligarquia cafeeira e o país europeu, mas não se aprofunda no assunto.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 259.

na época adido militar brasileiro no Chile, explica as razões desse apoio em carta a seus companheiros do A Defesa Nacional:

Minha opinião era que, sozinhos, não poderíamos rever a instrução dos quadros e da tropa, imprimindo-lhe nova orientação e corrigindo hábitos e costumes inveterados, prejudiciais às atividades militares da forma que levasse, através de todo o país as ideias novas com a rapidez que a vida internacional estava a exigir: teríamos, se quiséssemos adquirir a experiência ditada pela última guerra, de recorrer aos que a fizeram. Meu apoio era irrestrito. Quanto à nacionalidade da Missão, estava também de acordo, e raciocinava deste modo: antes da guerra, o governo brasileiro escolhera, como fonte dos ensinamentos a introduzir em nossas forças de terra, o exército alemão; era natural que tivéssemos seguido essa orientação, traçada pelo governo. Com a derrota da Alemanha, essa fonte se esgotara. Era forçoso recorrer a técnicos militares de outros países, e nenhum em melhores condições, por vários motivos, do que o exército francês para fornecê-los. E acrescentava: nós, membros dirigentes do grupo orientador da campanha progressista, no seio do Exército, devemos prestar à Missão Francesa o apoio que daríamos, antes da guerra, à Missão Alemã, se tivesse sido contratada.¹⁰⁵

Portanto, no aspecto técnico, ao que interessava aos Jovens Turcos era mais a contratação de uma Missão Militar que trouxesse ao Exército brasileiro o profissionalismo e organização que eles haviam testemunhado nas forças armadas da Europa; a nacionalidade desta Missão era secundária. Sua preferência pela Alemanha era claramente fruto das suas experiências junto ao Exército deste país; mas a vitória francesa na Primeira Guerra, ainda que não tenha mudado essa preferência, ao menos deu ao grupo do *A Defesa Nacional* a noção de que o modelo francês estava no mínimo no mesmo nível do alemão, tornando sua escolha pelo governo aceitável. E, no campo do pragmatismo profissional, aquele grupo de jovens oficiais militares tomou consciência de que de em nada a resistência à Missão Francesa poderia ajudar as suas carreiras no Exército. O próprio Leitão de Carvalho exemplifica esse pragmatismo, ao relatar a razão da sua escolha para adido militar brasileiro junto ao governo do Chile:

O chefe do gabinete transmitiu-me as palavras do Ministro, em resposta à minha recusa [ao primeiro oferecimento do cargo]: “Que eu me lembrasse de que era um simples tenente e tinha tomado parte em estudos e reformas que contrariaram muita gente importante. Se voltasse agora à tropa, podia suceder-me o que acontece com barata num galinheiro: todos haviam de querer dar-me uma bicada...”

Fiquei sensibilizado com o interesse e a estima do grande soldado e agradeci-lhe a lembrança de meu nome para a comissão, que aceitei. Iria para o Chile, pondo entre a frágil pessoa do tenente e a vindita punitiva, a mole gigantesca dos Andes!¹⁰⁶

¹⁰⁵ CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um Soldado Legalista, Tomo II**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962. p. 22.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 220.

Na sua fase inicial, a MMF é formada por 23 militares franceses, sob comando do General-de-brigada Maurice Gamelin. A escolha de Gamelin para comandar a Missão Francesa foi fruto da preocupação de Cardoso de Aguiar, e do trabalho do adido militar brasileiro na França, o Major Alfredo Malan. No telegrama em que requisitou a Malan a sugestão de um oficial francês para comandar a MMF, o Ministro da Guerra deixou claro o perfil de oficial que desejava: “Tende bem presente não quero apenas indiscutível competência técnica, quero também General moço, sadio, grande descortino, com equilíbrio qualidades necessárias delicada incumbência será confiada”.¹⁰⁷ O Ministro fez suas recomendações sabendo o que esse oficial teria que enfrentar no Brasil: um exército desfalcado e em péssimas condições, e a possível resistência de parte dos oficiais brasileiros com um estrangeiro que vinha educa-los. O Major Malan também estava ciente dessas condições, o que mostram trechos de um longo telegrama de resposta ao pedido do Ministro, datado de 17 de dezembro de 1918:

Depois, uma qualidade se impõe ao homem a escolher; o tato, uma certa diplomacia para lidar com os nossos jacobinos susceptíveis ou ignorantes e, portanto, pretensiosos. Nosso meio carece, e falo em tese, não só de educação militar, como de educação civil. Entre nós, o Chefe não exige; pede por favor. Isso, quando não é mandão estabonado: recai então no extremo oposto.¹⁰⁸

Neste telegrama, Malan relata ainda que após consulta com o Ministro plenipotenciário brasileiro em Paris, Olinto de Magalhães, ambos decidem procurar o marechal francês Joseph Joffre. A narrativa do encontro entre os três nos permite perceber as especificidades do problema da escolha do oficial para comandar a MMF. O Adido Militar começa explicando a questão para o marechal francês, e cita os nomes de três oficiais que, a seu ver, atenderiam os critérios do Ministro da Guerra brasileiro: os generais Gourand, Mangin e Guillaumant. Joffre concorda com as credenciais dos três, mas discorda da possível escolha de um deles, afirmando que a Missão necessitava não de um grande general de campo, mas de um bom organizador, e sugere que procurem o Ministério da Guerra francês para uma indicação apropriada. Malan refuta essa sugestão, dizendo:

Pedi permissão para falar livremente: relatei que, no ministério de Liautey, eu fora apresentado ao General Sauret, ex-comandante do 3º Corpo Expedicionário, que se aprumava, segundo me disse, a convite de um Oficial do Gabinete do Ministério da Guerra, para seguir em uma possível missão e

¹⁰⁷ **Telegrama do Ministro da Guerra Alberto Cardoso de Aguiar ao Adido Militar à Legação do Brasil em Paris, Rio de Janeiro, 06/12/1918.** In: MALAN, Op. Cit., p. 58.

¹⁰⁸ **Telegrama do Adido Militar à Legação do Brasil em Paris ao Ministro da Guerra Alberto Cardoso de Aguiar, Paris, 17/12/1918.** In: MALAN, Op. Cit., p. 59.

me pedia detalhes e informações. Tive ocasião de julgá-lo em duas entrevistas: a impressão foi absolutamente desfavorável e, em reserva a amigos, externei que o efeito seria contraproducente.¹⁰⁹

Joffre entende a preocupação do brasileiro, e após insistência do Ministro Olinto, e promessa de confidencialidade sobre seu envolvimento, concorda em refletir sobre o assunto e indicar um oficial apropriado. Finalmente, em telegrama no dia 27 de dezembro de 1918, Malan responde ao Ministro:

265 — Sexta — Adido Militar pede transmitir Ministro Guerra, pessoal reservado consultado verbal, confidencialmente, Marechal Joffre aconselhou General Brigada Gamelin. Serviu estado-maior, comandou divisão frente, reunindo condições exigidas: moço, tato, ideias nítidas, trabalhador, leal. Procurei este General passagem capital: impressão favorável. Convém guardar sigilo fonte indicação pormenores carta dezessete e hoje.¹¹⁰

De fato, Gamelin acumulava qualificações. Antes da guerra, em 1906, escrevera um livro sobre tática e estratégia, *Étude philosophique sur l'art de la guerre*. Ao eclodir do conflito, foi nomeado para o estado-maior de Joffre, onde participou do planejamento da vitória francesa no Marne (5-12 de Setembro de 1914). Comandou unidades em campo, galgando postos até ser promovido a general de brigada e receber o comando da 11ª Divisão de Infantaria, em abril de 1917, unidade que comandou até o final da guerra. De sua folha de serviço, podemos perceber o porquê de ser a escolha de Joffre: experiência tanto em campo quanto em funções de planejamento, conhecimento dos assuntos de tática e estratégia e da doutrina francesa; e a convivência com o velho Marechal, quando fez parte do seu estado-maior, mostrou a este que o jovem general (42 anos em 1919) tinha a paciência e a habilidade diplomática que seriam necessárias para a MMF.

O governo francês aceita o pedido brasileiro para que Gamelin comandasse a MMF, e em fevereiro de 1919, o general francês desembarca no Rio de Janeiro, ponto inicial de uma viagem de cinco semanas pelo país, para inspecionar as reais condições não só do exército brasileiro, mas do próprio Brasil e suas especificidades geográficas, geopolíticas e psicossociais. Finalmente, em março de 1920, chega ao Brasil o primeiro grupo de 23 oficiais franceses, para dar início à reformulação do Exército Brasileiro.

Sobre os oficiais escolhidos por Gamelin, Malan afirma:

Poucos eram os componentes da Missão que já haviam estado no hemisfério meridional. Alguns conheciam o Norte da África, tinham servido mais ao

¹⁰⁹ MALAN, Op. Cit., p. 61-62.

¹¹⁰ **Telegrama do Adido Militar à Legação do Brasil em Paris ao Ministro da Guerra Alberto Cardoso de Aguiar, Paris, 27/12/1918.** In: MALAN, Op. Cit., p. 63.

Sul, inclusive em Madagascar, mas, na América do Sul, com exceção do Gen. Gamelin e de seu auxiliar o Maj. Petibon — ambos, por oito meses, estudaram o ambiente brasileiro, em fase preparatória — só o veterinário de 1º classe — correspondente a Major — Henri Marliengeas estivera, conhecendo de passagem o Brasil, a Argentina e o Uruguai, em missão ligada à remonta do Exército francês.¹¹¹

Na bibliografia tradicional do tema, o estudo da Missão Militar Francesa é dividido em quatro fases: 1ª fase, de 1920 a 1924; 2ª, de 1925 a 1930; 3ª, de 1930 a 1933; e a 4ª e última, de 1933 a 1940. Preferimos aqui fazer uma abordagem mais sintética, focando principalmente o que a MMF fez em termos de Ensino e Doutrina.

O documento que irá reger o funcionamento da MMF desde o início é a “Súmula do Papel e das Condições de Funcionamento da Missão Militar Francesa no Brasil”, editado pelo Estado-Maior do Exército em 1920. Ele descreve a estrutura, atribuições e responsabilidades da MMF junto ao Exército. Logo em sua primeira página, podemos ler:

A Missão tem as atribuições seguintes:

1º — Ação direta na instrução do Exército brasileiro, mediante o Comando Superior das Escolas que lhe estão confiadas.

2º — Ação pessoal do General Chefe da Missão, investido das funções de Assistente Técnico junto ao Estado-Maior do Exército.¹¹²

Portanto, a Missão deveria atuar tanto na dimensão educacional, quanto na dimensão de assessoramento ao Estado-Maior. No aspecto de assessoramento, a “Súmula” prescreve duas situações: “Conselhos técnicos sobre a organização geral no que se refere às questões de Instrução” e “Conselhos técnicos sobre o material necessário, guerra moderna o que está hoje, intimamente ligado às questões de Instrução”¹¹³. É interessante notar a preocupação do Estado-Maior em limitar a liberdade operacional da MMF às questões de instrução, o que talvez reflita a preocupação de “influências estrangeiras” que foi inclusive expressada em inúmeros jornais à época do contrato da Missão.

Sobre a dimensão educacional, a responsabilidade maior da MMF foi a reorganização das escolas militares existentes, e a criação de novas. Os cursos que, em especial ficaram sobre o controle da MMF, foram os seguintes:

¹¹¹ MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988. p. 96.

¹¹² BRASIL. Estado Maior do Exército. **Súmula do Papel e das Condições de Funcionamento da Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro, 1920. Apud MALAN, Op. Cit., p. 246.

¹¹³ Ibidem, p. 248.

Escola de Estado Maior: Destinada ao treinamento de oficiais para funções no Estado-Maior do Exército, foi criada em 1905 e funcionou entre 1907 e 1918. Foi reaberta, já sobre comando da MMF, em 07 de abril de 1920.

Curso de Revisão: Funcionando dentro da Escola de Estado-Maior, o Curso de Revisão destina-se aos oficiais comandantes de Divisão, de Exército e de Grupo de Exércitos, assim como Chefes e Oficiais de Estado-Maior de Exércitos e Grupo de Exércitos. Seu objetivo é revisar o conhecimento dos oficiais mais antigos, colocando-os em paridade com aqueles mais jovens. A partir de 1927, a MMF também começa a ministrar o **Curso de Informações para Generais**, com o objetivo de atualizar esses oficiais superiores em tópicos táticos e estratégicos.

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais: De maneira similar ao Curso de Revisão, destina-se aos Capitães e Tenentes antigos, com o objetivo duplo de prepará-los para o comando de pequenas unidades (Companhias, Esquadrões e Baterias), mas também para o comando de um regimento, incluindo-se treinamento em coordenação tática entre as diversas armas.

Escola de Intendência e Administração: Aberta em 1921, oferece dois cursos, o de Intendência, destinado aos oficiais responsáveis pela logística do Exército, em tempos de paz e guerra; e o de Administração, para formar oficiais gestores e contabilistas.

Escola de Serviço de Saúde: Funcionando a partir de 1923, a Escola de Serviço de Saúde visa resolver um problema que atinge o Exército desde os tempos do Império, que é a inexistência de médicos militares, ou seja, recrutados e treinados dentro da instituição. Até então, o serviço de saúde era exercido por médicos formados em faculdades civis, sem nenhuma instrução militar.

Escola de Veterinária: Aberta em 1920, a escola visa formar médicos veterinários, função vital em um Exército quase totalmente hipomóvel. Em 1929 é criado um curso de Aperfeiçoamento para os oficiais médicos já formados, e também existiu um curso de enfermeiro veterinário, destinado aos cabos e sargentos.

Escola de Aviação: Conforme dito anteriormente, a Escola de Aviação já existia desde 1919, em uma Missão Militar de Aviação independente. Em 1920, é anexada à MMF. A Escola de Aviação oferece múltiplos cursos: Piloto, Observador, Mecânico e Especialista em Reparo e Construção de Aeronaves, além de, posteriormente, o Curso de Aprimoramento. Demonstrando o que foi dito anteriormente, sobre como uma

Missão Militar é também uma ferramenta de assegurar mercados para a indústria bélica, todos os aviões usados neste período são de fabricação francesa.

Escola de Cavalaria: Aberta em 1925, a escola de cavalaria se destina tanto aos oficiais desta arma, quanto àqueles de outras armas, mas com interesse na formação equestre.

Centro de Instrução de Transmissões: Destinado a preparar oficiais, suboficiais e praças radiotelegrafistas, o Centro é aberto em 1927. Por falta de inscritos, é fechado em 1929, o que é revelador ao se pensar na dificuldade, durante o processo de organização da Força Expedicionária Brasileira em 1943, de se encontrar no Exército operadores de rádio qualificados.

Escola Militar: Embora a Escola Militar nunca tivesse estado sobre a égide da MMF, a partir de 1927 um oficial francês passou a fazer parte do quadro docente, lecionando Tática (teórica e prática), e História Militar.

Centros de Formação: Concluindo, a MMF cria três centros de formação para oficiais instrutores, um para cada arma combatente. São eles o Centro de Formação de Oficiais Instrutores de Equitação; o Centro de Instrução de Artilharia; e o Centro de Instrução de Especialistas de Infantaria.

Portanto, o envolvimento dos oficiais franceses na instrução do Exército Brasileiro, a partir de 1920, é completa; direta ou indiretamente, oficiais, suboficiais e praças, de todas as armas, estão inseridos dentro do grande projeto educacional e reestruturador de Gamelin e seus subordinados.

Junto com as Escolas, o principal esforço da MMF é a unificação da doutrina, através da tradução e publicação de regulamentos. Segundo Malan,

Além dos dez regulamentos táticos ou de preparo da tropa, desde o de Emprego das Grandes Unidades até o Emprego das Transmissões (hoje Comunicações), dois referentes aos Serviços e quatro de funcionamento de escolas — tudo constante do Relatório do Ministro Calógeras, em 1921, são elaborados e submetidos ao Chefe do Estado Maior, Programas Gerais de Instrução (da EsAO e respectivos cursos — março de 1920); Organização do Serviço de Intendência; Projeto de Lei de Requisições Militares; Instruções para Exame de Admissão da Escola de Estado-Maior e para Exames Finais na EsAO, citados como amostra da variedade do trabalho.¹¹⁴

Trataremos deste material, em detalhes, no próximo capítulo deste trabalho. Por enquanto, basta afirmar que em alguns casos esse material substitui/atualiza o existente, mas em muitos é o primeiro regulamento do seu tipo a existir dentro do exército brasileiro.

¹¹⁴ MALAN, Op. Cit., p. 107.

Nossa síntese sobre a MMF não estaria completa sem que busquemos resgatar a dimensão real da atuação francesa junto aos militares brasileiros, ou seja, como a Missão funcionou na prática. A bibliografia estudada, ao tratar deste aspecto, preferiu dar atenção à organização da Missão, e nos seus sucessos gerais; e deixando de lado as dificuldades. As exceções são o artigo de McCann intitulado *A Influência Estrangeira e o Exército Brasileiro, 1905-1945*, e o trabalho de Bellintani; ambos se aprofundam sobre o assunto, e nos dão noção dos problemas que a Missão Francesa enfrentou, e também por alguns em que ela foi a causa.

Por exemplo, a resistência dos oficiais brasileiros. Na bibliografia tradicional sob o tema, fazem-se menções de casos isolados de oficiais insatisfeitos com a Missão Francesa; estes geralmente são identificados como “nacionalistas” ou “defensores frustrados do modelo alemão”. Já McCann demonstra que a insatisfação vai além de uns poucos oficiais desgostosos:

Em 1921, o respeitado chefe do Estado-Maior, general Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, demitiu-se porque sentiu que o general Gamelin estava usurpando sua autoridade. A demissão levou mais de cem oficiais a organizar uma manifestação de desagravo, mesmo depois de serem ameaçados com uma punição disciplinar, se o fizessem. A doença e a morte do general Bento Ribeiro, em agosto de 1921, não permitiram que ele se tornasse o ponto de aglutinação para uma futura oposição, mas a insubordinação de 1921 foi um sinal indicativo da crescente inquietação da oficialidade. A intrincada campanha presidencial finalmente conduziria à rebelião declarada em 1922. A Revolução de 1930 já aparecia no horizonte.¹¹⁵

A insatisfação do General Bento Ribeiro em primeira análise parece mínima. Tratou-se do episódio da visita dos monarcas belgas ao Brasil, em 1921, em que o general se recusou a convidar os franceses para a solenidade de recepção oficial, como rezava o contrato da Missão, que declarava que os oficiais franceses teriam lugar nas cerimônias oficiais do Exército Brasileiro, junto ao Estado-Maior do Exército. Gamelin fez queixa ao Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, que obrigou Bento Ribeiro a aceitar a presença dos franceses na cerimônia. Porém, mais do que apenas uma questão de protocolo cerimonial, este incidente demonstra a insatisfação do Chefe de Estado-maior com a presença dos franceses e sua percebida intromissão em assuntos do Exército além de sua missão educacional. E o fato de que Bento Ribeiro teve uma centena de apoiadores a se manifestarem em seu favor demonstra que ele não era o único.

¹¹⁵ MCCANN, Frank D. *A Influência Estrangeira e o Exército Brasileiro, 1905-1945. A Revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 219.

O fato de que os oficiais mais antigos se ressentissem da Missão Francesa é explicável dentro do conceito de *habitus* e capital militar. Os oficiais mais antigos, detentores de capital militar elevado dentro do microcosmo do Exército brasileiro, naturalmente se ressentiriam de um grupo de estrangeiros que vinha ao Brasil para “mudar as regras do jogo”. Porém, McCann relata um fenômeno interessante:

Em 1927, numa análise sumária do trabalho da Missão Francesa, o adido americano observou que era curioso “que o elemento que apoiava fortemente a Missão no tempo de sua instalação era o elemento jovem e ‘progressista’ dentro do Exército, pois os oficiais mais velhos temiam os resultados de modernização em seus projetos pessoais e estavam evidentemente duvidosos de sua capacidade para se adaptar ao modelo francês; considerando que, atualmente, os maiores entusiastas da Missão são os oficiais mais velhos, e o elemento jovem começou a se irritar com a tutela, quer parecer que os brasileiros já tiveram suficiente instrução estrangeira e agora podem continuar sob sua própria orientação”.¹¹⁶

É provável que os oficiais mais antigos, percebendo que a atuação da Missão Francesa não teve efeitos reais na sua posição dentro da hierarquia do microcosmo do Exército brasileiro, mudaram de opinião sobre a sua presença. Ao mesmo tempo, os oficiais mais jovens, inspirados talvez pelo nacionalismo presente nas academias militares, começaram a se ressentir da contínua presença dos franceses, a partir do momento em que eles julgaram ter absorvido o suficiente da sua doutrina. Segundo Bellintani, esses oficiais, desde o início da MMF, viam os franceses como um “mal necessário”, a serem dispensados assim que tivessem aprendido o necessário. Os próprios franceses estavam conscientes disso, como demonstra esta carta de Gamelin para o Ministro da Guerra francês:

Um certo número, os mais inteligentes, quer nos usar o mais rápido possível, sem dúvida com o pensamento de poder se livrar de nós, logo que seja possível. É certo que é com esta carta que devemos jogar, porque é o que nos permitirá fazer um trabalho tangível.¹¹⁷

A Missão de aviação também era fruto de insatisfação por parte dos seus alunos, que criticavam o caráter defensivo que os franceses atribuíam a sua aviação. Vários foram os episódios em que os oficiais aviadores brasileiros desobedeciam seus instrutores, em especial a determinação de se manter próximos ao campo de treinamento, localizado nos Afonsos, nos subúrbios do Rio de Janeiro: os instrutores franceses insistiam no que os alunos passaram a chamar o “cilindro francês”, uma área

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ **Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.03.1920.** Paris: Arquivo SHAT, 7N3391. Apud BELLINTANI, Op. Cit., p. 262.

com raio de 10km, tendo como centro o Campo dos Afonsos. A razão, diziam, era para a segurança dos alunos, mas estes atribuíam o “cilindro” à determinação da doutrina francesa em tratar a aviação como uma arma secundária, e um desejo de coibir o aprendizado dos brasileiros.¹¹⁸

Além do treinamento, os aviadores brasileiros também criticavam a qualidade dos aviões franceses, em sua opinião responsáveis pelos inúmeros acidentes ocorridos durante esse período:

Os aviões Nieuports e Brequets e a qualidade da instrução francesa no Campo dos Afonsos começaram a ser particularmente criticados à medida que crescia o número de acidentes e mortes dos pilotos brasileiros. Provavelmente o moral dos aviadores não melhorou quando o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, atribuiu os acidentes ao “denodo”, “audácia”, “imprudência”, “excesso de arrojo” e “injustificada impaciência de suas vítimas”.¹¹⁹

Portanto, mesmo que o Exército brasileiro tenha contratado e aceitado a presença dos franceses como instrutores, eles mantiveram com estes uma relação tensa; mais do que a existência tranquila entre as partes que a bibliografia tradicional dá a entender, o trabalho da Missão Francesa no Brasil foi marcado por dificuldades e uma série de incidentes entre docentes e discentes.

Concluindo, queremos tratar de um movimento específico ocorrido entre a oficialidade mais jovem do Exército, na década de 1920, o Tenentismo, e sua consequência final, a Revolução de 1930.

O movimento tenentista de 1922 e 1924-27 foi deflagrado, na consideração de Carvalho, de maneira semelhante à Questão Militar, nos tempos do Império: por um assunto secundário, no caso a questão das cartas falsas de Arthur Bernardes, que denegriam a reputação do ex-presidente Hermes da Fonseca, e que feriram os brios dos militares. Soma-se ao caso o fato de que nesse momento, o Ministério da Guerra estar sob direção de um civil, Pandiá Calógeras, outro desagrado ao espírito militar; e as velhas insatisfações com o governo civil, que permaneceram adormecidas durante a década de 1910; e aí temos o palco preparado para uma nova onda de insurreições militares, lideradas em grande parte pelos jovens oficiais que acabaram por dar nome ao movimento:

Embora toda a corporação se sentisse atingida, os oficiais mais velhos se mostraram novamente dispostos à conciliação e à aceitação das explicações de Artur Bernardes. Mas um grupo de jovens oficiais decidiu levar o fato às

¹¹⁸ BELLINTANI, Op. Cit., p. 318-319.

¹¹⁹ MCCANN, Op. Cit., p. 219.

últimas consequências e transformou Hermes em novo Deodoro. Hermes participara do primeiro tenentismo em 1889, mas pautara toda sua vida militar por estrito profissionalismo. Somente o ataque pessoal das cartas falsas e a força do conceito militar de pundonor podem explicar o fato de se ter deixado levar à aventura de liderar o movimento de 1922.¹²⁰

A primeira onda de revoltas ocorre no Rio de Janeiro, na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana, e no Mato Grosso, na guarnição local¹²¹. O estopim foi a prisão, ainda que breve, do Marechal Hermes da Fonseca, em resposta a declarações deste para com o comandante do exército em Pernambuco:

Na qualidade de chefe de mais alta graduação e ainda na qualidade de Presidente do Clube Militar, ele dirigiu um telegrama ao comandante das forças do Exército em Pernambuco, alertando-o para o fato de que devia obediência aos princípios que regiam a Instituição militar, acima da obediência aos eventuais detentores do poder. Era uma iniciativa que o colocava, ao marechal, em confronto ostensivo com o Presidente da República, chefe das Forças Armadas por dispositivo constitucional.¹²²

Epitácio Pessoa mandou prender o velho Marechal, em 02 de julho de 1922. No dia 5, estourou a revolta. As duas insurreições são debeladas pelas tropas legalistas, mas o episódio que acabou ficando conhecido como os “Dezoito do Forte”, em que o último grupo de revoltosos caiu em combate nas ruas de Copacabana, serviu de baluarte para militares e civis insatisfeitos com o governo, e seria lembrada nas revoltas seguintes:

A derrota, nas condições em que ocorreu, com o fracasso no Rio e na tentativa da guarnição de Mato Grosso – comandada pelo General Clodoaldo da Fonseca, capitulou em três lagoas – não arrefeceu senão temporariamente o ânimo dos militares feridos pelos reveses mas sempre prontos a retomar a luta.¹²³

A segunda onda de revoltas eclodiu em 05 de julho de 1924, na cidade de São Paulo, liderada por um general reformado, Isidoro Dias Lopes. Os revoltosos paulistas expulsaram o presidente do estado, Carlos de Campos, da capital paulista, e a ocuparam durante 23 dias. Como aconteceu em 1922, o movimento não teve a adesão esperada, e o governo federal respondeu rápido e em força, cercando a cidade com tropas, cortando a possibilidade de reforços e suprimentos. Os revoltos resistiram enquanto puderam, mas além de cercados, sofriam com o ataque constante de armas que não possuíam, como aviões e artilharia. Além de bombas, os aviões também despejaram panfletos sobre a cidade, prometendo a continuidade do combate até a rendição total dos tenentes. Estes,

¹²⁰ CARVALHO, 2006, p. 48.

¹²¹ Vale notar que tanto o Forte quanto a guarnição mato-grossense eram comandadas por parentes de Hermes da Fonseca, adicionando uma dimensão de solidariedade familiar aos motivos para a revolta.

¹²² SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 26.

¹²³ *Ibidem*, p. 28.

sem opção, e não querendo que a cidade acabasse destruída nos embates, optaram pela retirada. Na calada da noite de 27 de julho, os revoltosos conseguiram tirar 3.000 soldados via trem da cidade, sem que os governistas percebessem. Marcharam para o sul, ocupando a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná e a fizeram seu quartel-general, de onde manteriam controle da região e de várias cidades fronteiriças por sete meses, até serem expulsos pelas tropas legalistas sob o comando do Marechal Rondon, em 1925.

Na madrugada de 28 para 29 de outubro de 1924, eclodiu a rebelião no Rio Grande do Sul. Liderados pelo Capitão Luiz Carlos Prestes, a “Divisão Rio Grande”, como ficou conhecida a coluna gaúcha, foi formada inicialmente pelas unidades militares de três cidades: São Borja (2º Regimento de Cavalaria Independente, do Tenente Aníbal Benévolo); São Luiz (3º Regimento de Cavalaria Independente, do Tenente João Pedro Gay); e Santo Ângelo (1º Batalhão Ferroviário, do Capitão Prestes).¹²⁴ Como aconteceu com os rebeldes paulistas, as tropas legalistas, representadas no sul pelo comandante da 3ª Região Militar, general Andrade Neves, agiram rápido, no sentido de restringir a liberdade de ação dos rebeldes à região oeste do estado, impedindo-os de se espalharem pelo Rio Grande do Sul e pressionando-os contra a fronteira. Entre outubro e dezembro, rebeldes e legalistas se enfrentaram em uma série de confrontos; os primeiros, apesar de repetidas tentativas, números consideráveis, e bom equipamento, não conseguiriam nenhuma vitória significativa, sofrendo inúmeras perdas, e sendo obrigados a recuar para suas posições iniciais. Com as tropas legalistas fechando o cerco contra os gaúchos, Prestes decide recuar para o norte, para se unir com os paulistas em Foz do Iguaçu. Em 27 de dezembro, a “Divisão Rio Grande” começou sua retirada. Ludibriando o cerco governista, os rebeldes conseguiram alcançar Foz do Iguaçu em março de 1925; porém, à essa altura numeravam menos de 800, dos quase 3.000 rebeldes originais.¹²⁵ Após mais um mês de enfrentamentos com as tropas federais, os rebeldes decidiram atravessar o rio Paraná e adentrar território Paraguaio, entre 27 e 29 de abril. Posteriormente, eles retornam ao Brasil, dessa vez no estado do Mato Grosso, e formaram aquela que ficou conhecida como a Coluna Miguel Costa-Prestes. Durante os dois anos seguintes, os rebeldes percorreram o interior do Brasil, eludindo as tropas legalistas. A Coluna se desfez em

¹²⁴ ALVES, Eduardo Henrique de Souza Martins. **O movimento tenentista: a rebelião de 1924 no Rio Grande do Sul, a formação da Coluna Gaúcha e as ações militares do Exército Brasileiro (1924-1925)**. 2007. 76f. Monografia (Especialização em História Militar Brasileira) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, 2007. p. 28.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 44.

1927, na Bolívia, e seus últimos membros permaneceram exilados até a anistia de Getúlio Vargas, em 1929-1930.

Da experiência tenentista em São Paulo e no Sul, podemos tirar algumas conclusões, da qual a principal é a diferença na forma como as tropas federais lidaram com os revoltosos, e os reflexos da Missão Francesa que podemos ver nelas. Enquanto em Canudos e no Contestado o Exército passou enormes dificuldades logísticas e cometeu erros táticos e estratégicos, os militares de 1924 operaram com segurança, utilizando de uma estratégia de pontos fortes e cercos, para progressivamente reduzir a liberdade de ação dos revoltosos e então eliminá-los. É uma estratégia lenta porém metódica, e tipicamente francesa, como veremos no próximo capítulo, e que Anita Prestes descreve:

Era a aplicação dogmática, pelos militares legalistas, dos ensinamentos da Missão Militar Francesa chefiada pelo general Gamelin. Visava-se, com o cerco de São Luiz, perseguir o “objetivo geográfico”, com a pretensão de encurralar o inimigo e destruí-lo, da mesma forma como o general Rondon mantinha os rebeldes paulistas sitiados no Oeste paranaense. Era a obsessão pelo sítio, inspirada no paradigma do “sítio de Verdun”. Tratava-se da tática da “guerra de posição” – a única que os militares brasileiros conheciam naquela época.¹²⁶

O outro lado da moeda, e que igualmente comprova o “afrancesamento” da doutrina brasileira, é o fato de que a Coluna Prestes percorreu durante três anos o território Brasileiro de norte ao sul, sem que o Exército conseguisse eliminá-los: a “guerra de posição” que os brasileiros tinham aprendido dos franceses pouco servia para perseguir os rebeldes pelos sertões do Brasil.¹²⁷

As revoltas militares das décadas de 1920 atingiram seu ápice com a Revolução de 1930. Mas o golpe que acabou com a república velha foi além da insatisfação dos tenentes; foi movimento político, surgido da ruptura das oligarquias mineira e gaúcha com a paulista na questão sucessória de Washington Luís, junto à crise econômica, fruto da Crise de 1929, cujos reflexos chegavam à economia brasileira, atingindo especialmente a indústria cafeeira. O estopim, dessa vez, foi o assassinato de João Pessoa, presidente da Paraíba e candidato derrotado a vice-presidente junto à Getúlio Vargas. A diferença é que dessa vez a insatisfação de um grupo dentro do Exército, do qual o então tenente-coronel Pedro Aurélio de Goés Monteiro era o líder, junto a nomes

¹²⁶ PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo, Brasiliense, 1999. p. 143-144.

¹²⁷ Alguns autores afirmam que na verdade o Exército não se esforçou em combater a Coluna, por simpatia com a causa dos rebeldes. Embora possamos considerar essa afirmação verdadeira para um grupo de oficiais dentro do Exército, não podemos generalizá-la para o todo da Instituição. Ver FAUSTO, Op. Cit., p. 322.

antigos do tenentismo, como Bertoldo Klinger e Estevão Leitão de Carvalho, encontrou apoio no setor civil, exatamente o fator que havia faltado nas revoltas anteriores. Segundo McCann, “O que distingue esse período do passado é o fato de que, pela primeira vez na República, os militares tiveram um mediador civil eficaz, na pessoa de Getúlio Dornelles Vargas”.¹²⁸ Já Lincoln Pena fala da ascensão de novos grupos sociais na política nacional, ao afirmar que:

No que diz respeito aos atores coletivos cabe destacar, além das Forças Armadas, agora mais organicamente constituídas, e cuja política doravante atenderá mais às suas conveniências, a burguesia industrial e o operariado.¹²⁹

Portanto, como aconteceu em 1889, e acontecerá em 1964, o movimento militar de 1930 só teve sucesso em seus objetivos por apoio de um número de grupos e indivíduos de fora da instituição, incluindo alguns contra os quais os revoltosos de 1922 e 1924 lutaram. Nas palavras de Carvalho:

A conjuntura política também era distinta. Em que pese os indícios de descontentamento, a República em 1922 não era um sistema indefeso como era o Império em 1889. Dispunha de forças de defesa tanto simbólicas como materiais, salientando-se entre as últimas as poderosas polícias militares. Para vencer em 1930, os tenentes tiveram que se aliar a forças e pessoas que tinham combatido de armas na mão. Após se terem envolvido na revolta de 1922 por puro espírito de corps, eles começaram a formular reivindicações que atendiam a interesses de forças novas surgidas na sociedade. Mas nem mesmo a adesão dessas forças bastava para derrubar o poder republicano. A política dos estados só foi derrotada por uma rebelião de estados, bem aproveitada pelos tenentes e seus simpatizantes dentro do Exército. A aliança entre o Rio Grande do Sul e parte do Exército, esboçada em 1910, repetiu-se em 1930 no campo de batalha e mostrou-se letal para o sistema de poder da Primeira República.¹³⁰

1.6. O PERÍODO DE INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANO (1940-1945)

Sobre o processo de envolvimento brasileiro com os Estados Unidos existem duas correntes historiográficas principais, que diferem entre si na questão da possibilidade do alinhamento do Brasil com a Alemanha. A primeira corrente, que podemos chamar “tradicional” ou “personalista”, afirma que havia a possibilidade real de alinhamento do Brasil com o Eixo, e dá ênfase na ação dos personagens históricos daquele episódio histórico como determinante para o resultado final. Ou seja, o Brasil se aliar aos EUA foi resultado da ação de agentes como o Ministro das Relações Oswaldo Aranha, do lado brasileiro, e da sua contraparte norte-americana, Cordell Hull, e

¹²⁸ MCCANN, 2007. p. 385-386.

¹²⁹ PENNA, 1999, p. 148.

¹³⁰ CARVALHO, 2006, p. 58.

também lideranças militares, como Eurico Gaspar Dutra e George Marshall. Também é característica desta corrente historiográfica a ideia da “diplomacia ambígua”, de que estadistas brasileiros astutamente jogaram com os dois lados do conflito, tirando a máxima de vantagens até que, pressionados pelos acontecimentos (o afundamento de navios brasileiros), terminarem com a aliança definitiva com os norte-americanos. Como exemplo de autor que segue essa corrente, temos Frank D. McCann, em seu *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945*.¹³¹

Já a segunda corrente historiográfica é seguida por, entre outros, Vagner Camilo Alves. Em seu livro *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*, Alves postula que o alinhamento brasileiro com os EUA era inevitável, usando de uma abordagem estruturalista. Segundo esta teoria, o sistema internacional é dividido em regiões de influência, com um poder central e um número de poderes periféricos. O Brasil, situado dentro da região em que os EUA são o poder central, hegemônico, não teria real possibilidade de um alinhamento com a Alemanha. Especificamente, segundo Alves, a existência de uma situação de guerra diminui ainda mais essa autonomia dos poderes periféricos, mas ao mesmo tempo amplia as possibilidades de negociação:

A guerra total e mundial torna a capacidade de ação autônoma dos Estados periféricos ainda mais restrita, é preciso repetir. Entretanto, aumentam, concomitantemente, as possibilidades de tais Estados angariar alguns frutos desta situação, negociando seus alinhamentos ao poder regional preponderante antes que esteja capacitado a praticamente exigí-lo. É nesta brecha, em meio a poderosíssimas restrições estruturais, que residia o espaço para a habilidade e maestria política das lideranças dos países mais fracos.¹³²

Portanto, a astuta “diplomacia ambígua” das autoridades brasileiras, segundo a teoria estruturalista, só se tornou possível no contexto da guerra mundial, pois o Brasil, poder periférico, tinha recursos que interessavam ao poder central, os EUA. Estes, por sua vez, para ter acesso a estes recursos, optaram pela negociação com os brasileiros, em termos que não seriam tão vantajosos para estes últimos em tempos de paz.

Apresentadas as duas correntes historiográficas principais sobre o envolvimento Brasil-Estados Unidos, podemos afirmar que a questão da autonomia brasileira no sistema internacional e sua possibilidade de alinhamento com a Alemanha, que é o ponto de divisão para ambas, não tem peso substancial para este trabalho. Relevante para nossa pesquisa é que essas negociações ocorreram, e um dos seus resultados foi o

¹³¹ MCCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

¹³² ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento forçado*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 132.

apoio norte-americano para a organização, equipagem e envio da Força Expedicionária Brasileira para os campos de batalha da Europa. Começamos então entendendo quais eram os interesses norte-americanos no Brasil.

O Brasil, aos olhos norte-americanos, ocupava posição especial nos planos de defesa no hemisfério. O território brasileiro representava uma porta de entrada para um possível agressor europeu no continente americano, por razões geográficas e culturais. No primeiro caso, o país possuía centenas de quilômetros de costas desguarnecidas, onde um invasor poderia desembarcar sem qualquer oposição; o chamado Saliente Nordestino¹³³ era o ponto mais próximo do continente africano, a apenas seis horas de avião; e, como o Oceano Atlântico estava sobre controle Aliado, uma invasão aérea era a melhor opção para as forças do Eixo. No aspecto cultural, o Brasil, em sua região sul, possuía grandes núcleos de colonização alemã, e havia aqui forte presença de simpatizantes do nazismo, inclusive com a publicação de um periódico nazista e um grande número de filiados ao partido alemão. Terceiro, em consequência do segundo, era conhecida a presença de agentes alemães atuando em território brasileiro, formando as chamadas quintas-colunas e tentando angariar apoio pelo alinhamento do Brasil com o Eixo:

A agressividade do Reich, de 1933 em diante, não se manifesta tão somente nas regiões europeias com minorias alemãs, mas procura transpor para o Novo Mundo as técnicas de “combate ideológico” e de “proteção do elemento alemão”. O Brasil era, pois, um dos países a que os dirigentes nazistas pretendiam estender sua “proteção”. Como primeiro passo, foi criado um ramo brasileiro do Partido Nacional-Socialista, com a sigla alemã NSDAP, com sede em São Paulo, sob a direção de um chefe nacional, Hans Menning von Cossel. [...] Nos estados com colônias de origem germânica haveria uma representação do NSDAP. Foram também criados outros organismos semi-independentes do partido, porém subordinados à *Auslandorganisation* (Organização do Exterior), como a Juventude Germano-brasileira (HJBDM), a Associação dos Professores Nacional-socialistas (NSLB), ou ainda a Frente Alemã do Trabalho (DAF).¹³⁴

Portanto, não é surpresa que, em suas previsões sobre a ameaça alemã, o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt apontava o Brasil como porta de entrada para o Terceiro Reich nas Américas:

Com a Europa sobre controle nazista, “em seguida viria o Brasil”, onde já dispunham de um núcleo e “uma organização que, com a apertar do botão em Berlim, seria colocada em funcionamento e constituiria uma séria ameaça ao

¹³³ Região no extremo nordeste do Brasil, formado pelos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

¹³⁴ COSTA, Sérgio Correa de. **Crônica de uma Guerra Secreta**. São Paulo: Editora Record, 2004.

Governo Brasileiro. Depois do Brasil, evidentemente, a mesma coisa sucederia em outros lugares”.¹³⁵

E, posteriormente, a saliente nordestina se tornou importante pelo sentido inverso: como rota mais curta e segura para enviar alguns tipos de materiais e tropas para a África e Europa, papel este que rendeu à região o apelido de “Trampolim para a Vitória”. Até o final da guerra, não menos que 25.000 aviões passariam pelas bases no Nordeste, a caminho da África e Europa.

Portanto, em Washington deu-se especial atenção à busca de cooperação militar com o governo brasileiro. Desde o início da década de 1930, já ocorria algum intercâmbio entre as forças militares das duas nações: desde 1934 funcionava no Brasil uma das duas únicas Missões Militares que o exército norte-americano manteve no período, que instruía o Exército Brasileiro em assuntos de proteção contra guerra química, material bélico e defesa costeira.¹³⁶ Em reunião com o embaixador brasileiro nos EUA, Pimentel Brandão, no dia 8 de junho de 1938 (precedendo até a reunião de novembro em que se definiu a nova política de defesa nacional), o secretário de estado norte-americano, Summer Welles, afirmou que os Estados Unidos

“Colocariam à disposição do Brasil e de outros países americanos assistência em treinamento militar e naval que a lei facultasse” e também que “se uma nação americana aceitasse assistência de outra — e não de nações fora do continente — tal decisão serviria à solidariedade interamericana. Todos os países poderiam esperar ajuda militar”.¹³⁷

Mas a Política de Boa Vizinhança, conforme ficou conhecida o esforço dos EUA para garantir aliados contra o Eixo na América Latina, não se limitaria ao setor militar, mas todos aqueles em que os norte-americanos pudessem usar de seus recursos políticos, econômicos e culturais para solidificar sua esfera de influência nas Américas:

Os principais objetivos da política externa norte-americana para com seus “bons vizinhos” continentais não se limitariam a garantir uma liderança política sem contestações nas Américas, ampliar a integração econômica em favor dos Estados Unidos, diminuir o espaço das relações comerciais com outros países europeus e suprimir as influências do Eixo no continente, mas também incluía a disseminação do *American Way of Life*, através da divulgação dos valores culturais e ideológicos do capitalismo liberal norte-americano.¹³⁸

¹³⁵ MCCANN, 1995, p. 106.

¹³⁶ CONN, Stetson. FAIRCHILD, Byron. **A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 238.

¹³⁷ MCCANN, 1995, p. 94.

¹³⁸ FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. p. 29-30.

No interesse de solidificar a aliança, Roosevelt requisita a Vargas, no dia 6 de janeiro de 1939, que envie seu ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, aos EUA, para estudar assuntos de interesse de ambos os países. Chegando em fevereiro do mesmo ano, o ministro Aranha passa cinco semanas em reuniões com autoridades norte-americanas, tratando do tema da defesa continental, assim como comércio, desenvolvimento econômico, frota mercante, correio aéreo, rádio, problemas de refugiados, o acerto da dívida brasileira, investimentos privados e o estabelecimento de um banco central.¹³⁹

Os resultados da visita de Oswaldo Aranha foram favoráveis ao Brasil, principalmente no campo econômico, apesar do que se afirmou em contrário quando do retorno do ministro das relações exteriores ao Brasil. Conseguiram-se empréstimos para pagar a dívida brasileira e para o futuro banco central; foi prometido pela administração norte-americana o envio de técnicos ao Brasil, para auxiliar o desenvolvimento nas áreas de mineração e o extrativismo na região amazônica (havia esperança de que a borracha brasileira pudesse acabar com a dependência norte-americana dos polos produtores nas Índias Ocidentais); e as autoridades de ambos os governos se comprometeram a criar medidas e incentivos ao intercâmbio comercial entre os dois países. No campo militar, Oswaldo Aranha deu prosseguimento às conversações sobre a cooperação na defesa continental. Embora nenhum compromisso tenha sido feito neste tema, o espírito geral foi de que o Brasil desejava colaborar com os EUA, e que as conversações deveriam continuar. Foi exatamente essa falta de um acordo sólido no campo militar que gerou as críticas aos resultados do ministro Aranha, por parte de outros políticos do governo Vargas, da imprensa e do empresariado. Segundo McCann,

Quando o ministro do exterior partira para os EUA, muitos julgaram que retornaria com "benefícios políticos tangíveis" que, de maneira vaga, tomava a forma de cruzadores, aeronaves, artilharia de costa etc., ou, como o expressou a Embaixada americana, "alguma coisa em troca de nada".¹⁴⁰

Em outras palavras, o que todos os setores interessados haviam esperado do Ministro é que ele obtivesse o máximo de vantagens com os norte-americanos, sem nenhum tipo de compromisso brasileiro em contrapartida. Da forma como viam, o que Oswaldo Aranha obtivera foi uma série de promessas que os EUA cumpririam ou não, atreladas aos compromissos de auxiliar na defesa continental, a retornar ao pagamento da dívida externa, e medidas para estimular o consumo de produtos dos EUA, incluindo

¹³⁹ MCCANN, 1995, p. 106.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 110.

tributação reduzida e condições especiais para investimentos de empresários norte-americanos.

Críticas à parte, a missão de Oswaldo Aranha aos EUA gerou por sua vez mais duas visitas oficiais: no dia 25 de maio de 1939 chegava ao país o chefe do estado-maior do exército norte-americano, George C. Marshall¹⁴¹, e no mês seguinte, partia para os EUA o general Góes Monteiro. Ambas as visitas, ao contrário daquela do ministro brasileiro das relações exteriores, foram exclusivamente para tratar de assuntos militares, da cooperação militar Brasil-Estados Unidos. Neste ínterim, as conversas a respeito da defesa conjunta do continente já se encontravam em adiantado estágio, e também entravadas em dois pontos de discordância entre os dois governos:

O primeiro era a presença de tropas norte-americanas no Brasil e as prioridades de defesa territorial. O governo Brasileiro concordava com o apoio aéreo e naval norte-americano na defesa da costa, especialmente da saliente nordestina, pois reconheciam a impossibilidade, a curto prazo, de modernizar a marinha e força aérea brasileiras; mas era avesso à presença de tropas terrestres em território nacional, pois temiam, com o escalar do conflito na Europa, que os norte-americanos se decidissem por uma ocupação militar do território nordestino brasileiro, possibilidade contra a qual o defasado exército brasileiro nada poderia fazer. Tratava-se, portanto, de preocupação com a soberania nacional. Preocupação baseada em precedentes, deve-se notar, já que os EUA, até o começo da década de 1930, tinham como prática a ocupação e intervenção militar em seus vizinhos continentais. E, ao mesmo tempo que não concordavam com a alocação de tropas norte-americanas em território nacional, o governo brasileiro insistia em concentrar o exército no sul, na região do Rio do Prata, para contrabalancear a possibilidade de uma agressão argentina.

O segundo ponto de debate era o interesse, da parte do governo brasileiro, em obter o máximo de vantagens dos EUA em troca da colaboração; as lideranças brasileiras viam os acontecimentos dos últimos anos de 1939, e a posição privilegiada do Brasil na geopolítica continental, como oportunidades para tentar modernizar o país e o exército. Até esse momento, as melhores oportunidades tinham sido oferecidas pelo governo alemão, como a oferta de condições especiais de financiamento. De fato, o governo brasileiro vinha comprando materiais bélicos de firmas alemãs, como a Krupp.

¹⁴¹ George Catlett Marshall, Jr. (1880–1959), líder militar norte-americano, ocupou os cargos de chefe de Estado-maior do exército dos EUA, Secretário de Estado e Secretário de Defesa. Nas palavras de Winston Churchill, foi o “organizador da vitória” por seu papel no gerenciamento do esforço de guerra aliado.

Portanto, este esperava obter um entendimento com os norte-americanos no mínimo tão vantajoso quanto o que tinham com os alemães, e tinham duas exigências nesse sentido: o financiamento e auxílio técnico para a criação de um polo siderúrgico no país (que se concretizou na Companhia Siderúrgica Nacional), e o fornecimento de armamento moderno para reequipar o exército. Góes Monteiro, durante sua visita oficial, embora tenha avançado em muito as negociações de cooperação militar, bateu o tempo todo no ponto de que qualquer cooperação brasileira estaria atrelada ao fornecimento de materiais bélicos por parte dos norte-americanos, ao ponto de fazer o Major Matthew Ridgeway¹⁴² afirmar em relatório para Marshall de que a chave para a colaboração brasileira, inclusive a colocação de tropas norte-americanas no saliente nordestino seria, sem dúvida, o fornecimento do armamento que os brasileiros tanto desejavam¹⁴³.

O resultado da rodada de visitas de chefes militares foi favorável em ambas as direções. Marshall conseguiu angariar a simpatia do povo brasileiro e causar forte impressão, e ao mesmo tempo coletar informações necessárias ao planejamento defensivo. Sua presença também fortaleceu a posição dos oficiais pró-EUA dentro do exército brasileiro. Góes Monteiro retornou ao Brasil, no começo de agosto de 1939, já trazendo consigo a minuta de um acordo de cooperação militar. Mais que isso, o alongamento da visita de Góes Monteiro aos EUA impediu a planejada visita à Alemanha. O deflagrar da guerra, no primeiro dia do mês seguinte ao seu retorno, encerrou essa possibilidade.

As negociações entre brasileiros e norte-americanos prosseguiram durante todo o ano de 1940. No mesmo ano, na Conferência de Havana, são reafirmados os princípios definidos nas conferências anteriores, soberania das nações americanas e o auxílio mútuo caso de ato hostil por parte de nação extracontinental. Na Conferência de Havana também foi tomada a decisão de declarar, como águas territoriais americanas, uma faixa de 300 milhas náuticas a partir da costa.

Finalmente, em junho de 1941, é assinado o decreto autorizando a construção de bases aéreas para uso norte-americano no nordeste brasileiro, embora a construção das mesmas já estivesse em andamento desde fins de 1940. Em dezembro de 1941 ocorre o ataque a Pearl Harbor, que coloca os EUA na guerra; e, nove meses, depois, os ataques contra navios brasileiros é o passo final em um processo gradual, porém contínuo de

¹⁴² Matthew Bunker Ridgway (1895–1993), general norte-americano, com diversos comandos durante a Segunda Guerra e, posteriormente, na Guerra da Coreia.

¹⁴³ MCCANN, Op. Cit., p. 118.

envolvimento do Brasil na guerra, quando é declarado o estado de beligerância contra os países do Eixo, em 31 de agosto de 1942.

A decisão de se enviar tropas para a Europa era ponto certo do governo brasileiro desde o momento inicial. Por um lado, os afundamentos de navios brasileiros, na costa brasileira, por submarinos alemães e italianos, havia inflamado a opinião pública, que dificilmente ficaria satisfeita com uma participação passiva do país no conflito; por outro, havia o interesse da parte do governo pela participação, para firmar a posição do Brasil no rol das nações modernas, e também para assegurar uma participação brasileira na mesa de negociações do pós-guerra.¹⁴⁴

A principal dificuldade, entretanto, é que as Forças Armadas brasileiras não tinham condições de combater uma guerra moderna em outro continente; tampouco a indústria brasileira tinha as condições de suprir esse esforço de guerra, bastando lembrar que até esse momento boa parte do material bélico brasileiro era comprado de um número de nações, incluindo França e Alemanha.

Portanto, cumprir esse desejo de participação ativa exigiu negociações com a única potência em condições de fornecer o material, a logística e o treinamento, os Estados Unidos. Descrever esse processo, com múltiplas rodadas de negociações, a busca de compromissos, dificuldades e triunfos, foge aos objetivos deste trabalho, e já foi esmiuçado, entre outros, por McCann e Alves¹⁴⁵. Basta apenas perceber que a declaração de guerra brasileira à Alemanha data de 31 de agosto de 1942, e a portaria ministerial que cria a Força Expedicionária Brasileira e a 1º Divisão de Infantaria Expedicionária, data de 09 de agosto de 1943, pouco menos de um ano depois.

¹⁴⁴ FERRAZ, Op. Cit., p. 43.

¹⁴⁵ MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995. ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento forçado**. São Paulo: Loyola, 2002.

2. DOUTRINAS MILITARES BRASILEIRA, FRANCESA E NORTE-AMERICANA

O estudo de uma Doutrina Militar pode ser feito de diferentes maneiras, dependendo do que o estudioso busca analisar: perceber a função e modo de atuação de um tipo de unidade específica (por exemplo, a artilharia ou a engenharia de combate); estudar a integração da doutrina militar com os objetivos políticos do estado, ou talvez como a doutrina militar (e portanto, a força militar que segue essa doutrina) trata determinado grupo social (mulheres, minorias étnicas, por exemplo).

De acordo com os objetivos deste trabalho, iremos realizar dois tipos de análise: O primeiro é um estudo da formulação da doutrina: perceber a influência de uma série de fatores sociais, econômicos, políticos, militares e tecnológicos daquela sociedade na doutrina militar das suas forças armadas.

O segundo é o estudo da doutrina em si, suas características, quais são suas prescrições e orientações. No caso dos nossos objetos de estudo, as doutrinas francesa e norte-americana, desejamos estabelecer as bases para a comparação que iremos realizar com a doutrina brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

Porém, desejamos ir além. Assim como em qualquer conjunta de regras já redigido por um grupo, existe o potencial de diferença entre o discurso e a prática, assim como situações derivadas das prescrições da doutrina, mas que não são óbvias pela leitura dos regulamentos. Portanto, neste capítulo, iremos nos referenciar frequentemente a outras fontes e estudos que não apenas os manuais doutrinários franceses e norte-americanos. Buscaremos, assim, também perceber essa distância, se ela existe, entre a regra e a sua aplicação.

2.1. A FORMAÇÃO DE UMA DOUTRINA MILITAR

Para estruturar o estudo da Doutrina Militar, de acordo os objetivos que buscamos alcançar, iremos definir duas categorias de análise para cada aspecto que desejamos estudar. Em relação ao processo de formulação da doutrina, usaremos de **fatores formativos**, que podem ser de **curta ou longa duração**..

Os fatores formativos são aqueles elementos que influenciam a formulação da doutrina. Baseados nas características enumeradas por Rodrigues¹, conforme apresentado na Introdução, os dividiremos em cinco tipos: sociais, econômicos, políticos, militares e tecnológicos.

Os *fatores sociais* incluem todos aqueles relacionados à sociedade da qual as forças armadas fazem parte. A composição demográfica, especificamente a parcela da população considerada apta ao serviço militar, é o mais óbvio deles; ao limitar o tamanho das reservas disponível em determinado período, influencia diretamente a doutrina. Por exemplo, os britânicos, historicamente, nunca puderam dispor dos grandes contingentes populacionais que os seus vizinhos continentais. Esse fator levou a doutrina militar britânica a prezar a qualidade da tropa acima da quantidade, e a direcionar a estratégia à uma abordagem indireta, com engajamentos limitados visando desgastar o inimigo nas periferias, ações de sabotagem, bloqueio naval (como aquele realizado contra a França Napoleônica) e bombardeios estratégicos (Segunda Guerra Mundial), ao invés da estratégia direta de buscar e travar a batalha decisiva, que seus vizinhos continentais preferiam.

Além da demografia, a cultura e organização social influenciam a formulação da doutrina: “As características das sociedades exercem uma certa influência sobre a organização do comando e a condução da guerra, da tática e da estratégia, inclusive das formas da guerra, a ponto de condicioná-las”². Por exemplo, o sentimento antiguerra que dominou as sociedades europeias ao final da Primeira Guerra Mundial, que afetou as doutrinas (e orçamentos) militares destes países; ou, no outro extremo do espectro, o sentimento de insatisfação e revanchismo da sociedade alemã no mesmo período, que permitiu a Hitler, depois de sua subida ao poder em 1933, ignorar todos os tratados de desarmamento, rearmar a Alemanha, e perseguir uma política externa agressiva que, somada à outros fatores, levou à Segunda Guerra Mundial.

Os *fatores econômicos*, que comumente são enumerados entre as razões pelas quais uma sociedade vai à guerra, também influenciam o seu pensamento militar. Incluem os meios pelos quais as nações custeiam suas atividades militares, assim como as potencialidades de sua indústria, e a disponibilidade e quantidade de recursos

¹ RODRIGUES, Nilton Moreira. A História, o Chefe e a Doutrina Militar. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 690, p. 25-46, Jul/Ago 1980. p. 36.

² CORVISIER, André. **A Guerra: Ensaio Histórico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999. p. 241.

estratégicos em seu território. Por exemplo, a política expansionista do Império do Japão nos anos 1930, que o levou a invadir seus vizinhos e à guerra, tinha como objetivo maior assegurar reservas de matérias-primas para alimentar sua indústria, e recursos estratégicos, especialmente o petróleo, que não existiam nas ilhas japonesas; e também para garantir mercados para sua produção industrial, à imagem do que as nações europeias fizeram no final do século XIX. O mesmo pode ser dito da Alemanha, cujos objetivos para a invasão da União Soviética, em 1941, incluíam a tomada das terras férteis da Ucrânia e os campos petrolíferos de Baku, no Azerbaijão. Em ambos os casos, a ausência de um suprimento de petróleo nacional impediu que as forças armadas alemãs e japonesas tivessem o nível de motorização e mecanização que, por exemplo, o Exército dos EUA. O Exército alemão, conhecido por suas Divisões *Panzer*, se manteve largamente hipomóvel durante toda a guerra.

Os *fatores políticos* incluem a política externa da nação, entrando no campo das relações internacionais. Posen afirma que nações que perseguem uma política externa agressiva irão ter (ou pelo menos, deveriam ter) doutrinas militares que favorecem o ataque e a projeção de poder, enquanto aquelas que buscam a manutenção do *status quo* irão optar por doutrinas defensivas ou de intimidação³. A geopolítica também influencia e é influenciada pela política externa nacional, e portanto se inclui entre os fatores políticos. A Grã-Bretanha é um bom exemplo: sendo uma ilha, sua política externa prezou pela supremacia marítima, que se refletiu em sua doutrina militar (*Brittania rule the waves*, diz a canção patriótica do século XVIII). Outro exemplo é a doutrina militar brasileira, que reflete uma preocupação constante com a região do Rio do Prata, historicamente uma região disputada, e que atualmente também inclui a Amazônia e a chamada *Amazônia Azul* (águas marítimas territoriais brasileiras).

Os *fatores militares* envolvem a *tradição militar*, a *experiência*, e a *identidade*. A tradição militar de uma força armada é o seu passado, não apenas como ela desempenhou seu papel historicamente em conflitos historiadores, como também a sua gênese. Já a experiência diz respeito ao conhecimento adquirido pelos agentes do campo no período estudado; difere, portanto da tradição por ser a vivência direta. Da tradição e da experiência surge a identidade, como os agentes do campo militar se percebem e percebem a sua missão; ao mesmo tempo, como dito na Introdução, os agentes irão reforçar essa identidade através de suas ações, dando continuidade à tradição (embora

³ POSEN, Barry R. **The Sources of Military Doctrine: France, Britain and Germany between the World Wars**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1984. p. 16-24.

nem sempre, se a força estiver passando por um episódio de mudança de identidade, ou mesmo uma crise).

Por último, os *fatores tecnológicos* também influenciam a doutrina, qual armamento e suas potencialidades o comandante militar têm a sua disposição. Os sucessos iniciais da Alemanha na Segunda Guerra, com sua tática de *blitzkrieg*, se deveram em parte a aprimoramentos na tecnologia de carro de combate surgida na primeira guerra (carros rápidos, confiáveis, e equipados com rádios) e aviação (especialmente bombardeiros de mergulho como o *Stuka*), que permitiram o tipo de tática que foi a guerra-relâmpago. O mesmo pode ser dito dos seus submarinos que, aliados à eficientes táticas de ataque a comboios, permitiu a Alemanha quase estrangular a Grã-Bretanha, bloqueando seu acesso aos recursos vindos das nações aliadas. De fato, o desenvolvimento tecnológico alemão foi um dos fatores que lhe permitiram resistir contra a aliança de nações que enfrentava, desenvolvendo e colocando em campo novos modelos de armas de infantaria, artilharia, carros de combate, aviões e submarinos praticamente até os últimos dias da guerra na Europa.

Além destas características, faremos uso também do conceito de bases estáveis/corpo de Rodrigues⁴, apesar da dificuldade metodológica e de um certo nível de subjetividade em definir o que seriam fatores de longa e curta duração. Talvez o mais fácil de ser mensurado é o fator tecnológico; especialmente no século XX e no caso das guerras mundiais, o desenvolvimento tecnológico bélico teve seu ritmo acelerado, em comparação com os séculos anteriores. Grosso modo, dentro do recorte temporal deste trabalho (a primeira metade do século XX) podemos considerar de longa duração aqueles fatores anteriores ao início da Segunda Guerra Mundial, e de curta duração aqueles que surgem durante o conflito.

2.2. AS CARACTERÍSTICAS DE UMA DOCTRINA MILITAR

A Doutrina Militar define todos os aspectos da vida militar; nela encontraremos, portanto, desde prescrições sobre aspectos administrativos e organizacionais, passando pela estratégia e a tática, até o imaterial, o simbólico, como os valores militares. Por

⁴ RODRIGUES, Op. Cit., p. 4.

exemplo, Bellintani⁵ foca sua análise nas prescrições doutrinárias sobre o caráter do oficial militar, sua relação com seus subordinados, e valores como a disciplina, a moral e a coragem.

Já em nosso estudo, temos interesse em perceber aqueles aspectos relacionados diretamente com a forma como o exército irá se comportar em campanha e no campo de batalha. Portanto, usaremos de quatro categorias analíticas: ênfase estratégica, Aspectos Organizacionais e de Comando, organização da divisão de infantaria e combinação de armas.

2.2.1. Ênfase Estratégica

A *ênfase estratégica* de uma doutrina define qual tipo de estratégica ela recomenda ser adotada pela força combatente: ofensivas, defensivas, ou de intimidação.

As *estratégias ofensivas* buscam a destruição da força inimiga, ou melhor, da capacidade do inimigo de fazer a guerra. Embora tradicionalmente pensarmos nas tropas ao falar de “força inimiga”, devemos perceber também, especialmente ao falarmos das guerras industriais do século XX, que eliminar a força inimiga envolve a eliminação da sua capacidade industrial e sua estrutura logística; ou seja, suas possibilidades de suprir seu esforço de guerra. A campanha de bombardeios estratégicos executada pela Força Aérea norte-americana contra a Alemanha e o Japão, assim como a campanha submarina alemã contra os comboios que supriam a Grã-Bretanha, são dois exemplos de uma estratégia ofensiva mirando a logística e a capacidade industrial adversárias. Também é necessário perceber que a eliminação da força inimiga pode se dar no campo imaterial, em que se obtém a vitória ao eliminar a vontade adversária em continuar a luta. De fato, apenas nas situações mais extremas encontramos exemplos de uma força lutar “até o último homem”; mais comum é a luta se prolongar até que uma das forças em conflito perca sua coesão física e moral, e se renda ou abandone o campo de batalha. Um exemplo extremo (e controverso) foi o uso de bombas atômicas contra Hiroshima e Nagasaki: o potencial de destruição da nova arma, somado à declaração norte-americana

⁵BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 2009. 700 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília: 2009. p. 122-139.

de que os ataques atômicos prosseguiriam (um blefe, vale lembrar) levou o governo imperial japonês à rendição.

As *estratégias defensivas* buscam negar ao adversário seus objetivos, contendo e rechaçando seus esforços. O exemplo mais próximo ao tema deste trabalho, é a estratégia defensiva que a doutrina francesa passou a preconizar após a Primeira Guerra Mundial: conter o invasor alemão nas fronteiras, impedindo-o de combater no território francês, como havia sido o caso durante a Primeira Guerra, enquanto se realizava a mobilização dos reservistas e das forças aliadas francesas. A Linha Maginot⁶ foi construída com esse propósito, e em verdade foi bem sucedida, forçando os alemães à inovação de tentar uma invasão por uma região considerada até então impraticável para o movimento de tropas como era a floresta das Ardenas.

Finalmente, as *estratégias de intimidação* têm como propósito punir o adversário, aumentar os custos envolvidos em atingir seus objetivos ao ponto de dissuadi-lo de tentar. Dois exemplos, segundo Posen⁷, são a França e a Suíça contemporâneas. A primeira baseia sua estratégia em seu arsenal nuclear limitado⁸, visando punir um agressor com a perda de suas cidades e sua população civil. Já a Suíça se baseia em tecnologia bélica convencional, mas de forma a tornar a tarefa do invasor a mais difícil e com maiores custos materiais e humanos possível: destruição da infraestrutura de transportes, dificultando o deslocamento inimigo em seu território, e uma defesa vigorosa e contínua, durante e depois da invasão.

2.2.2. Aspectos Organizacionais e de Comando

Por Aspectos Organizacionais e de Comando, entendemos em primeiro lugar a forma como as unidades militares devem ser organizadas segundo a doutrina; essa forma por si só reflete o pensamento militar, expresso na doutrina, sobre a forma como aquela força militar deve ser utilizada em campo. Por exemplo, uma doutrina com ênfase na defesa poderia direcionar a organização das unidades terrestres no sentido de possuírem um número maior de armas do tipo defensivo, como minas terrestres e

⁶ Rede fortificações construída na fronteira entre a França e a Alemanha.

⁷ POSEN, Op. Cit., p. 15.

⁸ A França possui o terceiro maior arsenal nuclear, depois de Estados Unidos e Rússia. Porém, em números, a diferença é gritante: no início de 2013, a França contabilizava 300 ogivas em seu inventário, contra 8500 da Rússia, e 7700 dos EUA. Fonte: FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS. **Status of World Nuclear Forces**. Disponível em: <http://www.fas.org/programs/ssp/nukes/nuclearweapons/nukestatus.html>. Acessado em: 22/03/14.

canhões antiaéreos e anticarro, e ao mesmo tempo sacrificar a mobilidade. No outro extremo, uma doutrina ofensiva que preconizasse uma guerra rápida, como o caso da alemã, definiria a organização de unidades que combinassem ao mesmo tempo poder de fogo e mobilidade, como as divisões *Panzer* o foram.

Em segundo lugar, queremos perceber também o funcionamento da hierarquia, da cadeia de comando, a estrutura de missões, ordens, comandos, informações e documentos que torna a operação diária em campanha de uma força militar possível. Assim como no caso da organização de unidades, essas características são definidas pela doutrina, e refletem os princípios e objetivos desta doutrina. Por exemplo, durante a Primeira Guerra Mundial, as doutrinas francesa e britânica eram extremamente rígidas e restritas no que se referia à cadeia de comando: esperava-se que os militares em campo, do soldado raso ao oficial, deveriam seguir as ordens específicas definidas pelos estados-maiores. Essa rigidez, somada as dificuldades de comunicação em um momento em que as tecnologias do rádio e do telefone ainda engatinhavam, e a um comando que estava afastado, física e burocraticamente, do campo de batalha⁹, gerou situações, que se repetiram durante toda a guerra, em que vantagens deixavam de ser exploradas porque as tropas em campo tinham que aguardar novas ordens do estado-maior, que podiam levar horas e dias para chegarem. Do outro lado, a doutrina alemã era mais flexível, com um sistema de planos baseados na missão (definiam-se objetivos, mas deixava-se a forma de execução a cargo dos oficiais e das unidades envolvidas), e que encorajava e recompensava a iniciativa individual, até mesmo do baixo escalão, como os sargentos¹⁰. Flexibilidade esta que, inclusive, permitiu aos alemães explorarem mais de uma vez a imobilidade dos seus adversários.

2.2.3. Divisão de Infantaria

Nossa análise se focará na organização e funcionamento da divisão de infantaria, pela razão de nosso objeto de estudo é a Força Expedicionária Brasileira, composta da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Nos aprofundaremos no funcionamento interno

⁹ Tanto que cunhou-se o termo “generalato de castelo” para referir a esse tipo de comando extremamente distante da realidade dos campos de batalha.

¹⁰ De fato, graças a esse sistema de premiar a iniciativa individual, a Alemanha terminou a guerra com um número de jovens veteranos com muita experiência em novos sistemas de armas e táticas, que usariam essa experiência na reorganização das forças armadas alemãs na próxima guerra. Por exemplo, podemos citar Hanz Guderian, idealizador da divisão *Panzer*, e Karl Doenitz, vice-almirante responsável pela frota de submarinos.

da divisão de infantaria, como fizemos de maneira geral no tópico anterior, e também em sua forma de atuação em campo de batalha, de acordo com as orientações da doutrina.

2.2.4. Combinação de Armas

Em conjunto com a categoria anterior, também desejamos em nossa análise perceber como a doutrina prescreve a combinação das diferentes armas combatentes dentro da força militar, em apoio à infantaria. Segundo House, “combinação é a ideia básica de que diferentes Armas combatentes e sistemas de armas devem ser usados em conjunto para maximizar a sobrevivência e a eficácia em combate umas das outras. As forças de um sistema devem ser usadas para compensar as fraquezas de outro”¹¹. Um exemplo de combinação de armas é a tática que ficou conhecida como *blitzkrieg* ou guerra-relâmpago, empregada pelos exércitos alemães na invasão da França, em 1940: as divisões *Panzer*¹² (carros de combate) e divisões de infantaria mecanizada realizam o ataque inicial, usando de seu poder de fogo e mobilidade, causando a ruptura das linhas inimigas. Em seguida, as divisões de infantaria tradicional consolidavam a vitória e ocupavam as posições. Acompanhando a vanguarda blindada, seguiam engenheiros de combate, para limpar caminhos e criar travessias de rios (muito necessário na floresta das Ardenas, a rota principal da invasão alemã). Em apoio à força terrestre, e em constante comunicação com esta, a *Luftwaffe* (Força Aérea Alemã) fornecia proteção contra aeronaves inimigas, e bombardeio tático.

2.3. A DOCTRINA BRASILEIRA, PRÉ-1920

Antes de estudar as duas doutrinas que influenciaram o pensamento do exército brasileiro, convém fazer algumas considerações sobre a doutrina brasileira antes da chegada da Missão Francesa.

¹¹ HOUSE, Jonathan M. **Combinação de Armas: A Guerra no Século XX**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2008. p. 21.

¹² A Divisão Panzer, por si só, já foi uma inovação para o período: concentrar os carros de combate em uma unidade própria, enquanto a regra nos exércitos do período era manter o carro como arma de apoio à infantaria.

A partir das fontes, não podemos perceber com clareza como seria a doutrina, como podemos fazer a partir de 1920; o que sem dúvida levou um grupo de autores a declarar que o Exército brasileiro não possuía doutrina militar. É o que afirma Castello Branco, por exemplo, ao dizer que “Durante o Império não havia propriamente uma preparação doutrinária, mas havia uma mentalidade para guerrear, robustecida pela coerência e a atuação da nossa política externa”¹³. Também é a opinião de Edmundo Campos Coelho, que vai além e afirma que o exército só adquire organização doutrinária completa a partir da Revolução de 1930 e o Golpe de 1937:

A fase iniciada em 1930 foi denominada de institucional não só porque o exército tornou-se uma unidade ativa, mas sobretudo porque completou-se o processo pelo qual ele deixou de ser mera “organização” para transformar-se em “instituição” na consciência de seus membros.¹⁴

Já um segundo grupo de autores se foca nas influências positivistas no Exército. Bellintani afirma uma “Doutrina Positivista” como sendo aquela do Exército, até 1920. De fato, o Exército sofreu forte influência das ideias de Auguste Comte durante todo o período Imperial; o curso de Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha é o mais proeminente exemplo, mas ele não foi o único a professar a filosofia positivista no Exército, e nem o primeiro:

As escolas militares, a partir de 1850, começam a sofrer forte influência positivista via ensino da matemática e da geometria analítica, devido à difusão do *Curso de filosofia positiva*, segunda fase dos escritos de Comte. Os mestres repassam aos alunos a ideia tecnicista de progresso científico, e a escola, que deveria adestrar os alunos para o cumprimento das tarefas militares, se volta ao ensino da matemática.¹⁵

E, conforme vimos no primeiro capítulo, as ideias positivistas inspiraram o espírito intervencionista dos oficiais militares que proclamaram a República em 1889, e dos cadetes de 1905, e dos tenentes de 1922 e 1924¹⁶. Para Bellintani, o positivismo serviu como resposta à uma percebida falta de identidade institucional do Exército brasileiro na década de 1850; os oficiais teriam abraçado o ideal positivista de ordem e progresso (lema que encontrou seu caminho até a bandeira nacional) e assumido a identidade de agentes desse progresso, por meio da intervenção no mundo civil.

¹³ CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. **Marechal Castello Branco: seu pensamento militar (1946-1964)**. Organização, extrato, notas e ilustrações de Francisco Ruas Santos. Rio de Janeiro: ECEME, 1968. p. 250.

¹⁴ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Record, 2000. p. 128.

¹⁵ BELLINTANI, 2009. p. 65. Grifo da autora.

¹⁶ E alguns desses tenentes, já generais, fariam nova intervenção, em 1964.

Um terceiro grupo coloca ênfase nas influências alemãs entre o oficialato brasileiro, ao ponto de afirmar que o Exército, antes da MMF, era “claramente germânico”. Segundo McCann:

A história das relações militares Brasil-Alemanha recua à primeira década do século. A destruição das unidades do Exército brasileiro em Canudos (1897), o canhestro desenvolvimento durante a crise do Acre, o pesadelo de potências se apoderando da Amazônia e a desconfiança em relação à Argentina produziram reivindicações entre líderes militares e alguns civis, como Rio Branco, de reformas e fortalecimento do Exército. Como parte dos esforços para aperfeiçoar a educação militar, três grupos de oficiais brasileiros passaram dois anos em regimentos alemães, entre 1905 e 1912. Em 1908, enquanto assistiam às manobras do Exército alemão como convidados do governo imperial, o ministro da Guerra (marechal Hermes da Fonseca) e o general Luís Mendes de Moraes negociaram um acordo para que uma missão alemã treinasse o Exército brasileiro. Embora o acordo jamais entrasse em vigor, a influência alemã nas táticas, na organização, nos hábitos e no armamento do Exército brasileiro permaneceria por algum tempo.¹⁷

Esse grupo de autores parece concordar que a influência alemã no Exército foi fruto das turmas de oficiais enviados para estagiar na Alemanha, especialmente a última, que como já discutimos, formou o grupo dos Jovens Turcos, ao retornar ao Brasil. Porém, o caso se encerra aqui, ou existem influências anteriores? Sem dúvida, as ideias alemãs de guerra estiveram na proeminência do pensamento militar mundial depois da Guerra Franco-Prussiana de 1871. E também podemos afirmar com segurança que qualquer oficial mais dedicado ao ofício da guerra se manteria informado dos últimos desenvolvimentos nos campos da tática e da tecnologia militares. Para usar de um exemplo já esmiuçado neste trabalho, temos o ministro da guerra João Nepomuceno Mallet, que em seus relatórios de 1900 e 1901 demonstra claro conhecimento das novidades do campo militar na Europa.

Por um lado, é difícil acreditar na tese do “Exército sem Doutrina”, considerando ser uma instituição com mais de um século de existência em 1920, e que havia passado por conflitos internacionais (como a Guerra da Cisplatina e do Paraguai) e grandes tumultos internos (as revoltas de Canudos e do Contestado, para citar só duas). Algum tipo de doutrina que guiasse o pensamento militar dos oficiais nesses conflitos deveria existir. A influência germânica dos Jovens Turcos chegou muito tarde para influenciar até mesmo o conflito no Contestado.

Por outro lado, também é difícil afirmar a natureza germanófila do exército no período pré-MMF, se considerarmos o pouco tempo de influência, e a natureza marginal

¹⁷ MCCANN, Frank D. A Influência Estrangeira e o Exército Brasileiro, 1905-1945. **A Revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 215.

dessa influência: um grupo de jovens oficiais que divulgavam suas ideias através de uma revista, sem vínculo oficial com as forças armadas. A partir de 1918, os Jovens Turcos conseguem maior penetração de suas ideias no meio educacional militar, com a chamada “Missão Indígena”. Porém, logo em 1920 a Missão Francesa inicia seus trabalhos. É possível que, em dois anos de atuação, os jovens turcos tenham tido tamanha influência? Entrando no campo das conjecturas, se a Missão Francesa não tivesse ocorrido, possivelmente essa influência germânica se espalharia, e a década de 1940 veria um exército brasileiro aos moldes da Alemanha, como aconteceu em países que receberam Missões Militares Alemãs, caso do Chile, por exemplo.

Finalmente, a “explicação positivista”, para parafrasear Edward Carr, “é verdade, mas nada explica”. A influência positivista no Exército Brasileiro é incontestável, até porque seus maiores adeptos dentro das forças armadas nunca fizeram nada para escondê-la: Constant seguia a cartilha de Comte, e frequentava a Igreja Positivista do Brasil. Porém, ela serve apenas para entender a questão da identidade própria do militar brasileiro deste período, e da propensão militar à esporádica intervenção na Política nacional. De nada serve para explicar o comportamento do militar na guerra. Pelo contrário: considerando que o positivismo considerava a guerra como flagelo de um estágio anterior da evolução social, que deixaria de existir quando a sociedade atingisse o seu estágio derradeiro e positivo, a “explicação positivista” só serve para justificar a geração de “doutores oficiais”, mais eruditos que soldados, que foram a norma até a década de 1910.

Dessa análise, o que podemos concluir é que a situação do exército pré-1920 é de um exército sem doutrina unificada e refletida, mas sim uma base fundamental, vinda possivelmente dos regulamentos portugueses herdados dos tempos coloniais, com influências estrangeiras (não apenas alemãs) e pontuais, entre alguns oficiais.

2.4. DOUTRINA FRANCESA

Conforme foi dito na Introdução, a principal fonte que utilizaremos para o estudo da doutrina francesa é a *Instruction provisoire sur l'emploi tactique des grandes unités*¹⁸. Publicado em 1920, este manual reuniu a experiência dos oficiais comandantes durante a Primeira Guerra Mundial. Ou pelo menos algumas dessas experiências, como

¹⁸ FRANÇA. Ministère de la guerre. **Instruction provisoire sur l'emploi tactique des grandes unités**. Paris: 1920.

veremos de maneira detalhada a seguir. A “bíblia”, como tornou-se conhecido entre o oficialato francês, foi o livro base para todos os assuntos doutrinários franceses pela década e meia seguintes: apenas em 1936 é lançada uma nova atualização. Nos focaremos aqui na *Intruction* de 1920, por duas razões: a primeira é de que essa edição foi a utilizada pela Missão Militar Francesa no Brasil. A segunda é que a edição de 1936 fez apenas algumas atualizações pontuais, a mais importante sendo a introdução de unidades blindadas independentes; falaremos dessas mudanças pontuais mais à frente, na seção Combinação de Armas.

Outro ponto a ser explicado é que usaremos aqui a tradução para o português da *Instruction*, preparado pelo Estado-maior do Exército Brasileiro, com o nome de *Regulamento para a direção das Grandes Unidades*¹⁹. A MMF trouxe o manual para o Brasil, e este serviu de base para o trabalho dos oficiais franceses da Missão.

2.4.1. Fatores de Formulação da Doutrina Francesa

A França saiu da Primeira Guerra Mundial como vitoriosa, mas com um alto custo material e humano: Cerca de 1,5 milhões de soldados mortos, de uma população de 40 milhões, além de outros 4,5 milhões de feridos, alguns permanentemente. O país teve dez de seus departamentos²⁰ ocupados durante a guerra; estes dez formavam o coração industrial da França, e estavam devastados quando do armistício, em 1918.

Portanto, para o povo francês, a guerra foi um flagelo, que lhe roubou uma geração inteira de seus membros mais jovens, causou perdas enormes e em alguns casos irreparáveis, e serviu como uma catarse para aquele sentimento de beligerância, nacionalismo e militarismo exacerbados que dominavam a *psique* francesa no pré-guerra. Se, em 1914, os cidadãos franceses aplaudiram a eclosão da guerra e se amontoaram nos postos de recrutamento, em 1918 e nos anos seguintes predominou um sentimento antiguerra, que se refletiu nas suas escolhas políticas e na atuação dos governos no período entreguerras.

O pensamento militar francês passa por uma fase inicial, curta, em que se busca construir em cima das lições da Primeira Guerra, especialmente no uso das novas

¹⁹ BRASIL. Estado-maior do Exército. **Regulamento para a direção das grandes unidades**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1920.

²⁰ Unidade administrativa equivalente a um estado brasileiro.

tecnologias bélicas surgidas no conflito. Em especial, a mecanização teve um breve período de grande avanço nos anos finais da guerra e da década de 1910.

A França constituiu rapidamente uma força blindada depois de 1915-16, passando a ter, já no fim da guerra, três mil carros-de-combate leves Renault FT-17 e pesados Schneider e St. Chamond. O general Jean-Baptiste Estienne²¹, “pai” da arma de blindados, permaneceu como responsável pelas experimentações mecanizadas nos primeiros anos de paz.²²

Essa tendência prosseguiu até meados da década de 1920, com desenvolvimento de novos modelos de carros blindados, e reflexões sobre a vantagem e a necessidade de uma força mecanizada no conflito vindouro:

Encorajados por um inovador chefe de estado-maior de 1920 a 1923, o General Edmond Buat²³, os oficiais franceses exploraram o potencial das novas armas de mobilidade: o transporte motorizado, as viaturas para deslocamento de infantaria, veículos blindados e carros-de-combate.

[...]

O Exército foi equipado pela produção de uma próspera indústria de veículos motorizados, estabelecida ao tempo da guerra, liderada pela Renault e pela Citroen, a qual se beneficiou, juntamente com os militares, com o suprimento de longa distância e as experiências na África francesa.²⁴

Porém, com o correr da década,

No rescaldo daquele conflito armado, as doutrinas e políticas de segurança tornaram-se, naturalmente, defensivas, e a década de 1920 testemunhou um retorno ao credo militar tradicional da Terceira República: fé na trindade de uma fronteira oriental segura, alianças estrangeiras e conscrição universal.²⁵

O que ocorreu? Em primeiro lugar, podemos perceber o que seria um “fim da ansiedade” na psique francesa. No final da década de 1910 e início da de 1920, havia ainda o temor de que a Alemanha iniciaria nova rodada de combates. Os pensadores militares franceses tinham certeza de que a Alemanha seria a grande ameaça no futuro vindouro, e de que as cláusulas do Tratado de Versalhes nada fariam para impedir a recuperação do país, e ainda criariam um sentimento de revanche entre o povo alemão. E, por um breve período imediatamente posterior ao armistício, a população francesa também dividiu essa certeza. Porém, com a passagem dos anos, a situação político-

²¹Jean Baptiste Eugène Estienne (1860-1936), general avindo da arma da artilharia, especialista em engenharia militar, foi um dos fundadores da artilharia moderna e aviação militar francesas, e criador da arma de carros-de-combate dentro do Exército francês.

²² BOND, Brian; ALEXANDER, Martin. Liddel Hart e De Gaulle: Doutrinas da Responsabilidade Limitada e da Defesa Móvel. In: PARET, Peter (Org.). **Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à Era Nuclear, tomo 2**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. p. 177.

²³ Edmond Alphonse Léon Buat (1868-1923) foi general no Exército Francês, comandando inúmeras unidades de combate durante a Primeira Guerra Mundial.

²⁴ BOND; ALEXANDER, Op. Cit., p. 183-184.

²⁵ Ibidem, p. 177.

econômica alemã, com uma grave crise econômica decorrente dos custos da guerra e das obrigações do Tratado de Versalhes, e a instabilidade política deram a certeza ao povo francês que, pelo menos no futuro próximo, a Alemanha não seria uma ameaça²⁶. A ação diplomática da recém-fundada Liga das Nações também ajudou a solidificar essa “tranquilidade” no continente europeu, como explica Nye:

Ainda assim, 1924-1930 foi um período de sucessos relativos. Fizeram-se planos para diminuir as proporções das reparações que a Alemanha tinha de pagar. Em 1924, os governos assinaram um protocolo sobre a solução pacífica das desavenças em que prometiam arbitrar suas diferenças. Talvez o mais importante de todos, em 1925, o Tratado de Locarno permitiu que a Alemanha ingressasse na Liga das Nações e reservava ao país um lugar em seu conselho.

O Tratado de Locarno tinha dois aspectos. No oeste, a Alemanha garantia que suas fronteiras com a França e a Bélgica seriam invioláveis. A Alsácia-Lorena, tomada por Bismarck na Guerra de 1870, fora devolvida à França pelo Tratado de Versalhes, e a Alemanha prometia desmilitarizar a Renânia. Locarno reafirmava aqueles resultados.²⁷

Em segundo lugar, os custos da guerra também serviram para causar um impacto na economia nacional francesa, que implicaram em anos de difícil recuperação, e com o fim do conflito a França teve que começar a pagar os empréstimos feitos para sustentar o esforço de guerra. Uma parte considerável da sua população em idade ativa havia sido perdida na guerra, o que a obrigou a importar trabalhadores. Os espólios territoriais ganhos e as indenizações da Alemanha não compensaram as enormes perdas sofridas.

Em terceiro lugar, temos as responsabilidades individuais. Leal²⁸ responsabiliza os comandantes franceses pela forma que a doutrina militar francesa toma depois da Primeira Guerra Mundial: “a idade avançada e o espírito conservador dos generais do alto-comando, a maioria heróis da 1ª Grande Guerra, tais como Foch²⁹, Pétain³⁰ e Gamelin, que se obstinavam em defender as táticas por eles utilizadas, tornando-os cegos e avessos a quaisquer novos materiais e novas formas de emprego”. Já Posen aponta a responsabilidade principal para Pétain, dizendo que “Durante seu mandato como chefe em tempo de paz do Exército Francês, suas visões, com o apoio da

²⁶ Não apenas na França, vale lembrar. O governo britânico operou pelo “princípio dos dez anos”, a previsão de que não haveria guerra na “próxima década”, até 1935.

²⁷ NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009. p. 114.

²⁸ LEAL, Guaracy Albano Freire. A Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar entre as 1ª e 2ª Guerras Mundiais. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 777, p. 115-124, Jul/Ago/Set 1997. p. 117.

²⁹ Marechal Ferdinand Foch (1851-1929), oficial francês e teorista militar.

³⁰ Henri Philippe Benoni Omer Joseph Pétain (1856-1951), Marechal da França e Chefe de Estado da França de Vichy, o regime fantoche instalado pela Alemanha depois da derrota francesa em 1940.

liderança civil, prevaleceram tanto na doutrina escrita quanto na manifestação física da doutrina — a Linha Maginot³¹.

Também não podemos deixar de apontar o papel do governo civil, em quarto lugar. Ao restringir orçamentos em consequência da falta de interesse popular e das dificuldades econômicas, e representar os anseios da população de que as perdas materiais e humanas não se repetissem, os políticos franceses impediram o desenvolvimento tecnológico militar e o preparo do exército para o esperado conflito com a Alemanha, influenciando o desenvolvimento doutrinário francês para a configuração defensiva que esta assumiu a partir da década de 1920. Por exemplo, Posen aponta duas decisões políticas que influenciaram a doutrina militar francesa:

A primeira é a substancial redução do período de serviço militar obrigatório, resposta da liderança política francesa aos anseios da população de se afastar dos assuntos militares. O período de adestramento dos recrutas passou dos 36 meses adotados em 1913, e que perduraram durante a Primeira Guerra, para dezoito em 1924, e doze em 1928. Esta redução no período de treinamento dos recrutas foi mais um fator em favor de uma doutrina defensiva, pois era opinião dos militares franceses de que uma estratégia ofensiva requereria o tipo de soldado altamente treinado e motivado que apenas um período de 3 anos de treinamento poderia produzir³².

A segunda é a decisão de construir a Linha Maginot. A experiência do soldado francês na Primeira Guerra Mundial, sofrendo ataques do poder de fogo alemão em campo aberto, somado à ideia de parar os possíveis invasores na fronteira, levou os políticos franceses a aprovarem a construção de uma linha de fortificações protegendo as fronteiras orientais da França. A Linha pode ser considerada um círculo vicioso: a obsessão francesa com a defesa resultou em sua construção, e sua existência e suposta inexpugnabilidade alimentou essa ideia fixa na mentalidade militar francesa, que levou os generais a apoiar-se na Linha como ponto-chave da sua estratégia de defesa. Além de que os altíssimos custos de sua construção deixaram de ser usados para melhorar o exército francês³³.

A experiência francesa da Primeira Guerra Mundial foi de uma guerra estática, combatida em posições fixas e baseada na tomada e construção de redes de fortificações

³¹ POSEN, Op. Cit., p. 107.

³² POSEN, Op. Cit. p. 108.

³³ Originalmente orçada em três bilhões de francos, o custo total da Linha Maginot, em 1935, chegou aos 7 bilhões de francos, ou aproximadamente 462 milhões de dólares, pela cotação de 1935. Em valores atuais (2014): aproximadamente 8 bilhões de dólares.

e trincheiras, onde as vitórias, pequenas ou grandes, eram fruto de um planejamento rigoroso, execução precisa e do emprego maciço do potencial industrial, na forma do poder de fogo. Excetuando-se o período inicial da guerra, a chamada “Corrida para o Mar”³⁴, os exércitos franceses e seus generais³⁵ não tiveram nenhuma oportunidade de aplicar os princípios da guerra de movimento que seus manuais até então preconizavam. Além disso, era claro o fato de que a França só havia ganhado a guerra com o apoio dos seus aliados.

Portanto, a mentalidade militar francesa, à partir de meados da década de 1920, se direcionou para o comprometimento com uma defesa sólida, com três objetivos: impedir o inimigo alemão de ocupar território francês, protegendo assim as regiões industriais e produtoras de matérias-primas, onde seriam produzidos os materiais que eram a chave da vitória; garantir o tempo necessário para convocar e preparar as massas de reservistas; tempo esse que também seria necessário para que os aliados da França colocassem em campo as suas forças em apoio à estratégia francesa:

Simultaneamente com o entrenchamento auto imposto, as autoridades militares acreditavam que, se uma guerra europeia viesse de novo a ocorrer, sua característica seria a de desgaste. As memórias da exaustão e dos motins do exército francês de 1917 ainda estavam tão frescas quanto o exemplo da importância das forças americanas para a derrota da Alemanha em 1918. A vitória num novo embate iria requerer outra coalizão multinacional que desfrutasse de resiliência econômica e de imenso potencial de poderio armado. Para a França, este último consistia, em parte, nas suas indústrias mobilizadas e, finalmente, nas ações diversionárias desenvolvidas por seus aliados no centro e no leste da Europa.³⁶

Construído esse quadro político, social e econômico da França pós-guerra, podemos então analisar as características de sua doutrina.

2.4.2. Ênfase Estratégica

A Doutrina militar francesa, no período de 1918 até a sua derrota na mão dos alemães, em 1940, foi uma doutrina em essência defensiva. Seus pensadores militares, baseados em sua experiência da Primeira Guerra, e refletindo o ambiente mental de sua

³⁴ Período inicial da Primeira Guerra Mundial, entre setembro e novembro de 1914, caracterizado pela constante tentativa dos exércitos adversários de flanquear um ao outro. A “corrida” terminou na costa da Bélgica, formando a linha contínua de trincheiras que caracterizou o front ocidental.

³⁵ Com exceção dos fronts não-europeus, onde, no geral, manteve-se uma guerra de movimento do início ao fim. Porém, cabe destacar que essas experiências, exatamente por terem se dado fora do continente europeu, não influenciaram a doutrina francesa.

³⁶ BOND; ALEXANDER, 2003. p. 178.

sociedade, construíram uma doutrina em que o ataque, embora não explicitamente excluído, na prática, dadas as características doutrinárias, ficava em um distante segundo lugar em relação à defesa do território nacional na priorização de objetivos. A construção da Linha Maginot, imaginada como a defesa intransponível para defender a França da agressão alemã, foi a expressão máxima dessa obsessão nacional com a defesa:

Essa orientação defensiva influenciou não apenas orçamentos nacionais, mas também a doutrina militar francesa. Mais do que qualquer outro participante da Primeira Guerra Mundial, a França manteve, nos regulamentos pós-guerra, sua crença em uma guerra de posição cuidadosamente controlada.³⁷

Como não pode deixar de ser, esse foco na defesa se converte na escolha do equipamento e organização da tropa. No caso francês, isso significa a perda da mobilidade e da flexibilidade em campo de batalha. Segundo Castelo Branco³⁸,

(...) a doutrina estabelecia a concepção de uma guerra estática, caracterizada por uma frente fixa, contínua, ao longo da fronteira, destinada a esperar o alemão invasor, sem mesmo cuidar de ir ao encontro do inimigo. Até a aviação seria empregada somente para interceptar e não para atacar.

Deflagrada a guerra, a doutrina preconizava uma linha defensiva ao longo da fronteira, “evitando, a todo o custo, penetrações que caso se concretizassem, seriam rechaçadas por contra-ataques desencadeados pela Infantaria, auxiliada por carros de combate”³⁹. O objetivo final, claramente inspirado pelo modo como a Primeira Guerra se concluiu, era vencer o inimigo pelo desgaste, até que perdesse os meios e a vontade de continuar a lutar.

2.4.3. Divisão de Infantaria

Na doutrina francesa, a divisão de infantaria tem o papel principal no combate: “A infantaria é a arma principal: é ela quem conquista e conserva o terreno e aproveita o êxito”⁴⁰. Tanto que, na organização das Instruções, a Divisão de Infantaria é chamada apenas de “A Divisão”. O único outro tipo de Divisão admitida é a de Cavalaria, e o faz de maneira desproporcionalmente menor à Divisão de Infantaria: apenas dez páginas,

³⁷ HOUSE, Op. Cit., p. 106.

³⁸ CASTELO BRANCO, 1968, p. 246.

³⁹ LEAL, Op. Cit., p. 122.

⁴⁰ BRASIL. Estado-maior do Exército. **Regulamento para a direção das grandes unidades**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1920. p. 32.

contra cinquenta dedicadas à D.I., em um manual de 141 páginas. Portanto, a maior parte da “Bíblia” é dedicada às instruções minuciosas do emprego da infantaria em combate e em campanha. Toma-se especial cuidado com a preservação física e moral da tropa de infantaria, e como o comandante deve evitar desgastar esse que é o elemento principal do exército:

A tarefa da infantaria na guerra é particularmente rude e laboriosa. Só se consegue cumpri-la à custa de esforços prolongados e constantemente renovados, de um dispêndio enorme de energia física e moral, e de sacrifícios sangrentos.

Como suporta o maior peso do combate, gasta-se física e moralmente com grande rapidez.

Destarte, é indispensável evitar-lhe, mais do que a qualquer outra arma, movimentos inúteis, esperas inexplicáveis, contraordens, tudo enfim quando possa causar fadiga injustificada ou originar dúvidas a respeito do espírito de decisão do Comando.⁴¹

É interessante perceber o efeito da experiência da Primeira Guerra nas passagens acima. Ordens ambíguas, as longas esperas a que as unidades em campo eram submetidas enquanto as ordens faziam o caminho de ida e volta pela cadeia de comando, ordens tidas como inúteis e sacrificantes, que caracterizaram a guerra de trincheiras; as Instruções são veementes em que o comandante deve evitá-las.

A organização da divisão de infantaria francesa segue o modelo adotado pela maioria dos exércitos contemporâneos, o terciário ou triangular. A diferença está nas unidades complementares: cada divisão francesa possui dois regimentos de artilharia, e um batalhão de reconhecimento. Essa divisão está de acordo com a concepção de engajamento indicado pelo Regulamento, com a infantaria sendo o elemento principal do ataque, apoiada pelo máximo de poder de fogo.

O ataque é precedido de uma aproximação, que tem por fim levar as unidades encarregadas de executá-lo, tão perto quanto possível de seus objetivos e dispô-las em face deles.

[...]

A aproximação efetua-se por caminhos judiciosamente escolhidos e reconhecidos com cuidado.

[...]

A artilharia mante-se em condições de intervir para apoiar a infantaria desde que esta começa a aproximação, submetendo a seus fogos a artilharia e a infantaria inimigas.⁴²

Portanto, é condizente que as determinações da doutrina que a Divisão de Infantaria possua um elemento de reconhecimento, que lhe trace o caminho e evite

⁴¹ BRASIL. Estado-maior do Exército. **Regulamento para a direção das grandes unidades**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1920. p. 34.

⁴² Ibidem. p. 98.

aquelas “movimentações e contraordens inúteis” que o *Regulamento* condena, e unidades de artilharia para suprir o poder de fogo considerado fundamental para quebrar bem-organizadas defesas inimigas. Podemos, contudo, perceber duas deficiências principais nesse modelo de organização: a primeira é a ausência de um elemento de engenharia de combate, possivelmente mais um derivado da experiência da guerra de trincheiras, em que os engenheiros de combate tiveram um papel muito reduzido. Essa ausência de engenheiros nas unidades regulares é digna de nota, já que sua presença na DI é preconizada no *Regulamento*; pois demonstra, como dissemos, a diferença entre o que as instruções dizem e o que é feito na prática. A segunda é a lentidão que cinco regimentos completos, sendo dois de artilharia, causam à mobilidade da Divisão. Não à toa, no período posterior à Primeira Guerra, a grande maioria dos Exércitos vai adotar o modelo terciário, e como veremos no caso norte-americano, reduzir o poder de fogo orgânico da DI em troca de mobilidade.

2.4.4. Combinação de Armas

A respeito do uso de diferentes sistemas de armas, a doutrina francesa prescreve uma cooperação próxima entre as diferentes armas, mas sempre em apoio, e em última instância secundárias, à Infantaria:

A infantaria progredirá em formações largamente abertas e escalonadas, na direção das posições inimigas, utilizando cuidadosamente o terreno. É preciso evitar a constituição de uma linha de combate contínua, mas progredir pelas alturas que comandam o terreno e pelos caminhos favoráveis.

[...]

A artilharia apoia a infantaria da vanguarda à conquista ou tomar posse do terreno.

[...]

A infantaria deve ter a preocupação constante de assinalar seus progressos à artilharia por todos os meios de transmissão, especialmente por foguetes de sinais. É igualmente por este meio que ela pede à artilharia para alongar o tiro de maneira que lhe seja possível atacar o inimigo nos pontos que resistiram ao movimento desbordante.⁴³

Sobre o uso das novas tecnologias que surgiram com a guerra anterior, é interessante notar o contraste entre as orientações da “Bíblia”, e as ideias que estavam circulando entre os pensadores militares no período de sua elaboração. Um exemplo claro é o carro de combate. O general Estienne e outros oficiais defendiam a

⁴³ BRASIL. Estado-maior do Exército. **Regulamento para a direção das grandes unidades**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1920. p. 93.

organização de novas unidades blindadas, concentrando o poder de fogo dos carros de combate em unidades próprias:

Ele [Estienne] pleiteava uma arma separada para os blindados, distinta da infantaria, com a qual “não tinha a mínima analogia”, em função de seu armamento, formas de combater e organização logística. Considerava “essencial (...) que os carros de combate permaneçam na reserva geral, subordinados ao comandante-em-chefe, que os deve designar, temporariamente, para um exército que ataca ou para uma missão antes cometida à cavalaria”; não era “nem racional, nem prático, vincular, organicamente, carros de combate a divisões de infantaria, cuja missão é resistir ao que vier pelo poder de fogo e fortificação”. Um corpo motorizado de apenas vinte mil homens possuiria mobilidade, “e, por conseguinte, teria uma vantagem formidável sobre os desajeitados exércitos do passado recente”.⁴⁴

Porém, a mudança no pensamento francês, militar e civil, e sua nova ênfase na estratégia defensiva tornam a ideia de uma divisão blindada, uma formação “agressiva”, indefensável. O que podemos ler no *Regulamento* sobre o papel do carro de combate é:

Os carros de assalto, integrados à infantaria, dão-lhe direta e instantaneamente um apoio eficaz para quebrar as resistências e os contra-ataques. Sua instantaneidade de ação e potência resultam da possibilidade de levar rapidamente órgãos de fogo ao centro do dispositivo inimigo, abrindo caminho à infantaria por entre os obstáculos naturais e artificiais do terreno. Permitem, outrossim, realizar a surpresa do ataque, suprimindo qualquer preparação de artilharia.⁴⁵

Como veremos a seguir, essa visão do carro-de-combate como arma de apoio à infantaria será uma constante na Doutrina Francesa, praticamente até o momento em que o Exército francês, em 1940, é derrotado pela inovação tática da Divisão Panzer alemã, quando então é tarde demais para se fazer algo. Inclusive, a continuação das instruções para o uso do carro-de-combate categoricamente afirma: “*Distribuir carros a uma unidade de infantaria em nada lhe modifica a tática de combate. Mas a ideia de manobra do Comandante da unidade deve ser ligada aos itinerários favoráveis à progressão deles*”⁴⁶. Em suma, a única preocupação do comandante em relação ao carro-de-combate seria planejar o avanço da infantaria levando em conta o terreno favorável ao uso dos carros.

Sobre a aviação de combate, a doutrina militar francesa atribuía os papéis de reconhecimento, orientação do fogo de artilharia, e bombardeio de aeródromos e da

⁴⁴ BOND; ALEXANDER, 2003, p. 184.

⁴⁵ BRASIL. Estado-maior do Exército. **Regulamento para a direção das grandes unidades**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1920. p. 112.

⁴⁶ Ibidem, grifo do autor.

tropa inimiga na retaguarda da linha de combate, mas ainda ligado ao suporte à infantaria:

A aeronáutica combate a fim de alcançar a destruição da adversa; de garantir para si a livre utilização da observação aérea e de impedi-la ao inimigo; e com esse intuito ataca seus aviões, centros de aviação e balões.

Informa o Comando mediante o resultado de suas observações.

Intervém na luta terrestre, bombardeando os pontos sensíveis do inimigo que estão fora do alcance da artilharia pesada, dirigindo seus fogos contra a artilharia e infantaria adversas.

Participa da regulação do tiro da artilharia de todos os calibres.⁴⁷

Além dessa limitação doutrinária ao seu emprego, as forças aéreas no modelo francês seguiam um sistema centralizado de comando e controle:

Pela doutrina, o apoio aéreo disponível era controlado de forma centralizada, no nível de um grupo-de-exército, três escalões acima de uma divisão; dadas as comunicações por telefone e procedimentos de estado-maior da época, as aeronaves nunca chegavam à área onde eram necessárias a tempo.⁴⁸

Já o uso da artilharia permaneceu como na Primeira Guerra, estática, de retaguarda, e cujo uso era baseado em planos cuidadosamente feitos com antecedência ao seu uso.

O Comando deve portanto tomar todas as precauções necessárias para que a artilharia, conforme os casos e na medida do possível:

— abra caminho à infantaria, destruindo os obstáculos antepostos à sua marcha, a artilharia e as organizações do inimigo (contrabaterias; preparação de artilharia);

— preceda e cubra com seus fogos essa infantaria, não só para proteger-lhe a progressão como para preservá-la dos contra-ataques (fogos de acompanhamento e de proteção);

— neutralize pelo fogo, pelos gases e pela fumaça os elementos inimigos escapos aos fogos de destruição (contrabaterias; fogos de proteção);

— perturbe os reabastecimentos e a reconstituição do inimigo, atuando pelo fogo e pelos gases contra sua retaguarda e comunicações (fogos de inquietação e de interdição).⁴⁹

Além disso, como ocorre com a aviação, o uso da artilharia fica concentrado no comandante da divisão, e é através do seu Posto de Comando que as unidades subordinadas devem pedir apoio. Embora o *Regulamento* reconheça a possibilidade do comandante passar o controle de baterias individuais aos comandantes de brigadas e regimentos, ele recomenda que o grosso da artilharia divisionária permaneça sobre seu controle. Por um lado, esse tipo de arranjo permite ao comandante divisionário direcionar o poder de fogo da artilharia para onde ela é mais necessária, usufruindo de

⁴⁷ Ibidem, p. 36.

⁴⁸ HOUSE, Op. Cit., p. 111.

⁴⁹ BRASIL. Estado-maior do Exército. **Regulamento para a direção das grandes unidades**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1920. p. 33.

sua “visão de longo alcance” obtida pelos dispositivos de reconhecimento, de cavalaria e aérea. Porém, a mesma crítica feita ao controle centralizado das forças aéreas também vale aqui: as limitações tecnológicas das comunicações, que significavam tanto que o comandante muitas vezes não era a parte mais bem informada da situação da batalha, mas também que na prática as forças atacantes não conseguiam estabelecer comunicações para pedir apoio da artilharia quando necessário.

No início da década de 1930 ocorreram mudanças na doutrina francesa, que foram sintetizadas na atualização do *Regulamento* publicada em 1936:

Essas novas instruções reconheceram as principais mudanças na guerra, incluindo frentes de batalha fortificadas como a Linha Maginot, unidades mecanizadas e motorizadas, armas anticarro, envolvimento crescente da aviação e de armas antiaéreas no combate e melhores meios de comunicações.⁵⁰

A principal mudança diz respeito a uso dos carros de combate e veículos blindados. Os planejadores militares franceses, sobre o comando do General Waygand⁵¹, nomeado como chefe do estado-maior do Exército Francês em 1931, decidiram aplicar as ideias similares aquelas que Estienne defendera uma década antes. Sete divisões de infantaria foram motorizadas, e uma brigada em cada uma das quatro divisões de cavalaria foi equipada com veículos de meia-lagarta e carros blindados. Além disso, em 1934, foram formadas as primeiras divisões mecanizadas leves (*Divison Legere Mecanique*, DLM). Essas divisões eram compostas de veículos de reconhecimento, carros de combate leves, infantaria motorizada e artilharia auto rebocada. Sobre a DLM, House afirma que:

Essa divisão [...] era bastante semelhante à Divisão Panzer alemã que estava sendo desenvolvida na mesma ocasião. Ainda assim, Waygand era um homem de cavalaria e foi politicamente mais fácil justificar uma força de defesa disfarçada que uma unidade de assalto blindada ofensiva. Como resultado, as quatro DLM terminaram por receber missões padrão da cavalaria de reconhecimento e segurança, em vez de missões principais de forças mecanizadas em combate.⁵²

⁵⁰ HOUSE, 2008, p. 110.

⁵¹ General Maxime Waygand (1867-1965), comandante francês durante as duas guerras mundiais. Em 1940, foi escolhido para liderar a defesa da França depois que Gamelin foi exonerado do comando; mas quando assumiu, e a despeito dos seus esforços, a situação já era irreversível. Após o armistício, passou a colaborar, ocupando brevemente o cargo de Ministro da Defesa Nacional no Regime de Vichy, sendo depois enviado, como delegado-geral, para as colônias africanas.

⁵² HOUSE, Op. Cit., p. 110.

Por fim, a última mudança na Doutrina Francesa antes da derrota para a Alemanha foi a organização de quatro divisões blindadas, as *Division Cuirassée* (DCR), com carros-de-combate médios e pesados, em maio de 1940.

2.4.5. Aspectos Organizacionais e de Comando

A Doutrina Francesa dá grande ênfase ao estágio de planejamento de uma operação, e que a principal função do oficial comandante é, junto ao seu estado-maior, é a elaboração de detalhados *planos de manobra* para as unidades sobre seu comando.

Em toda operação, o Comandante fixa primeiro o objetivo geral que se deve atingir, e assenta em seguida a manobra que tem por fim combinar o emprego das forças, no sentido de alcançar esse objetivo, a despeito do inimigo. O objetivo geral origina-se diretamente da Missão recebida, apresentando ambos um caráter de permanência.⁵³

Esses planos são fruto de reflexão levando em conta os objetivos definidos pela liderança política, as forças à disposição do comandante, as informações existentes sobre o inimigo, e envolve a análise dos possíveis caminhos:

Antes de regular a distribuição e articulação das forças, o *Comandante de uma Grande Unidade* encara, sem opinião preconcebida, as diversas hipóteses plausíveis com respeito aos projetos do adversário. Sem jamais perder de vista o fim colimado, prevê as medidas que se devem tomar, se tal for o caso, para frustrar estes projetos e conservar sua liberdade de ação.⁵⁴

É interessante notar o caráter qualificatório e excludente do trecho grifado acima: indica que, na DMF, a função de planejamento cabe somente ao comandante das grandes unidades: Divisões, Exércitos e Grupo de Exércitos. E, considerando a ênfase da doutrina em planos minuciosos e ponderados para toda operação, podemos afirmar que essa demarcação limitava a liberdade de ação e a iniciativa dos comandantes das pequenas unidades (regimentos, batalhões, companhias, etc.). Mais que isso, e essa é uma questão que se mostrará de especial peso na derrota francesa em 1940, esse sistema tirava a capacidade de resposta rápida das unidades, tornava-as incapazes de reagir a mudanças súbitas. Como afirma House,

As ofensivas alemãs de 1918 já haviam demonstrado que qualquer ação inimiga que rompesse o posicionamento linear do defensor e seu planejamento encadeado encontraria os quartéis-generais franceses com a

⁵³ BRASIL. Estado-maior do Exército. **Regulamento para a direção das grandes unidades**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1920. p. 14.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 15, grifo nosso.

guarda baixa, incapazes de reorganizar uma defesa contra um atacante altamente móvel e flexível.⁵⁵

2.5. DOCTRINA MILITAR NORTE-AMERICANA

A doutrina militar norte-americana (DMN), com a qual o Exército brasileiro teve contato direto com a organização da Força Expedicionária Brasileira, em 1943, têm como documentos principais os chamados *Field Manuals* (FM). O primeiro, *Field Service Regulations, United States Army*, foi publicado em 1905, e recebeu atualizações constantes; outros volumes, dedicados a outros aspectos da organização militar, foram lançados ao longo das décadas⁵⁶.

Usaremos como fontes principais neste trabalho dois *Field Manuals*: o FM 100-5 – *Field Service Regulations, Operations*, e o FM-100-15 — *Field Service Regulations, Larger Units*. No período estudado⁵⁷, estes são dois dos três documentos que formam a base doutrinária norte-americana; o terceiro, denominado FM 100-10 – *Field Service Regulations, Administration*, trata de matérias organizacionais e de logística do exército em campanha. Iremos citá-lo quando e se for necessário, mas nosso foco será nos dois primeiros, por tratar dos aspectos táticos e estratégicos.

Ao contrário das fontes francesas, os *Field Manuals* estão amplamente disponíveis em formato digital⁵⁸, portanto faremos uso dos originais.

2.5.1. Histórico e Fatores de Formulação

Os EUA foram participantes tardios na Primeira Guerra Mundial, entrando apenas em 1917, largamente para substituir a Rússia, que se encontrava em meio à revolução e negociara a paz em separado com a Alemanha. O povo norte-americano não tinha interesse em tomar parte do conflito europeu. O sentimento de beligerância e militarismo que inflamou os homens das nações europeias a se alistarem em massa inexistia na sociedade estadunidense. Segundo Keegan, essa relativa aversão à guerra

⁵⁵ HOUSE, 2008, p. 106.

⁵⁶ Para uma listagem completa dos *Field Manuals*, ver <http://migre.me/odYIH>. Acessado em: 10/01/2015.

⁵⁷ Atualmente (2015), dois manuais formam essa “base doutrinária”, o *FM 1, The Army*, e o *FM 3-0, Operations*.

⁵⁸ Dois fatos dignos de nota: o primeiro é que o Exército Norte-americano disponibiliza o conteúdo de vários *Field Manuals* na Internet para uso civil; especificamente, aqueles que tratam de sobrevivência em ambientes selvagens/hostis. O outro é que existe um projeto em andamento no sentido de usar a plataforma de gerenciamento de conteúdo Wiki para disponibilizar todos os *Field Manuals*.

era resultado direto da experiência direta e da memória da Guerra Civil Norte-americana:

As consequências emocionais da guerra vacinaram várias gerações de americanos contra o falso romantismo do uniformes e campos de treinamento. Todavia, o espetáculo que a guerra apresentara de fazer surgir grandes exércitos amadores estimulou o “voluntariado” por candidatos e cidadãos-soldados em outros lugares, notadamente na Grã-Bretanha, e validou também o aumento progressivo de reservas mobilizáveis de recrutas que já tivessem prestado serviço na Alemanha, França, Áustria, Itália e Rússia.⁵⁹

Foram necessários diversos episódios de agressão por parte das nações dos poderes centrais, como o afundamento de navios norte-americanos por submarinos alemães, e a tentativa de cooptar o México a atacar o sul dos estados unidos, para mover a opinião pública norte-americana em favor da entrada do país na guerra.

House⁶⁰ afirma que a necessidade de se organizar rapidamente e atuar junto ao exército Francês levou os norte-americanos a adotar muito da organização, regulamentos e *know-how*⁶¹ dos franceses. Então, ao término da guerra, e pelo menos até 1920, o pensamento militar norte-americano seria muito similar ao francês.⁶² Já Bonura vai mais além, e declara que a influência francesa na doutrina norte-americana já existia desde o final do século XVIII e início do XIX. Os EUA, de forma similar ao Brasil um século mais tarde, procurou neste período se inspirar na nação dominante no campo militar, a França Revolucionária, e importou e adotou seu pensamento militar, que Bonura chama de Método de Combate Francês (MCF):

O Método de Combate Francês consistia de um sistema tático simplificado que provia comandantes com uma variedade de formações e movimentos táticos incluindo linhas, colunas de ataque, batedores, e uma fórmula não-dogmática para a batalha. O MCF organizava sua ordem de batalha em linhas, consistindo de unidades desdobradas de acordo com a iniciativa dos comandantes individuais, o uso agressivo de uma reserva, e a crença na ação ofensiva, culminando em uma carga de baionetas através da formação inimiga. Este método requeria uma infantaria padronizada e universalmente treinada, capaz de cumprir todas as funções de infantaria leve ou pesada. É essa herança da Revolução Francesa, mais do que qualquer mudança organizacional ou manobra em campo de batalha de Napoleão, que o Exército dos Estados Unidos adotou a partir da Guerra de 1812.⁶³

⁵⁹ KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 453.

⁶⁰ HOUSE, 2008, p. 117.

⁶¹ E não apenas o know-how, como o equipamento. Os norte-americanos usaram durante toda a guerra, por exemplo, o carro de combate leve Renault FT, francês.

⁶² Inclusive, em 1923, a Escola de Estado-maior dos EUA vai publicar sua própria tradução da “Bíblia” francesa, com o título de *Provisional Manual of Tactics for Large Units*.

⁶³ BONURA, Michael Andrew. **French Thought and the American Military Mind: A History of French Influence on the American way of warfare from 1814 through 1941**. 2008. 196f. Tese (Doutorado em Filosofia) — College of Arts And Sciences, Florida State University. Tallahassee: 2008. p. 8, tradução nossa.

Portanto, as influências francesas correm no pensamento militar norte-americano a longo tempo, e parece ser a origem da ênfase na ofensiva e na maleabilidade tática que caracterizam a doutrina norte-americana; também é interessante perceber como essa “doutrina militar francesa” da qual os EUA derivaram a sua é diferente daquela que a França vai seguir depois da Primeira Guerra Mundial. Ainda segundo Bonura, a influência francesa no pensamento militar norte-americano vai prosseguir até 1940, quando ela é substituída por um novo modelo, influenciado em parte pelos acontecimentos na Europa:

Com a tinta seca no FSR [Field Service Regulations] de 1939 por apenas seis meses, os eventos na Europa causaram uma massiva reorientação do pensamento militar Americano, em 1941 emergiu a criação de um arcabouço intelectual militar totalmente novo. Enquanto o Presidente autorizou um pequeno aumento de contingente no Exército em 1939, quando a França se mobilizou para a guerra, não foi até Maio de 1940, quando o Presidente disponibilizou um bilhão de dólares para o Departamento de Guerra, que mudanças se tornaram a ordem do dia. Coincidindo com as histórias das vitórias alemães na França, por outubro de 1940 o Exército tinha um novo sistema de táticas e uma variedade de novas armas, veículos e divisões. Ao mesmo tempo que o Exército aumentou seu contingente e orçamento, o estado-maior realizou estudos cuidadosos tanto das operações militares no além-mar e das manobras de grandes unidades em território nacional, chegando à conclusão de que a guerra não seria mais feita pelas regras de 1939. Com fundos adicionais, equipamentos e mão-de-obra autorizados em 1940, o Exército precisava de um novo FSR que levasse em consideração os eventos e lições da guerra na França.⁶⁴

Assim como aconteceu com a Grã-Bretanha e a França, ao fim da guerra cresceu, ou melhor dizendo, retornou entre os norte-americanos o sentimento de repudia ao conflito armado e também nasceu um acentuado isolacionismo. As forças armadas do país, que haviam se expandido com a demanda da guerra, encolheram novamente com o seu fim. Ao contrário do que aconteceu no caso francês, contudo, não houve entre os militares norte-americanos o tradicionalismo e o apego das velhas lideranças aos métodos pelos quais havia sido vencida a guerra. Portanto, ainda que severas limitações em termos materiais e de pessoal, e com a implementação dificultada por um Congresso pouco interessado, os pensadores militares norte-americanos tiveram liberdade para formular novas técnicas e estudar o efeito das novas tecnologias surgidas durante a Primeira Guerra Mundial.

⁶⁴ BONURA, 2008. p. 156, tradução nossa.

Podemos separar o processo de reformulação doutrinária norte-americana em dois períodos, um em 1920-25, sob influência do general John Pershing, e a outra entre 1936-1940, cujos condutores principais foram os generais Malin Craig e Leslie McNair.

Os três oficiais eram fruto do sistema educacional militar norte-americano, cuja estrutura e funcionamento eram uniformes desde a independência, no século XVIII. Os três frequentaram e se graduaram na Academia Militar dos Estados Unidos, informalmente conhecida como West Point: Pershing se formou em 1886, Craig em 1898, e McNair, em 1904.

Pershing tinha uma longa folha de serviços antes de assumir o comando da Força Expedicionária Norte-americana que foi enviada à Europa: recém-formado, participou das últimas Guerras Indígenas contra os índios Apache e Lakota; em 1898, lutou na Batalha de San Juan, último conflito da Guerra Hispano-americana; em 1901, lutou na Guerra Filipino-americana; e em 1916, já como general, comandou a expedição enviada ao México para perseguir o general revolucionário Pancho Villa. A caçada prosseguiu sem sucesso até fevereiro de 1917, quando Pershing foi chamado de volta, para comandar as forças norte-americanas que seriam enviadas para a Europa. Além das comissões em unidades, Pershing ocupou postos administrativos, diplomáticos e educacionais: instrutor em West Point, de 1897 a 1899; adido Militar em Tóquio, em 1905⁶⁵; observador militar nos Balcãs, em 1908; e de 1909 a 1912, comandante do Fort McKinley e governador da província do Moro, nas Filipinas⁶⁶.

Menos extensas, as biografias de Craig e McNair apresentam alguns pontos em comum. Craig também participou da Guerra Filipino-Americana e da Primeira Guerra Mundial, onde foi chefe de estado-maior da 43ª Divisão de Infantaria, do 1º Corpo de Infantaria, e, promovido a general, do III Exército. McNair esteve sob comando de Pershing na Expedição contra Pancho Villa, e na Primeira Guerra serviu com a artilharia divisionária da 1ª Divisão de Infantaria. Em suma, tratavam-se de dois oficiais com experiência de combate em condições diversas, como Pershing, e como planejadores e organizadores.

Já a partir de 1920, inicia-se no seio das forças armadas o processo de reformulação. Pershing, que agora era Chefe do Estado-maior do Exército norte-

⁶⁵ Apesar de breve, o período como adido militar em Tóquio deu a Pershing a oportunidade singular de atuar como observador na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), junto ao 1º Exército Japonês, na Manchúria.

⁶⁶ VANDIVER, Frank E. **Black Jack: The Life and Times of John J. Pershing**. 2v. Texas: A&M University Press, 1977.

americano, deu início a uma série de estudos para reformular a doutrina norte-americana. Percebeu-se que a guerra de trincheiras, e no geral a ideia de fortificações, que os franceses tinham como base da sua doutrina, não era praticável pelos EUA, com suas dimensões continentais. Sem dúvida, a experiência pessoal de Pershing, caçando a força extremamente móvel de Pancho Villa pelo interior do México, mostrou a importância da mobilidade, e de uma estrutura logística que tornasse possível essa mobilidade sem incorrer em problemas de abastecimento da tropa⁶⁷.

Concluiu, portanto, que a guerra que viu na Europa deveria ser considerada como uma situação excepcional, e que o Exército deveria ter como padrão a guerra móvel. Recomendação pessoal de Pershing foi mudar o modelo da divisão do tipo quaternário⁶⁸ para o tipo ternário, como eram as divisões europeias, por considerar a primeira muito pesada e incontrolável em situação de combate.

Essa primeira onda de reformas, contudo, foi muito limitada pelas restrições financeiras e o pouco interesse da liderança política. Porém, os pensadores militares norte-americanos não sofreram com a repúdio e a interferência política nos assuntos militares que suas contrapartes francesas tiveram que enfrentar. Prejudicial em termos de orçamento e mão-de-obra, a indiferença política norte-americana deu a liberdade aos pensadores militares de teorizar e experimentar, ainda que em pequena escala e de maneira limitada.

Já a segunda onda de reformas, entre 1936 e 1940, encontrou outro ambiente político-econômico: a preocupação do presidente Roosevelt com o conflito iminente, o problema da defesa do hemisfério ocidental, e o óbvio despreparo das Forças Armadas dos EUA para cumprir o seu papel:

O surgimento de ditaduras agressivas na Europa, durante a década que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, encontrou o Exército do Estados Unidos em condições de não ter outras opções, além de defender seu território continental, Oahu [Principal ilha do arquipélago do Hawaii] e a zona do Canal do Panamá. A Marinha, relativamente mais forte do que o Exército, estava presa no Pacífico por causa da expansão naval do Japão e da ação agressiva na China. Deste modo, quando o presidente Franklin D. Roosevelt declarou, seis semanas após o acordo de Munique [Setembro de 1938], que “os Estados Unidos devem estar preparados para resistir ataques ao Hemisfério Ocidental, do Pólo Norte ao Pólo Sul, inclusive toda a América do Norte e a América do Sul”, o Exército e a Marinha se viram

⁶⁷ Um interessante subproduto desses estudos foi o chamado “Mapa Pershing”, a proposta de uma rede de rodovias interestaduais que ligariam todo o território norte-americano e seriam usadas como vias logísticas em caso de conflito. O moderno sistema de rodovias norte-americano é produto direto desta proposta.

⁶⁸ Uma divisão quaternária é assim nomeada por ser organizar em grupos de quatro unidades. Uma divisão de infantaria quaternária, por exemplo, seria formada por quatro regimentos de infantaria, que por sua vez seriam formadas por quatro batalhões, que seriam formados por quatro companhias, etc. etc.

diante de uma missão muito maior do que estavam então preparados para cumprir.⁶⁹

Malin Craig foi promovido a Chefe do Estado-maior do Exército norte-americano em outubro de 1935, e imediatamente, trabalhando dentro dos limites que ainda lhe eram impostos pelo Congresso, promoveu uma revisão completa da organização e dos regulamentos do Exército. Influenciado pelos reformistas da década de 20, propôs um modelo de divisão menor e com maior mobilidade, usando do potencial motorizado sempre que possível:

Uma comissão do Estado-maior Geral preparou uma proposta de estrutura de divisão que totalizaria apenas 13.552 homens e comparada às divisões europeias do mesmo período. De 1936 a 1939, a 2ª Divisão de Infantaria dos Estados Unidos realizou testes intensivos dessa estrutura, revendo assuntos como a quantidade de poder de fogo e frente que poderiam ser estabelecidos por homem e por unidade, a proporção da artilharia e transporte que deveria apoiar cada unidade de infantaria e o escalão (pelotão, companhia, batalhão ou regimento) no qual as diferentes armas de infantaria deveriam ser agrupadas.⁷⁰

Já McNair participara dos grupos de estudo de Pershing, nos anos 20, e portanto também era advogado da divisão menor e na ênfase na mobilidade. Tendo ocupado a partir de 1939, e até sua morte em 1944, posições em que era responsável pelo treinamento e organização das tropas e oficiais que lutaram na guerra⁷¹, pôde dar impulso às reformas de Craig.

2.5.2. Ênfase Estratégica

A ênfase estratégica da doutrina norte-americana é a ofensiva. No *Field Service Regulations* publicado em 1941, encontramos as seguintes orientações:

O *objetivo supremo* de todas as operações militares é a destruição das forças armadas inimigas em batalha. A habilidade de selecionar objetivos que cumpram mais rápida e decisivamente para a derrota das forças armadas hostis é atributo do comandante capaz. (...) Através da ação ofensiva, o comandante exercita sua iniciativa, preserva sua liberdade de ação, e impõe sua vontade sobre o inimigo.⁷²

⁶⁹ CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. **A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000. p. 23.

⁷⁰ HOUSE, 2008, p. 119.

⁷¹ A saber: Comandante da Escola de Comando e Estado-maior do Exército dos Estados Unidos, de Abril de 1939 a Julho de 1940; e de Março de 1942 até sua morte, em julho de 1944, Comandante das “Army Ground Forces”, uma das três organizações criadas durante a guerra para cuidar do treinamento do pessoal do Exército (as outras duas são a “Army Air Forces” e a “Army Service Forces”).

⁷² EUA. U.S. War Department. **FM 100-5: Field Service Regulations – Operations**. Washington: 1941. p. 22. Grifo do autor, tradução nossa.

De fato, apesar de a doutrina reconhecer a necessidade de uma ação defensiva em certas situações (economia de forças em preparação para um novo ataque, por exemplo), ela insiste sobre a supremacia da ofensiva em todas as situações, inclusive como parte de uma ação defensiva:

Uma missão estrategicamente defensiva é frequente melhor executada através da ação ofensiva. É geralmente necessário para uma força inferior atacar nos momentos iniciais, de forma a assegurar vantagens iniciais ou impedir de se colocar em situação de ser esmagado por uma superioridade crescente das forças hostis.⁷³

Como parte da ênfase ofensiva, a doutrina norte-americana considera fundamental, e um dos objetivos do comandante, manter a liberdade de ação a todo custo; portanto, a mobilidade é fruto de preocupação especial, tanto no aspecto organizacional das divisões de infantaria (a seguir), quanto na atuação da unidade em campo: a manutenção da mobilidade é, sem dúvida, umas das “vantagens iniciais”, acima citadas, de se tomar ações ofensivas mesmo ao aplicar uma estratégia defensiva.

2.5.3. Aspectos Organizacionais e de Comando

No que diz respeito à hierarquia, estrutura de comando, e a maneira como objetivos são definidos e alcançados, a doutrina norte-americana é o que se pode chamar de *orientada-a-missão*; isso é, dentro de certos limites estabelecidos, a estrutura de comando e hierarquia são ajustáveis à realidade da campanha. Por exemplo, sobre forças-tarefas compostas de diferentes armas combatentes, ou mesmo de unidades de diferentes forças armadas (operações entre a Marinha e o Exército, por exemplo), a doutrina traz a seguinte orientação:

Todas as tropas selecionadas para a execução de uma missão específica devem ser colocados sobre um comando, para funcionar como uma força-tarefa pela duração da operação. Desde que o comandante possa exercer efetivo comando, ele não deve perturbar a cadeia de comando estabelecida em sua força.⁷⁴

Ou seja, o comandante daquela missão específica possui o comando de todas as unidades destacadas para a operação, independentemente de suas forças de origem. Um

⁷³ Ibidem, p. 22, Tradução nossa.

⁷⁴ EUA. U.S. War Department. **FM 100-5: Field Service Regulations – Operations**. Washington: 1941. p. 25. Tradução nossa.

bom exemplo desse sistema em ação é a invasão da Normandia em junho de 1944 (Operação *Overlord*) que envolveu unidades não apenas das três forças armadas norte-americanas, como também forças britânicas, australianas, neozelandesas, canadenses, francesas e polonesas, todas sob o comando unificado do general norte-americano Dwight Eisenhower. De fato, a doutrina norte-americana vai mais além e recomenda que mesmo a organização do exército leve em conta a missão que esta unidade deverá cumprir, e a realidade que irá encontrar em campo:

Não é desejável que uma organização fixa seja prescrita para o exército. O tipo e o número de corpos de exército e divisões de tipo motorizado, infantaria, cavalaria e motorizada, tropas de combate e elementos de serviços adicionais da reserva do Departamento de Guerra ou de outras fontes, será determinado primariamente pela missão, o terreno de operações, e as forças adversárias prováveis.⁷⁵

Além disso, a doutrina é bem específica sobre a liberdade de execução, ou seja, de que os oficiais devem ter a liberdade de como cumprir as ordens de seus superiores, dentro dos parâmetros amplos estabelecidos nessas ordens. Por isso, a doutrina orienta ao comandante:

O comandante toma decisões para sua unidade como um todo, e define missões para as unidades subordinadas em apoio à essa decisão são comunicadas aos subordinados por ordens claras e concisas, que lhes deem a liberdade de ação apropriada ao seu conhecimento profissional, à situação, sua confiabilidade, e do espírito de unidade desejado.⁷⁶

Outro ponto importante é a responsabilidade do comandante em tomar ação em situações em que a realidade não mais condiz com aquela que existia quando da elaboração das suas ordens, ou ainda quando nenhuma ordem foi recebida:

A missão do comandante está contida nas ordens que lhe foram transmitidas. Ainda assim, o comandante de uma unidade subordinada não pode alegar ausência de ordens ou o não recebimento das mesmas como uma desculpa para inatividade em uma situação em que ação da sua parte é essencial, ou há uma mudança na situação sobre a qual as ordens foram baseadas tornam a execução destas impraticáveis ou impossíveis. Se a situação não permite comunicação com o comandante superior e o comandante subordinado está familiarizado com o plano geral de operações ou a missão do comando inteiro, ele deve tomar ação apropriada e reportar a situação o mais brevemente possível.⁷⁷

Nesse ponto, a doutrina norte-americana difere consideravelmente da doutrina francesa, pois nesta última, não se pode encontrar nenhuma orientação nesse sentido.

⁷⁵ EUA, U.S. War Department. **FM 100-15: Field Service Regulations – Large Units**. Washington: 1942. p. 51. Tradução nossa.

⁷⁶ EUA, U.S. War Department. **FM 100-5: Field Service Regulations – Operations**. Washington: 1941. p. 29. Tradução nossa.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 24, Tradução nossa.

Mais que isso; considerando que, como demonstramos, a doutrina francesa dava grande ênfase na elaboração cuidadosa de planos de ação, e concentrava o poder decisório nos comandantes das grandes unidades, podemos concluir que o comandante subordinado francês, quando confrontado com uma situação inesperada, para a qual não recebeu ordens, procuraria em primeiro lugar buscar a comunicação com seus superiores hierárquicos, em busca de novas ordens. A experiência francesa na Segunda Guerra, quando seus comandantes não conseguiram se responder à guerra flexível e de movimento do exército alemão, parece comprovar essa afirmação.

2.5.4. Divisão de Infantaria

O resultado final das reformas de Craig e McNair, em 1941, foi uma divisão de infantaria no modelo ternário, muito próximo ao que havia sido proposto em 1920. Neste modelo, o comandante de cada nível tinha sob comando três unidades de fuzileiros, que continuaram a formar a base da tropa combatente, e uma unidade de armas pesadas: assim, uma Divisão era composta de três regimentos de infantaria, e uma unidade de artilharia divisionária. Cada regimento, por três batalhões de fuzileiros e um de armas pesadas (metralhadoras, morteiros); cada batalhão, por três companhias de fuzileiros e uma de armas pesadas; e, finalmente, cada companhia, por três pelotões de fuzileiros e uma de armas pesadas.

A ênfase na mobilidade resultou na divisão de infantaria possuir, em comparação com os seus equivalentes europeus, poder de fogo mais reduzido; porém, a nova organização também proporcionava flexibilidade no uso das unidades, de forma que uma divisão poderia receber reforço para cumprir missões específicas: por exemplo, ser reforçada por um batalhão de carros de combate, ou um batalhão de artilharia antiaérea:

A Infantaria é capaz de ação independente limitada através do emprego de suas próprias armas. Seu poder ofensivo diminui consideravelmente quando sua liberdade de ação é limitada ou é confrontada por uma posição defensiva organizada. Sob essas condições, ou contra uma força de armas combinadas, o poder de fogo limitado com o apoio de artilharia, carros de combate, aviação de combate e outras armas. O poder defensivo da Infantaria alcança seu máximo quando esta ocupa uma posição defensiva organizada ou quando a liberdade de ação do inimigo é restrita.⁷⁸

⁷⁸ EUA. U.S. War Department. **FM 100-5: Field Service Regulations – Operations**. Washington: 1941. p. 5. Tradução nossa.

De fato, uma das críticas ao novo modelo foi esta exclusão das unidades especializadas da divisão de infantaria, e conseqüente redução no poder de fogo, quando comparada com as divisões francesas e britânicas que, por exemplo, incorporavam carros de combate em apoio à infantaria, e que reduziam a capacidade nata da Divisão de Infantaria de lidar com ataques de carros de combate ou aéreos. McNair considerava que estas armas especializadas deveriam se concentrar em unidades próprias sob comando de nível acima do de divisão, a serem utilizadas em situações específicas:

Aviação de combate e formações blindadas e motorizadas devem ser alocadas em números apropriados para a execução da missão atribuída. A missão, área de operações, e provável resistência hostil irão influenciar a composição e força dos meios adicionais alocadas ao comandante de grupo. [...] Baseado em sua estimativa, o comandante de grupo faz recomendações para a alocação de meios adicionais ou especiais.⁷⁹

Durante algum tempo debateu-se se a divisão de infantaria deveria possuir engenharia, pois a ideia geral era de que a engenharia continuaria a cumprir as funções de retaguarda e fortificação típicas da guerra de trincheiras. Apenas após os sucessos alemães em 1940, nas Ardenas, em que a ação de pioneiros alemães foi instrumental, é que decidiu-se pela incorporação de um batalhão orgânico em cada divisão (originalmente o gen. Craig chegou a propor apenas uma companhia).

Determinou-se que a artilharia divisionária deveria se compor de três grupos de obuseiros de 105mm e um grupo de 155mm, ambos do tipo auto rebocado. Completando os elementos de combate, uma companhia de reconhecimento, com veículos blindados. Finalizando, elementos de comando e apoio, que, segundo a orientação de McNair, “deveriam ser o menor possível, a fim de deixar o máximo de forças realmente disponíveis para combater e reduzir o volume de documentos e outros obstáculos organizacionais, permitindo decisões e comunicações rápidas”.⁸⁰

Sob a motorização da divisão, McNair buscou facilitar a movimentação estratégica em detrimento da tática. Ou seja, percebendo que uma unidade totalmente motorizada gerava um problema logístico, acentuado pelo fato dos EUA terem que enviar suas tropas ao além-mar, McNair reduziu o número de viaturas ao mínimo necessário; por exemplo, determinou que os regimentos de infantaria tivessem viaturas suficientes para transportar os suprimentos e munições para apenas 24 horas de combate, ao invés de levar todo o seu material de uma só vez. Em situações

⁷⁹ EUA, U.S. War Department. **FM 100-15: Field Service Regulations – Large Units**. Washington: 1942. p. 50. Tradução nossa.

⁸⁰ HOUSE, 2008, p. 164.

excepcionais, a infantaria poderia aumentar a sua mobilidade: por exemplo, se estivesse recebendo suporte de uma unidade de transporte ou mesmo de carros de combate; ou, em situações especiais, a infantaria poderia se movimentar usando as viaturas da artilharia⁸¹, com o sacrifício do poder de fogo desta.

2.5.5. Combinação de Armas

A prescrição original que a doutrina norte-americana faz sobre a combinação das armas combatentes, no *Field Service Regulations* de 1923, é a seguinte:

Nenhuma arma sozinha ganha batalhas. A ação combinada de todas as armas e serviços é essencial ao sucesso. As características de cada arma e serviço são adaptadas para a sua função especial. O comandante superior coordena e direciona a ação de todas, explorando seus poderes para atingir os objetivos desejados.⁸²

Essa mesma determinação pode ser encontrada na edição de 1941. A diferença entre as edições, contudo, é a ênfase no papel da infantaria. Na edição de 1923, podemos ler:

O princípio coordenativo que guia o emprego das armas combinadas é que a missão da infantaria é a missão geral da força inteira. As missões especiais das outras armas são derivadas das suas possibilidades de contribuir para a execução da missão da infantaria.⁸³

Portanto, é similar à orientação encontrada na Doutrina Francesa. Contudo, na edição de 1941, já não encontramos essa afirmativa. Ao invés, temos uma descrição neutra de cada arma combatente e serviço, e sua missão.

Como ocorreu em todos os exércitos Aliados, ao contrário do Exército Alemão, o carro de combate ainda era considerado arma de apoio e/ou reconhecimento. Teóricos do uso do carro de combate como elemento principal na batalha existiram, como Liddel-Hart na Inglaterra, De Gaulle⁸⁴ na França, e Adna Chafee⁸⁵ nos EUA, mas não tiveram

⁸¹ De fato, o Gen., Mascarenhas de Moraes fez uso desta manobra para dar perseguição aos alemães recuando pelo vale do Rio Pó, no estágio final da Campanha da Itália, em 1945.

⁸² EUA. U.S. War Department. **Field Service Regulations – United States Army**. Washington: 1923. p. 11. Tradução nossa.

⁸³ EUA. U.S. War Department. **Field Service Regulations – United States Army**. Washington: 1923. p. 11. Tradução nossa.

⁸⁴ Charles André Joseph Marie de Gaulle (1890-1970), general e político francês. Durante a Segunda Guerra Mundial, comandou os franceses livres; posteriormente fundou a Quinta República Francesa e serviu como seu primeiro presidente, de 1959 a 1969.

⁸⁵ Adna Romanza Chaffee, Jr. (1884-1941), general do Exército Norte Americano, conhecido como o “Pai da Força Blindada” pelo seu papel no desenvolvimento das unidades de carro de combate no exército dos EUA.

apoio. Originalmente, McNair tencionava usar os carros de combate e outros blindados apenas em unidades não-divisionárias, sob comando de um Corpo de Exército ou superior, como um reforço móvel para as divisões de infantaria. Os sucessos das Divisões *Panzer* alemães, contudo, o levaram a organizar as primeiras divisões blindadas em 1940, com três batalhões de carros leves e um de carros pesados: novamente, a preocupação com a mobilidade ditou a proporção maior de carros de combate leves, mas também as limitações da indústria norte-americana, que ainda não havia alcançado o seu completo potencial, e também a percepção de que os carros leves e médios seriam suficientes para enfrentar seus equivalentes alemães.

Sobre a arma da Artilharia, realizaram-se uma série de estudos levados a cabo na Escola de Artilharia de Campanha do Exército dos Estados Unidos entre 1929 e 1941. O objetivo desses estudos era desenvolver uma artilharia de campanha capaz de concentrar poder de fogo de qualquer número de unidades em alvos de oportunidade. Durante a Primeira Guerra, ataques concentrados de artilharia requeriam preparo cuidadoso e seguiam um plano fixo, do qual com muita dificuldade podia se desviar. Observadores avançados, comunicando-se por telefones de campanha, poderiam indicar alvos de oportunidade, mas como cada observador atendia à uma bateria, e não havia forma de coordenar o fogo entre várias baterias. Na prática esse tipo de ação de oportunidade tinha efeito muito reduzido, além de que a dependência de linhas fixas de comunicação condenava o observador avançado a permanecer na trincheira, reduzindo sua capacidade de perceber e responder às necessidades locais da batalha.

Os estudiosos da Escola de Artilharia de Campanha dos EUA buscaram solucionar esse problema. A primeira solução foi a adoção do uso de rádios mais portáteis e confiáveis pelos observadores, o que os permitiu acompanhar a força atacante. Foram desenvolvidas tabelas de tiro que permitiam ajustar o fogo através da posição do observador avançado e não da bateria, assim como compensar as diferentes localizações das baterias. Dessa forma, uma única central de tiro poderia concentrar o poder de fogo de qualquer número de baterias ou até unidades inteiras, com a rapidez necessária para atender as demandas de momento da infantaria. Em comparação, a artilharia alemã precisava utilizar de pontos geográficos conhecidos como referência, e a coordenação de fogo ainda era extremamente problemática.

Sobre a organização e uso do poder aéreo, a doutrina norte-americana priorizava o bombardeio estratégico, influência direta dos teóricos deste tipo de ação no período

entreguerras, como o italiano Giulio Douhet⁸⁶ e o norte-americano William “Billy” Mitchell⁸⁷. O bombardeio estratégico visa neutralizar a capacidade de fazer a guerra da nação inimiga pela destruição da sua indústria e linhas de suprimento, e da sua vontade de lutar, através do bombardeio de suas populações civis. Em comparação, a bombardeio tático, em apoio às tropas terrestres, recebeu pouca atenção no período pré-guerra, com a organização, em 1926, de dois esquadrões (cerca de 32 aeronaves) do Corpo de Aviação do Exército, para esse tipo de missão. O desenrolar da guerra, e os sucessos da Luftwaffe, mudam essa visão, e o *Field Manual* de 1941 já traz substanciais mudanças nas orientações sobre as missões de apoio às tropas em solo:

Nas mãos dos comandantes superiores, a aviação de combate constitui um poderoso meio de influenciar a batalha. A retaguarda adversária pode ser frequentemente a zona de ação mais favorável para a aviação de combate, já que operações nesta área permitem a utilização plena do seu poder de ataque contra alvos concentrados, com perdas mínimas e o máximo resultado.⁸⁸

Além disso, a doutrina também considerava a supremacia aérea em um teatro de operações como fundamental para o sucesso da campanha, e definia os métodos pelos quais essa superioridade é obtida:

Para obter o controle do ar, as forças aéreas hostis devem destruídas, ou neutralizadas, imobilizando-as no solo. O melhor método de obter este resultado é o ataque aéreo com bombas e fogo de armas da aviação contra aeronaves no solo, bases aéreas, reservas de combustível, paióis e rotas de comunicação; e contra fábricas de motores e equipamentos de aviação. Tais ataques devem intensivos, concentrados, e contínuos. Reconhecimento detalhado, antes e durante a operação, é essencial.⁸⁹

Porém, e de acordo com as teorias de poder aéreo de Douhet e Mitchell, a doutrina norte-americana define funções para a aviação de combate que vão além da situação do campo de batalha:

As tarefas básicas das forças aéreas, que governam a sua organização, treinamento, e equipagem, são as seguintes:

- a. Negar o estabelecimento de e destruir bases hostis existentes de onde um inimigo pode conduzir operações terrestres, marítimas, ou aéreas.
- b. Se opor a operação de forças aéreas hostis através de combates aéreos.
- c. Operar contra forças hostis terrestres e marítimas cuja força e localização podem ameaçar os interesses vitais dos Estados Unidos.

⁸⁶ Giulio Douhet (1869 - 1930), general italiano e teórica do poder aéreo.

⁸⁷ William Mitchell (1879–1936), general de exército norte-americano, considerado o pai da Força Aérea dos EUA.

⁸⁸ EUA. U.S. War Department. **FM 100-5: Field Service Regulations – Operations**. Washington: 1941. p. 13. Tradução nossa.

⁸⁹ EUA. U.S. War Department. **FM 100-5: Field Service Regulations – Operations**. Washington: 1941. p. 250. Tradução nossa.

- d. Travar guerra aérea ofensiva contra as fontes de poder, militar e econômico, de inimigos dos Estados Unidos, em apoio à política bélica aprovada.
- e. Operar em cooperação próxima com as outras armas do exército móvel, na conduta de operações terrestres [...].⁹⁰

Portanto, ao contrário da Doutrina Francesa, e até mesmo, em certo grau, da Doutrina Alemã⁹¹, a Doutrina Norte-americana percebia a aviação de combate não apenas como uma arma de apoio às forças terrestres e marítimas, mas sim uma arma combatente independente, capaz de desempenhar um papel próprio não só taticamente, mas estrategicamente.

Neste capítulo, estudamos as duas doutrinas que influenciaram a Doutrina Militar Brasileira. A francesa, durante um período de 20 anos; e a norte-americana, por breves, porém intensos, três. Um estudo completo das características de cada doutrina ocuparia por si só um trabalho como este; e, na verdade, vários dos trabalhos citados na bibliografia se dedicam a esmiuçar essas doutrinas em vários aspectos: Bellintani se foca no caráter dos oficiais e da tropa; Posen baliza sua análise na teoria das Relações Internacionais; House se preocupa com a organização física das unidades e no nível tático, etc.

Portanto, escolhemos neste capítulo nos focar em um conjunto de características que já descrevemos na introdução; mas, no interesse do foco e da brevidade, escolhemos omitir aquelas características em que as duas doutrinas são iguais ou muito semelhantes. O caráter dos oficiais e sua postura em campo, por exemplo: ambas as doutrinas definem que o líder deve ser enérgico, decisivo, e liderar pelo exemplo. Tais semelhanças se explicam por dois fatores: o primeiro é que, como demonstramos, a doutrina norte-americana sofreu influência da doutrina francesa durante mais de um século; a segunda é que, em um nível fundamental, todas as doutrinas militares são baseadas nos chamados princípios de guerra, dos quais falamos na Introdução, e portanto, por conta dessa base teórica comum, em muitos fatores as duas doutrinas chegam a conclusões semelhantes.

⁹⁰ EUA, U.S. War Department. **FM 100-15: Field Service Regulations – Large Units**. Washington: 1942. p. 74. Tradução nossa.

⁹¹ O fato de que a doutrina militar alemã prescrevia o mesmo papel de apoio para as forças aéreas que a doutrina francesa fica claro pela ausência de caças de longo alcance e bombardeios pesados na *Luftwaffe*, que lhe custaram a vitória na Batalha da Inglaterra. Ver: POSEN, Op. Cit., p. 179-219.

Nosso objetivo era demonstrar as diferenças entre as doutrinas em termos de tática e estratégica, principalmente no que se refere a predileção pela ofensiva ou a defensiva, a estrutura da Divisão de Infantaria e sua importância relativa entre as armas combatentes, diretivas acerca da organização da força combatente, planejamento de campanha e exercício do comando, e o uso das diferentes armas combatentes em conjunto.

Concluindo, neste capítulo tratamos da teoria, embora tenhamos nos referido às experiências práticas das Forças Armadas destas duas nações para exemplificar e basear nossa análise. No próximo capítulo, iremos olhar para a dimensão prática da doutrina militar, através da análise de caso de duas batalhas da Força Expedicionária Brasileira.

3. A FEB EM CAMPANHA

Neste capítulo, realizaremos dois estudos de caso sobre a atuação da Força Expedicionária Brasileira na Itália. O primeiro é o ataque final da Batalha de Monte Castelo, em 21 de fevereiro de 1945. O segundo é a Batalha de Montese, que ocorreu entre os dias 14 e 17 de abril de 1945.

O capítulo é dividido em duas seções. Na primeira, trataremos das forças combatentes envolvidas nos estudos de caso: a Força Expedicionária Brasileira e o Exército Alemão. Nos focaremos na FEB, por se tratar do objeto do nosso estudo, mas consideramos necessário tratar também dos seus adversários, em primeiro lugar para tornar esta dissertação a mais abrangente possível, mas também porque entendemos que estudar a aplicação da doutrina militar nas condições reais do campo de batalha exige estudar também o adversário contra a qual ela é usada.

A segunda seção é dedicada aos estudos de caso propriamente ditos. A razão para a escolha da Batalha de Monte Castelo é por ela ser aquela que podemos considerar a primeira batalha de grande porte da Força Expedicionária na Campanha da Itália, em que a unidade como um todo esteve engajada. Já a Batalha de Montese foi escolhida por apresentar um desafio tático específico, o combate urbano, com a qual a FEB nunca tinha tido experiência e nem treinamento, e no qual o exército alemão tinha especial reputação de proficiência e letalidade.

Uma notação importante que deve ser feita é que não trataremos da Campanha da Itália como um todo; por questão de espaço e brevidade, iremos nos focar nestas duas batalhas, e falaremos de antecedentes de maneira sintética, apenas para situar nossos estudos de caso no tempo e no espaço. Obras sobre a Campanha da Itália são abundantes, e aquelas listadas na bibliografia deste trabalho são um bom ponto de partida para o estudo geral deste teatro de operações.

3.1. A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Os problemas de formação, organização e treinamento da Força Expedicionária Brasileira já foram tão esmiuçados e, porque não, repetidos, que já se tornaram anedóticos. Porém, pelo compromisso de abrangência desta dissertação, iremos

sintetizá-los a seguir, com o apoio da bibliografia, e buscando aplicar nossa teoria de campo militar quando cabível.

3.1.1. O Exército Brasileiro na década de 1940

O Exército do qual irão sair os expedicionários, em 1942, é fruto dos vinte anos de trabalho da Missão Francesa, em que esta criou uma estrutura de ensino e doutrinação militares que não existira até sua chegada. Já discutimos os inúmeros órgãos de ensino criados sob sua égide no capítulo 1. Nos focaremos aqui nas condições organizacionais e materiais do Exército.

A primeira mudança digna de nota ocorre na esteira do golpe do Estado Novo: em 1938, reforma na estrutura de comando transforma o Gabinete do Ministério da Guerra no órgão superior de comando das forças armadas, deixando o Estado-Maior do Exército com caráter secundário, de aconselhamento. Magalhães critica a medida, apontando o fato de que o cargo de Ministro é um apontamento político, e que a pasta pode ser ocupada por um civil, sem o conhecimento para ocupar o cargo superior de planejamento das Forças Armadas de um oficial de carreira; e também que

É tal a supremacia do Gabinete do Ministro que até as decisões de caráter técnico dos órgãos especializados e mesmo especificados do Estado-Maior do Exército ficam dependentes de seu exame. Ousa, mesmo, interferir em assuntos de organização, de mobilização e de instrução, relativamente aos quais, seus componentes têm somente palpites pessoais, não raro, sem cabimento e sem justos fundamentos.¹

Podemos ver aqui uma medida no sentido de reduzir a *autonomia* do campo militar brasileiro: ao colocar o comando supremo das forças armadas diretamente na mão do Ministro da Guerra, cargo ocupado por apontamento do Presidente Getúlio Vargas, objetiva-se reduzir a capacidade do campo de retraduzir as demandas do governo. Ainda que no período estudado o primeiro temor de Magalhães não se concretize (o Gen. Eurico Gaspar Dutra mantém o cargo por todo o período), poderemos ver as consequências dessa interferência, entre outros exemplos, na própria organização da FEB, e na escolha das unidades que a compuseram, que incluiu algumas escolhas universalmente tidas como “estranhas” tanto pelos envolvidos quanto pelos estudiosos, e das quais falaremos a seguir.

¹ MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998. p. 359.

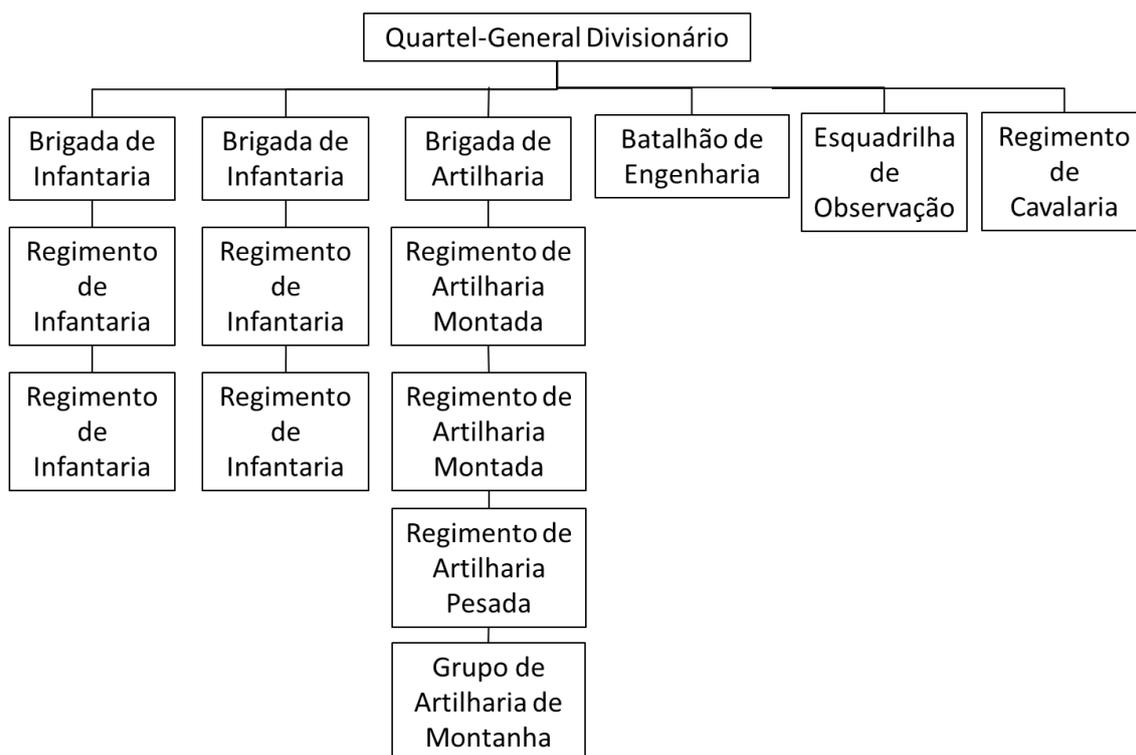


Figura 3.1: Divisão de Infantaria Brasileira, 1940.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de informações em MAGALHÃES, Op. Cit., p. 326.

Em números, o efeito do Exército, em 1940, é de 93.000 homens, sendo 6.429 oficiais e 86.571 oficiais subalternos e praças². Esse contingente está dividido da seguinte forma:

- Estado-maior Geral;
- 5 Divisões de Infantaria;
- 3 Divisões de Cavalaria;
- 1 Brigadas Mistas;
- Unidades independentes³

A Divisão de Infantaria brasileira, como podemos ver na imagem 3.1, segue um modelo misto. Podemos ver a influência francesa na grande concentração de poder de fogo, com três regimentos de artilharia e um grupo de artilharia de montanha. Com quatro regimentos de infantaria, a Divisão Brasileira foge ao padrão terciário que a

² A partir de 1941 (portanto, começando com aquele referente à 1940), os *Relatórios* passam a ser secretos, o que nos obrigou a usar de outras fontes para determinadas informações, como o efetivo. CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 87.

³ MAGALHÃES, 1998, p. 326.

maioria dos exércitos adota no período entreguerras, incluindo o francês. O regimento de cavalaria e a esquadrilha de observação cumprem a função de reconhecimento do terreno para o avanço da infantaria, e a regulação do tiro da artilharia, respectivamente. Ao contrário da Divisão Francesa de 1940, a Divisão Brasileira possuía um Batalhão de Engenharia divisionária. A explicação pode se encontrar na realidade geográfica brasileira, com amplos espaços ermos, inúmeros rios, montanhas e vegetação cerrada, e na ausência de uma estrutura de transporte que ligasse as diferentes regiões do país, como era o caso Francês.

Deve-se notar que, dentro da dialética de Mobilidade x Poder de Fogo, que já discutimos anteriormente, a divisão de infantaria brasileira pendia para o segundo; uma unidade desse tamanho forçosamente teria sua mobilidade reduzida, mas compensaria com o grande poder de fogo que poderia direcionar contra o inimigo. A mobilidade no Exército Brasileiro do modelo franco-brasileiro fica com as Divisões de Cavalaria⁴, e na Brigada Mista⁵.

O perfil dos profissionais militares neste período não é muito diferente daquele do início do período republicano, como já dissemos no capítulo 1. Os oficiais em sua maioria vinham da classe média urbana; já os praças, das camadas mais pobres e menos instruídas. Os oriundos das camadas mais ricas continuam a evitar o serviço militar sempre que possível; a diferença é que, ao invés da Guarda Nacional, desmobilizada em 1922, agora as elites preferiam frequentar os Tiros de Guerra, onde recebiam a formação básica e certificados como reservistas. As dificuldades com o recrutamento de material humano de qualidade continuam a figurar nos *Relatórios do Ministério da Guerra*. No de 1940, lê-se as recomendações do Gen. Dutra:

Possui nosso país uma população estimada em cerca de quarenta e cinco milhões de habitantes, dos quais quatrocentos mil, aproximadamente, estão em idade militar. Entretanto, somente pequena fração se alista e é sorteada para o serviço das armas. Ora, a prestação do serviço militar é dever cívico de todos os cidadãos e não apenas de alguns, designados ao acaso ou ao mero capricho da sorte.

Enquanto não pudermos adotar o serviço militar pessoal e obrigatório, medidas drásticas e extremamente severas se impõem, de molde a forçar, por todos os meios, o alistamento militar.⁶

⁴ Cada Divisão de Cavalaria era composta de 02 Brigadas de Cavalaria, 02 Regimentos de Cavalaria Independentes, 01 Grupo de Artilharia Montada, 09 Grupos de Artilharia a Cavalo, 01 Batalhão de Infantaria Montada, 01 Esquadrão de Transmissões.

⁵ A Brigada Mista se compunha de 02 Regimentos de Cavalaria, 01 Regimento de Artilharia Montada, 03 Batalhões de Cavalaria Divisionários, 01 Esquadrilha Mista de Aviação e 01 Batalhão de Engenharia.

⁶ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra – 1940**. Rio de Janeiro: 1940. Disponível em: <http://migre.me/18AQ3>. Acessado em: 15/01/2015. p. 12.

Sobre o ensino militar, no Relatório do Ministério da Guerra de 1940, o Gen. Dutra descreve dos quatro tipos de instrução, das quais as duas principais são a de formação e a de aplicação⁷. A primeira, teórica e formativa, é ministrada nos corpos de tropa, da Escola Militar, Escola de Aeronáutica do Exército, Escola de Intendência do Exército, Escola de Veterinária e dos Centros de Formação de Oficiais da Reserva.

A segunda, de teor prático, é ministrada também nos corpos de tropa. Porém, o próprio relatório também indica a grande deficiência da instrução de aplicação, que é a inexistência de instalações adequadas:

A instrução de aplicação é ministrada nos corpos de tropa. Não possuímos até o presente momento escolas de aplicação das armas, e ensino correspondente não é ministrado no nosso Exército, onde a atual Escola das Armas tem finalidade diferente pelo ensino elementar que recapitula o título de aperfeiçoamento como fora – aliás – durante muito tempo, denominada. A Aeronáutica, com seu curso de oficiais aviadores (ou de sargentos), aproxima-se do ensino de aplicação, que seria de desejar fosse dado a todas as outras armas.⁸

Ou seja, o grande problema que Mallet já apontava em 1900, e que Hermes da Fonseca tentou resolver com suas manobras nos sertões do Rio de Janeiro na década de 1910, persistia décadas depois: tanto oficiais quanto praças não recebiam instrução prática. E, a falta de instalações apropriadas será uma das dificuldades que a organização da FEB enfrentará. Quanto a isso, é interessante lembrar do que foi dito no capítulo 1, sobre a insistência do General Dutra, durante o processo de negociação com os norte-americanos, de que estes custeassem a construção de três centros de treinamento, incluindo o fornecimento de equipamento, quando lemos as suas recomendações no Relatório de 1940:

Relativamente ao ensino de aplicação há muito a fazer: Uma Escola de Aplicação por arma, possuindo cada uma delas um polígono de tiro munido de todo o aparelhamento moderno e dotado de programas de estudo na altura, que ministrem aos jovens oficiais um complemento de cultura militar teórico-prático útil e eficiente, ensinando com calma, método e suficiente intensidade, sem os exageros dos programas amontados, dados às pressas e as tenças da proficiência da instrução do Exército, é coisa que merece ponderação e faz parte presentemente de minhas cogitações. O assunto requer certa folgança orçamentária que a situação atual dificulta.⁹

⁷ Os outros dois tipos de instrução são a de aprimoramento, também realizada no corpo da tropa, através de cursos especiais, e a de especialização, realizada nas diversas escolas técnicas.

⁸ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra – 1940**. Rio de Janeiro: 1940. Disponível em: <http://migre.me/18AQ3>. Acessado em: 15/01/2015. p. 42.

⁹ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra – 1940**. Rio de Janeiro: 1940. Disponível em: <http://migre.me/18AQ3>. Acessado em: 15/01/2015. p. 43.

Concluindo, no aspecto doutrinário, ao que tudo indica, o Exército Brasileiro parece ter, mesmo com as ressalvas na atuação da MMF de que já falamos no capítulo 1, absorvido o conhecimento doutrinário francês. Existem resistências pontuais de oficiais ao sistema francês, principalmente aqueles que são simpatizantes do exército alemão; dentre eles, o próprio Ministro da Guerra, o general Dutra, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Goés Monteiro. Porém, como foi o caso com os Jovens Turcos, que vimos no capítulo 2, dificilmente a resistência desses oficiais poderia fazer algo frente à estrutura de ensino e transmissão doutrinária estabelecida pela MMF; e assim, como os Jovens Turcos, podemos apenas especular o que esses oficiais, instalados no mais alto escalão do governo, poderiam ter feito caso as circunstâncias, no caso a entrada do Brasil na guerra no bloco dos Aliados, não os tivessem impossibilitado.

3.1.2. O Brasil vai à guerra

A Força Expedicionária Brasileira foi formada oficialmente pela Portaria-Ministerial nº 47-44, do dia 9 de Agosto de 1943. Esta portaria também delineava a composição da 1º Divisão de Infantaria Expedicionária, em linhas gerais. O Boletim Reservado do Exército nº 16, expedido no dia 13 do mesmo mês, determinava quais unidades existentes deveriam compor a FEB, e as novas formações a serem criadas. A composição foi a seguinte¹⁰:

- a) **Comando e Estado-maior da 1º D.I.E.**
- b) **Infantaria:** Composto pelo Comando da Infantaria Divisionária (General-de-Brigada Zenóbio da Costa) e três Regimentos: o 1º (conhecido como Regimento Sampaio, em honra ao patrono da Infantaria brasileira), do Rio de Janeiro; o 6º, de São Paulo; e o 11º, de Minas Gerais.
- c) **Cavalaria:** Composto pelo 1º Esquadrão de Reconhecimento Moto Mecanizado, unidade nova.

¹⁰ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório Sigiloso da Força Expedicionária Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1945. Vol. 1, p. 9.

- d) **Artilharia:** Composto do Comando da Artilharia Divisionária (General-de-brigada Cordeiro de Farias) e 4 grupos de Artilharia, sendo um novo (I/1º R.O.Au.R) e três baseados em unidades existentes, incluindo o grupo-escola.
- e) **Batalhão de Engenharia:** A unidade escolhida foi o 9º Batalhão de Engenharia, unidade recém-criada, sediada em Aquidauana, Mato Grosso.
- f) **Batalhão de Saúde:** Unidade baseada na antiga 1ª Formação Sanitária.
- g) **Esquadilha de Ligação e Observação (ELO):** Unidade nova, responsável pelo reconhecimento aéreo da D.I.E. e orientação da Artilharia Divisionária.
- h) **Elementos de Tropa Especial:** Todos de formação nova, incluíam as Companhias de Quarte-General da 1ª D.I.E., Transmissões, Manutenção, Intendência, o Pelotão de Polícia Militar e a Banda de Música Divisionária.

Além, destas, foram criadas unidades não-divisionárias: Comando da FEB, Inspeção-Geral da FEB, Serviço de Saúde da FEB, Agência do Banco do Brasil, Pagadoria Fixa, Seção brasileira de Base, Depósito de Intendência, Serviço Postal, Serviço de Justiça e Depósito de Pessoal. Estas unidades não-divisionárias foram criadas ainda dentro do plano de se formar um Corpo-de-Exército com três divisões de infantaria expedicionária. Como tal ideia não se concretizou, elas serviram apenas às necessidades da 1ª D.I.E.

O processo de formação da FEB foi pontuado por uma série de dificuldades, das quais a adaptação das unidades à um novo modelo foi apenas uma. A primeira delas foi, ironicamente, a portaria que lhe deu origem, e o boletim que a solidificou. O General Lima Brayner, que ocupou como coronel a chefia do Estado-Maior da FEB, define o problema que foi a imposição de quais unidades deveriam compô-la:

Era necessário mobilizar o complemento, organizar novas unidades das armas, modificando radicalmente a organização típica brasileira das unidades que se desligavam de outras Grandes Unidades, para constituir a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, malabarismo que teve, como ponto de partida, não um trabalho sólido e progressivo de Estado-Maior, mas pura e simplesmente uma Portaria Ministerial [...]. Este documento traçava as linhas estruturais da Força Expedicionária, com os detalhes de organização referentes à 1ª Divisão Expedicionária, rigorosamente nos moldes americanos, o que importava em dizer que seria inteiramente diferente da Divisão normal brasileira.¹¹

¹¹ BRAYNER, Floriano de Lima. **A Verdade sobre a FEB**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. p. 25.

A questão da escolha das unidades que compuseram a FEB é constante na bibliografia sobre o tema, não apenas do fato de que foram escolhidas unidades de 4 Regiões Militares diferentes (1ª, Rio de Janeiro; 2ª, São Paulo; 4ª, Minas Gerais; 9ª, Mato Grosso.), quando a opção mais lógica seria uma das Divisões já existentes no Exército Brasileiro; mas também os níveis de qualidade técnica e humana de algumas das unidades escolhidas. Talvez o exemplo mais exacerbado seja o do 9º Batalhão de Engenharia. Criada menos de um ano antes, em 09 de outubro de 1942, a 9ª B.E. era uma unidade nova, mal equipada, mal preparada, e recém-saída de um processo de criação pontuado por problemas de disciplina¹². O porquê de sua escolha, ao invés de unidades melhor preparadas, como o 1º Batalhão de Engenharia, do Rio de Janeiro, é um dos mistérios na “mitologia” da Força Expedicionária.

Outra questão “inexplicável” é a determinação, quando do anúncio das unidades que comporiam a FEB, de que elas deveriam permanecer subornadas aos seus comandos originais até o momento da concentração da Grande Unidade no Rio de Janeiro. Essa formulação legal, somada à distância em que unidades expedicionárias se encontravam do Estado-maior da FEB, no Rio de Janeiro, impedia que este auxiliasse e monitorasse a reorganização e treinamento das formações dentro do novo modelo doutrinário.

Apenas em 21 de Janeiro de 1944, através de Aviso Reservado nº 3.130, é que o comando das unidades divisionárias passou para o comando do General Mascarenhas de Moraes, que imediatamente ordenou a concentração das mesmas no Rio de Janeiro.

O treinamento da Força Expedicionária no Brasil foi precário: a concentração das diversas unidades foi muito tardia, começando em Janeiro de 1944 e só terminando em Março, deixando apenas Abril e Maio para o treinamento da tropa como Divisão. O equipamento que a FEB utilizaria em combate era desconhecido dos oficiais e soldados, mesmo os de carreira, e seu uso e manutenção exigiam treinamento especial a ser ensinado e dominado. Faltavam até mesmo especialistas nas muitas funções de apoio ao funcionamento de um exército moderno, como motoristas, eletricitas, cozinheiros e estenógrafos. Manuais de treinamento tinham que ser traduzidos do inglês e impressos. Os oficiais norte-americanos enviados para instruir os brasileiros, com uma única exceção, não falavam o português, no máximo o espanhol. E, ao contrário dos oficiais

¹² LIMA JÚNIOR, Raul da Cruz. **Quebra-canela: a engenharia brasileira na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982. p. 19-20.

da Missão Francesa, que enfrentaram o mesmo problema, os norte-americanos não tiveram o luxo do tempo para vencer a barreira do idioma.¹³

Em teoria, a FEB deveria ser munida das mesmas armas e equipamentos que uma divisão de infantaria norte-americana. As armas incluíam o fuzil Garand M1, a metralhadora de mão Thompson, o morteiro de 60mm, o lança-rojão (conhecida popularmente como *Bazooka*), a metralhadora leve de 30mm, o fuzil automático *Browning* (conhecido como BAR entre as tropas americanas), o canhão anticarro de 57mm, e o obuseiro de 105mm. Na bibliografia tradicional, costuma-se repetir muito o fato de que certas armas e equipamentos não existam no Brasil nem em versões análogas, como foi o caso da *bazooka* e do material de engenharia, e como os pracinhas só teriam contato com esses materiais no *front*. Porém, o estudo das fontes revela a necessidade de rever essa afirmação. Por exemplo, o relato de Ruy Leal Campello, que serviu como tenente no 2º Batalhão do Regimento Sampaio:

Além disso, os novos armamentos, dos quais recebêramos, apenas, o necessário para instrução e conhecimento geral, prendiam a atenção e interesse de todos. As novas funções e servidões impostas pelos novos quadros de organização da unidade exigiam a formação de especialistas: motoristas, operadores de rádio, cozinheiros e outros, cuja existência ou disponibilidade era básica e imprescindível.¹⁴

Inclusive, entre as fotografias que ilustram o livro de Campello, existe uma mostrando especificamente os soldados do Sampaio, ainda no Brasil, usando a *bazooka* em treinamento. Por outro lado, temos o relato do General Raul da Cruz Lima Junior, que serviu como Capitão na 2ª Cia. do 9º Batalhão de Engenharia de Combate, sobre o treinamento de limpeza de campo minado; não tendo recebido o material para realizar o exercício, o 9º BE foi obrigado a improvisar:

Requisitamos todas as latas vazias de goiabada do rancho, assim como tudo que pudesse parecer uma mina; as latas maiores eram consideradas anticarro e as menores, antipessoal e armadilhas. Rolos de lã, usados para fazer blusas e similares, cujos fios facilmente se rompiam, serviam de ingredientes para substituir os detonadores das minas, assim como arames, fios e uma série de quinquilharias adotadas pela imaginação de cada um. Todo fio de lã que se rompesse, ao ser retirada a suposta mina, produzia uma baixa e o autor era considerado fora de combate.¹⁵

¹³ SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um Soldado**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 2000. p. 59.

¹⁴ CAMPELLO, Ruy Leal. **Um Capitão de Infantaria da FEB**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1999. p. 17.

¹⁵ LIMA JÚNIOR, 1982. p. 23.

O caráter contraditório dessas duas afirmações nos obriga a repensar a afirmação de que as unidades não receberam o equipamento prometido no Brasil; pelo que as palavras do Tenente Campello indicam, algumas unidades receberam pelo menos o necessário para o treinamento básico. Outras, como indica claramente o depoimento do General Lima Júnior, não. Como em outros tópicos sobre a FEB que estudamos neste trabalho, os fatos parecem apontar para um meio-termo entre as duas vertentes.

3.1.3. A viagem e a Chegada à Itália

No dia 1 de Julho de 1944, sob um rigoroso esquema de segurança e sigilo, os primeiros cinco mil soldados da FEB: o 6º Regimento, acompanhado de elementos destacados das unidades restantes da 1ª D.I.E. e unidades não-divisionárias, embarcou no transporte *USS General Mann*, que os levaria à Itália¹⁶. O embarque foi realizado durante a madrugada e usando de trens fechados para transportar os pracinhas dos quartéis ao atracadouro, para minimizar o risco de observação. Os trens também evitavam a possibilidade de deserção e evasão, temores justificados do estado-maior da FEB. O segredo se fez também necessário pela ameaça de *U-boats* alemães, que ainda atacavam navios na costa.

Na manhã do dia seguinte, domingo, o *General Mann* levantou ferros e zarpou rumo à Europa. Junto com ele, como escolta, seguiram três contratorpedeiros brasileiros, e um dirigível norte-americano, que fizeram a escolta até o estreito de Gibraltar; a partir daí, a proteção do transporte ficou a cargo da marinha britânica.

Já na viagem os pracinhas são expostos à tensão da guerra, com o risco constante do comboio de transporte sofrer ataques de *U-boats* alemães: “O medo era constante, e os pracinhas nunca sabiam se estavam sofrendo um ataque real ou era outro exercício, quando soava o alarme”¹⁷. Providencial para aliviar as tensões dos pracinhas brasileiros, e contribuir para que os casos de ataques de pânico ou outras neuroses registradas durante a viagem fossem em número muito reduzido, foi o apoio da tripulação do *General Mann*, que fez o possível para acomodar e tornar a jornada o mais confortável possível para os brasileiros.

¹⁶ Para uma listagem detalhada das unidades em cada escalão, ver MORAES, Op. Cit., p. 39.

¹⁷ SILVEIRA, Op. Cit., p. 63.

A viagem transcorre sem problemas, e o primeiro escalão da FEB desembarca em Nápoles no dia 16 de julho. Os segundo e terceiro escalões saíram do Brasil ao mesmo tempo, no dia 22 de Setembro, chegando à Itália no dia 6 de Outubro. O quarto e último escalão, de pessoal destinado ao depósito de pessoal da FEB, partiu no dia 8 de fevereiro de 1945, e chegou no dia 22 do mesmo mês de 1945.

3.1.4. O caminho até Monte Castelo

O primeiro escalão da FEB desembarcou em Milão em 16 de julho de 1944. Tornou-se anedótico o episódio dos uniformes, em que recém-chegados brasileiros foram confundidos com alemães, por causa de seus uniformes, de corte similar ao germânico, por não estarem portando armas ou equipamentos além de suas sacolas pessoais, e pela sua aparência mal arrumada, depois de semanas no mar. Porém, o episódio é revelador de uma situação mais complexa, que era o despreparo físico e material dos pracinhas. O apressado e quase improvisado treinamento no Brasil fizera pouco para preparar a tropa para a realidade da campanha. Além disso, eles ainda não haviam recebido os materiais prometidos pelos norte-americanos. Ao chegarem à sua primeira área de acampamento, em Agnano, os pracinhas descobriram não haver nenhuma estrutura preparada, já que os norte-americanos tinham recebido a informação errônea de que os brasileiros chegariam com seu próprio equipamento.

Logo em seguida, o primeiro escalão da FEB foi deslocado para Bagnoli, para um período de adaptação e treinamento. Nesse período ocorreu o primeiro contato dos norte-americanos com os pracinhas, deixando uma impressão desfavorável, principalmente pela precariedade dos uniformes e equipamentos. Posteriormente, quando as tropas brasileiras começaram a tomar parte nos combates, esta má-impressão seria na maior parte desfeita. No dia 29 de julho, o primeiro escalão da FEB foi deslocado para a região da Tarquínia, aonde permaneceria em treinamento até setembro. No dia 5 de Setembro, ficou decidido que a FEB seria incorporada efetivamente ao V Exército. Imediatamente, o General Mascarenhas criou um Grupamento Tático que ficou conhecido como Destacamento FEB. O Destacamento foi composto por frações das unidades então presentes em solo italiano, ao que se adicionaram elementos de apoio e dos serviços, de forma a criar uma unidade autossuficiente, apesar do efetivo

reduzido. Este foi o primeiro grupo de combate da FEB, seu comando foi entregue ao General Zenóbio da Costa.

No dia 10 de Setembro, foi realizado o exercício final, envolvendo toda a tropa presente e com o uso de munição real. Estavam presentes cerca de 250 oficiais norte-americanos, que serviram de árbitros e o comandante do V Exército Americano, General Mark W. Clark. Os resultados do exercício foram considerados excelentes, e o General Clark então declarou a FEB como uma unidade operacional, oficialmente incorporando-a ao IV Corpo de Exército, sob o comando do General Crittenberger¹⁸.

A FEB entrou em linha em 13-15 de setembro de 1944, ocupando posições no Vale do Serchio, substituindo duas unidades norte-americanas, o 370º Regimento de Infantaria e 433º Batalhão de Artilharia Antiaérea. Esta primeira fase de operações da 1ª D.I.E., seu batismo de fogo, foi de aclimatação aos campos de batalha do norte da Itália, com seu terreno acidentado e pontuado por colinas e vales.

Esse primeiro estágio das operações foge ao recorte de interesse deste trabalho, portanto vamos apenas citar algumas ações principais. As primeiras vitórias do Destacamento FEB foram as vilas de Massarozza e Bozzano, logo seguidas por Camaione, ainda nas jornadas do dia 13-15. A conquista de Monte Prano, em 26 de setembro, deu aos brasileiros a experiência de conquista de uma posição fortificada no topo de uma elevação, que lhes serviria na tomada de Monte Castelo. Em 11 de outubro, o Destacamento FEB conquista Barga. Finalmente, em 31 de Outubro, os brasileiros sofrem seu primeiro revés, em Castelnuovo di Garfagnana, que marca o fim das operações brasileiras no Vale do Serchio. Nos primeiros dias de novembro, a FEB, já como uma divisão completa, é transferida para o Vale do Reno.¹⁹

3.2. O OUTRO LADO DA COLINA

A maior lacuna na historiografia sobre a FEB é, sem dúvida, o seu adversário, o soldado alemão. De toda a bibliografia nacional estudada para este trabalho, não há, salvo duas exceções, nenhuma análise dos oponentes dos pracinhas nas montanhas da Itália que vá além de comentários sintéticos sobre a força do inimigo germânico, sua experiência e ferocidade.

¹⁸ **Willis Dale Crittenberger (1890-1980)**. General norte-americano, comandou o IV Corpo norte-americano de 1944 até o final da guerra.

¹⁹ Para detalhes sobre este primeiro estágio da FEB, ver MORAES, Op. Cit., p. 69-99; e SILVEIRA, Op. Cit., p. 147-156.

Esta exceção é o livro do jornalista William Waack, *As Duas Faces da Glória*. Publicado em meados da década de 1980, quando o jornalista trabalhava na Europa, o livro é o único trabalho nacional a tratar dos adversários dos brasileiros detalhadamente, usando de fontes alemãs e testemunhos de oficiais envolvidos na Campanha da Itália.

O trabalho de Waack é em geral ignorado pelos especialistas, e quando é lembrado, é com o propósito de crítica, entre as quais a principal é o espírito revanchista que permeia toda a obra, bem resumido na Introdução, quando Waack afirma:

Pertenço à geração que nasceu vários anos depois do conflito, quase nada aprendeu sobre ele na escola e nunca votou para Presidente. Esse último fato pode ser atribuído em boa medida a alguns dos oficiais que estiveram na FEB.²⁰

Além do tom, o grosso das críticas ao trabalho de Waack são metodológicas: especialmente, seu uso dos testemunhos orais obtidos de oficiais alemães e seus parentes. Sendo jornalista, ele não usa dos mecanismos de crítica, comparação e contextualização que balizariam a análise do historiador. Em outras palavras, aceita o testemunho de seus entrevistados sem questionar percepções do mundo, experiências pessoais, bagagem emocional. O fato de Waack nunca ter disponibilizado o bruto das entrevistas também é alvo de críticas, pois impossibilita a revisão das suas afirmações, ou mesmo de novos trabalhos em cima dessas fontes. Porém, ainda com essas críticas, o livro de Waack é uma fonte útil, desde que utilizada com cautela.

Na bibliografia internacional, apenas em 2002 foi publicado no Brasil um livro sobre pelo menos alguns dos adversários dos pracinhas: trata-se do livro *Bombardeiros, caças, guerrilheiros: a história da 232ª divisão de infantaria, a última divisão alemã a ser deslocada para a Itália 1944-45*, de Heinrich Boucsein²¹. Infelizmente, o Prólogo do livro já nos informa de uma lacuna incontornável no estudo desta unidade alemã: o fato de que todos os seus documentos operacionais terem sido perdidos durante a retirada final da Itália, em maio de 1945²². O livro foi escrito baseando-se na memória e nas anotações pessoais do autor, combinados com testemunhos de soldados alemães e italianos, e alguns poucos documentos da 232ª que sobreviveram. Outra lacuna do livro,

²⁰ WAACK, William. **As Duas Faces da Glória: A FEB vista por seus aliados e inimigos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 11.

²¹ BOUCSEIN, Heinrich. **Bombardeiros, caças, guerrilheiros: a história da 232ª divisão de infantaria, a última divisão alemã a ser deslocada para a Itália 1944-45**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

²² Não é difícil supor também que, prevendo a captura da unidade, os oficiais da 232ª tenham ordenado a destruição dos documentos, considerados fontes de inteligência que não deveriam cair em mãos inimigas. Já é mais difícil imaginar uma situação em que todos esses documentos se perdessem, considerando a estrutura administrativa de uma unidade militar.

que nos afeta em especial, é a ausência de informações mais detalhadas sobre a batalha de Monte Castelo; a descrição que existe é sintética e, interessantemente, baseada no *AFEB por seu comandante*²³. Mesmo com a ausência de informações originais sobre esse episódio, o livro de Boucsein nos dá um panorama geral desta que têm a “distinção” de ser a “última unidade alemã enviada para a Itália”.

Já sobre a 114ª Divisão de Infantaria Ligeira, ainda não existem obras publicadas no Brasil sobre esta unidade, além do *As Duas Faces da Glória*. Felizmente, os arquivos da 114ª sobreviveram à guerra e encontraram seu caminho para os arquivos alemães, o que torna possível um futuro e detalhado estudo dos soldados que se opuseram os brasileiros na comunidade de Montese, entre 14 e 17 de abril de 1945.

Outra faceta que percebemos ao realizar a pesquisa bibliográfica desse período da campanha da Itália é o caráter sumário com que os autores trabalharam o período final da Campanha da Itália, especificamente depois da liberação de Roma (04 de junho de 1944). Por exemplo, Keegan, em sua obra *The Second World War*, dedica o capítulo 19 à guerra na Itália e nos Balcãs, entre 1943-45. Porém, o capítulo termina no natal de 1944, com o recuo do exército alemão para a Linha Gótica e a interrupção da campanha aliada por conta do inverno, optando por terminar o capítulo com considerações gerais sobre as dificuldades e os sacrifícios que soldados de ambos os lados tiveram que fazer durante a campanha italiana²⁴. No clássico *O outro lado da colina*, de Liddel Hart, em que este entrevista oficiais alemães sobreviventes, incluindo vários que atuaram na campanha da Itália, apenas uma página é dedicada à sua fase final. Porém, ela contém o depoimento de um oficial alemão, o general Kurt Jahn, que oferece uma possível explicação para a maneira sintética com que é tratado esse período:

No início de 1945 foram retiradas quatro divisões e mandadas para a Alemanha, enfraquecendo a frente defensiva. A divisão “Herman Goering”, uma das mais fortes que tínhamos, também foi mandada ajudar na resistência aos russos.

[...] Desde outubro havia sido preparado um plano para recuar até uma nova linha no sopé dos Alpes, no caso de uma vitória aliada, mas quando esta veio, em agosto, a retirada era impossível, por falta de transporte motorizado e de combustível, e também por causa da velocidade da progressão das forças americanas que, depois de atingirem Como, viraram para oeste e bloquearam todos os passos à retaguarda das tropas alemãs. Vimo-nos isolados dos escalões superiores e não mais recebemos quaisquer ordens.²⁵

²³ BOUCSEIN, Op. Cit., p. 194-195.

²⁴ KEEGAN, John. **The Second World War**. Nova York: Penguin Books, 1990.p. 344-368, tradução nossa.

²⁵ LIDELL HART, B.H. **O Outro Lado da Colina**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. p. 313.

Tomemos esse depoimento e façamos par com esta afirmação, de Keegan, sobre as operações aliadas no Mediterrâneo:

O foco da ação no mediterrâneo mudou para a costa sul da França, defendida pelo 19º Exército Alemão, do Grupo de Exércitos G. [...] Churchill havia durante muito tempo se oposto à operação como militarmente sem valor, mas o estado-maior de Marshall, em Washington, havia insistido que Marselha era vital ao suporte logístico da invasão anglo-americana do Norte da França.²⁶

Portanto, podemos supor que o foco dos estudiosos seguiu à dos generais anglo-americanos e alemães, se concentrando nas operações na Europa Ocidental e Oriental. Considerando que a grande parte da península Italiana, incluindo Roma, havia sido liberada dos alemães; que o novo governo Italiano tinha passado a apoiar os aliados; e que um grande número de tropas, equivalente a sete divisões, tinham sido retiradas da península para participar das operações de invasão da França²⁷, é justificável essa mudança de foco, da parte dos aliados. E da parte da Alemanha, sem dúvida, a defesa do território nacional contra os invasores anglo-americanos e russos tinha precedência sobre operações na península Itálica. O alto-comando alemão, incluindo Hitler, tinha como única preocupação manter o controle do norte da Itália, em primeiro lugar para evitar uma invasão do território alemão pelos Alpes, e em segundo lugar para garantir a produção de alimentos desta região para suprir as necessidades do Reich. Portanto, podemos perceber aí o porquê do caráter sumário da bibliografia sobre a fase final da Campanha Italiana.

3.2.1. A 232ª Divisão de Infantaria

O modelo alemão de recrutamento e formação de novas unidades seguiu o conceito de “ondas” ou turmas anuais, formadas por “homens da mesma idade e que tiveram o mesmo padrão de treinamento pré-militar, na Juventude Hitlerista ou no Serviço Nacional de Trabalho (*Reichsarbeitsdienst – RAD*)”²⁸. O sistema de ondas foi elaborado para evitar os problemas acontecidos em 1918, quando o exército foi incapaz de absorver de maneira organizada os milhões de voluntários que se apresentaram. Quando a mobilização geral alemã teve início, em 1938, o sistema já se encontrava em

²⁶ KEEGAN, Op. Cit., p. 361, tradução nossa.

²⁷ Operações *Overlord* (ao norte) e *Dragoon* (ao sul).

²⁸ LUCAS, James. **The German Army Handbook**. Stroud: Sutton Publishing, 2002. p. 10, tradução nossa.

funcionamento, o que garantiu um fluxo constante de soldados para as divisões alemãs, sem causar o tipo de rupturas na sociedade que ocorreram nos países aliados, especialmente Inglaterra e Estados Unidos.

Porém, esse sistema, com os reveses alemães na guerra, sofreu alterações em seu funcionamento e periodicidade. A primeira medida nesse sentido foi a transferência em massa de pessoal da Marinha e Força Aérea alemãs para o Exército, buscando repor as enormes perdas de pessoal que a força terrestre vinha sofrendo, especialmente na Campanha Russa. Ainda assim, essas transferências não foram suficientes, o que levou o governo alemão a novas alterações no sistema de recrutamento:

Até homens que tinham sido dispensados do serviço na linha de frente por serem últimos filhos ou pais de famílias numerosas se tornaram elegíveis para a conscrição. Outros, que em anos anteriores teriam sido dispensados por razões médicas, foram mantidos em serviço, sendo agrupados em batalhões e até regimentos de indivíduos com a mesma condição. Tropas aliadas que invadiram a Normandia em Junho de 1944 encontram formações inteiras de soldados alemães com problemas estomacais, e outras em que todos tinham problemas de audição. Posteriormente, pentes-finos cada vez mais rigorosos das formações de retaguarda e da população civil foram capazes de fornecer um número limitado de homens para a linha de frente, mas a escassez não pode ser resolvida nem quando foi instituída a *Volkssturm* (o recrutamento em massa de civis pelo Partido Nazista), no final de 1944.²⁹

A 232ª Divisão de Infantaria, criada em 26 de junho de 1944, se encaixa dentro desse quadro de crescente escassez de recursos e mão-de-obra no esforço de guerra alemão. Formada na 27ª “onda” de recrutamento (de um total de 31), junto com outras cinco divisões semelhantes, a 232ª se diferenciava de divisões de Infantaria anteriores em dois sentidos principais: o primeiro, é que foi organizada segundo o novo modelo “Tipo 44 (Mob)”. Esse modelo, adotado em 1944, era uma modificação do modelo terciário adotado por exércitos aliados e do eixo. A principal modificação é a redução do número de batalhões dos regimentos de infantaria para dois, assim como a remoção de um batalhão de artilharia média e outras unidades de apoio e serviços (ver Anexos B e C).³⁰

Em segundo lugar, a 232ª foi uma das chamadas “divisões fantasmas”, unidades organizadas em grande parte usando-se militares voltando de licença de saúde ou férias, a maioria literalmente “capturada” nas estações de trem, retornando aos seus postos de origem; uma parcela mínima do efetivo dessas “divisões fantasmas” era de recrutas. Boucsein descreve esse processo:

²⁹ LUCAS, Op. Cot., p. 10, tradução nossa.

³⁰ BOUCSEIN, Op. Cit., p. 21.

Enquanto o núcleo base e os especialistas (tais como mecânicos de armamento, bombeiros, ferreiros etc.) vinham transferidos diretamente das suas respectivas unidades para a nova divisão, o grosso da tropa compunha-se de “turistas da frente”, que após o término das férias na terra natal haviam sido apanhados nas plataformas de embarque das estações ferroviárias de Brest, Lemberg, Varsóvia, Königsberg e outras, chegando a Wildflecken em vagões lacrados. Os claros restantes foram preenchidos com o auxílio de Companhias de Convalescentes e de jovens recrutas na faixa dos 18 e 19 anos, retirados das unidades de recompletamento depois de apenas oito semanas de instrução (cerca de 10% do efetivo total).³¹

Waack afirma que a 232ª Divisão de Infantaria era do tipo “presa ao solo” (*bodenstandige*), e fazia parte de uma diretiva para criar unidades com propósito defensivo e estático, no prazo de quatro semanas, com contingente reduzido, usando-se soldados inaptos para a linha de frente³². Essas afirmações contradizem em alguns pontos o relato de Boucsein, que fala em seis semanas de treinamento, e também pelo fato de que o grosso da tropa, conforme já foi dito, era composta de veteranos da linha de frente. Mas, de fato, ambos os autores concordam em que a 232ª possuía mobilidade limitada, em relação a Divisões de Infantaria regulares, e também que não era destinada para a linha de frente: segundo Boucsein,

Considerando o emprego inicialmente previsto apenas em território nacional, a capacidade de transporte existente por ocasião da partida para a frente não permitia deslocar mais do que um terço de cada unidade plenamente armada e equipada.³³

Apesar de não existirem documentos sobre a missão originalmente planejada pelo alto comando para a 232ª, ela acaba por ser comprometida para a Campanha da Itália como uma promessa de reforço de Hitler para Mussolini. De fato, como mostra a folha de serviço da Divisão (tabela 3.1), ela esteve, até dezembro de 1944, ligada ao Exército Ligúria, uma formação italiana, sob o comando do Marechal Graziani³⁴. Por volta de 20 de agosto, os primeiros regimentos completos da 232ª recebem a ordem de marcha para a Itália.

³¹ BOUCSEIN, 2002, p. 22.

³² WAACK, 1985, p. 39.

³³ BOUCSEIN, Op. Cit., p. 23.

³⁴ O Exército Ligúria fez parte do Exército Nacional Republicano, o braço armado da República Social Italiana, o estado satélite criado por Benito Mussolini e seu Partido Fascista em 1943, depois que o governo italiano o depôs e fez o armistício com os Aliados.

Tabela 3.1: Folha de Serviço da 232ª Divisão de Infantaria Alemã

Data	Corpo de Exército	Exército	Grupo de Exércitos	Local
Agosto/1944	z. Vfg.	Exército da Ligúria	C	Gênova
Setembro/1944	Lombardia	Exército da Ligúria	C	Gênova
Novembro/1944	LI	14ª Exército	C	Apeninos
Dezembro/1944	LI	14ª Exército	C	Apeninos
Janeiro/1945	LI	14ª Exército	C	Apeninos, Pó

Fonte: 232ª Divisão de Infantaria, Lexicon der Wehrmacht. <http://migre.me/nZFbS>. Acessado em: 15/12/14.

3.2.2. A 114ª Divisão de Infantaria Ligeira

Já a Divisão de Infantaria que enfrentou os brasileiros em Montese tinha uma folha de serviço consideravelmente mais longa. A 114ª Ligeira começou sua existência como a 714ª Divisão de Infantaria, formada em 1º de maio de 1941, e transferida para os Balcãs. Atuou na Iugoslávia e brevemente na Croácia, em ações de segurança e antipartisans³⁵, ou seja, missões de retaguarda. Em abril de 1943 foi reorganizada como a 114ª de Infantaria ligeira. Em janeiro de 1944 foi transferida para a Itália, para reforçar a defesa alemã contra o desembarque aliado em Anzio³⁶. Depois, esteve entre os defensores de Monte Cassino, Rimini, Ravena, e finalmente, em Janeiro de 1945, transferida para o “Norte da Itália” (ver tabela 3.2).

As Divisões de Infantaria Ligeira (Jäger, “caçador”, em alemão) foram organizadas tendo como origem Divisões de Infantaria existentes, e possuíam duas funções: a primeira é, devido ao seu armamento mais leve e maior mobilidade, serem unidades de perseguição a um inimigo em retirada depois de um ataque das divisões regulares. A segunda função é servir como uma espécie de “meio-termo” entre as divisões de montanha e as de infantaria regular, atuando como ligação entre o terreno de difícil acesso e especializado em que as primeiras operam, e as planícies e espaços

³⁵ Partisans é como eram chamados os grupos comunistas, russos, iugoslavos e húngaros, que realizavam operações de guerrilha nos Balcãs ocupados pelos alemães.

³⁶ Definir Anzio

abertos da segunda. O terreno mais propício ao seu uso são as colinas, vales, e aproximações de montanhas; é um tipo de terreno muito comum nos Balcãs e no Norte da Itália.³⁷

Sobre a 114ª em específico, não há muita informação fora dos arquivos na Alemanha, e nem na bibliografia sobre o tema. Não é de se surpreender, considerando que foi uma unidade que nunca esteve envolvida em nenhuma operação de vulto, e passou sua existência alocada ou na retaguarda, ou em um front secundário, como a Itália. Porém, encontramos referência à missão que a 114ª Divisão desempenhou desde sua criação. No UK-66, *Report of British War Crimes Section of Allied Force Headquarters of German Reprisals for Partisans Activities in Italy*, documento apresentado ao Tribunal Militar Internacional de Nuremberg³⁸, a 114ª Divisão Ligeira é citada como uma das unidades alemãs frequentemente envolvidas em ações de represaria contra a população civil em retaliação à ação de *partisans* italianos.

A composição da 114ª Divisão Ligeira era a seguinte:

- 721º Regimento de Infantaria ligeira
- 741º Regimento de Infantaria ligeira
- 114º Batalhão de Reconhecimento
- 661º Regimento de Artilharia
- 114º Batalhão de Pioneiros (engenharia de combate)
- 114º Batalhão Anticarro
- 114º Batalhão de Transmissões
- 114º Batalhão Reserva
- 114º Destacamento de Intendência³⁹

Tabela 3.2: Folha de Serviço da 114ª Divisão de Infantaria Ligeira Alemã

Data	Corpo de Exército	Exército	Grupo de Exércitos	Local
Abril/1943	Befehlshaber Kroatien		E	Croácia
Setembro/1943	XV	2º Exército Panzer	F	Croácia

³⁷ LUCAS, 2002, p. 40.

³⁸ OFFICE OF UNITED STATES CHIEF COUNCIL FOR PROSECUTION OF AXIS CRIMINALITY. **Nazi Conspiracy and Aggression**. Washington: USGPO, 1946. Vol. VIII, p. 572-582.

³⁹ Fonte: **Lexicon der Wehrmacht**. Disponível em: <http://migre.me/nZF6J>. Acessado: 15/12/14.

Janeiro/1944	Em transferência			Fiume
Fevereiro/1944	Befehlshaber Adriatisches Küstenland	14º Exército	C	Netuno
Março/1944	LXXVI	14º Exército	C	Netuno
Abril/1944	LI	10º Exército	C	Monte Cassino
Outubro/1944	LXXVI	10º Exército	C	Rimini
Novembro/1944	Ven. Küste	10º Exército	C	Rimini
4				
Dezembro/1944	LXXIII	10º Exército	C	Ravenna
4				
Janeiro/1945	LXXIII	10º Exército	C	Norte da Itália
Março/1945	z. Vfg.	10º Exército	C	Norte da Itália
Abril/1945	LI	10º Exército	C	Norte da Itália

Fonte: 114ª Divisão de Infantaria Ligeira, Lexicon der Wehrmacht. Disponível: <http://migre.me/nZF6J>. Acessado: 15/12/14.

3.3. MONTE CASTELO, 21 DE FEVEREIRO DE 1945

Na memória da Força Expedicionária Brasileira, Monte Castelo ocupa o mesmo espaço que a Batalha de Azincourt⁴⁰ ocupa na memória britânica, a Batalha de Stalingrado⁴¹, na russa, ou a Batalha de Trenton⁴², na norte-americana. Não é a batalha final da guerra, mas a batalha decisiva, que marca o fim da superioridade do adversário, que até então havia mantido a supremacia na campanha, e sofre um golpe definitivo. A partir daí, a vitória é uma questão de tempo, de manter o *momentum* da campanha.

⁴⁰A Batalha de Azincourt foi uma batalha decisiva ocorrida na Guerra dos Cem Anos. Acontecida em 25 de outubro de 1415, no norte da França, resultou em uma das maiores vitórias inglesas durante a guerra.

⁴¹A Batalha de Stalingrado foi uma operação militar conduzida pelos alemães e seus aliados contra as forças russas pela posse da cidade de Stalingrado (atual Volgogrado), às margens do rio Volga, na antiga União Soviética, entre 17 de julho de 1942 e 02 de fevereiro de 1943. Foi o ponto de virada da guerra na frente oriental, marcando o limite da expansão alemã no território soviético, a partir de onde o Exército Vermelho empurraria as forças alemãs até Berlim.

⁴²A Batalha de Trenton aconteceu em 26 de dezembro de 1776, durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos, depois que o General George Washington cruzou o rio Delaware com suas tropas ao norte de Trenton, Nova Jérsei. A difícil travessia sob um clima ameno permitiu que Washington liderasse um grande ataque surpresa contra os soldados ingleses em Trenton. Após a curta batalha, quase todo o exército inglês, com perdas insignificantes para os americanos. Essa batalha aumentou consideravelmente o moral dos soldados do Exército Continental norte-americano e atraiu mais recrutas e adeptos para a causa.

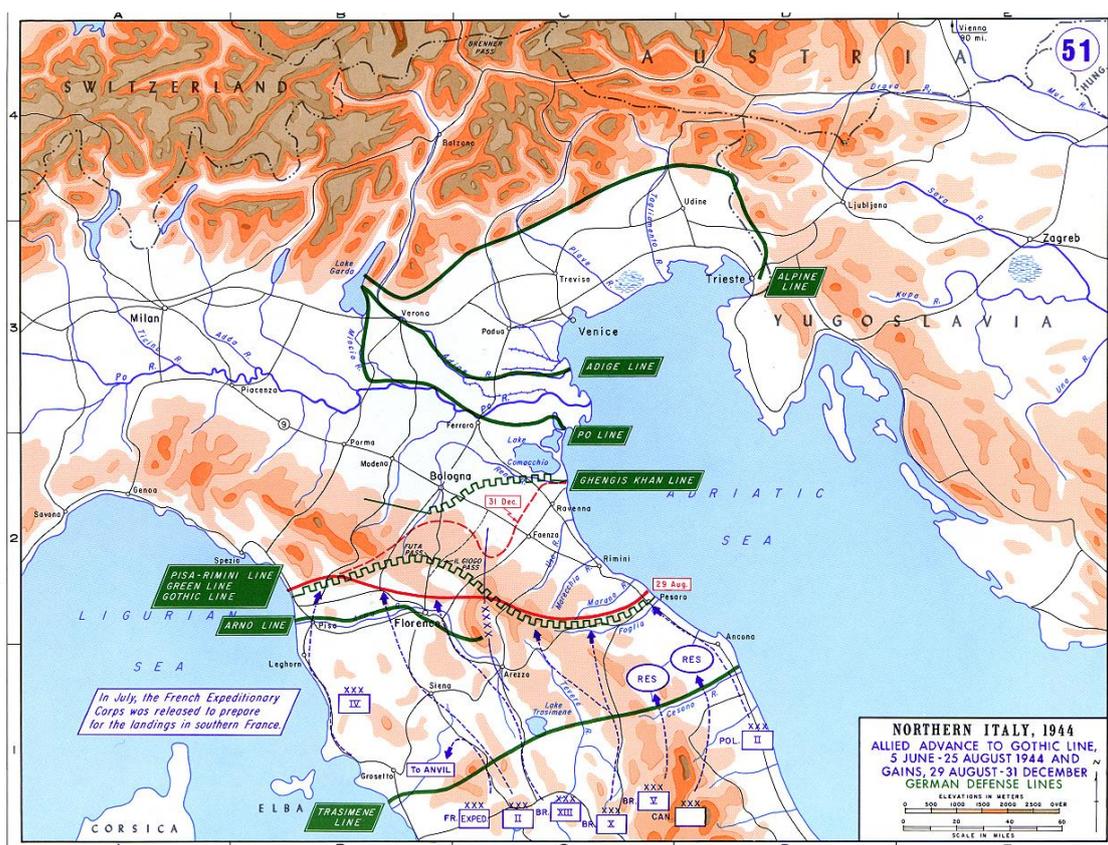


Figura 3.2: Linhas de Defesa Alemãs no Norte da Itália, 1944

Fonte: Gothic Line. Disponível em: <http://migre.me/pm0D5>. Acessado em: 06/04/2015.

3.3.1. A situação

Após a queda de Roma em mãos aliadas, em 04 de junho de 1944, o 10º e 14º exércitos alemães, sobre o comando do Marechal Albert Kesselring, recuaram para os Apeninos, a cadeia de montanhas que domina o norte da Itália. A manobra estava longe de ser uma fuga desesperada, mas sim uma estratégia planejada e preparada com antecedência pelo estado-maior Alemão. De maneira organizada, os defensores realizam uma série de ações de retardamento, segurando os exércitos aliados em progressivas linhas de defesa que utilizavam o relevo italiano para máxima vantagem:

A manobra alemã consiste em multiplicar ataques ferozes, do início na altura de Viterbo, depois ao longo da Linha Trasimene, do Ombrone ao Chianti, depois à altura de Arezzo e, enfim, junto ao Arno. A progressão aliada é desorganizada, causando decepções e frustrações. A batalha resume-se a uma série de ações isoladas entre elementos aliados e alemães, até que estes, vendo que os Aliados movimentam-se para um ataque maciço, retiram-se até a próxima linha de obstáculos naturais⁴³.

⁴³ MASSON, Philippe. *A Segunda Guerra Mundial: História e Estratégias*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 585.

Esse recuo em etapas chega ao fim em 04 de agosto, quando os alemães, após dinamitar todas as pontes sobre o Rio Arno, em Florença⁴⁴, recuam para sua última posição preparada, a Linha Gótica. Esta rede de fortificações foi construída ao longo de 1944, quando ficou claro que o avanço aliado não seria detido ao sul da península. Foi a mais formidável linha de defesa montada pelos alemães na Itália, comparável em escopo à Muralha Atlântica, a linha de fortificações nas costas da França e Escandinávia. Tinha 16 quilômetros de profundidade, se estendendo de La Spezia, na costa oeste, até o vale do Foglia, ocupando a muralha natural dos Apeninos Italianos (que se entendia de uma costa à outra, quase sem interrupções, com 80 quilômetros de profundidade e com picos se elevando até 2100 metros acima do nível do mar), até o Mar Adriático, entre Pesaro e Ravena, na costa leste (ver figura 3.2, p.147). Seus aprovisionamentos de defesa incluíam trincheiras e cerca de 2.300 ninhos de metralhadora reforçados com concreto, quase 500 canhões anticarro, posições de morteiro, 120 quilômetros de arame farpado e outros tantos quilômetros de fossos anticarro. Para sua construção foram empregados 15.000 trabalhadores escravos, incluindo judeus italianos, sob comando da Organização Todt⁴⁵.

As forças aliadas, compostas pelo 5º Exército norte-americano e o 8º Exército britânico, sobre comando do Marechal britânico Harold Alexander, ambicionavam romper a Linha Gótica ainda em 1944. As razões por trás da insistência no “Natal em Bolonha” eram estratégicas e logísticas: no primeiro caso, expulsar o inimigo até o Vale do Rio Pó, do outro lado dos Apeninos, permitiria aos aliados usar ao máximo a mobilidade de suas divisões de infantaria, a poder de fogo das divisões blindadas, e o apoio aéreo das aviações britânica e norte-americana para eliminar os últimos defensores alemães, encerrando a campanha, e abrindo o caminho para uma invasão à Alemanha através do Alpes:

No fim da última semana de agosto estávamos prontos para a nova ofensiva que, assim esperávamos, nos levaria ao vale do Pó, onde nossas divisões blindadas poderiam cortar em pedaços os exércitos remanescentes de Kesselring.⁴⁶

Logisticamente, Bolonha era a única posição próxima no Norte da Itália que poderia fornecer abrigo e suprimentos para os exércitos aliados durante o inverno próximo; e, de fato, a produção agropecuária desta região havia se tornado vital para

⁴⁴ Todas, exceto a Ponte-Vecchio, histórica construção medieval sobre o Rio Arno. A propósito, o devido crédito deve ser dado à preocupação do Exército Alemão em geral, e Kesselring em particular, de preservar ao máximo o patrimônio artístico e arquitetônico da Itália. Tal preocupação foi uma das razões que acabou salvando Kesselring da forca em Nuremberg, pelos inúmeros crimes de guerra cometidos por unidades alemãs sobre seu comando.

⁴⁵ Organização civil e militar de engenharia do Terceiro Reich, responsável por grande parte dos projetos de engenharia da Alemanha durante a guerra. Recebeu esse nome em homenagem ao seu fundador e primeiro comandante, Fritz Todt (1891-1942).

⁴⁶ CLARK, Mark. **Risco Calculado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1970. p. 407.

suprir o esforço de guerra alemão. Portanto, tomar o Vale do Pó seria uma vitória estratégica e material sobre a Alemanha.

Ao Vº Exército Norte-americano, comandado pelo General Mark Clark, foi dada a missão de atacar diretamente a Linha Gótica:

Ao V Exército [...] foi dada a missão de romper caminho através da Linha Gótica e das restantes barreira estabelecidas nos Apeninos, por meio de um ataque frontal, até que, à viva força, atingisse as planícies de Bolonha. Esse ataque seria executado na direita da zona de ação do V Exército e nele seria empregado o maior número de aguerridas unidades combatentes que fosse possível reunir, compreendendo quatro divisões de Infantaria, toda a poderosa artilharia do Corpo e a maior parte das unidades de engenharia e, ainda, unidades de serviços.⁴⁷

A chamada Operação *Olive*, como ficou conhecido o esforço aliado para romper a Linha Gótica em 1944, teve início no final de agosto, e prosseguiu até o final de dezembro. A estratégia elaborada por Alexander e seu chefe de estado-maior, general John Harding, foi a seguinte: o 8º Exército Britânico, sob comando do General Oliver Leese, atacaria seguindo a costa do Mar Adriático, tendo como alvo as cidades de Pesaro e Rimini. Objetivos estratégicos em si mesmos, a captura dessas duas cidades, segundo o plano, forçaria Kesselring a retirar unidades do centro do seu dispositivo defensivo, nos Apeninos. Em seguida, o 5º Exército norte-americano, que concentrava o poder de fogo aliado na Itália, forçaria a ruptura no agora enfraquecido ponto central da Linha Gótica, seguindo para Bolonha pelo caminho mais curto (Ver figura 3.3, p. 150).

O 8º Exército começou seu ataque no dia 25 de agosto, enquanto as preparações para ofensiva norte-americana prosseguiram pela primeira semana de setembro. Em 12 de setembro o 5º Exército Norte-americano iniciou seu ataque contra a Linha Gótica. Setembro foi marcado pelo avanço geral da operação, avanço esse custoso em custos humanos e materiais, e mais lento que o planejado. É nessa primeira fase que o Destacamento FEB toma parte, operando no Vale do Serchio⁴⁸.

⁴⁷CRITTENBERGER, Willis D. **Campanha ao Noroeste da Itália**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997. p. 21.

⁴⁸ Nas fontes norte-americanas, o Destacamento FEB é nomeado como o *6th Regimental Combat Team* (RCT).

final desse arco se chamava Castelnuovo, local mais baixo, onde se estabeleceu o setor brasileiro. Nesta área de 14 quilômetros, com terreno áspero e clima frio, que bloqueava o acesso ao vale do rio Pó, ao norte, os brasileiros combateriam por três meses.

No período entre 04 e 11 de novembro, houve pouca atividade inimiga na região, e a FEB, recém-transferida, aproveitou desta relativa tranquilidade para ajustar seu dispositivo.

Em 24 e 25 de novembro, o Esquadrão de Reconhecimento e o 3º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria juntaram-se à Força-Tarefa 45, norte-americana, para um ataque conjunto contra Monte Castelo. A operação, olhando de maneira ampla, foi parcialmente bem-sucedida, com o Monte Belvedere, vizinho ao Monte Castelo, sendo tomado por tropas norte-americanas. Porém, o Comando brasileiro considera a operação um fracasso, e conforme registrado no *Relatório Sigiloso*:

Confia [o comando do IV Corpo norte-americano] a montagem e o Comando da operação à Task Force 45 (Americana), com reforço do nosso III/6º R.I. (unidade extremamente fatigada, pois há 70 dias estava em combate sem repouso) e o 1º Esquadrão de Reconhecimento, não tendo sido aceita tropa recém-chegada. Realizada a 24 de novembro, sem qualquer interferência do Comando Brasileiro, redundou em completo fracasso e motivou sensíveis perdas do III/6º R.I.

Sem acrescentar qualquer reforço, e, com a tropa mais combalida física e moralmente, a operação foi repetida no dia imediato, ao clarear do dia, acarretando novo insucesso e novas perdas, ao mesmo tempo que alertava o inimigo quanto nosso desígnio de tomar Monte Castelo.⁴⁹

Castelo, que era o objetivo brasileiro, continuou sob o domínio alemão, e novo ataque foi marcado para o dia 29. Este segundo ataque seria realizado quase totalmente por tropas brasileiras: dois batalhões, o I/1º RI e o III/11º RI⁵⁰, no primeiro escalão de ataque, com um batalhão, o III/6º RI, e uma companhia, a 4ª/II/6º RI, como reforços. Além da Artilharia Divisionária, o grupamento de ataque receberia suporte de três pelotões de blindados americanos, dois do 751º Batalhão de Carros de Combate, e um do 894º Batalhão⁵¹. O ataque iniciou-se às sete da manhã, precedido de barragem da artilharia expedicionária. Inicialmente a operação transcorreu bem, apesar da resistência alemã: O batalhão do Regimento Sampaio a oeste, e o batalhão do 6º RI, a leste. Por volta de meio-dia, entretanto, um acirramento dos contra-ataques alemães e a violência de sua artilharia forçaram as tropas do I/1º RI a recuar até o ponto de partida. Novo avanço foi feito, e novo contra-ataque obrigou os homens do Sampaio a recuar, o que por sua vez expôs o flanco do

⁴⁹ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório Sigiloso da FEB**. Rio de Janeiro: 1946. Vol. 1, p. 125.

⁵⁰ Sobre a nomenclatura utilizada neste capítulo, é usada a convenção militar que segue a ordem da menor unidade para a maior unidade. Por exemplo, “2ª/III/11º RI” se refere à 2ª companhia do 3º batalhão do 11º Regimento de Infantaria.

⁵¹ Nesse período, a 1º D.I.E. dispunha do 13º Batalhão de Carros de Combate e dois pelotões do 751º Batalhão de Destruidores de Carros de Combate, ambos norte-americanos.

III/6º RI à possibilidade de um contra-ataque. Os carros de combate norte-americanos se mostraram de pouca utilidade no terreno acidentado, e por volta das 16h30m a situação indefinida, a aproximação da noite, e a vulnerabilidade do dispositivo de ataque fez com que o Comando brasileiro encerrasse a operação e ordenasse o retorno das tropas às posições originais. Este novo ataque resultou em pesadas baixas para os brasileiros do I/1º RI, cerca de 150; o III/6º RI sofreu cerca de 30.⁵²

O terceiro ataque⁵³ contra Monte Castelo aconteceu no dia 12 de Dezembro. Novamente o 1º escalão do ataque seria composto pelo 1º RI, exceto seu 1º Batalhão e a Companhia de Obuses, com o III/11º RI na reserva. Como suporte, as Companhias de Obuses do 1º e 11º RI, a Companhia de Petrechos Pesados do 11º RI, e uma Companhia de Destruidores de Carros⁵⁴ norte-americana. Ao mesmo tempo que o ataque principal, o II/11º RI realizaria um ataque diversionário, na direção de Abetaia.

No dia, o mau tempo que se instalara sobre a região tinha piorado, e forte chuva e nevoeiro impediram a regulação do fogo da artilharia e reduziram drasticamente a visibilidade para as tropas. Como registra o General Mascarenhas em suas memórias:

Raiara a jornada de 12 de dezembro sob chuva fina e irritante. A visibilidade, reduzida a meia centena de metros pela presença de denso nevoeiro, dificultava, senão impossibilitava a regulação dos tiros da artilharia de apoio. (...) O momento de partir rumo a Castello se aproximava e aquele nevoeiro dava esperanças bem fortes no bom êxito da surpresa. Mas, no justo momento da partida do Batalhão Franklin, às seis horas, a artilharia americana desencadeou prematuramente um bombardeio diversionário sobre Monte Belvedere, quebrando completamente o sigilo operativo.⁵⁵

As condições climáticas também impediram o uso do apoio aéreo reservado para a operação. Ainda assim, mesmo com a situação desfavorável para um ataque, e a perda do elemento-surpresa, não foi dada nenhuma ordem para se cancelar a operação. Pelo contrário, pelo estudo das fontes e o relato dos envolvidos, percebe-se que a característica

⁵² BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório Sigiloso da FEB**. Rio de Janeiro: 1946. Vol. 1, p. 127-130.

⁵³ Uma observação sobre a numeração dos ataques. Algumas fontes, em especial as militares, não contam os ataques realizadas junto à *Task Force 45* como ataques brasileiros à Monte Castelo. Nós optamos por usar a contagem tradicional, que enumera todos os ataques à Castelo em que os brasileiros estiveram envolvidos, independente da questão de quem comandava o ataque.

⁵⁴ Os Destruidores de Carros (*tank destroyers*) são uma classe de veículos blindados desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial, em resposta aos carros de combate com blindagens cada vez mais espessas. Os primeiros modelos eram improvisados, montando um canhão anticarro comum em um chassi blindado. Apesar da fragilidade quando comparados a carros de combate, esse tipo de veículo oferecia poder de fogo e mobilidade à uma fração do custo dos carros de combate. Modelos mais sofisticados foram desenvolvidos ao longo da guerra, mas acabaram perdendo função com o surgimento de carros de combate com armamento de maior calibre, como o M26 Pershing, norte-americano, o T-34 soviético, e o Pantera, alemão.

⁵⁵ MORAES, Mascarenhas. **A FEB por seu Comandante**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2005. p. 117.

principal do terceiro ataque à Monte Castelo, e uma das razões principais para seu fracasso, foi a falta de comando e falhas de comunicação.

O ataque estava marcado para começar às 6h30m, ainda esperando-se contar com o elemento surpresa. Porém, às 6h, uma inesperada barragem norte-americana contra esta posição teve início, alertando os alemães para a iminência do ataque. O comandante do III/1º RI, Major Franklin, decide antecipar o seu ataque, iniciando-o em imediato ao bombardeio norte-americano. No outro extremo, o II/1º RI, do Major Sizen, se atrasa, e só começa o seu avanço às 8h. Nos dois casos, a iniciativa de alterar a hora de início foi dos comandantes de batalhão, sem consulta ou interferência do Comando Divisionário. Nas palavras de Brayner:

Falharam, portanto, os órgãos de Comando à frente: o Grupamento, o RI e a 3ª Seção do Estado-Maior divisionário, na fiscalização da partida do ataque. Cada Batalhão partiu quando bem quis.⁵⁶

Os defensores alemães, alertados para a iminência de um ataque, bem-posicionados e vigilantes, desencadearam violenta barragem de fogo contra os batalhões brasileiros. Francisco Pinto Cabral descreve a manhã do ataque do dia 12:

A base de partida, onde se acotovelavam, em grande número, soldados que chegavam para se lançar ao ataque, transformou-se em verdadeiro inferno de ferro e fogo, com os padioleiros quase não dando vencimento à tarefa de atender os soldados feridos que chegavam a todo instante. Como nossa missão nos obrigasse a ali permanecer e manter a ligação do Pelotão com a Companhia, cujo PC se situava pouco à retaguarda, pudemos assistir, embora expostos, ao tremendo bombardeio que aumentava à proporção que, dos observatórios privilegiadamente situados, os alemães viam chegar mais tropas a serem lançadas a fogueira, e que transformaram um quadrilátero de cerca de 300 metros quadrados num montão de ruínas intensamente revolvidas...⁵⁷

Como nos ataques anteriores, os pracinhas conseguiram poucos e penosos avanços, enquanto eram continuamente castigados pelo fogo alemão. O III/1º RI alcançou a linha Le Roncole – Casa de Guanela, e o II/11º RI, a linha Casa de Guanela - La Cá – C. Viteline, onde foi colhido por barragens de artilharia e morteiro, e onde permaneceu imobilizado pela duração do ataque⁵⁸. Como acontecera nos ataques anteriores, os Destruidores de Carros atolaram nos lamaçais na terra de ninguém, e não nada puderam fazer para apoiar o ataque.

⁵⁶ BRAYNER, 1968, p. 281.

⁵⁷ CABRAL, Francisco Pinto. **Um Batalhão da FEB em Monte Castelo**. Brasília: Editora Thesaurus, 1987. p. 63.

⁵⁸ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório Sigiloso da FEB**. Rio de Janeiro: 1946. v1, p. 135.

Pela metade da manhã, o general Zenóbio decidiu empregar o III/11º RI, na reserva, para apoiar o II/1º RI. Porém, talvez por outro erro de comunicação, ou interpretação das ordens recebidas, o III/11º RI, ao invés de tomar a rota mais direta, ou seja, se agrupar no ponto de partida do II/1º RI e avançar a partir daí, optou por usar uma rota indireta e marchar em coluna⁵⁹, o que quadruplicou o tempo gasto e o retirou da zona de ação imediata. Até as 14h30m, ele ainda não tinha conseguido se recompor para vir em auxílio do 1º Escalão. O III/1º RI, que já havia subido a elevação de Castelo até quase seu cume, se encontrava sobre fogo direto da infantaria alemã vindo do oeste (Mazzancana e Fornace, posições até poucos dias atrás ocupadas pelos norte-americanos, vale frisar) e com seu flanco direito também desprotegido, acabou por recuar.

Às 14h, o General Zenóbio e o Chefe de Operações do Estado-Maior divisionário, Tenente-Coronel Castelo Branco, se dirigiram pessoalmente ao QG Divisionário para pedir a interrupção do ataque ao General Mascarenhas. Naquele momento, o Gen. estava recebendo a visita do Ministro da Aeronáutica brasileiro, Salgado Filho e sua comitiva, incluindo o comandante do IV Corpo, general Crittenberger. Brayner, presente à reunião, descreve a tensão do momento e o início de uma troca de acusações entre o norte-americano e os brasileiros. A presença do Ministro, contudo, arrefece os ânimos, e a ordem de interromper o ataque é dada às 15h.⁶⁰

O fracasso dos ataques contra Monte Castelo foi apenas um dos últimos reveses sofridos pelas forças Aliadas na Itália naquele final de 1944, o que os forçou a passar o inverno nas difíceis e expostas posições no vale do Reno. Todas as operações tiveram que ser adiadas por causa do inverno, pondo um fim às ambições do Alto Comando Aliado de conquistar Bolonha antes do final do ano. Os exércitos aliados na Itália, sem opção, se entrincheiraram para o inverno. O Comando decidiu por manter uma “defesa agressiva”⁶¹, e aguardar a melhora do tempo antes de se planejarem novas operações ofensivas.

Sem opção, os pracinhas, oriundos de um clima tropical, se viram obrigados a enfrentar as baixíssimas temperaturas, em torno de -20C°, na melhor das hipóteses em casas semidestruídas, mas em sua maior nas *fox-holes* (trincheiras individuais). Mesmo tendo

⁵⁹ A marcha em coluna é um avanço sem preparação para o combate imediato, normalmente usada na marcha entre teatros de operação.

⁶⁰ BRAYNER, 1968, p. 282-286.

⁶¹ Numa estratégia de defesa agressiva, não são executadas ofensivas de vulto, mas realiza-se o lançamento regular de patrulhas, para desferir golpes de mão, reconhecimento, e captura de prisioneiros, além de ataques de pequena escala. O objetivo é, sem comprometer a própria defesa, manter o adversário em estado de intranquilidade, e manter-se atualizado acerca das posições e condições inimigas.

recebido fardamento e equipamento para clima frio dos norte-americanos, as tropas sofriam expostos nas encostas das montanhas. Por razões de segurança, não podiam acender fogo para se aquecerem. Mesmo fumar um cigarro envolvia todo um procedimento para não atrair a atenção das linhas alemãs. Como relata Joel Silveira, correspondente de guerra brasileiro:

De repente o mundo – aquele mundo – ficara todo branco e gelado. A frente italiana entrava em recesso – mergulhada numa longa trégua onde o frio era quem melhor comandava e dispunha. Até fevereiro, na frente apascentada pela neve, os transidos soldados que a defendiam limitaria sua guerra, dos dois lados, a operações de patrulha, à modorrenta e tiritante vigilância nas trincheiras avançadas, os ouvidos embalados pelo esporádico e fragmentado duelo entre a Artilharia alemã e a aliada.⁶²

O relato de um sargento da 5ª Companhia do II/6º RI serve para ilustrar as condições ao que o pracinha brasileiro foi exposto durante os dois meses de inverno passados nas montanhas:

Muitos soldados eram encontrados chorando de frio dentro dos abrigos, porém viram cair desde a primeira até a última nevada, sem nunca terem abandonado suas posições. (...) Nossos soldados já haviam sofrido bastante. Permanecer dias e noites a frio, quando sobre se acumula uma grossa camada de neve, e com a roupa encharcada, quando a mesma começa a derreter e a água infiltrando-se na terra, lenta e continuamente, fazia do abrigo um lodaçal, só se conseguia com bastante força de vontade. (...)⁶³

3.3.3. ENCORE e a tomada de Monte Castelo

Após dois meses de operações interrompidas pelo inverno, no mês recomeçaram as atividades e o planejamento da próxima operação, que recebeu o nome *Encore*. Ao contrário de *Olive*, *Encore* era uma operação exclusiva do IV Corpo de Exército. Seu objetivo era alinhar o avanço do IV Corpo com o do restante do 15º Grupo de Exércitos, em preparação para a retomada da ofensiva geral, em abril.

Em fevereiro, o IV Corpo recebeu importante reforço com a chegada da 10ª Divisão de Montanha norte-americana, tropa equipada e especializada para o tipo de combate que o IV Corpo enfrentava, e que seriam fundamentais para a execução de *Encore*.

O plano de ataque do IV Corpo para a região de Belvedere-Castelo era o seguinte: a 10ª Divisão de Montanha, do General Hays tomaria Monte Belvedere, avançando até a linha

⁶² SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo. **A Luta dos Pracinhas: A Força Expedicionária Brasileira – FEB na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 28.

⁶³ Diário, 5ª Companhia (II Batalhão, 6º Regimento de Infantaria, FEB, Itália, 1944/45). Apud, MAXIMIANO, Cesar Campiani. Neve, Fogo e Montanhas: a experiência brasileira de combate na Itália (1944/45). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 359.

Cappella di Ronchidos – Mazzancana. Em seguida, A 1ª D.I.E. lançariam seu ataque contra Monte Castelo. Os meios divisionários a serem empregados no quarto ataque refletiam o aprendizado com os fracassos anteriores. O 1º escalão incluiria todo o 1º Regimento, que lançaria o seu ataque a partir da linha Mazzancana – Corazza – Gambiana – Le Roncole (ver, na figura 3.4, a linha verde “B.P.”, base de partida), acompanhados da 1ª Cia. de Engenharia de Combate do 9º B.E., e com apoio de dois pelotões norte-americanos, um de carros de combate e outro de destruidores de carros. Na reserva operacional, ficaria o 11º RI, com exceção do Batalhão Ramagem (II/11º RI); este realizaria um ataque diversionário na direção de Abetaia (na figura 3.4, a linha pontilhada vermelha representa o avanço do Batalhão Ramagem na jornada de 21 de fevereiro). Como em todos os ataques anteriores, a artilharia divisionária, reforçada por elementos norte-americanos, iria oferecer suporte às unidades envolvidas no ataque⁶⁴. O dia D para *Encore* foi marcado para 19 de Fevereiro de 1945.

Às 23h do dia 19 de fevereiro, a 10ª Divisão de Montanha unidade iniciou seu ataque contra Monte Belvedere; ao mesmo tempo, atendendo ao pedido dos montanhese, o mesmo Batalhão Ramagem que estava incumbido do ataque diversionário brasileiro, realizou simultaneamente ação semelhante no corredor de Abetaia. O ataque da 10ª, realizado à noite e sem o uso de artilharia precedendo ao avanço, pegou a guarnição alemã em Belvedere de surpresa, e pela manhã a posição estava firmemente em mãos aliadas. A partir de Belvedere, os norte-americanos avançaram contra o Monte Gorgolesco e Mazzancana. Rechaçando todos os contra-ataques germânicos, com o reforço de carros de combate e artilharia, e também o apoio aéreo da aviação aliada, incluindo os brasileiros do 1º GAvCA, os montanhese tomaram Mazzancana às 17h do dia 20. Por volta das 20h, o 1º R.I. ocupou suas posições na base de partida. O cenário estava pronto para uma nova tentativa brasileira contra Castelo.⁶⁵

Durante a madrugada, chegaram informações ao Coronel Raiado, comandante do Regimento Sampaio, de que Monte Castelo estaria sendo evacuado. Em algum momento ele pede autorização para iniciar o ataque, mas o General Mascarenhas decide manter o planejamento oficial. Apesar da jornada do dia 21 comprovar que a informação era infundada, o general Brayner registra suas impressões sobre o arrefecimento da até então tenaz resistência alemã:

Entretanto, o inimigo apresentava indícios de enfraquecimento. Seu fogo mal ajustado, embora retardasse a progressão, já não tinha aquela precisão e

⁶⁴ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório Sigiloso da FEB**. Rio de Janeiro: 1946. Vol. 2, p. 157-159.

⁶⁵ MORAES, 2005, p. 129.

continuidade. Os nossos sentiram esses indícios, e aumentaram sua disposição para a luta (...)⁶⁶

No dia 21, às cinco da manhã, as tropas brasileiras se lançaram ao ataque, com a 10ª de Montanha simultaneamente avançando sobre Monte Della Torracia, onde ainda existia forte presença adversária. Podemos dividir o ataque do dia 21, para melhor compreensão, em 03 fases, que é o número de objetivos listados para ataque, segundo a Ordem Geral de Operações nº 20:

- Ultrapassando elementos da 10ª Div. De Mnt. Na região de Mazzancana, conquista a região 875 – Fornace (01)
- Progredindo pela crista sul de MALANDRONE e, em combinação, pelo eixo LE RONCOLE – 877, apoderar-se da linha MALANDRONE (localidade) – CABRULLO – VALE (02)
- Progredindo pelo N. do MARANO, atingir a linha RONCO-VECCHIO-SENEVEGLIO.⁶⁷

A primeira fase teve início na hora determinada, 5h30m, sem atrasos. Ao contrário dos ataques anteriores, foi um dia de clima ameno e céus limpos, o que permitiu aos aviões da FAB e do ELO cumprirem suas funções de apoio ao ataque. Nessa primeira fase, foram empregados o I e o III/1º R.I., enquanto o II/1º RI se mantinha como reserva imediata. Ao

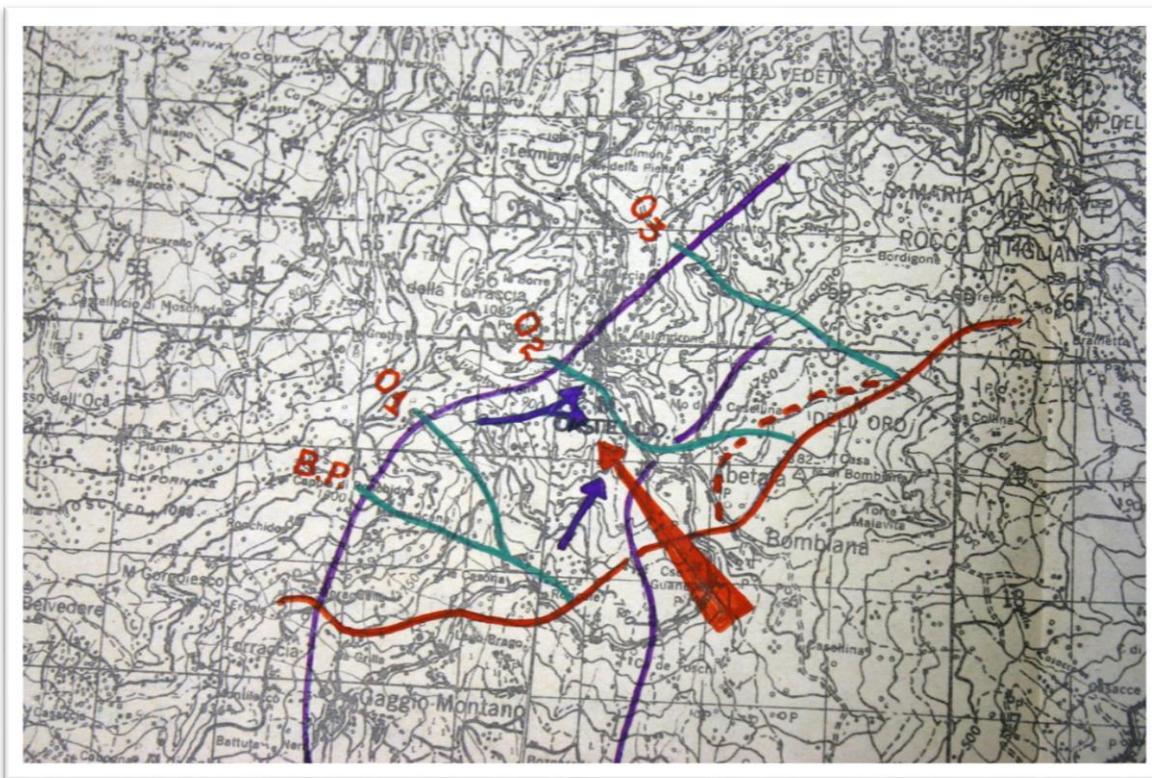


Figura 3.4: Ataques a Monte Castello, Nov/1944 a Fev/1945. Fonte: BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. Relatório Sigiloso da FEB. Rio de Janeiro, 1946. v2, paginação irregular.

⁶⁶ BRAYNER, Op. Cit., p. 354.

⁶⁷ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório Sigiloso da FEB.** Rio de Janeiro: 1946. Vol. 2, p. 158.

primeiro batalhão coube avançar pela região mais elevada ao norte, a partir de Mazzancana. Ao invés de um ataque frontal contra Monte Castelo, o I/1º RI realiza um desbordamento, ou seja, uma manobra de forma a evitar os pontos fortes da defesa alemã. No caso, os pracinhas do I/1º RI seguiram para noroeste de M. Castelo, em direção às cotas 1036 e 977. Enquanto isso, o III/1º RI, partindo de suas posições em Le Roncole, a sudoeste de Monte Castelo, lançou um ataque frontal contra este.

A fase matinal do ataque correu com sucesso, com os pracinhas galgando e ocupando posições cada vez mais próximas da Cota 887. Aproximadamente às sete da manhã, o III/11º RI, da reserva divisionária, ocupou Gaggio Montano. O Coronel Caiado, comandante do Regimento Sampaio, lançou a 5ª Cia do II/1º R.I. em aproveitamento ao avanço do I Btl.

O segundo estágio do ataque começa no final da manhã, quando o I/1º R.I., um pouco antes do meio-dia, encontrou forte resistência. Nesse momento ele se encontrava na zona da 10ª de Montanha, e essa resistência era proveniente da posição de Monte Della Torracia, objetivo desta unidade norte-americana para a jornada do dia 21, mas que eles ainda não haviam ainda conseguido conquistar. O impasse continuou até as 14h30m, aproximadamente, quando os pracinhas do I/1º R.I. neutralizaram os últimos ninhos de metralhadora, em Cargé e Cota 1036, e em seguida conquistaram Cotas 930 e 875. Ao mesmo tempo, o II/11º R.I. avançou contra Abetaia. O III/1º RI prosseguiu seu ataque frontal contra Castelo, e começou a subida das encostas em direção ao topo.

O terceiro e final estágio do ataque é o avanço contra Castelo propriamente dito. O III/1º RI continuou seu avanço por sudoeste, agora reforçado pelo restante do II/1º RI (menos a 5ª Cia.), que o Coronel Caiado enviou em reforço ao III Batalhão. Após eliminarem os últimos pontos de resistência no caminho de sua manobra, o I/1º R.I., agora se encontrando ao norte de Castelo, voltou-se para o sul, para avançar diretamente sobre o cume. O avanço frontal original se transformou numa manobra de cerco, e os alemães enfrentavam agora os pracinhas atacando de três direções diferentes, contando o avanço do II/11º RI contra Abetaia. Campello, que serviu na 5ª Cia., descreve o que foi a arrancada final em direção ao cume de Monte Castelo:

Começamos a escalar a elevação, e a Seção de Metralhadoras Leves, comandada pelo 3º sgt. Moraes, progride dando ao escalão avançado que, decisivamente, já está, encosta acima, na direção da Crista 977 – Monte Castelo. O Capitão Valdir, mais à esquerda, orienta os elementos mais avançados dos pelotões.

Já começa a escurecer; vemos então, o nosso observador avançado de artilharia, 1º Ten. Cândido Manoel Ribeiro, que escala a elevação com seu grupo (um ou dois radio-operadores) e leva, apoiada na própria cabeça, uma das caixas que compõem a estação de rádio.

O 2º sgt Roque de Oliveira Valença, auxiliar do 1º Pel, está junto a mim, e ambos desenvolvemos esforços para mostrar a direção em que nos encontramos àqueles que estão ainda escalando a elevação. (...) A ordem é ocupar a posição e preparar os abrigos individuais, para assegurar a defesa do objetivo. Nesse ínterim, determino ao sgt Valença que utilize o projetor de sinais para mostrar aos retardatários o local dos homens de seu Pelotão. Não há hesitação nem tempo; o sgt Valença coloca o cartucho de sinalização no projetor e, apontando para a direção que fora seguida pelo Pel, detona o cartucho batendo com o projetor no terreno. O sinal luminoso corta o espaço – são três estrelas verdes que, no código de sinais, significavam objetivo conquistado!⁶⁸

Conquistado o cume, os brasileiros prosseguiram para assegurar a posição e eliminar os últimos focos de resistência; elementos do II e III Batalhões seguiram em direção nordeste, se encontrando e fazendo a ligação com os homens do II/11º R.I., avançando até C. Viteline e C. Guanelle (Linha 03, na figura 3.4). Seu objetivo era reforçar essa região para um esperado contra-ataque alemão. Em Viteline, os pracinhas encontraram resistência até a madrugada, quando então os últimos defensores da região de Castelo recuaram.⁶⁹

A pergunta principal que devemos fazer sobre a “campanha” contra Monte Castelo, com seus quatro ataques, não é apenas porque o último ataque foi bem sucedido quando os três anteriores haviam falhado; mas o quanto podemos atribuir os fracassos de um ataque e o sucesso de outro à mudança na doutrina.

Podemos ver alguns fatores em comum nos três primeiros ataques. Em primeiro lugar, a direção de onde partiram: os três primeiros ataques foram frontais, atacando aquele ponto das defesas alemãs que sem dúvida seria o mais forte, isso é, a face do Monte que encarava o vale do rio Reno (na figura 3.4, a grande seta vermelha indica a direção geral dos primeiros ataques). Em segundo lugar, os efetivos escalados para o ataque eram insuficientes para a operação daquele vulto, em especial se consideramos o fato de que o adversário estava ciente da intenção aliada de tomar Monte Castelo. Brayner descreve a reunião, entre Mascarenhas, Zenóbio, Cordeiro de Farias, e os chefes do estado-maior, em que foi decidido prosseguir a mesma estratégia dos dois primeiros ataques para a jornada do dia 12:

Contatou-se, sem maior exame, que o objetivo principal que nos fora prescrito exigiria, pelo menos, duas divisões para atacar. Apesar da severidade da argumentação, prevalecera o ponto de vista da Seção de Operações: ponto de aplicação do esforço principal sobre Monte Castelo, isto é, repetir-se-ia o erro anterior, com benefício do inimigo que já estava devidamente alertado. (...) Para mim, era indispensável uma ação coordenada sobre a crista longitudinal de Monte Belvedere, com o ataque frontal sobre Monte Castelo. Os artilheiros reagiram. Com os meios que possuíam só

⁶⁸ CAMPELLO, 1999, p. 93.

⁶⁹ SILVEIRA, Op. Cit., p. 173.

poderiam apoiar uma das ações. Aliás, já estavam desdobrados para atacar o novo ataque a Monte Castelo.⁷⁰

Além disso, e essa é outra queixa repetida nas fontes brasileiras, as condições das tropas brasileiras que foram lançadas contra Castelo. Todos são unânimes na consideração de que os pracinhas que atacaram Castelo três vezes estavam cansados, mantidos na linha de frente desde o início das operações do Destacamento FEB, em outubro, sem substituição, como ocorria com as unidades norte-americanas. Após o 12 de dezembro, com a estabilização da linha, tornou-se uma das preocupações do Estado-Maior Divisionário restaurar o bem-estar físico e mental das tropas, com a elaboração de planos de substituição e férias para os soldados.

Em terceiro lugar, as condições atmosféricas, que não só tornaram o avanço da infantaria mais penoso, mas inviabilizaram o uso dos outros meios (carros de combate, aviação) em uma formação de armas combinadas para vencer a resistência alemã. O solo da terra de ninguém, revolvido por múltiplos bombardeiros e o pisar de tropas e veículos, se tornava um lamaçal nas chuvas do final do outono, tornando penoso o avanço da infantaria e paralisando os carros de combate. As chuvas também impediam que a aviação de apoio decolasse, e a artilharia fosse empregada com a máxima eficiência.

E esse último fator nos leva a outra indagação: por que o ataque do dia 12 de dezembro, não foi cancelado ou no mínimo adiado até que as condições de tempo melhorassem. A explicação mais simples é a pressão vinda de cima, do desejo do Marechal Alexander de ocupar Bolonha ainda em 1944. É importante apontar que o ataque de 12 de dezembro não foi a única operação apressada, mal planejada e mal executada no front Italiano naquele final de ano; os insucessos generalizados no período são sintomáticos dessa pressa para obter a vitória decisiva na Campanha da Itália.

De qualquer forma, em conclusão, não é difícil perceber o porquê do sucesso do último ataque. Ele simplesmente evitou todos os erros anteriores, usando de uma manobra de desbordamento que evoluiu para um envolvimento do inimigo; um ataque frontal foi usado, mas foi secundário ao ataque do I/1º RI pelo norte; o ataque diversionário do 11º Regimento foi bem-sucedido em dividir as defesas e a atenção dos defensores; o clima ameno permitiu uso do apoio aéreo e da artilharia, além de facilitar o avanço das tropas e dos carros de combate. Vale notar, também, a importância do apoio norte-americano, não apenas pelos carros de combate alocados para o ataque brasileiro, mas pela atuação da 10ª Divisão de Montanha, que tomou Monte Belvedere e criou as condições para o ataque de flanco do Regimento Sampaio.

⁷⁰ BRAYNER, 1968, p. 273.

3.4. MONTESE, 14 DE ABRIL DE 1945

Com a conclusão bem-sucedida de *Encore*, o 15º grupo de exércitos estava pronto para reiniciar o avanço para o norte. Após o rompimento da Linha Gótica, os alemães tinham instalado outra linha defensiva nas montanhas que bordejavam o Vale do Pó, a Linha Gengis Khan. O objetivo da Ofensiva de Primavera, portanto, era romper essa nova posição defensiva, levar os aliados à planície do Pó e orientá-los o mais rápido possível para as regiões fronteiriças com a França, Suíça, Áustria e Iugoslávia, bloqueando assim a passagem das tropas alemães que poderiam chegar à Alemanha pelo Passo de Brenner⁷¹.

Após Monte Castelo, a FEB continuou seu avanço para noroeste, tomando La Serra no dia 23-26 de fevereiro. Com a conquista de Monte Della Torracia pela 10ª Divisão de Montanha, no dia 24, findaram-se as operações no vale do Reno. Parte da 1ª D.I.E. se deslocou para o vale do Rio Marano, no início de março, ao longo da Rota 64, estrada que desembocava em Bolonha. Em 05 de março, o ponto-forte alemão de Castelnuovo foi tomado pelo 6º e 11º regimentos, executando nova manobra de desbordamento e envolvimento, com o apoio de artilharia.⁷² Após a operação de Castelnuovo, a FEB teve um período de “descanso”, até 08 de abril. Durante esse período, a 1ª D.I.E. foi progressivamente transferida da região dos rios Reno e Marano, e transferidos para o vale do Rio Panaro; com isso, seu eixo de deslocamento provável passou a ser em direção ao Vale do rio Pó ao invés da cidade de Bolonha.⁷³

Em 20 de Março, o General Mascarenhas de Moraes é convocado ao QG do V Exército, para tomar parte no planejamento da Ofensiva de Primavera, cujos resultados foram solidificados na Ordem Geral de Operações nº 15, do IV Corpo, datada de 2 de abril de 1945. O IV Corpo iria avançar contra a Linha Gengis Khan no eixo Porreta Treme – Vergato – Bologna, seguindo a Rota 64 e tendo como objetivo final a conquista da cidade de Bologna. A Força Expedicionária Brasileira, que tinha sido transferida para o setor ocidental do dispositivo do IV Corpo, recebeu o encargo de avançar pelos contrafortes dos Apeninos. Seus objetivos iniciais, segundo a O.G.O. nº 15, eram “Manter a todo custo as posições e lançar reconhecimentos agressivos”. A

⁷¹ O passo de Brenner é uma passagem nos Alpes, ao longo da fronteira entre a Itália e a Áustria. Devido à sua altitude relativamente baixa (1370 m), é uma das principais ligações entre as duas regiões.

⁷² MORAES, Op. Cit., p. 146-147.

⁷³ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório Sigiloso da FEB**. Rio de Janeiro: 1946. Vol. 2, p. 162.

mesma ordem também direcionava o reordenamento do seu dispositivo, liberando as tropas brasileiras que ocupavam Monte Belvedere e Monte Gorgolesco, e concentrando-as nas posições de onde seriam lançadas na iminente Ofensiva. Além da concentração do efetivo, o que incluiu o seu recompletamento com recrutas vindos do Depósito de Pessoal, foram executadas operações de limpeza de campos minados e reparo de estradas, reposição de estoques de armamentos e equipagem para as tropas, e medidas para garantir o bem-estar físico e moral da tropa. Ou seja, o comando da FEB buscou não cometer os mesmos erros do final de 1944, garantindo que a 1º D.I.E. estivesse nas melhores condições possíveis para aquela derradeira operação na Itália.⁷⁴

Um episódio de interesse, descrito no *Relatório Sigiloso da FEB*, é a preocupação com uma possível escassez de capitães e tenentes de reserva para completar os efetivos nos meses vindouros, o que levou o estado-maior divisionário, em requisição datada de 10 de março de 1945, a pedir ao Ministério da Guerra que fossem enviados 20 capitães e 100 tenentes para a Itália. Um mês depois, registra o *Relatório*, ainda não havia resposta do Brasil, e novo pedido foi enviado, no dia 6 de abril, dessa vez pedindo autorização para promover sargentos que tivessem se destacado no campo de batalha. Esse pedido recebeu resposta positiva, e o problema de falta de oficiais parece ter se resolvido. Mas fica o questionamento de porque o Ministério não sequer respondeu ao pedido do comando da FEB; e se podemos ver aqui a continuidade daquela resistência por parte dos oficiais de carreira, no período de organização da 1ª D.I.E., em se envolver na aventura expedicionária.⁷⁵

De qualquer forma, este período de defesa agressiva, preparação e reconhecimento findou com a Ordem Geral de Operações nº33, datada de 13 de abril:

- Manter as posições do Setor, com maior esforço nas regiões de MONTEFORTE-928-CAMPO DEL SOLE e M. NUVOLETI.
- Lançar fortes reconhecimentos, particularmente no eixo MAZERNO-MONTESPECCHIO e sobre a linha MONTESE-MONTE BUFFONE-MONTEDELLO.
- Procurar a melhora da posição, com a posse da linha MONTESE-888-MONTEDELLO e da região de 747, partindo daí em aproveitamento de sucesso, sobre BERTOCCHI, RANOCCHIO e MONTESPECCHIO.⁷⁶

O novo objetivo da FEB, a região de Montese, era composta de duas áreas, distintas entre si pela sua altitude: a primeira, mais baixa, na linha Monte Carone-II

⁷⁴ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório Sigiloso da FEB**. Rio de Janeiro: 1946. Vol. 2, p. 185.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 184.

⁷⁶ ESTADO-MAIOR DA FEB. Ordem Geral de Operações nº 33, de 13.04.1945. Apud BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Regimento Sampaio**. Rio de Janeiro: 1946. Vol. 2.

Ceno-Possessione; a segunda, mais alta, era o maciço de Montese, onde se localizava a vila do mesmo nome, a Cota 927 e Montello (ver Figura 3.5).

A partir dessa região, vizinha ao grande objetivo, Bolonha, o inimigo podia observar claramente as posições ocupadas pela 10ª Divisão de Montanha, que estava posicionada a nordeste da 1ª D.I.E. A 10ª, a quem tinha sido incumbida o papel principal na grande ofensiva marcada para 14 de abril, avançaria de início para o nordeste, e progressivamente para leste, em direção à Bolonha. Portanto, da região de Montese-Cota 888-Montello, o inimigo poderia pôr a perder a ofensiva do IV Corpo, atacando-o pelo flanco; era necessário portanto tomar esse baluarte.

Vale notar que o ataque à Montese não era originalmente objetivo da FEB, que deveria, durante o estágio inicial da ofensiva, permanecer na defesa do flanco oeste do IV Corpo; a tomada do vilarejo e a região circunvizinha seria tarefa da 10ª Divisão de Montanha. Porém, na reunião do comando do IV Corpo do dia 8 de abril, o general Mascarenhas de Moraes expressou sua preocupação com os encargos dados à Divisão norte-americana e sugeriu ao general Crittenger que a conquista de Montese ficasse a cargo dos brasileiros, sugestão essa bem-recebida e aprovada tanto por Crittenger quanto Hays (general comandante da 10ª Divisão).⁷⁷

Para a conquista de Montese, o general Mascarenhas destacou o grosso do 11º Regimento de Infantaria (I e III Batalhões) e do II Batalhão do Regimento Sampaio, que realizariam o ataque à linha Riva di Biscia – Montese – Cota 888 – Montello. Acompanhando a infantaria iriam duas companhias de engenheiros do 9º BE, uma para o II/1ºRI e a outra para o 11º Regimento, além de dois pelotões de carros de combate norte-americanos, em apoio ao III/11º RI.⁷⁸ Durante o desenrolar do ataque, o II/11 R.I. e o III/1º R.I. defenderiam as regiões de Monteforte e Monte Nuvoletti, localizados no flanco da 10º Divisão de Montanha. A artilharia divisionária, reforçada pelas companhias de obuses dos 3 regimentos, prestaria seu apoio habitual aos dispositivos atacante e defensivo, assim como para a 10ª Divisão de Montanha e o 371º RI norte-americano. Finalmente, o 6º RI, o I/1º RI, e o Esquadrão de Reconhecimento formaram a reserva do ataque.

Segundo a inteligência do Estado-Maior divisionário, Montese era defendida por elementos da 114ª Divisão de Infantaria Ligeira: três batalhões do 471º R.I., no eixo

⁷⁷ SILVEIRA, Op. Cit., p. 178.

⁷⁸ No total, 17 veículos blindados foram designados para apoiar o ataque do 11º R.I.: 5 carros leves, 8 carros médios e 4 destruidores de carros, divididos em dois grupamentos.

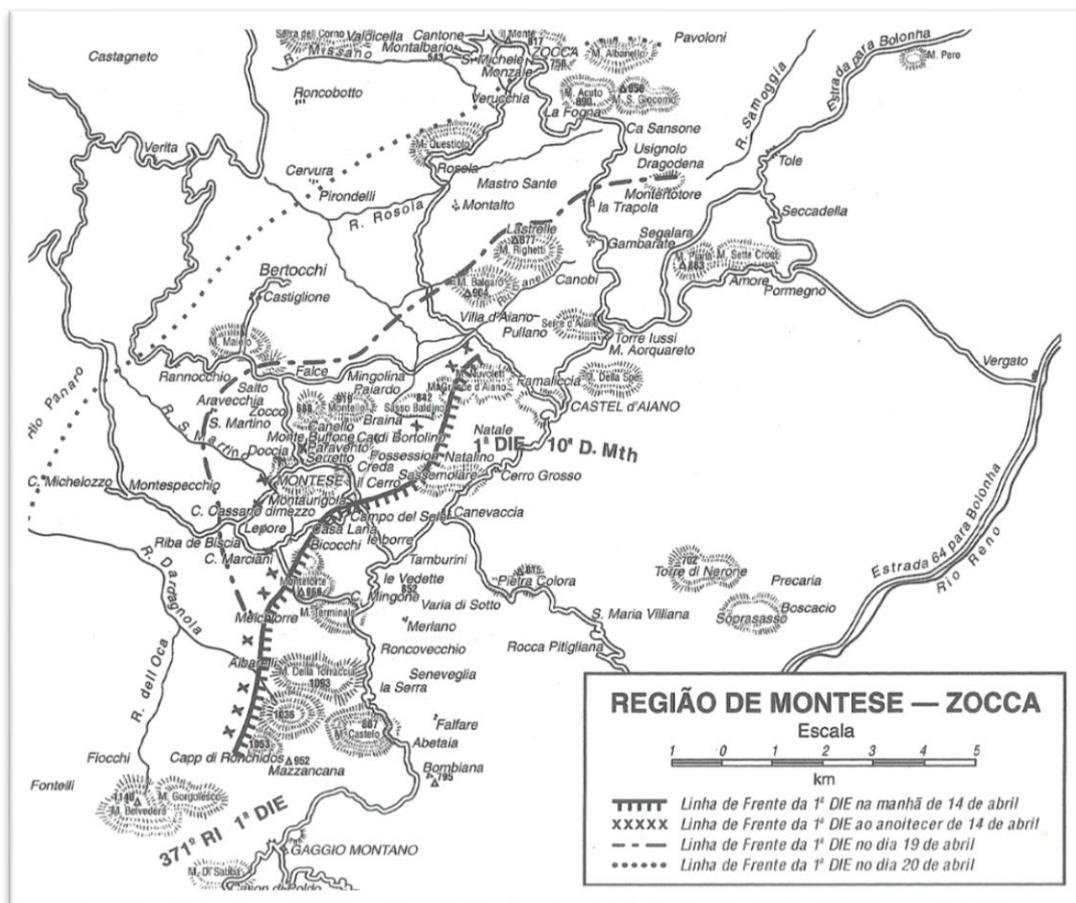


Figura 3.5: Região de Montese-Zocca
Fonte: MORAES, Op. Cit., p. 159.

Montese-Cota 888-Montelo, reforçados pelo 114ª batalhão de reconhecimento. Além disso, havia a possibilidade da presença, como reforço, do 129ª Batalhão de Carros de Combate e do 914ª Batalhão de Peças de Assalto⁷⁹, pertencentes à 29ª Divisão de Granadeiros *Panzer*⁸⁰. O parecer da inteligência divisionária era de que se deveria esperar uma resposta forte à um ataque contra Montese, incluindo o envolvimento dos blindados inimigos.⁸¹ Waack nos fornece um inventário do armamento desta divisão, comparando as quantidades reais e regulamentares:

Em princípio de março, a 114ª possuía 11 canhões antitanque pesados (em vez de 22), 24 morteiros leves (54), sete pesados (28), nenhum canhão pesado (12), 1.606 bazucas (2.700). Em compensação, tinha 23 canhões leves (13) e certa quantidade de armas capturadas, como 32 metralhadoras pesadas

⁷⁹ De mesma forma que os destruidores de carros, as peças de assalto (inglês: *assault guns*; alemão: *Sturmgeschütz*) foram uma adaptação surgida das necessidades do campo de batalha. Também eram compostos por uma peça de artilharia montada em um chassi de carro de combate obsoleto, mas ao contrário dos destruidores de carros, as peças de assalto eram projetadas para dar apoio de artilharia de fogo direto para a infantaria durante um ataque, embora alguns modelos de fogo indireto tenham surgido, montando-se um obuseiro de 105mm, 155mm, ou até foguetes de 380mm, como foi o caso do alemão *Sturmtyger*.

⁸⁰ Denominação alemã para suas unidades de infantaria mecanizada.

⁸¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório do 11º Regimento de Infantaria**. Rio de Janeiro: 1946, p. 28.

iugoslavas, quatro morteiros austríacos, seis canhões antiaéreos italianos ou 197 carabinas sérvias.⁸²

Waack não dá informações sobre os níveis de munição disponíveis, mas podemos deduzir que, assim como todas as tropas alemãs na Itália, eles já deviam estar baixos ou acabando nesses momentos finais. Embora a 114ª Divisão estivesse bem distante do ideal em termos de armamento, dificilmente poderíamos dizer que eles estavam indefesos contra o avanço aliado. E a montagem dos dispositivos de combate e a escolha do terreno defendido obviamente levavam a maximização de eficiência dos meios disponíveis.

O ataque foi planejado em duas fases: a primeira seria o lançamento de patrulhas, contra dois postos avançados do inimigo, na linha Casone– Il Cerro – Possessione – Cota 745. Dessa primeira fase foram incumbidos pelotões do I e III/11º R.I., reforçados com grupos de engenheiros, para efetuar a limpeza dos campos minados em volta de Montese. Seu objetivo era de tomar essa primeira área de baixa elevação, neutralizar a resistência alemã, e preparar o caminho para a próxima fase.

O ataque teve início às 10h15min horas do dia 14 de abril, no momento em que a 10ª Divisão de Montanha iniciava o seu ataque, após pesada preparação de artilharia. A reação inimiga foi rápida, abrindo fogo de sua própria artilharia e morteiros contra as posições brasileiras e os elementos que avançavam. A resistência da infantaria inimiga também se fez sentir em todos os setores atacados pelos brasileiros. O Coronel Adhemar de Almeida, servindo como oficial de operações do 1º Batalhão do 11º R.I. descreve essa primeira fase do ataque:

Às 10h15min, após preparação da artilharia, a 2ª Companhia lançou seu reconhecimento na direção de Montaurígola, encosta S de Montese. O reconhecimento foi fortemente hostilizado pelas resistências inimigas das encostas SE de Montese e por fortes bombardeios de artilharia e morteiros na baixada, entre Montaurígola e Montese, não podendo progredir. Às 11h07min o reconhecimento estava detido junto a um campo minado, com apresentação de muitas baixas, cujo sucesso da evacuação se deu, uma vez mais, graças à audácia, arrojo e amor ao próximo revelados pelo Dr. Yvon e sua equipe de padioleiros, auxiliados pelo tenente-dentista Ruy Lopes Ribeiro, também terceiro-anista de medicina.⁸³

Waack indica que os defensores estavam cientes do ataque iminente, e da direção que este tomaria, em parte pela observação que sua posição privilegiada permitia, mas também por documentos encontrados com soldados brasileiros mortos em

⁸² WAACK, Op. Cit., p. 199.

⁸³ ALMEIDA, Adhemar Rivermar de. **Montese: Marco Glorioso de uma Trajetória**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985. p. 144.

patrulha, interrogatório de norte-americanos e brasileiros capturados por suas próprias patrulhas, e informações de *partisans* simpáticos aos alemães: “Foram também civis italianos que entregaram aos alemães detalhes fundamentais: comunicaram o reforço de tropas brasileiras e a intenção de atacar brevemente Montese e Montello para ganhar o vale do Rio Panaro”.⁸⁴ Apesar da resistência inimiga, essa primeira fase se encerrou às 13h, com todos os objetivos conquistados pelas patrulhas brasileiras.

O ataque principal foi lançado às 13h15min, e coube a dois batalhões (I e III) do 11º R.I. Novamente precedido por uma barragem da artilharia divisionária, os dois batalhões se lançaram ao ataque: o III/11 R.I., comandado pelo Major Cândido Alves da Silva, ficou incumbido de realizar o esforço principal da operação. Seu ataque seguiu a linha Casone – Cemitério de La Torre – Cota 927. Segundo o Relatório do 11º R.I.,

Os elementos atacantes percorreram um terreno semeado de campos de minas que lhes ocasionou várias baixas e obrigou a trabalho ininterrupto de abertura de brechas. Várias resistências tiveram que ser reduzidas ou desbordadas antes de ser atingido 01 [ver Figura 3.6]: a guarnição do ponto 759 foi dizimada, sendo dominadas as demais situadas nos pontos 767, cemitério de MONTESE, cota 749 e casas a SL de 871.⁸⁵

O I/11º R.I. avançou ao longo do eixo Montaurigola – Montese – Doccia, e teve o encargo principal, um ataque frontal contra a vila de Montese. Já o II/1º R.I. atacou na direção de Possessione – Ca di Bortolino, com o objetivo de atingir Paravento (Cota 778). O tenente Iporã Nunes de Oliveira, comandante de pelotão da 1ª Cia. do I/11º R.I., descreve o avanço contra Montese:

Às 12h, bastante preocupados com a possibilidade de recebermos tiros pela retaguarda, oriundos de Montaurígola, saímos para o ataque. Mal o Pelotão transpôs, em linha, a crista, partiram de Montese foguetes de sinalização, com estrelas vermelhas, denunciando nosso ataque. [...] Após o Pelotão ter vencido um terço da elevação, sua retaguarda foi batida por densa e compacta barragem de artilharia, que cortou o fio telefônico em vários pontos e colocou fora de combate um soldado da equipe de minas e outro de saúde.

No terço inferior da elevação [de Montese], aproveitando-se de uma estrada carroçável, que oferecia boa proteção, o Pelotão reajustou o seu dispositivo e lançou à frente o 3º Grupo de Combate (Sgt. Celso Racioppi); os outros dois GC apoiaram o seu avanço, trocando tiros esparsos com as primeiras resistências inimigas, mal definidas no terreno.

[...]

O grupo mais avançado [3º GC] começou a galgar as elevações de Montese, favorecido pelo terreno, que assemelhava-se à grandes escadas; ao chegar ao topo das mesmas, o Grupo foi detido por fogos oriundos das resistências colocadas na frente de uma casa de grande porte.⁸⁶

⁸⁴ WAACK, Op. Cit., p. 197.

⁸⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório do 11º Regimento de Infantaria**. Rio de Janeiro: 1946, p. 30.

⁸⁶ ALMEIDA, Op. Cit., p. 148-149.

ofereçam uma maior probabilidade de se obter a eficácia dos tiros de artilharia e dos morteiros de 81mm.

d. A manutenção da direção é mais fácil; ao passo que a manutenção da ligação e do controle é frequentemente mais difícil.⁸⁸

O Pelotão Iporã, que se encontrava na borda da vila de Montese, sofria a dificuldade adicional de não poder se comunicar com a retaguarda, pois os fios telefônicos que permitiam o contato com o PC do 11º R.I. tinham sido cortados por um bombardeio inimigo logo no início do avanço da 1ª Cia, e o rádio do pelotão também havia parado de funcionar. Tendo essa preocupação em mente, o tenente Iporã enviou mensageiro para o comandante da companhia, capitão Sidney Teixeira Alves, para informá-lo do avanço do pelotão, enquanto este prosseguia no ataque à vila. O 3º GC, que havia sido o primeiro a alcançar a borda de Montese e se encontrava paralisado pelo fogo inimigo, recebeu ordem de manter a posição e apoiar o 2º GC, que avançaria pelo seu flanco esquerdo. Porém,

O segundo GC empregado teve o seu avanço sustado por fogos oriundos do flanco direito da casa mencionada [a que havia barrado o avanço do 3º GC] e de duas outras colocadas à esquerda; sua situação era análoga ao do outro anteriormente detido, ou seja, no topo das escadas, separado do inimigo por curtas distâncias, tendo de permeio um terreno limpo.⁸⁹

O 1º Pelotão encontrava-se agora em um impasse, e seu comandante ponderava uma manobra de desbordamento ainda mais à esquerda da sua posição atual, onde as “escadarias” do terreno terminavam mais próximas da linha das casas. Porém, o acaso resolveu intervir nesse momento, na forma de um novo ataque da Artilharia Divisionária. Ignorantes do sucesso do 1º Pelotão, e com insucessos e paralisações da ofensiva em outros setores, o comando do 11º Batalhão requisitara novo bombardeio sobre as posições inimigas, incluindo Montese. Milagrosamente, apesar de estarem no ponto zero do ataque, os pracinhas do 1º Pelotão saíram ilesos, e puderam então aproveitar a ruptura da defesa alemã para invadir a vila. Os adversários, que tinham se refugiado em seus abrigos profundos, não tiveram tempo de se reorganizar. O mensageiro do tenente Iporã, o soldado Melo, conseguiu chegar em tempo ao PC da 1ª Companhia e alertar o seu comandante, que interrompeu o ataque da Artilharia; coincidentemente, o rádio do Pelotão voltou a funcionar, e reforços foram requisitados. Enquanto isso, o tenente Iporã empregou os seus grupos de combate para eliminar as

⁸⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. **FM 7-10 – Companhia de Fuzileiros**. Rio de Janeiro: 1942. p. 65.

⁸⁹ ALMEIDA, Op. Cit., p. 149.

resistências nos dois flancos da vila, que ainda hostilizavam os pracinhas que se ocupavam da limpeza, casa por casa. Ao cair da noite, com a chegada dos reforços, os últimos focos de resistência foram neutralizados. A vila de Montese havia sido conquistada⁹⁰.

Os pracinhas do 11º RI ainda levariam mais três dias para conquistar todos os objetivos do maciço de Montese (Cota 888 e Montello). Os alemães tinham concentrado a sua artilharia nesses pontos altos, e deles martelaram as posições brasileiras em Montese, causando centenas de baixas nos dias seguintes: 426, contando aquelas do primeiro dia. Não iremos abordar esses combates subsequentes, pois eles já se encaixam no modelo de enfrentamentos “comum” da Campanha da Itália, que a FEB enfrentou do início ao fim, e que já vimos ao analisar a batalha de Monte Castelo. Nos focamos na conquista da vila de Montese exatamente por ser diferente desse comum.

Todos os relatos do ataque contra Montese dão ênfase ao perigo dos campos minados e das armadilhas que cercavam os objetivos do ataque. Especialmente temidas eram as minas denominadas *schuchmines*, que os brasileiros apelidaram de “quebra-canelas”: eram feitas de madeira, portanto não podiam ser descobertas com detectores de metal, e quando acionadas, mutilavam o pracinha na parte inferior da perna (daí o apelido). Durante o combate, e nos dias seguintes, os engenheiros da 9ª B.E. se ocuparam de limpar casa por casa, em busca destes artefatos e *booby traps*. São muitos os episódios em que os engenheiros foram chamados a resgatar uma tropa presa dentro de um desses campos. Lima Júnior relata um desses episódios:

Pela manhã, o 6º Pelotão foi solicitado a socorrer um grupo de soldados que havia caído num campo minado e tinha sido atingido por minas antipessoal. O quadro que se apresentava era horrível: os rostos estavam deformados e sujos de lama; para minorar a sede, tinham colocado terra na boca e a aparência era terrível; o local dos pés era uma mancha de sangue.⁹¹

Esse é um tipo de combate em que os defensores podem resistir durante muito tempo, e causarem muito dano, com poucos recursos e sem o emprego de tropas: uma mina enterrada permanecerá um perigo durante muito tempo, e o será sem que a tropa que a usou esteja próxima. Mesmo que seu efeito real seja pequeno, como é o caso das quebra-canelas, que no máximo incapacitavam um único soldado, o efeito psicológico é muito profundo. As fontes mostram que em Montese, mas do que em qualquer outro episódio, o medo de acabar preso em um campo minado dominou as preocupações dos

⁹⁰ ALMEIDA, Op. Cit., p. 151-153; SILVEIRA, Op. Cit., p. 180.

⁹¹ LIMA JÚNIOR, Op. Cit., p. 151.

pracinhas. E as *booby traps*, em que os alemães haviam adquirido especial perícia, tornavam o avanço casa por casa um rastejar lento e cuidadoso, com a tensão constante de que qualquer objeto, qualquer armário, porta ou janela, podia estar armada para explodir quando manipulada.

3.5. A DOCTRINA EM CAMPO DE BATALHA

Realizados os estudos de caso, a questão que fica é: que efeitos a mudança de doutrinas trouxe para a forma como a FEB se comportou nos campos de batalha da Itália? Durante a elaboração desse trabalho, ficaram evidentes algumas dificuldades, contratempos, para a realização de uma análise profunda. A primeira delas é a ausência de uma descrição profunda das ações dos soldados, como por exemplo aquela que encontraremos nas fontes norte-americanas ou mesmo alemãs do mesmo período. No exército norte-americano, por exemplo, haviam os chamados *After Action Reports*. Esses documentos, geralmente elaborados pelos próprios oficiais que tomaram parte em determinada operação, descreviam minuciosamente suas ações durante esta operação, e como estas ações se desviavam ou não dos planos estabelecidos e da doutrina. Mas do que um relatório para um superior hierárquico, são ferramentas de auto avaliação. No caso brasileiro, vemos uma sombra dos *After Reports* nos vários relatórios redigidos pelo estado-maior das unidades expedicionárias para o Ministério da Guerra, quando do retorno da FEB ao Brasil. Embora eles tenham sido úteis ao nosso trabalho, eles apresentam uma deficiência essencial: são redigidos relativamente muito depois dos fatos, e muitos detalhes que poderiam ser obtidos num relato minucioso e imediato ao episódio relatado acabam se perdendo. Além disso, por serem relatórios gerais direcionados para a autoridade política, carecem dos detalhes técnicos que um documento redigido para uso interno teria, e mesmo os mais extensos entre eles são sintéticos.

Os documentos que poderiam fazer a parte de um *After Report*, os chamados Relatórios e Partes de combate, que são redigidos imediatamente após o episódio relatado, também acabam não servindo, por serem essencialmente sintéticos. Por exemplo, a Parte de Combate para a Batalha de Monte Castelo descreve apenas as linhas gerais do movimento do 1º Batalhão do Sampaio, números de prisioneiros e feridos, e os objetivos conquistados.

O que nos leva à próxima crítica, que é a grande variedade na forma como esses documentos foram redigidos. Por exemplo, enquanto o Relatório do Regimento Sampaio possui mais de seiscentas páginas em três volumes, o Relatório do 11º Regimento possui 40 páginas, e o do 6º, primeiro regimento a chegar à Itália e entrar em combate, 51. Além da extensão, encontramos variações de detalhamento, linguagem, formato e conteúdo: por exemplo, o Relatório do 1º R.I. possui análises das ações da unidade, e recomendações de mudanças no treinamento de futuras unidades. Já o dos outros regimentos se limitam a relatar suas operações.

Feitas as críticas, ainda assim podemos tirar conclusões das fontes estudadas. É perceptível uma mudança na forma como a FEB lutou suas batalhas, a partir de Monte Castelo. Os combates anteriores, até o terceiro ataque à Castelo, foram realizados de uma forma definitivamente francesa: um avanço frontal da infantaria, com ocasional reforço de blindados, e precedido de barragens da artilharia divisionária. Mesmo os ataques diversionários, dos quais tivemos vários em Castelo, eram realizados na mesma direção geral do ataque principal; tinham o objetivo de enganar o inimigo de que o ataque viria de um outro ponto da linha de ação, mas ainda assim da mesma direção geral. Também seguiam planos cuidadosos realizados pelo estado-maior divisionário, que foram seguidos muitas vezes à revelia das condições reais. Foi o caso do fatídico terceiro ataque à Monte Castelo, como ilustra esse trecho do relato de Brayner:

Às 22 horas do dia 11, convoquei o Ten. Cel. Castelo Branco [Chefe de Operações do Estado-Maior divisionário] diante do Gen. Mascarenhas, e fiz sentir a complexidade da OGO, aliás já distribuída à tropa, na minha ausência. Preocupava-me, sobretudo, o escalonamento e o emprego das reservas. O General interpelou Castelo.

— Tudo foi medido e estudado, respondeu o Chefe da 3ª Seção. Nada pode ser modificado a esta altura. São 22 horas e o ataque deverá partir às 6 horas, ao clarear do dia.⁹²

A ideia de uma operação não poder ser cancelada com oito horas de antecedência é bastante típica do pensamento militar francês, preso à itinerários e planos de manobra. Basta lembrar que *Overlord*, a invasão da Normandia, realizada meses antes de Monte Castelo, chegou a ser adiada com os paraquedistas já nos aviões, e estes se preparando para decolar, devido ao mau tempo no Canal da Mancha. Em Monte Castelo, no dia 12 de dezembro, as péssimas condições atmosféricas poderiam ter levado o comando da FEB a adiar o ataque. A explicação, encontrada em várias das

⁹² BRAYNER, Op. Cit., p. 276.

fontes estudadas⁹³, de que o comando da FEB viu a névoa e a chuva da manhã do dia 12 como uma oportunidade de efetuar um ataque surpresa, ataque esse prejudicado pela inesperada barragem de artilharia norte-americana contra Belvedere, não convence; é incoerente com um Estado-maior divisionário que considerava oito horas um período muito curto para se cancelar ou alterar uma operação. A reflexão do General Brayner nos parece mais acertada: houve uma falha no Comando e na comunicação deste com suas unidades subordinadas. Mas também podemos ver nessa recusa em cancelar o ataque, mesmo diante da realidade de que os meios de suporte à infantaria não estariam disponíveis, o pensamento doutrinário francês de que a infantaria era a arma que ganhava batalhas, e todas as outras eram secundárias, ao ponto de serem dispensáveis, se houvesse alguma vantagem que infantaria pudesse explorar. Como, por exemplo, condições de visibilidade reduzidas.

Já o quarto e último ataque demonstra uma mudança substancial na forma como as operações foram concebidas. O plano para a jornada de 21 de fevereiro é tipicamente norte-americano: ênfase no desbordamento das posições inimigas, ao invés de um ataque frontal; múltiplas direções de ataque, que obrigaram o inimigo a dividir seus efetivos em vários setores; combinação de armas, com artilharia, carros de combate e aviação auxiliando o avanço da infantaria; e a flexibilidade tática que, por exemplo, permitiu ao I/1º RI desviar seu avanço para o norte de Monte Castelo, para depois retornar e atacar na direção contrária àquela que o adversário esperava o ataque principal; assim como o aproveitamento do ataque diversionário do II/11º RI contra Abetaia, que acabou se tornando um ataque secundário ao esforço principal, quando os pracinhas mineiros tomaram a localidade de Abetaia.

Em suma, podemos perceber aí a influência da doutrina norte-americana no pensamento brasileiro. A partir de Monte Castelo, todos os ataques da FEB irão ser realizados dessa forma; Castenuovo, logo em seguida à Castelo, no dia 05 de Março; e Montese, um mês depois. Outro episódio famoso da Campanha da FEB, a perseguição aos alemães no Vale do Rio Pó, em que o Gen. Mascarenhas usa das viaturas da Artilharia para dar mobilidade à Infantaria em perseguição, também é fruto da influência norte-americana; conforme já dissemos (capítulo 2, p. 120), o FM 100-10 recomendava essa medida exatamente nos casos em que a mobilidade era mais necessária que o poder de fogo.

⁹³ SILVEIRA, Op. Cit., p. 162-163, e MORAES, Op. Cit., p. 117, para citar duas.

3.6. A FEB COMO MICROCOSMO SOCIAL

Finalizando este capítulo, queremos falar do microcosmo da Força Expedicionária Brasileira, esse grupo formado às pressas e enviado ao caldeirão do maior conflito da história da humanidade; pois estudar a FEB vai mais além do que citar unidades e suas ações, usando da precisa linguagem militar. Ademais, como já foi repetido ao longo deste trabalho, entender a dinâmica social de um grupo é uma das chaves para entender as suas ações, no caso, em combate.

Primeiro, falemos dos indivíduos que compuseram esse grupo, e suas origens. O alto comando da FEB foi composto por oficiais de carreira, cujo perfil já descrevemos no capítulo 1: homens advindos em sua maioria da classe média urbana, que predominantemente seguiram a rota habitual, os colégios militares, seguida de alguma das escolas militares para oficiais, com carreiras estabelecidas quando foram selecionados para a FEB. Os generais Zenóbio da Costa e Cordeiro de Farias (comandantes da Infantaria e da Artilharia Divisionárias) eram ambos oriundos da Escola Militar do Realengo (turmas de 1916 e 1919, respectivamente). Já Mascarenhas de Moraes, de uma geração mais antiga, se formou pela Escola da Praia Vermelha, em 1904. O mesmo pode ser dito dos oficiais do Estado-Maior Divisionário, incluindo o General Lima Brayner e o Tenente-Coronel Castelo Branco, chefe de operações. De maneira geral, podemos dizer que os oficiais gerais e das patentes superiores (Coronéis, Tenentes-coronéis, Majores) eram todos carreiristas.

Já entre os oficiais subalternos (Capitães e Tenentes), encontramos um perfil diferente. Mais de 60% dos oficiais dessas patentes vieram das fileiras de reservistas formados nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) ao longo de 1920 e 1930.⁹⁴ Há de se estranhar essa proporção de oficiais conscritos em um Exército com uma estrutura de ensino estabelecida como o brasileiro; mas as fontes repetidamente descrevem o fato de que os oficiais de carreira se transferiram em massa das unidades selecionadas para a FEB. Por exemplo, temos o relato de um oficial do 6º Regimento de Infantaria:

A partir do momento em que nosso regimento se tornou, oficiosamente, expedicionário, em maio de 1943, começou a partida dos oficiais que ali serviam; alguns, por necessidade mesmo de serviços ou de cursos projetados;

⁹⁴ MAXIMIANO, Op. Cit., p. 347. A porcentagem é baseada em contagem da lista de oficiais da FEB em MORAES, Op. Cit., p. 274-279.

muitos, porém, confessadamente, por preferirem “as fronteiras”, embora não fossem até lá, chegando a ponto das subunidades serem comandadas, quase todas, durante meses, por simples segundos-tenentes, da reserva. Como subalterno de uma companhia de fuzileiros, naquele período de organização expedicionária começado em junho de 1943, conheci oito comandantes de companhia, tendo exercido, além disto, na ausência de comandante efetivo, o comando durante cinco meses. O capitão que nos conduziria na guerra – por sinal, um valoroso oficial – só veríamos à conhece-lo em Nápoles, por ter sido classificado no regimento poucos dias antes.⁹⁵

Também podemos citar o caso do 9º Batalhão de Engenharia de Combate, em que o capitão Rui Moreira Lima relata que:

O novo comandante do Batalhão, Ten. Cel. José Machado Lopes, assumiu o Comando a 12 de abril de 1944. Com eles chegaram muitos oficiais para integrar o Batalhão e seu Estado-Maior.

[...]

Na primeira reunião de oficiais, o novo Comandante disse, sem rodeios, que trazia para o Batalhão oficiais de sua confiança, o que equivalia a dizer que os oriundos de Aquidauana seriam transferidos. Em verdade, a não ser alguns tenentes remanescentes, os oficiais superiores já tinham sido transferidos e o único capitão que sobrava era o comandante da 2ª Cia. [O próprio autor].⁹⁶

Ou seja, podemos ver aí um êxodo de oficiais e uma troca de, na prática, todo o comando do batalhão, às portas do embarque para a Itália, quadro este que repetiu em todas as unidades selecionadas para a FEB. A explicação coloquial é a descrença geral, por parte dos militares profissionais, na possibilidade de êxito da Força Expedicionária. Mas, dentro do nosso arcabouço teórico, podemos ver aí um caso de resistência à mudança no *habitus*: os oficiais carreiristas haviam sido preparados durante toda sua carreira dentro daquele modelo doutrinário brasileiro baseado na doutrina francesa; seu *ethos* e sua *hêxis* (Introdução, p. 19) foram moldados nesse sistema, e portanto resistiriam a uma mudança de *habitus*, como aquela que se fazia necessária para operar na FEB. É a resistência desses indivíduos detentores de altos níveis de capital militar à um novo *habitus*, novas “regras do jogo” que lhe estavam sendo “impostas” por um elemento externo ao campo, o Exército norte-americano. Afinal, como Bourdieu afirma,

Quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição.⁹⁷

⁹⁵ MORAES, Berta. Et al. **Depoimentos dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. 2 ed. São Paulo: Sem Editora, 1950. p. 46.

⁹⁶ LIMA JÚNIOR, Op. Cit., p. 26.

⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004. p. 29.

A atuação da FEB na Campanha da Itália muda progressivamente (ainda que não totalmente) essa resistência, exatamente pelo alto nível de capital militar pessoal que os expedicionários estavam acumulando por seus feitos em campo de batalha, e até o final da guerra um número maior de oficiais de carreira se uniu à FEB na Itália. Porém, a resistência prosseguiu em algum nível, como demonstra o episódio das requisições não-atendidas ao Ministério da Guerra de novos oficiais para compor a reserva da FEB, em março de 1945,.

Esta explicação gera outra dúvida: por que essa resistência em servir na FEB se limitou, ou pelo menos foi maior, entre os membros dessa camada intermediária de oficiais? Em primeiro lugar, na verdade essa resistência não se limitou aos tenentes e capitães; é conhecido, e citado nas fontes, o fato de que o General Mascarenhas de Moraes não foi a primeira opção do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra; segundo Brayner, o general Mascarenhas não foi o primeiro oficial convidado a comandar a FEB; outros, contatos em primeiro lugar, recusaram citando razões diversas.⁹⁸ Sobre os oficiais do Estado-maior não foram encontradas indicações sobre esse aspecto particular, mas considerando que o Estado-Maior é selecionado por apontamento direto, pode-se supor que seria mais difícil a esses oficiais se escusarem dos seus postos. Em segundo lugar, podemos explicar esse grande número de transferências de oficiais subalternos pela natureza de sua função: são esses oficiais que comandam diretamente unidades no campo de batalha, acompanhando tropas em ações de combate. A partir da patente de Major, a função do oficial é muito mais de planejamento, direção e organização do que comando em campo de batalha. Então, para os tenentes e capitães, as questões de mudança de *habitus* e de capital militar eram potencializadas pela natureza direta da sua função, e os riscos envolvidos.

O perfil desses oficiais subalternos é similar aos dos oficiais superiores: oriundos da classe média, de famílias de comerciantes e profissionais liberais, com melhores recursos financeiros e educação de nível secundário e superior. A única diferença perceptível é que esses reservistas, após cumprirem seu período de serviço militar nos CPOR, retornaram à vida civil.

Já entre os praças, percebemos que assim como entre os oficiais subalternos, as unidades da FEB tiveram seus efetivos completados na esmagadora maioria com soldados recrutados e voluntários. Embora as fontes indiquem que o mesmo fenômeno

⁹⁸ BRAYNER, Op. Cit., p. 17.

de transferências de carreiristas também tenha ocorrido entre os praças, nossa análise nos permite concluir que, nesse nível da hierarquia, a principal causa do esvaziamento foram os pré-requisitos da classificação médica para uma unidade tipo norte-americana, que eliminaram a grande maioria dos praças de carreira do Exército.

Sobre o perfil dos praças, no geral ele foi similar ao do soldado de carreira do Exército: membros das camadas mais pobres da população, com educação fundamental ou incompleta, com um alto índice de analfabetos. Tomando como base o estudo de Miguel Borba de Sá, intitulado *A Cara da Guerra: os trabalhadores soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)*, podemos tirar algumas conclusões. A maioria dos conscritos eram provenientes das áreas rurais, agricultores e criadores de animais, o que é explicável considerando-se que a população brasileira da década de 1940 se concentrava na zona rural. Operários e trabalhadores urbanos formaram o segundo grupo mais numeroso.⁹⁹ Porém, foram tantas as exceções que faz-se necessário a sua menção. Por exemplo, Maximiano descreve as origens dos soldados do 1º Pelotão da 1ª Cia.do I/6º RI, um grupo de cerca de 45 homens:

Seu comandante era um primeiro-tenente R/2, funcionário de uma multinacional na vida civil e já casado, com dois filhos. Um dos sargentos era voluntário para o Exército desde quando a guerra havia estourado, embora outro fosse marceneiro na cidade de Pindamonhangaba. Entre os soldados havia um feirante, um alfaiate, um professor de matemática, pequenos agricultores, lavradores, funcionários públicos, operários e empregados do comércio.¹⁰⁰

Funcionários públicos e professores dificilmente podem ser encaixados no perfil do camponês ou trabalhador pobre e iletrado, e portanto representam uma exceção dentro do universo de pracinhas que serviram na FEB. De fato, o próprio Joaquim Xavier da Silveira, cuja obra citamos inúmeras vezes ao longo deste trabalho, cursava a Faculdade de Direito quando se voluntariou para a FEB, onde serviu como pracinha no Regimento Sampaio.

Etnicamente, a FEB demonstrou uma característica quase única¹⁰¹ entre os exércitos da Segunda Guerra Mundial, que foi a miscigenação. Como regra, os exércitos aliados segregavam os recrutas de minorias étnicas em unidades próprias, geralmente

⁹⁹ SÁ, Miguel Borba. **A Cara da Guerra: os trabalhadores-soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. 2004. 55 f. Monografia (Bacharelado em História) — Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. p. 31.

¹⁰⁰ MAXIMIANO, Op. Cit., p. 347.

¹⁰¹ A exceção, que impede que a FEB fosse verdadeiramente única nesse sentido, é o Exército norte-americano. Este, apesar de segregar afro e nipo-descendentes em unidades próprias, incorporou os cerca de 25.000 recrutas nativo-americanos com as unidades regulares.

em funções de retaguarda, ou de importância secundária. No mesmo IV Corpo de Exército norte-americano, unidade à qual a FEB foi incorporada, também estava incorporada a 92ª Divisão de Infantaria norte-americana, unidade segregada composta por soldados afrodescendentes, comandados por oficiais brancos; e também o 442º Regimento de Infantaria, composto por nipo-americanos. Também os imigrantes e filhos de imigrantes, que eram vistos com desconfiança em outros exércitos, foram incorporados à FEB sem objeções. Sá, inclusive, relata o caso de um soldado da Companhia de Polícia Militar, de nome Mateus Skuia, imigrante não-naturalizado da Letônia, assim como no número considerável de descendentes de italianos, alemães e japoneses que serviram na FEB.¹⁰² Podemos ver duas razões para essa miscigenação incomum: a primeira foi a dificuldade em se formar um conjunto de recrutas para completar as fileiras das unidades divisionárias; já havia sido muito difícil alcançar o número de soldados para uma Divisão, e qualquer tentativa de segregação reduziria ainda mais esse conjunto. A segunda razão é que a FEB foi um recorte da sociedade brasileira, em que um alto nível de miscigenação já era a norma; portanto, qualquer grupo retirado desse universo seria igualmente heterogêneo.

Porém, essa heterogeneidade étnica não significou o fim dos preconceitos estruturais igualmente presentes na sociedade brasileira. Por exemplo, os soldados afrodescendentes, mesmo incorporados junto aos soldados brancos, não tinham as mesmas oportunidades de ascensão, e nenhum foi promovido à patente superior a de sargento. Além, disso, tanto Sá quanto outras fontes citam episódios de racismo da parte dos oficiais superiores, como as constantes exigências de que soldados negros não fossem escalados para desfiles ou demonstrações.¹⁰³

Como esses três grupos, vindos de origens diferentes, se relacionaram naquele microcosmo criado para lutar uma guerra? Muito já foi escrito sobre as relações dentro desses grupos: como os pracinhas se relacionavam, por exemplo, ou como os oficiais do estado-maior se comportavam. Também existe farta documentação sobre como os brasileiros se relacionavam com os soldados aliados, com os civis italianos, e até com os adversários alemães. Mas uma lacuna considerável na bibliografia é o estudo das relações entre oficiais superiores e oficiais subalternos e, especialmente, entre oficiais superiores e os soldados. O depoimento de Demócrito Cavalcanti de Arruda, que serviu

¹⁰² SÁ, Op. Cit., p. 13.

¹⁰³ MORAES, Berta. Et Al. Op. Cit., p. 98.

como 1º Tenente no Pelotão de Petrechos da 4ª Cia. do 6º RI, nos fornece uma direção para esta análise:

Sob o aspecto humano, foi de penosa mediocridade a impressão que nos deixou o nosso Comando da FEB. Faltou-lhe qualquer sopro de grandeza, principalmente de grandeza humana. Nossos chefes, de modo geral, se apegam mais à letra de um regulamento de disciplina, por exemplo, que proíbe o inferior de fumar na presença do superior, ou não retirar a mão da pala, na continência, enquanto não receber autorização, do que à conquista da confiança dos homens pela tolerância, pelo tato, pela compreensão e interesse dos sentimentos dos subordinados. A consequência é em que em lugar da cordialidade, existe nas fileiras uma surda hostilidade; a má vontade, em vez de uma solícita cooperação; direi mesmo uma atmosfera de temor que se exprime na desconfiança com que o nosso pracinha se aproxima da maioria dos nossos Generais, ou oficiais superiores. Porque, a maioria das vezes em que um soldado encontra o seu superior é dentro da rigidez protocolar do serviço e de uma calculada austeridade que só deixam raiva e decepção nos homens. Cria-se uma atmosfera de constrangimento para estes que, até em licença, preferem desviar-se do caminho a ter contato com os seus Chefes.¹⁰⁴

De fato, a leitura das fontes oriundas de oficiais superiores revela uma característica comum, que é a ausência de impressões pessoais sobre o pracinha, o soldado raso. Ou, pelo menos, do soldado raso como indivíduo, pois enquanto conceito, os oficiais não faltam com elogios aos praças, elogiando sua adaptabilidade, sua dedicação à missão, e sua coragem. Porém, faltam as impressões pessoais, as experiências narradas. É o oposto do que encontramos, por exemplo, no livro do General Mark Clark, em que ele narra inúmeras visitas às unidades sobre seu comando, e suas interações com os soldados.¹⁰⁵

Essa ausência, somada ao depoimento do tenente Demócrito, que não é o único, nos leva a hipótese de que a relação entre oficiais superiores e os praças era a mais distante possível, fortalecida pela continuidade do depoimento do tenente, em que ele relata a raridade das visitas de oficiais superiores à sua unidade:

Em meu diário de tenente de uma companhia de fuzileiros, registrei, em sete meses e meio de campanha, uma única visita do comandante do Regimento e outra do Comandante-Chefe, confinada, esta, ao comando da companhia, numa época de dias inteiros de pasmaceira, e não é do meu conhecimento que ele tenha estado mais vezes em nosso batalhão.¹⁰⁶

Portanto, podemos com alguma segurança concluir que os oficiais superiores se mantinham distantes dos soldados rasos, se não fisicamente, pelo menos socialmente. Quais as razões para esse afastamento? Demócrito usa uma explicação que já

¹⁰⁴ MORAES, Berta. Et al, 1950, p. 64.

¹⁰⁵ Para um exemplo desse tipo de interação, veja o trecho sobre o diálogo de Clark com um sargento da polícia militar bêbado, em CLARK, Mark W. **Risco Calculado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1970. p. 176-177.

¹⁰⁶ MORAES, Berta. Et al. Op. Cit., p. 66.

questionamos neste trabalho: as raízes germânicas do Exército Brasileiro, o chamado “espírito prussiano”. Mas novamente, a “explicação germânica” cada vez mais nos parece um “conceito-tampão” para explicar as idiosincrasias do Exército Brasileiro e seus oficiais. Talvez possamos ver a explicação nas diferentes origens socioeconômicas de oficiais e praças. Na atualidade, a lei obriga padrões de educação básicos para todos os seus cidadãos e a facilidade de acesso à informação garante que mesmo o mais humilde brasileiro possua um corpo de conhecimentos variados sobre uma série de assuntos. O mesmo não pode dizer da década de 1940, quando o analfabetismo ainda era a regra e não a exceção entre as classes populares. O abismo cultural entre os praças, oriundos das regiões rurais remotas e das massas urbanas que operavam as máquinas da indústria, e os oficiais, que haviam feito carreira em uma instituição que estimulava e fornecia os meios para uma educação continuada, era enorme. Talvez, mais do que essa “tradição germânica” muito citada e pouco explicada, esse distanciamento possa ser visto como a continuidade de uma cultura militar de “castas”, oriunda dos tempos em que a oficialidade era restrita aos membros da aristocracia imperial. O fato de que podemos ver esse mesmo tipo de atitude, por exemplo, no Exército britânico, onde os postos de oficiais foram igualmente restritos por muito tempo a membros da nobreza, reforça nossa hipótese.

A relação entre os pracinhas e os oficiais subalternos parece ter sido muito mais próxima. Nas memórias destes oficiais podemos encontrar inúmeros relatos de suas interações com seus comandados. As razões nos parecem claras: o fato de que capitães e tenentes acompanhavam os praças em combate forçava a proximidade entre os dois grupos; e também, o fato de que em sua maioria os oficiais subalternos viam do mundo civil, e portanto não davam o mesmo valor que os oficiais superiores para a observância dos rituais. Estes últimos são fundamentais à vida militar, aprendidos desde o primeiro momento na Academia Militar e nos quartéis:

Desde a entrada na instituição, o militar está sujeito às regras que se organizam nos muitos rituais e nas inúmeras “solenidades” do cotidiano. Esse tratamento instala-se num aprendizado que é sobretudo corporal e mediatizado pelos muito citados “manuais”, numa espécie de adestramento dos movimentos que devem ser estudados e, portanto, condicionados, mas principalmente submetidos a estatutos e regras, numa tentativa de homogeneizar um modo de se comportar dentro dos quartéis.¹⁰⁷

¹⁰⁷ CAVILHA, Juliana. Das Entrevistas aos rituais: dialogando com os militares. In: CASTRO, Celso; LEINER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

Portanto, era o único *habitus* que possuíam, adquirido em uma vida inteira na profissão militar. Já para os capitães e tenentes reservistas, e também para os pracinhas, também em sua maioria conscritos, aquele era um *habitus* adquirido para um episódio específico e finito, a incorporação para a Força Expedicionária Brasileira e a participação desta na Campanha da Itália. Estes homens já traziam seus próprios *habitus* da vida civil que temporariamente abandonavam: eram professores, médicos, funcionários públicos, comerciantes, agricultores, fazendeiros, etc. O *habitus* militar adquirido era uma necessidade para funcionar dentro de uma unidade em campanha; e, de maneira geral, sua interiorização deste *habitus* foi inteiramente pragmática, na extensão do que era necessário para ser um oficial ou pracinha efetivo. Os inúmeros rituais do Exército, cuja observância os carreiristas tinham como de extrema importância, eram considerados secundários ou irrelevantes para o oficial reservista, cuja preocupação era liderar um grupo de homens na batalha, e para o pracinha conscrito, que buscava apenas sobreviver e cumprir as ordens que lhe eram dadas.

É lugar-comum, entre os civis, acreditar que no mundo militar não existe contestação, que os regulamentos rígidos garantem a obediência do menos graduado aos seus superiores. A realidade, porém, é mais complexa. Embora o grau de liberdade seja definitivamente menor que na maioria dos grupos civis, existe sim o espaço para contestação e crítica dentro da organização militar, ainda que muitas vezes essa se dê anonimamente. Além disso, no caso de uma unidade em campanha, se unem à crítica ao superior os anseios do campo de batalha, como o medo pela própria sobrevivência, as privações sofridas, a saudade de casa, e a busca por um sentido para aquela brutal experiência. Os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira foram prolíficos, produzindo canções, poemas, e textos críticos e satíricos.

Algumas dessas produções sobreviveram apenas nas memórias dos veteranos; é o caso do seguinte poema, registrado pelo Capitão Newton de Andrade Mello em suas memórias, de autoria do cabo Everaldo, e que critica uma reportagem do *O Cruzeiro do Sul*:

Colegas do Regimento,
Do velho Sexto de guerra,
É das mais interessantes
A Justiça nesta terra.

Os cronistas do Cruzeiro,
Que gostam só da verdade,
Têm critérios diferentes;
Não usam imparcialidade.

Uma vitória estrondosa
Quando o Castello caiu.
Ao primeiro regimento
Com justiça se atribuiu.

Depois, escalou-se o Sexto
(Já mostrou que braço é braço)
Pra tomar Castelnuovo,
Em seguida ao Soprasasso.

E a missão sendo cumprida,
(Tal fato não se concebe)
O “Cruzeiro” publicou:
“A Vitória foi da FEB”

Se o Castelo é do Sampaio
- Escrito está em qualquer texto –
Por que da nova vitória
Não dão aos glórias ao Sexto?

Ninguém aqui quer cartaz;
Mas tenha dó, seu cronista.
Isso tudo é por que o Sexto
É uma Unidade Paulista?¹⁰⁸

Já muitas outras foram publicadas nos jornais de campanha, e se convertem em preciosa fonte de estudo para a relação dos pracinhas com seus superiores. Desejamos dar destaque a dois desses periódicos, *O Cruzeiro do Sul* e *E a Cobra Fumou*. O primeiro é o periódico oficial da FEB, publicado pelo Órgão Especial. Teve 34 edições, entre 03 de janeiro e 31 de maio de 1945. Trazia notícias do Brasil e do mundo, reportagens dos correspondentes junto à FEB, entrevistas com oficiais, e materiais de autoria da equipe responsável pela sua publicação e de “correspondentes”, soldados que serviam em outras unidades¹⁰⁹. Podemos encontrar algumas matérias de interesse, mas *O Cruzeiro do Sul*, por ser periódico oficial, era censurado, e sua linha editorial controlada pelo Ministério da Guerra; portanto, em suas páginas iremos encontrar predominância do tipo de matéria política e criticamente neutra e laudatória que caracterizava a imprensa oficial brasileira, sob a égide do Departamento de Imprensa e Propaganda do governo Vargas.

Já o *E a Cobra Fumou!* representa a criatividade dos pracinhas, somada ao seu desejo de se expressar. Foi um entre inúmeros periódicos produzidos pelos pracinhas,

¹⁰⁸ MELLO, Cap. Newton C. de Andrade Mello. **Meu diário da guerra na Itália – de 30-VI-1944 a 18-VII-1945**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p. 227.

¹⁰⁹ A saber: Cabo José César Borba, Major Renaldo Santana, Major Souza Júnior, Capitão Tácito Reis de Freitas, Major Nelson de Carvalho, Capitão Antorildo Silveira, Tenente Amerino Raposo e Soldado Jacob Gorender. Fonte: MORAES, Roberto Mascarenhas (Org.). **O Cruzeiro do Sul**. 2 ed. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, Biblioteca do Exército, 2011.

usando de mimeógrafos portáteis e em pequenas tiragens, destinados aos soldados da mesma unidade dos jornalistas amadores. No caso do *E a Cobra Fumou!*, produzido por um capitão, um tenente, um cabo, e dois soldados do 1º Batalhão do 6º Regimento, o periódico chegou a tiragem de seis mil exemplares. Circulou entre agosto de 1944 e junho de 1945, totalizando 14 números; portanto, veio muito antes do periódico oficial da FEB. Produzido nos momentos de quietude no front de batalha, o que explica as poucas edições, o jornal era crítico ao regime de Vargas e aos oficiais superiores da FEB, e foi veículo para a irreverência e as insatisfações dos pracinhas. Por exemplo, já na primeira edição, na seção “Queixas e Sugestões”, podemos ler uma crítica bem-humorada à qualidade dos cigarros fornecidos aos soldados brasileiros:

Recebemos uma carta da Cobra – Diz ela que não pode fumar porque o cigarro é muito forte. – Sugerimos a Dona Cobra que faça como o Sargento Oscar: - passe um telegrama para casa pedindo cigarros que não sejam “quebra-queixo”.¹¹⁰

Ou este outro trecho, da edição de 10 de outubro de 1944, em que o personagem “Neurastênico” narra sua experiência ao ler uma edição do *Globo Expedicionário*, outro jornal oficial destinado à FEB:

Ontem amanheci bilioso e doente, efeito talvez das rações de feijão com feijão que nos tem servido ultimamente.
Entretanto, logo pela manhã, desopilei o meu pobre fígado com as mais escandalosas gargalhadas que já se ouviram na Itália. Isso porque caiu-me às mãos um exemplar do “GLOBO EXPEDICIONÁRIO”, um jornal dedicado a nós e que, no entanto, só foi lido por umas dez pessoas até agora.
Bem feitinho e com muitas informações, distrai bastante e diverte ainda mais. Assim é que logo na 2ª página traz um pomposo título: “O SERVIÇO POSTAL F.E.B. ESTÁ FUNCIONANDO COM REGULARIDADE”. O jornal, porém, que é de 18 de setembro, só foi recebido aqui em 11 de outubro!
Realmente, não pode haver regularidade maior.¹¹¹

De fato, o *Globo Expedicionário*¹¹² parecia ser o maior alvo da pilhéria dos pracinhas, até mais que *O Cruzeiro do Sul*. O personagem Neurastênico novamente dispara sua crítica ao periódico, na edição de 28 de fevereiro de 1945:

Por falar em “Globo Expedicionário”, a última edição aqui chegada traz coisas bobas e fúteis, como o trechinho que transcrevemos abaixo:

¹¹⁰ Queixas e Sugestões. *E a Cobra Fumou!* Acampamento em Tarquínia (Itália), Ano I, nº 1, p. 3, 17 Ago. 1944.

¹¹¹ Queixas e Sugestões. *E a Cobra Fumou!* Estacionamento em Camaione (Itália), Ano I, nº 5, p. 04, 12 Out. 1944.

¹¹² O *Globo Expedicionário* foi um tabloide produzido pelo grupo dos jornais *O Globo* entre julho de 1944 e maio de 1945 para ser enviado e distribuído para as tropas da Força Expedicionária Brasileira. Tinha o objetivo de prestar serviços como troca de mensagens e publicação de cartas e elevar o moral dos pracinhas com notícias sobre sua terra natal.

“Hoje, dia de calor, havia muitas garotas em Copacabana. Alguns dos mais alinhados “corpos” do Rio de Janeiro podem ali ser apreciados. Trabalhem com a imaginação e terão algo sobre que falar...”

Gostaríamos de saber com que intenção isso foi escrito. Não estaria o autor, ao escrevê-lo, fazendo pouco de nós? Ou essa é uma nova modalidade de elevar a moral da tropa?¹¹³

Portanto, os soldados encontraram em publicações como essa, o caminho para externar suas críticas ao Comando da FEB, e mesmo ao governo civil. É interessante perceber que a iniciativa desses pracinhas e oficiais subalternos não parece ter sofrido represália por parte dos alvos de suas críticas; e, sem dúvida os oficiais comandantes e o Ministério da Guerra conheciam a existência de tais periódicos. Nossa hipótese para essa leniência é que o alto comando via essas iniciativas como uma válvula de escape para as tensões que os pracinhas sofriam no campo de batalha. Permitir as críticas em jornais como o *E o a Cobra Fumou!* era um custo pequeno a se pagar para evitar problemas maiores de moral e disciplina.

¹¹³ Queixas e Sugestões. **E a Cobra Fumou!** Estacionamento em Riola (Itália), Ano 1, nº 10, p. 03, 28 Fev. 1945.

CONCLUSÃO

Este trabalho se originou de uma curiosidade acadêmica, uma questão muito repetida pelos participantes e pelos estudiosos do episódio da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Porém, para citar uma máxima ensinada de uma forma ou de outra em todas as instituições militares do mundo, “nenhum plano sobrevive contato com a realidade”. Assim, a análise de um período de um ano nas montanhas da Itália se tornou um estudo de quase sessenta anos do Exército Brasileiro. Tal expansão do recorte temporal se fez necessária para que pudéssemos perceber o funcionamento desse microcosmo social que é o Exército. E entender como se faz a inserção de um novo conjunto de ideias, no caso os modelos francês e norte-americano, a aceitação e a resistência dessas ideias pelos agentes do campo, e as transformações que essas ideias sofreram no processo.

No primeiro capítulo, realizamos um estudo da história do Exército Brasileiro, entre 1889 e 1945. Estudar um período tão longo em sua totalidade fugiria dos nossos objetivos e do escopo de uma dissertação de mestrado. Portanto, adotamos alguns critérios para nossa análise. A divisão em três períodos, conforme dissemos na Introdução (p. 26), foi um deles. Além disso, em linhas gerais, optamos por trabalhar com aqueles episódios em que: 1) O Exército foi o protagonista principal, ou pelo menos um dos principais; e/ou 2) Resultaram em mudanças dentro do Exército, em especial em sua estrutura educacional. Pela mesma razão, preferimos, sempre que possível, trabalhar a “visão militar” desses episódios. Nosso objetivo era demonstrar como o campo militar, como qualquer outro, é pontuado por conflitos internos, disputas entre os vários agentes dentro do campo. E como essas disputas em vários momentos mudaram a forma como o campo militar se relacionava com o macrocosmo brasileiro, resultando no envolvimento dos militares na política, e nas tentativas de mudanças por meio do golpe armado, em alguns episódios bem-sucedidos, e em outros não.

Nosso outro objetivo para o primeiro capítulo era mostrar não apenas o processo de inserção das doutrinas francesa e norte-americana no Exército Brasileiro, mas também as outras mudanças pelas quais a instituição passou ao longo do período estudado. Pudemos perceber que, embora tenham ocorrido tentativas de reforma, que envolveram em alguns momentos até a sociedade civil, a maioria obteve sucesso no máximo parcial. A principal razão para essa dificuldade é o desinteresse do governo

civil, estimulados pela ausência de ameaças óbvias à soberania brasileira, em investir nas forças armadas, e também pelas sucessivas crises econômicas; mas, no caso específico da República Velha, havia o desinteresse claro das oligarquias regionais em fortalecer uma instituição sobre controle federal, como o Exército, optando ao invés disso investir na Guarda Nacional e nas Forças Estaduais, sobre as quais mantinham controle.

Apenas no momento em que o governo civil percebe ameaças à soberania brasileira é que ele volta sua atenção para o Exército, investimentos são feitos, e mudanças de algum vulto acontecem. É o caso da Missão Francesa; embora ela tenha se materializado apenas em 1919, já era discutida desde o início do século XX. E o debate pela escolha da nacionalidade da Missão Militar atingiu seu auge no ano de 1913; não por acaso o ano em que as tensões que levaram à Primeira Guerra Mundial também cresciam, e também o segundo ano do conflito do Contestado, em que o despreparo do Exército mais uma vez se mostrava claro, numa repetição da Campanha de Canudos. A eclosão da Primeira Guerra interrompeu o processo, mas o conflito no Contestado durou até 1916; portanto, foi recente o bastante para estimular o retorno dos debates, e a eventual contratação da Missão Militar Francesa em 1919. No caso da Força Expedicionária Brasileira, a motivação é ainda mais direta: a entrada no Brasil na guerra, a decisão de se enviar tropas, e a incapacidade brasileira de suprir qualquer esforço de guerra levou o governo brasileiro a negociar com os norte-americanos, e o Exército, a aceitar as mudanças exigidas. Ainda assim, em ambos os casos, houve resistências às novas ideias.

Já no capítulo dois, tratamos das doutrinas militares propriamente ditas. Optamos por iniciar o capítulo estudando o processo de formação de uma doutrina militar, e quais influências ela sofre. Buscamos demonstrar que a doutrina não é apenas uma elaboração teórica das Forças Armadas, mas reflete em grande parte a sociedade da qual essas Forças Armadas fazem parte. Também definimos quais categorias iríamos estudar nas doutrinas propriamente ditas. Como aconteceu no capítulo um, foi necessário realizar uma seleção de quais características nos interessavam, de acordo com o objetivo deste trabalho, estudar a atuação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária em campanha.

A Doutrina brasileira foi o próximo tópico trabalhado no capítulo dois. Buscamos perceber se em primeiro lugar existia uma doutrina brasileira no período anterior a Missão Francesa. Nossa conclusão de que, na interpretação mais restrita do

conceito, inexistia uma Doutrina militar no Exército, já foi apresentada no capítulo dois (p. 99). Do nosso estudo surgiu uma outra questão, o porquê da aparente inexistência de movimentos organizados, dentro do Exército, no sentido de se elaborar uma “doutrina indígena”. Conforme vimos, aqueles oficiais brasileiros que chegaram a elaborar ideias próprias nesse campo, como foi o caso do Coronel Moreira César (p. 37), não parecem tê-las espalhado para além dos seus oficiais próximos e as tropas sob seu comando. Embora essa questão mereça um estudo por si só, podemos lançar aqui algumas hipóteses; a primeira, técnico-educacional, é que a estrutura educacional do Exército, como demonstramos ao longo do capítulo um, sempre foi deficiente tanto no ensino teórico das ciências militares, como na prática das manobras de campo; portanto, inexistiu no Exército brasileiro no período estudado um número de oficiais suficientemente capacitados a unir teoria e experiência na elaboração de uma possível Doutrina indígena. Aqueles que por interesse pessoal e experiência profissional tinham essas proficiências, eram demasiado escassos e ocupados com suas funções regulares para realizar esse trabalho.

A outra hipótese, que não necessariamente exclui a primeira, é político-institucional. Como demonstramos no caso dos Jovens Turcos e da Missão Francesa (p. 46-81), houve resistência dos membros mais antigos do campo, no caso os oficiais mais graduados, às novas ideias alemãs e francesas que, em sua percepção, poderiam prejudicar sua posição dentro do campo. Em outras palavras, alterar as “regras do jogo” dentro do campo, e por sua vez, a distribuição do capital militar, privilegiando os jovens oficiais que defendiam as ideias estrangeiras. Da mesma forma, podemos conjecturar que, pelas mesmas razões, as ideias desses pensadores militares brasileiros encontraram resistência semelhante de seus pares. A Missão Francesa, e os instrutores norte-americanos da FEB, conseguiram maior penetração por terem a sanção do governo brasileiro.

Finalmente, terminamos o capítulo dois com o estudo das doutrinas militares francesa e norte-americana. Essa seção do nosso trabalho, ainda que um tanto estéril, por se tratar de teoria e regulamentos, foi entretanto fundamental para os estudos de caso do capítulo três. Ainda assim, podemos tecer algumas considerações.

As duas doutrinas surgiram de um mesmo “ancestral comum”, a doutrina militar francesa do início do século XIX. Mantiveram diversas semelhanças, mas em alguns aspectos, tomaram caminho quase que opostos. Como buscamos demonstrar nas seções dedicadas às doutrinas (pp. 99 e 111), elas foram influenciadas por um número de

fatores sociais, geopolíticos, econômicos e militares; no caso destes últimos, as experiências dos membros dos campos militares francês e norte-americano no período que vai do final do século XIX até o fim da Primeira Guerra Mundial parecem ter tido especial preponderância na forma como eles iriam reescrever suas doutrinas militares no período entreguerras. Outro fator de importância foi a forma como os agentes de cada campo responderam às demandas dos seus macrocosmos, ditada pelos seus respectivos graus de autonomia.

A instituição militar, o Exército, de maneira geral possui uma missão mais ou menos clara do seu papel, que é a defesa da sociedade da qual faz parte. Mas, como vimos no capítulo um, “defesa da sociedade” pode ter diferentes e múltiplas interpretações, mas ainda assim é a função identificadora da força armada e de seus agentes. Além dessa missão geral, a sociedade (o macrocosmo) irá transmitir ao campo militar (o microcosmo) demandas específicas, embora estas não necessariamente assumam a forma de ordens. Por exemplo, a redução de orçamento é uma demanda: *cumpra a sua missão, mas usando menos recursos da sociedade*. A escolha de um fornecedor de armamento pelo governo civil, por vantagens comerciais ou diplomáticas, em detrimento de outro, preferido pelas Forças Armadas por vantagens técnicas, também é uma demanda: *mantemos as suas forças equipadas, mas optamos por fornecedores que trazem vantagens para a sociedade como um todo*. Mesmo um acontecimento natural ou incidental pode gerar uma demanda sob o campo militar. Por exemplo, uma catástrofe natural, ou um ataque terrorista contra alvos civis também gera uma demanda: *como as Forças Armadas podem nos proteger de fatalidades como essa que possam vir a ocorrer no futuro?*

Porém, nem todas essas demandas, como se apresentam, podem ser aceitas pelo campo militar, se fazê-lo prejudica a sua capacidade de cumprir a missão geral. O campo precisa então ter a capacidade de *refratar*, isto é, traduzir as demandas recebidas da sociedade para a lógica interna do campo. É a medida desta capacidade de *refratar* demandas do macrocosmo que define o grau de autonomia do campo.

Em um dos extremos da escala de grau de autonomia, temos o campo militar com alta autonomia. Neste caso, a capacidade do campo em traduzir as demandas da sociedade é tão grande que estas se tornam irreconhecíveis. Podemos ver esse exemplo no caso dos Movimentos Tenentistas no Exército Brasileiro do final do século XIX e início do XX (pp. 32 e 77). Com um alto grau de autonomia, talvez derivado do desinteresse da sociedade em geral, da organização vaga com que vários aspectos do

campo foram tratados, ou uma combinação de ambos, os militares tenentistas retraduziram sua missão de “defesa da sociedade” como a defesa dos inimigos externos e internos, o que se refletiu nos inúmeros intervencionismos ao longo da história brasileira. Não é o que ocorre, por exemplo, com as Forças Armadas norte-americanas, cuja missão, capacidades e, principalmente, limitações, sempre foram muito bem-definidas desde a sua criação, e transmitidas através de um sistema de instrução militar centralizado e bem-estruturado.

Já no exemplo francês, podemos perceber o outro extremo, uma situação que Bourdieu caracterizaria como de *baixa autonomia*. Recebendo do seu macrocosmo uma demanda (a defesa do território nacional), o campo militar não foi capaz de *refratá-la*. Após um período inicial em que o campo teve autonomia, refletida em um impulso inovador, os acontecimentos no campo político, diplomático, social e econômico na França da década de 1920 reduziram a autonomia do campo. Tornou-se incapaz de perceber, quanto mais adotar, novas formas de emprego para as novas tecnologias, assim como perceber as deficiências em sua estratégia de defesa. Mesmo um novo quadro geral, ao longo da década de 1930 (especialmente o ressurgimento da ameaça alemã), não restaurou essa autonomia ao nível necessário; foi apenas um “alinhamento de demandas” da sociedade com o campo militar. Tornou possível a criação de novas unidades blindadas, por exemplo, mas não permitiu o seu emprego tático ofensivo.

Adaptando o alerta de Bourdieu sobre os perigos de uma “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas da sociedade, podemos falar aqui de uma “ciência militar escrava” que, “submissa” aos anseios e ao estado mental da sociedade francesa, ficou em última instância incapacitada de cumprir a principal demanda que lhe foi feita, a defesa nacional.

Já o Exército dos Estados Unidos e os desenvolvimentos de sua doutrina no período entreguerras exemplificam outro tipo de relação de autonomia. O fim da guerra trouxe o mesmo desinteresse e a mesma aversão aos assuntos militares nos Estados Unidos que ocorreram nas nações europeias, e assim como ocorreu com Inglaterra e França, contingentes e orçamentos foram reduzidos, impedindo desenvolvimentos de grande escala. Porém, enquanto a opinião pública francesa e seus políticos atacavam qualquer experimentação dentro do seu campo militar que privilegiasse a ofensiva como uma agressividade que não tinha lugar no mundo do pós-guerra, tal intervenção não ocorreu entre a sociedade norte-americana e seu campo militar. Os pensadores militares dos EUA, dentro das limitações de orçamento e do desinteresse, puderam ainda assim

teorizar, desenvolver uma doutrina diversa daquela que herdaram dos franceses, e realizar experimentações em pequena escala.

E quanto ao Brasil, cujo Exército foi receptor, durante duas décadas, da sabedoria militar francesa, e que durante cerca de três anos, foi exposto de maneira intensiva à doutrina norte-americana?

Como demonstramos no capítulo um (p. 75), a atuação da MMF passou longe de ser a unanimidade dentro do exército brasileiro que uma parte da historiografia afirma ter sido. Houve resistências por parte dos oficiais mais velhos; o próprio contrato da Missão podava-a em muitos aspectos, e também havia o interesse semivelado da indústria bélica francesa de se tornar a fornecedora exclusiva do Exército brasileiro, o que se refletiu em atitudes por parte dos oficiais da Missão que causaram desagrado. Porém, resistências à parte, conforme já dissemos, a MMF teve o aval do governo brasileiro, e em última instância ela foi bem sucedida em instalar uma estrutura educacional dentro do Exército, e transmitir sua doutrina aos militares brasileiros. O mesmo pode ser dito dos instrutores norte-americanos que vieram transmitir a doutrina norte-americana para a FEB.

No capítulo três, realizamos nossos estudos de caso. Escolhemos ocupar a primeira parte do capítulo para descrever o Exército do qual saiu a Força Expedicionária Brasileira, buscando mostrar o quanto ele havia sido modificado por vinte anos da Missão Francesa. Em seguida, nos ocupamos da FEB propriamente dita, sintetizando os fatos mais importantes sobre sua organização, treinamento e equipagem. Optamos por não nos aprofundar nesses episódios iniciais, por não ser o foco de nossa análise, e pela extensa bibliografia existente. Ao invés, preferimos tratar, ainda que brevemente, dos adversários da FEB, um tema muito pouco tratado na bibliografia tradicional. Nesta, os inimigos alemães assumem ou a imagem de ferozes guerreiros germânicos advindos dos campos de batalha mais perigosos da Europa; ou de tropas de terceira linha, cansadas e desmotivadas, que não ofereceram grande resistência aos brasileiros. A realidade encontra-se, como nossa breve pesquisa demonstra, em um ponto entre esses dois extremos. Este é o outro tópico surgido durante a execução deste trabalho que merece um estudo independente, envolvendo visitas aos arquivos alemães.

Sobre os estudos de caso, já descrevemos o processo, assim como as limitações que encontramos, devido aos métodos erráticos de produção de relatórios do Exército brasileiro. Ainda assim, esperamos ter, no mínimo, solucionado uma grande dificuldade ao se estudar uma batalha, que é compreender as manobras envolvidas, e a evolução do

combate. Para o militar de carreira, como aqueles que escreveram a maior parte da bibliografia tradicional da FEB, é fácil compreender a descrição sintética de uma batalha, usando da linguagem técnica do campo. O mesmo não pode ser dito do estudioso civil, e por isso tivemos a preocupação de “dissecar” cada uma das batalhas. Apesar das já supracitadas dificuldades, acreditamos que é possível realizar um estudo ainda mais profundo de cada um desses episódios, aos moldes de obras dedicadas a outras batalhas da Segunda Guerra Mundial, como *Stalingrado*, de Anthony Beevor. Vale notar que no levantamento de bibliografia para este trabalho, constatamos que não existe nenhuma obra desse tipo sobre as batalhas da FEB.

A problemática que guiou este trabalho, a questão para a qual tentamos criar uma teoria, foi a seguinte: qual o real grau de mudança doutrinária, do modelo francês para o norte-americano, causou na formação, treinamento e atuação da Força Expedicionária Brasileira?

Conforme vimos na Introdução, a Doutrina de uma força armada é composta de dois elementos: *bases estáveis* e *corpo*. Um deles tem caráter de longa duração, representa o arcabouço da doutrina, os fatores “imutáveis” que delineiam o *ethos* militar. “Imutáveis”, pois o mais correto seria chamá-los de fatores de longuíssima duração, por se relacionar a fatores da própria estrutura da sociedade à que essa força armada pertence. Por exemplo, a geopolítica é um desses fatores cuja influência no pensamento militar não é passível de mudança a curto prazo. Podemos percebê-lo, na geopolítica brasileira, no caso das fronteiras ao sul do país, que são fruto de preocupação, e portanto fatores que influenciam a doutrina, desde os tempos do Reinado e do Império até, em maior ou menor grau, os dias de hoje. A história, a política externa, a configuração psicossocial e os princípios de guerra são mais alguns desses fatores de longa duração.

Junto a esses fatores de longa duração ou bases estáveis, temos um conjunto de fatores de curta duração, sujeitos à mudança constante, e que portanto devem ser alvo de estudos contínuos por parte das forças militares. É o chamado *corpo da doutrina*. Aqui entram também a história, ou melhor dizendo, seus episódios mais recentes, assim como a configuração psicossocial fruto desses episódios recentes. Exemplo: em 1942, o povo brasileiro, avesso à guerra, foi tomado de indignação e furor pelo afundamento de navios brasileiros por submarinos do Eixo, sentimento esse que influenciou na entrada do Brasil na guerra e no envio de uma Força Expedicionária para lutar na Europa. As Hipóteses de Guerra são também fatores de curta duração, pois influenciam em maior

ou menor grau conforme muda a sua plausibilidade de ocorrer; a hipótese de guerra com a Argentina é remota na atualidade, e é provável que nunca tenha figurado nos estudos dos pensadores militares britânicos quando do estourar do conflito nas Malvinas.

No caso do nosso objeto de estudo, o que podemos concluir? Para começar, apliquemos o conceito de bases estáveis e corpo de uma doutrina à 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

Que características formam as bases estáveis da doutrina no que se refere a uma divisão de infantaria? Seu conceito e função, sem dúvida, são duas delas. Uma divisão de infantaria é uma unidade formada por regimentos de infantaria como elemento principal, com unidades de apoio. Sua função é a ocupação do terreno em que se desenrola a campanha.

E o que forma o corpo da doutrina de uma divisão de infantaria? A tecnologia é um fator importante, talvez o principal. A evolução acelerada da tecnologia bélica nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, somado à defasagem brasileira, significou que os pracinhas entraram em combate usando armamentos com os quais ninguém no Exército brasileiro havia tido contato até então. Já falamos do caso do lança-rojão, conhecido popularmente como *bazooka*, mas até as armas mais básicas, como o fuzil M1 Garand, eram terreno novo para os soldados brasileiros.

Além disso, podemos ver a evolução das ciências militares (estratégia, tática e logística) como parte do corpo da doutrina, e influenciada em grande parte pela mudança tecnológica. A metralhadora e o arame farpado foram responsáveis pela guerra de trincheira na Primeira Guerra Mundial. E a criação do carro de combate, como uma tentativa de resolver o impasse das trincheiras, levou às divisões *Panzer* e a *blitzkrieg* da Segunda Guerra Mundial. Mudanças na tecnologia, portanto, causam mudanças na doutrina, em teoria. Pois, como demonstramos, a doutrina francesa falhou em acompanhar a evolução tecnológica no período entreguerras e compreender o que esta evolução mudou nas ciências militares. No caso de uma divisão de infantaria, podemos perceber mudanças na maneira como ela é percebida dentro das forças militares: na doutrina francesa, ela é o elemento principal de um exército, enquanto na doutrina norte-americana, ela é uma entre várias unidades, com função própria dentro do todo. Também percebemos mudanças na questão Poder de Fogo ou Mobilidade: a doutrina francesa privilegia o primeiro, enquanto a doutrina norte-americana, o segundo.

Aplicando o que já foi dito sobre a doutrina, o que podemos perceber na 1ª D.I.E. é que, com certeza, houve mudanças no *corpo* de uma divisão de infantaria. Ou

seja, aqueles fatores de curta duração, mutáveis: a tecnologia envolvida, e as técnicas aplicadas. Ao mesmo tempo, não se percebem alterações nas *bases estáveis* da doutrina. Que ela tenha passado a ter maior mobilidade, com a redução de efetivo e equipagem a adição de viaturas motorizadas, e menos poder de fogo, com a remoção dos regimentos de artilharia, não mudou a função básica de uma divisão de infantaria.

Quando pensado dessa forma, nos parece claro que, mesmo tendo ocorrido a mudança doutrinária do modelo francês para o norte-americano, como de fato ocorreu, essa mudança foi drástica apenas no *corpo* da doutrina, não em suas bases, que permaneceram as mesmas. Essas, inclusive, não poderiam ser alteradas assim, “da noite para o dia”. Basta lembrar que a Missão Francesa atuou junto ao Exército Brasileiro durante 20 anos, auxiliando esta última a construir a sua doutrina, que até então não existia. Em comparação, a influência norte-americana foi, na prática, de dois anos: entre 1943, quando é decidido o envio da FEB para lutar na guerra, até 1945, com o final desta. E os norte-americanos tinham tão somente o interesse em preparar aquela fração do Exército Brasileiro para lutar, não em realizar profundas alterações estruturais na força. Inclusive o restante do Exército permaneceu mais ou menos como já era. Sua reforma só aconteceria no período pós-guerra.

Podemos ver evidência dessa continuidade do modelo francês dentro da FEB nos episódios dos primeiros ataques à Monte Castelo, em especial o terceiro (pp. 152 e 171). Conforme já demonstramos, o terceiro ataque foi um típico ataque do modelo francês, um ataque de infantaria que deveria ser precedido de uma barragem de artilharia. O fato de que as péssimas condições climáticas e a perda do elemento-surpresa não fizeram que o ataque fosse cancelado é característico da doutrina francesa, preso a planos elaborados e cronogramas rígidos. Foram necessárias essas três derrotas, e dois meses de inverno, interrompendo as operações e dando tempo para preparações, para que o comando da FEB adotasse o tipo de estratégia típico da doutrina norte-americana, privilegiando a mobilidade e combinação de armas. A partir da conquista de Monte Castelo, todas as batalhas da FEB seriam combatidas segundo o modelo norte-americano, incluindo aquela que foi nosso segundo estudo de caso, Montese.

Baseando-nos nas considerações acima, podemos então chegar a não uma, mas duas conclusões:

A primeira é que, sim, houve uma mudança doutrinária significativa, e que ela criou dificuldades adicionais ao já tortuoso processo de formação e treinamento da Força Expedicionária Brasileira. Entretanto, essa mudança, ainda que significativa, não

teve o maior impacto possível, por ter sido uma alteração essencialmente no corpo da doutrina, a parte que por definição é passível de constante mudança e reformulação. Pode-se dizer que ela foi abrupta, por representar um exército muito defasado em termos de tecnologia e estratégia, como era o Exército brasileiro, se adaptando ao modelo de um exército no mais alto patamar tecnológico, como era o norte-americano. Mas as bases estáveis, o arcabouço da doutrina, permaneceram as mesmas.

A segunda conclusão é de que, na verdade, não houve uma substituição total de doutrinas, mas sim uma dialética entre as mesmas, formando um terceiro modelo, misto das duas, sob a qual a FEB se fundamentou durante sua campanha na Itália. Esse modelo foi composto das bases estáveis da doutrina francesa, ou melhor, daquela limitada doutrina brasileira anterior à MMF, mesclada com os ensinamentos da escola francesa, e combinada com o corpo da doutrina norte-americana, que a FEB teve que adotar para combater junto ao Exército dos EUA na Europa.

Finalizando este trabalho, lembramos mais uma vez de que esta não é a palavra final sob o tema, mas um início de estudos, onde buscamos começar a construir um entendimento. A problemática da influência de exércitos estrangeiros, com seus modos de fazer a guerra, na doutrina do Exército Brasileiro é um estudo amplo, inclusive por incluir um extenso período do pós-guerra, que o escopo deste trabalho nos impediu de abordar, mas que com certeza merece ser tema de estudos futuros.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

- 114^a Divisão de Infantaria Ligeira. Fonte: **Lexicon der Wehrmatch**. Disponível: <http://migre.me/nZF6J>. Acessado em: 15/12/14.
- 232^a Divisão de Infantaria. Fonte: **Lexicon der Wehrmatch**. Disponível em: <http://migre.me/nZF6J>. Acessado em: 15/12/14.
- BITENCOURT, Liberato. Sobre a Escola de Saumur. **O País**. Rio de Janeiro, ano 23, nº 10.622, p. 02, 06 nov. 1913.
- BRASIL. **Decreto nº 1.151, de 05 de Janeiro de 1904**. Reorganiza os serviços de saúde pública da União. Diário Oficial da União - Seção 1 - 09/1/1904, p. 159. Disponível em: <http://migre.me/p3ElK>. Acessado em: 15/02/15.
- BRASIL. Estado Maior do Exército. **Súmula do Papel e das Condições de Funcionamento da Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro, 1920.
- BRASIL. Estado-maior do Exército. **Regulamento para a direção das grandes unidades**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1920.
- BRASIL. **Lei nº 1261, de 31 de Outubro de 1904**. Torna obrigatória a vacinação e a revacinação contra a varíola em todo o território nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 02/11/1904, p. 5158. Disponível em: <http://migre.me/p3Eid>. Acessado em: 15/02/15.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. **FM 7-10 – Companhia de Fuzileiros**. Rio de Janeiro: 1942.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório do 11º Regimento de Infantaria**. Rio de Janeiro: 1946.
- BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra – 1940**. Rio de Janeiro: 1940. Disponível em: <http://migre.me/l8AQ3>. Acessado em: 15/01/2015.
- BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1900**. Disponível em: <http://migre.me/lG6PV>. Acessado em: 20/09/2014.
- BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1901**. Disponível em: <http://migre.me/lG6PV>. Acessado em: 20/09/2014.

- BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministério da Guerra, 1907**. Disponível em: <http://migre.me/IG6PV>. Acessado em: 29/10/2014.
- BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório Sigiloso da Força Expedicionária Brasileira**. Rio de Janeiro: 1946. 3 v.
- BRASIL. Repartição dos Negócios da Guerra. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, 1889**. Disponível em: <http://migre.me/IG6PV>. Acessado em: 16/08/2014.
- Editorial. **A Defesa Nacional: Revista de assuntos militares**. Rio de Janeiro, Ano I, nº 8, p. 243, 10 Maio 1914.
- Editorial. **A Defesa Nacional: Revista de assuntos militares**. Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, p. 1-2, 10 Out. 1913.
- ESTADO-MAIOR DA FEB. Ordem Geral de Operações nº 33, de 13.04.1945. In: BRASIL. Ministério da Guerra. In: **Relatório do Regimento Sampaio**. Rio de Janeiro: 1946. v2. Paginação Irregular.
- EUA, U.S. War Department. **FM 100-15: Field Service Regulations – Large Units**. Washington: 1942.
- EUA. U.S. War Department. **Field Service Regulations – United States Army**. Washington: 1923.
- EUA. U.S. War Department. **FM 100-5: Field Service Regulations – Operations**. Washington: 1941.
- FRANÇA. Ministère de la guerre. **Instruction provisoire sur l' emploi tactique des grandes unités**. Paris: 1920.
- GAMELIN, Maurice. **Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.03.1920**. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.
- OFFICE OF UNITED STATES CHIEF COUNCIL FOR PROSECUTION OF AXIS CRIMINALITY. **Nazi Conspiracy and Aggression**. Washington: USGPO, 1946. Vol. VIII, p. 572-582.
- Queixas e Sugestões. **E a Cobra Fumou!** Acampamento em Tarquínia (Itália), Ano I, nº 1, p. 3, 17 Ago. 1944.
- Queixas e Sugestões. **E a Cobra Fumou!** Estacionamento em Camaiore (Itália), Ano 1, nº 5, p. 04, 12 Out. 1944.

- Queixas e Sugestões. **E a Cobra Fumou!** Estacionamento em Riola (Itália), Ano 1, nº 10, p. 03, 28 Fev. 1945.
- Telegrama do Adido Militar à Legação do Brasil em Paris ao Ministro da Guerra Alberto Cardoso de Aguiar, Paris, 17/12/1918. In: MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988, p. 59.
- Telegrama do Adido Militar à Legação do Brasil em Paris ao Ministro da Guerra Alberto Cardoso de Aguiar, Paris, 27/12/1918. In: MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988, p. 63.
- Telegrama do Ministro da Guerra Alberto Cardoso de Aguiar ao Adido Militar à Legação do Brasil em Paris, Rio de Janeiro, 06/12/1918. In: MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988, p. 58.

IMAGENS

- **Ataque à Montese, com os objetivos da FEB demarcados.** In: ALMEIDA, Adhemar Rivermar de. **Montese: Marco Glorioso de uma Trajetória**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985. p. 145.
- **Ataques a Monte Castelo, Nov/1944 a Fev/1945.** In: BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório Sigiloso da FEB**. Rio de Janeiro, 1946. v2, paginação irregular.
- **Conceito da Operação Olive.** Disponível em: <http://migre.me/pm0VF>. Acessado em: 06/04/2015.
- **Divisão de Infantaria Brasileira, 1940.** Elaborado pelo autor, a partir de informações em MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998. p. 326.
- **Linhas de Defesa Alemãs no Norte da Itália, 1944.** Disponível em: <http://migre.me/pm0D5>. Acessado em: 06/04/2015.
- **Região de Montese-Zocca.** In: MORAES, Mascarenhas de. **A FEB por seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005. p. 159.

OBRAS DE REFERÊNCIA

- ALMEIDA, Adhemar Rivermar de. **Montese: Marco Glorioso de uma Trajetória**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.
- ALVES, Eduardo Henrique de Souza Martins. **O movimento tenentista: a rebelião de 1924 no Rio Grande do Sul, a formação da Coluna Gaúcha e as ações militares do Exército Brasileiro (1924-1925)**. 2007. 76f. Monografia (Especialização em História Militar Brasileira) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, 2007.
- ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um envolvimento forçado**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BEAUFRE, André. **Introdução à Estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 2009. 700 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília: 2009.
- BOND, Brian; ALEXANDER, Martin. Liddel Hart e De Gaulle: Doutrinas da Responsabilidade Limitada e da Defesa Móvel. In: PARET, Peter (Org.). **Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à Era Nuclear, tomo 2**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. p. 177-210.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BONURA, Michael Andrew. **French Thought and the American Military Mind: A History of French Influence on the American Way of warfare from 1814 through 1941**. 2008. 196f. Tese (Doutorado em História) – College of Arts And Sciences, Florida State University. Tallahassee: 2008.

- BOUCSEIN, Heinrich. **Bombardeiros, caças, guerrilheiros: a história da 232ª divisão de infantaria, a última divisão alemã a ser deslocada para a Itália 1944-45**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BRAYNER, Floriano de Lima. **A Verdade sobre a FEB**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- CABRAL, Francisco Pinto. **Um Batalhão da FEB em Monte Castelo**. Brasília: Editora Thesaurus, 1987.
- CAMPELLO, Ruy Leal. **Um Capitão de Infantaria da FEB**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1999.
- CANADA. Department of National Defense. **The Conduct of Land Operations**. Canada: 1998.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um Soldado Legalista**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962. 2 v.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. **Marechal Castelo Branco: seu pensamento militar (1946-1964)**. Organização, extrato, notas e ilustrações de Francisco Ruas Santos. Rio de Janeiro: ECEME, 1968.
- CASTRO, Celso. **Exército e Nação: Estudos sobre a história do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- CAVILHA, Juliana. Das Entrevistas aos rituais: dialogando com os militares. In: CASTRO, Celso; LEINER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- CLARK, Mark W. **Risco Calculado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1970.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Record, 2000.

- CONN, Stetson. FAIRCHILD, Byron. **A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- CORVISIER, André. **A Guerra: Ensaio Histórico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- COSTA, Sérgio Correa de. **Crônica de uma Guerra Secreta**. São Paulo: Editora Record, 2004.
- CRITTENBERGER, Willis D. **Campanha ao Noroeste da Itália**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FERRAZ, Francisco César. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **O Rio de Janeiro que Hollywood inventou**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos Anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- HOUSE, Jonathan M. **Combinação de Armas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2008.
- KEEGAN, John. **The Second World War**. Nova Iorque: Penguin Books, 1990.
- KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KLAJMAN, Charles. **Revolta da Vacina (Novembro de 1904): “Um Enfoque Militar”**. 2007. 114 f. Monografia (Especialização em História Militar Brasileira) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, 2007.
- KRAAY, Hendrik. O Cotidiano dos Soldados na Guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- LEAL, Guaracy Albano Freire. A Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar entre as 1ª e 2ª Guerras Mundiais. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, Ano LXXXIII, n. 777, p. 115-124, Jul/Ago/Set 1997.

- LIDELL HART, B.H. **O Outro Lado da Colina**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- LIMA JÚNIOR, Raul da Cruz. **Quebra-canela: a engenharia brasileira na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.
- LITRENTO, Oliveiros. **Canudos – Visões e Revisões**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- LUCAS, James. **The German Army Handbook**. Stroud: Sutton Publishing, 2002.
- MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988.
- MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial: História e Estratégias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. Neve, Fogo e Montanhas: a experiência brasileira de combate na Itália (1944/45). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- MCCAAN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- MCCANN, Frank D. A Influência Estrangeira e o Exército Brasileiro, 1905-1945. **A Revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 211-246.
- MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MELLO, Ana Claudia de Rezende Costa Dutra e. **Voluntárias da Pátria: As dificuldades de mobilização, treinamento e a atuação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. 2012. 94 f. Monografia (Especialização em História Militar Brasileira) — Programa de Pós-

- graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, 2012.
- MELLO, Cap. Newton C. de Andrade Mello. **Meu diário da guerra na Itália – de 30-VI-1944 a 18-VII-1945**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
 - MENEZES, Mário José Sotero de. Doutrina Norte-Americana, espírito alemão e tradição brasileira. **Revista Militar Brasileira**. Rio de Janeiro, ano LII, nº 2, p. 123-144, Abr/Mai/Jun 1966.
 - MORAES, Mascarenhas de. **A FEB por seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.
 - MORAES, Roberto Mascarenhas (Org.). **O Cruzeiro do Sul**. 2 ed. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, Biblioteca do Exército, 2011.
 - MORAIS, Berta. Et al. **Depoimentos dos Oficiais de Reserva sobre a FEB**. 2 ed. São Paulo: [s.n.], 1950.
 - MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
 - MOURA, Aureliano Pinto de. **Contestado: A Guerra Cabocla**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2003.
 - NABUCO, Joaquim. **A Intervenção Estrangeira durante a revolta de 1893**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.
 - NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.
 - OTAN. **AAP-6, NATO GLOSSARY OF TERMS AND DEFINITIONS (2012)**. Disponível em: <http://migre.me/oAKrV>. Acessado em: 13/02/2015.
 - PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
 - POSEN, Barry R. **The Sources of Military Doctrine: France, Britain and Germany Between the World Wars**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1984.
 - PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo, Brasiliense, 1999.
 - RIGONE, Carmen Lúcia. **Nas trilhas da 2ª Guerra Mundial**. Curitiba: Editora Torre de Papel, 2001.
 - RODRIGUES, Nilton Moreira. A História, o Chefe e a Doutrina Militar. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, Ano LXVI, n. 690, p. 25-46, Jul/Ago 1980.

- ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José. “Corpo e Alma” nas Organizações: um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba: v. 14, n. 2, art. 1, p. 194-211, Mar./Abr. 2010.
- SÁ, Miguel Borba. **A Cara da Guerra: os trabalhadores-soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. 2004. 55 f. Monografia (Bacharelado em História) — Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um Soldado**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 2000.
- SILVEIRA, Joel; MITKE, Thassilo. **A Luta dos Pracinhas: A Força Expedicionária Brasileira – FEB na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: As Mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.
- VANDIVER, Frank E. **Black Jack: The Life and Times of John J. Pershing**. Texas: A&M University, 1977.
- WAACK, William. **As Duas Faces da Glória: A FEB vista por seus aliados e inimigos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- YACUBIAN, Elza Márcia Targas. When epilepsy may have changed history: Antônio Moreira César as the commander of the third expedition in the war of Canudos. **Arq. Neuro-Psiquiatr.** São Paulo, v. 61, n. 2B, Jun. 2003. Disponível em: <http://migre.me/pgkvJ>. Acessado em: 15/08/2014.

ANEXO A – CURRÍCULO TEÓRICO PARA OFICIAIS DE INFANTARIA E CAVALARIA NA ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA, 1874

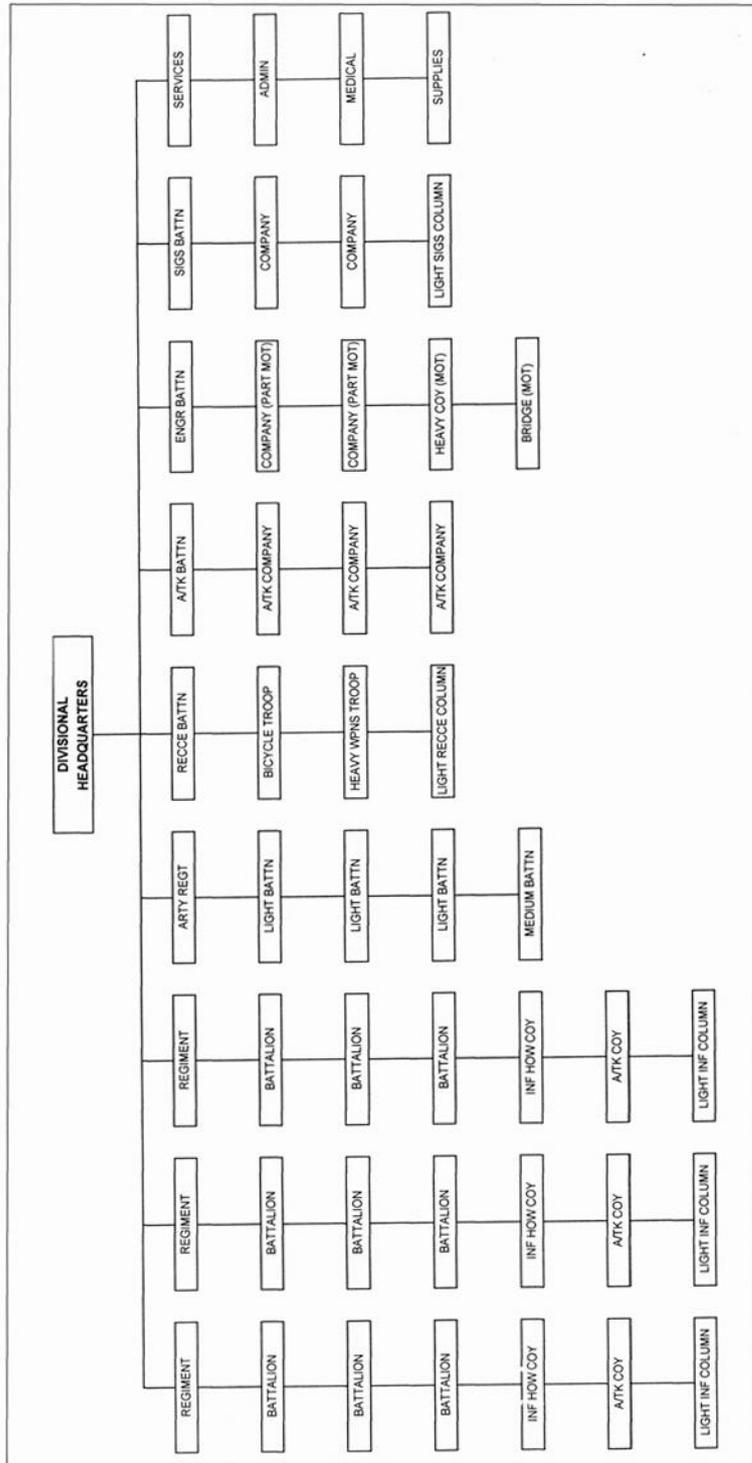
1. Curso Preparatório:

- a. 1º ano: Gramática nacional, geografia, francês, aritmética e desenho linear.
- b. 2º ano: Língua vernácula, francês, inglês, história antiga, álgebra e desenho linear.
- c. 3º ano: Língua vernácula, inglês, história (Idade Média, Moderna, Contemporânea e Pátria), Geometria e Trigonometria plana, Desenho linear e geometria prática.

2. Curso de Infantaria e Cavalaria

- a. 1º ano:
 - i. 1ª cadeira: Álgebra superior, geometria analítica, cálculo diferencial e integral;
 - ii. 2ª Cadeira: Física Experimental, compreendendo elementos de telegrafia elétrica militar, Química inorgânica; aula: Desenho Topográfico, Topografia e reconhecimento do terreno.
- b. 2º ano:
 - i. 1ª cadeira: Tática, Estratégia, História Militar, Castrametação, Fortificação passageira e permanente, compreendendo o ataque e defesa dos entrancheamentos e das praças de guerra, e noções elementares de balística;
 - ii. 2ª cadeira: Direito internacional aplicado às relações de guerra, noções de Direito Natural e Direito Público, Direito Militar, análise da constituição do Império; aula: geometria descritiva, planos cotados e sua aplicação ao desenfiamento das fortificações militares.

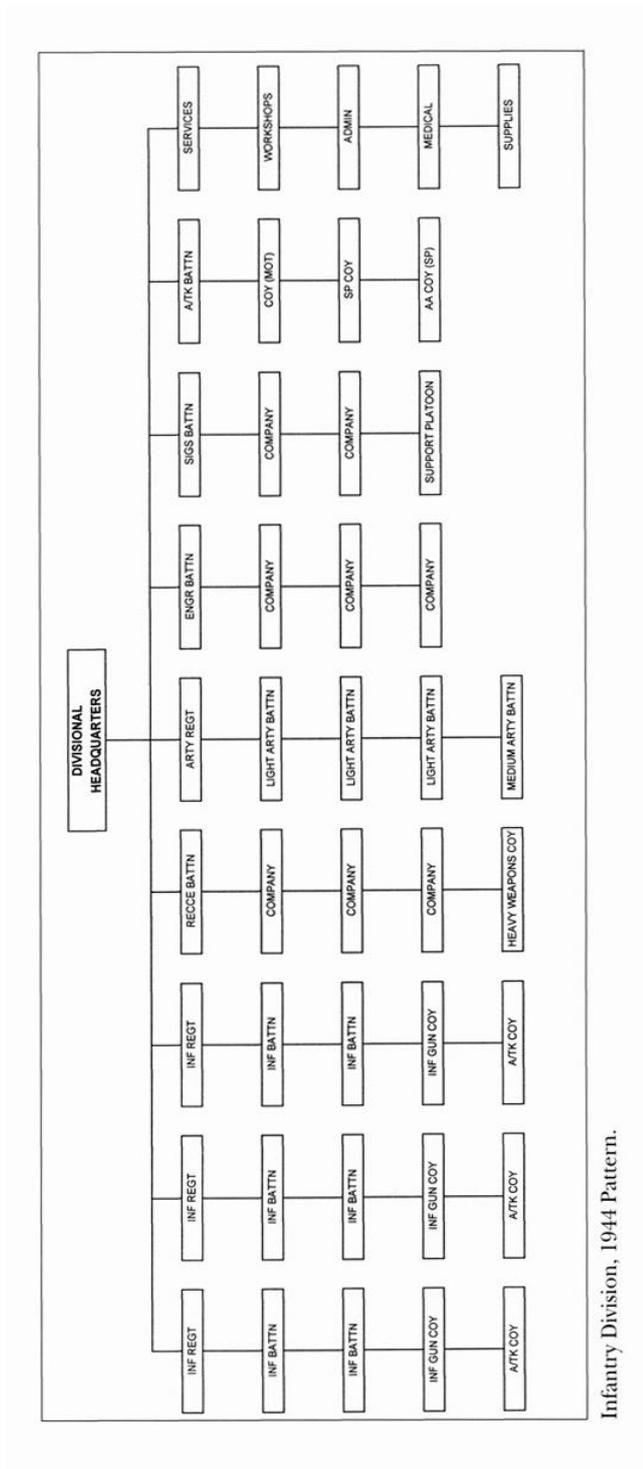
ANEXO B – DIVISÃO DE INFANTARIA ALEMÃ, MODELO PADRÃO



Infantry Division, Standard Pattern.

Fonte: LUCAS, James. **The German Army Handbook**. Stroud: Sutton Publishing, 2002. p. 27.

ANEXO C – DIVISÃO DE INFANTARIA ALEMÃ, MODELO 1944



Fonte: LUCAS, James. **The German Army Handbook**. Stroud: Sutton Publishing, 2002. p. 28.